



relatório e contas 2005



“A competência demonstrada pelos dirigentes e restantes colaboradores da Galp Energia ao longo do ano de 2005 são o melhor fermento para a criação de um indispensável e mobilizador ambiente de confiança, para que a Empresa tenha o sucesso que o País e os seus Accionistas aguardam.”

Francisco Murteira Nabo
Presidente do Conselho de Administração



índice

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	4
Mensagem do Presidente da Comissão Executiva	5
A Galp Energia	9
Órgãos Sociais	10
Do Passado ao Presente	11
Factos Relevantes do Sector Energético Ocorridos em 2005	13
Estrutura Orgânica e de Negócio	14
Relatório de Gestão	17
1. Principais Indicadores	18
1.1. Indicadores Económicos e Financeiros	18
1.2. Principais Indicadores Operacionais	18
1.3. Síntese por Segmento de Negócio	19
2. Segmentos de Negócio	22
2.1. Exploração e Produção	22
2.2. Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos	24
2.3. Aprovisionamento, Transporte e Venda de Gás Natural	30
2.4. Distribuição de Gás Natural	32
2.5. Power	33
2.6. Internacional	34
3. Inovação e Marca	38
4. Pessoas	44
5. Ambiente, Qualidade e Segurança	48
6. Responsabilidade Social	52
7. Informação Financeira	56
7.1. Contas Individuais	56
7.2. Contas Consolidadas	56
7.3. Análise Financeira	58
7.4. Gestão Integrada de Risco	60
8. Implementação das Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS)	62
9. Factos Relevantes após o Encerramento do Exercício	66
10. Declarações e Menções Obrigatórias	67
11. Referências Finais	68
12. Proposta de Aplicação de Resultados	69
Anexos	71
Relatório sobre o Governo da Sociedade	72
Contas Consolidadas	85
Contas Individuais	165



Mensagem do Presidente do Conselho de Administração



O ano de 2005 fica na história da Galp Energia, fundamentalmente por três razões:

- Por se ter definido um novo quadro estratégico para o País, no domínio da energia, em resultado do qual a Galp Energia poderá desenvolver um novo negócio no mercado da electricidade, além de continuar, em ambiente regulatório mais concorrencial, a desenvolver a actividade na área do gás natural e, obviamente, do petróleo;
- Por se ter clarificado a estrutura accionista, que se encontrava indefinida há já algum tempo e, por esta razão, a Empresa não se encontrava em condições de desenvolver de forma plena e sustentada o seu projecto empresarial;
- Por a Empresa ter atingido a melhor *performance* e os melhores resultados de sempre, em termos económicos e financeiros.

Foram boas notícias para todos os que acreditam na Empresa, em especial para os seus clientes e para todos os que nela trabalham.

Encontram-se, pois, reunidas as condições para os desafios que a Empresa enfrenta, em especial:

- O sucesso na implementação da visão estratégica, orientada para uma ambiciosa criação de valor, que os seus Accionistas no final do ano lhe definiram;
- A colocação em Bolsa de parte do seu capital, ainda durante 2006;
- O ajustamento da sua organização, do seu *governance* e da sua cultura empresarial a um ambiente mais competitivo e mais exigente.

A competência demonstrada pelos dirigentes e restantes colaboradores da Galp Energia ao longo do ano de 2005 são o melhor fermento para a criação de um indispensável e mobilizador ambiente de confiança, para que a Empresa tenha o sucesso que o País e os seus Accionistas aguardam.

Ainda nesta ocasião não podemos deixar de manifestar um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. João Moraes Leitão, antigo Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Galp Energia, pessoa detentora de inegáveis qualidades, de grande inteligência e valor, salientando a postura de grande profissionalismo, competência e isenção com que sempre desempenhou as suas funções, adoptando uma actuação pautada pela defesa dos interesses da Empresa numa fase especialmente difícil da vida do Grupo.

Francisco L. Murteira Nabo
Presidente do Conselho de Administração

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Francisco L. Murteira Nabo". The signature is fluid and cursive, with a distinct "f" at the beginning.

Mensagem do Presidente da Comissão Executiva

■ Sucessos em Tempos de Desafio ■

2005 foi um ano marcante para a Galp Energia.

Em primeiro lugar, pela excelência dos resultados obtidos por toda a nossa equipa, que nos dão amplas razões para nos sentirmos satisfeitos. A este respeito, refiro alguns dos factos que considero mais salientes para justificar essa satisfação:

- Resultados líquidos recorde no valor de 442 milhões de euros;
- Rentabilidade total medida pela remuneração do Capital Empregue (ROACE) de 15%, com valores de 15% para o negócio de O&G e de 18% para o negócio do Gás Natural, respectivamente, o que nos coloca numa posição competitiva relativamente aos nossos concorrentes internacionais;
- Redução do valor da dívida para 1,3 vezes do valor do EBITDA, o que nos garante uma sólida capacidade para investir no crescimento futuro;
- Vários marcos de grande significado - alguns são históricos - conseguidos nas áreas de negócio específicas, como:
 - Recorde de produção em ambas as Refinarias (Porto e Sines) num total de 14,3 milhões de toneladas de matérias-primas tratadas;
 - Recorde do volume de vendas atingido pelo negócio das Empresas num total de 5,5 milhões de toneladas;
- Estabilização do negócio de GPL, apesar do forte crescimento das vendas de gás natural;
- Valores recorde de volume de vendas de gás natural pelo quinto ano consecutivo, tanto no sector doméstico como no industrial;
- Na geração eléctrica, por enquanto limitada às centrais de cogeração, novo recorde de produção de 1.375 GWh;
- Volume de vendas de crude acima de 1,8 milhões de barris.

Sem dúvida, trata-se de uma lista impressionante de resultados de relevo, que a equipa da Galp Energia soube construir numa conjuntura de negócio enquadrada por alguns factores favoráveis. Com dedicação e profissionalismo, através de excelentes níveis de desempenho, a equipa tirou vantagem desses factores exógenos e transformou-os em mais-valias para a Empresa.

O ano de 2005 fica igualmente marcado por significativas alterações do ambiente de negócio nacional e internacional em que operamos.

A nível internacional, assistimos a aumentos moderados do preço do crude, mas, mais importante, a um crescimento das margens de refinação resultantes da elevada procura de produtos refinados e da falta de capacidade, a nível mundial, para os produzir. Este défice de capacidade foi amplificado de forma muito significativa pelas calamitosas tempestades ocorridas no Golfo do



México, que deixaram várias refinarias paralisadas durante um largo período de tempo. Assistimos actualmente a esforços tendentes a colmatar este défice, designadamente através do incremento da capacidade de refinação instalada junto aos centros de produção de crude ou junto aos mercados de consumo, nomeadamente na Ásia.

A nível nacional fomos confrontados com alterações legislativas de grande importância. De especial relevância para a Galp Energia foi o debate que antecedeu a aprovação, já em 2006, da legislação que determina a liberalização do mercado de gás natural, que terá como consequência, a curto prazo, a venda à REN dos activos de regaseificação do terminal de Sines e de transporte em alta pressão, e ainda de algumas cavernas de armazenagem no Carriço, num processo que visa criar as condições para que em breve outros operadores entrem no mercado. Por outro lado o Plano Energético Nacional prevê também a liberalização do sector eléctrico, onde a Galp Energia está determinada a ter uma posição de relevância.

Em suma, está colocado um conjunto de desafios e de oportunidades que a equipa da Galp Energia transformará, certamente, em mais sucessos.

Paralelamente, a Empresa tomou várias decisões de natureza estratégica que irão influenciar o seu futuro.

O bom desempenho da Galp Energia, aliado às alterações conjunturais que mencionei, levaram a Comissão Executiva do Conselho de Administração a elaborar um trabalho profundo de análise e de relançamento estratégico que possibilitasse a preparação da Empresa para os próximos anos, visando perspectivar e programar o seu crescimento sólido e sustentado no contexto de profunda mudança que descrevi. Deste trabalho intenso, que envolveu muitas pessoas na Galp Energia, resultou a Visão Estratégica que foi aprovada em Conselho de Administração a 20 de Dezembro de 2005. Esta Visão Estratégica contempla uma série extensa de ações, das quais destaco:

- A aposta contínua e sustentada na Exploração e Produção de crude para reduzir a exposição à volatilidade das margens de refinação;
- O forte investimento na Refinação, aumentando a capacidade de conversão do aparelho refinador da Galp Energia, maximizando a sua rentabilidade através da optimização do mix de crudes comprados, e produzindo produtos de maior valor comercial;
- Entrada na geração e comercialização de Energia Eléctrica, tornando assim a Galp Energia numa das únicas empresas do sector a nível mundial com oferta tri-fuel.

Esta orientação foi já consubstanciada com a participação de um consórcio liderado pela Galp Energia no concurso para atribuição de licenças para geração de energia eólica e pelo pedido formalizado pela Empresa para concessão de licenças para instalação de centrais de geração tipo "ciclo combinado".

O Plano Estratégico 2006-2010, que materializou estes conceitos, foi aprovado por unanimidade pelo Conselho de Administração, já em 2006.

Cabe-nos agora assegurar a sua execução.

A tônica subjacente ao êxito da Galp Energia tem sido a capacidade de reagir às variações de mercado, nomeadamente com a especial faculdade de inovar. Um dos melhores exemplos desta afirmação está patente no lançamento da nova garrafa de gás "Pluma" pelas equipas de GPL e Marketing. Este produto, totalmente projectado e desenvolvido em Portugal, alcançou um extraordinário sucesso, não só no que diz respeito a vendas, mas também no fortalecimento da imagem da Galp Energia no mercado. A "Pluma" é, sem dúvida, um case study de sucesso de marketing que contribuiu para confirmar a capacidade de inovação e de satisfação do cliente, que caracteriza a Empresa.

Ainda em 2005, realizou-se um evento de extrema importância e significado para a Galp Energia e para todos os que estão empenhados no seu desenvolvimento: nos últimos dias do ano foi assinado um novo acordo de Accionistas que vem criar as condições de estabilidade e confiança necessárias para a implementação do ambicioso Plano Estratégico, que desenvolvemos. Trata-se de um acordo de crucial importância para a Galp Energia, através do qual se cria e institucionaliza uma base accionista estável, firmemente comprometida com uma estratégia de crescimento racional e sustentado a longo prazo, e com a possibilidade de se estabelecerem parcerias técnicas e de negócio muito importantes. Não poderíamos ter terminado o ano de melhor maneira.

Estamos a iniciar um novo ciclo, que vai ser intenso, e que se vislumbra de grande potencial de crescimento para a Galp Energia. A Oferta Pública Inicial de ações que se aproxima e a subsequente admissão das ações da Empresa à cotação nos mercados financeiros será uma óptima oportunidade para demonstrarmos e desenvolvermos, ainda mais, a excelência que caracteriza a Galp Energia e a sua Equipa. Estou plenamente convicto de que temos todas as condições para fazermos um excelente trabalho.

José Marques Gonçalves
Presidente da Comissão Executiva



Comissão Executiva

Da esquerda para a direita:

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
Eng. Camillo Glória
Dr. João Pedro Leitão Pipheiro de Figueiredo Brito
Eng. José António Marques Gonçalves
Eng. Giancarlo Rossi
Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes
Dr. Rui Manuel Janes Cartaxo







a galp energia

:: a Galp Energia tem assumido um modelo de gestão visando a transparência e eficácia, assente numa clara separação de poderes entre o Conselho de Administração, com poderes de supervisão, controlo e acompanhamento de questões de natureza estratégica e relacionamento entre Accionistas e Órgãos Sociais da Empresa, e Comissão Executiva, com tarefas operacionais delegadas de gestão corrente das Unidades de Negócio e concentrado no objectivo de criação de valor. ::

Órgãos Sociais

Em 31 de Dezembro de 2005 a composição dos Órgãos Sociais da Galp Energia, S.G.P.S., S.A., para o mandato 2005-2007, era a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente:

Dr. Pedro Rebelo de Sousa

Vice-Presidente:

Dr. Victor Manuel Pereira Dias

Secretário:

Dr. Luís Miguel Pires Costa

Conselho de Administração

Presidente:

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo

Vice-Presidentes:

Eng. José António Marques Gonçalves

Eng. Giancarlo Rossi

Vogais:

Dr. Rui Manuel Janes Cartaxo

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Eng. Camillo Gloria

Dr. Angelo Taraborrelli

Dr. Federico Ermoli

Eng. Giorgio Puce

Eng. José Rodrigues Pereira dos Penedos

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Prof. Eng. Eduardo de Oliveira Fernandes

Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa

Dr. Joaquim Augusto Nunes de Pina Moura

Comissão Executiva

Presidente:

Eng. José António Marques Gonçalves

Vogais:

Eng. Giancarlo Rossi

Dr. Rui Manuel Janes Cartaxo

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Eng. Camillo Gloria

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Fiscal Único

Efectivo:

Pedro Leandro e António Belém, SROC n.º 96, representada por Dr. Pedro Manuel da Silva Leandro, ROC n.º 392;

Suplente:

Oliveira Lima, Neves da Silva e Fernanda Colaço, SROC

Secretário da Sociedade

Efectivo:

Dr. Rui Maria Diniz Mayer

Suplente:

Dra. Maria Helena Claro Goldschmidt



Do Passado ao Presente ::

1999

- Criação da Galp Energia pelo Decreto-Lei nº 137/99 de 22 de Abril, como um instrumento de reestruturação do sector energético em Portugal, nas áreas de petróleo e gás natural, agregando as participações directas do Estado na Petrogal, GDP e Transgás, a que se seguiu um processo de aumento de capital reservado aos restantes accionistas da Petrogal e da Transgás.

2000

- Realização do processo de selecção de parceiros estratégicos internacionais que recaiu na escolha da ENI e da Iberdrola para adquirirem ao Estado, respectivamente, 11% e 4% do capital da Galp Energia, no âmbito da 2.ª fase de privatização do capital social da Galp Energia aprovada pelo Decreto-Lei nº 21/2000 de 1 de Março e regulamentada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 10-A/2000 de 16 de Março.
- Assinatura dos Contratos de Compra e Venda, em resultado de negociações com a Petrocontrol, o Grupo ENI e a EDP, da totalidade da participação da Petrocontrol na Galp (33,34%), adquirindo a ENI 22,34% e a EDP 11%.
- Implementação do modelo organizativo do Grupo Galp Energia e apresentação da nova identidade corporativa da empresa.
- Obtenção dos primeiros resultados relevantes na produção de petróleo, em Angola. Participação, no Brasil, no 2º License Round com a obtenção, juntamente com a Petrobrás, da concessão de duas participações de 10% em blocos localizados no **deep offshore** da Bacia de Santos.
- Iniciação dos trabalhos de preparação do terreno para a implementação do Terminal GNL, em Sines.

2001

- Conclusão da substituição do Gás de Cidade por Gás Natural, em Lisboa, e da construção de uma caverna de armazenagem de propano, em Sines.
- Participação no 3º License Round no Brasil com obtenção, juntamente com a Petrobrás, de uma participação de 10% e 20% em dois blocos.

2002

- Aquisição de 5% da CLH (Compañía Logística de Hidrocarburos), que facilitou o desenvolvimento de uma estratégia de logística no mercado espanhol, permitindo levantar produtos em 15 parques de armazenagem espalhados por Espanha.

- Lançamento no mercado dos combustíveis aditivados HI ENERGY com características técnicas inovadoras.

2003

- Aprovação da 3.ª fase do processo de privatização da Galp Energia, S.G.P.S., S.A. pelo Decreto-Lei nº 124/2003, de 20 de Junho e regulamentada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 193-A/2003 de 26 de Dezembro, atribuindo à REN, por venda directa, 18,3% do capital social da Galp Energia - 4,8% alienado pelo Estado e os restantes 13,5% pela CGD.
- Resolução de Conselho de Ministros nº 68/2003, de 10 de Maio, com definição das linhas gerais do quadro estratégico e organizativo do sector energético, que privilegia uma gestão articulada e integrada dos subsectores da electricidade e do gás.
- Resolução de Conselho de Ministros nº 63/2003, de 28 de Abril, com aprovação das orientações da política energética portuguesa e revogação da Resolução do Conselho de Ministros nº 154/2001 de 19/10.
- Resolução de Conselho de Ministros nº 14/2003, de 9 de Janeiro com estabelecimento das orientações estratégicas para a reorganização do sector energético e nomeação de um encarregado de missão para propor as linhas de reorganização do sector, a política de alianças empresariais, bem como a estruturação das operações que as permitem concretizar.
- Aquisição pela Parpública - Participações Públcas, S.G.P.S., S.A. ao Estado, no dia 31 de Dezembro de 2003, de 1.240.774 ações correspondentes a 0,748% do capital social da Galp Energia.
- A liberalização dos preços de venda ao público da gasolina sem chumbo 10 95, do gasóleo rodoviário e do gasóleo colorido e marcado através da Portaria nº 1423-F/2003 de 31/12.

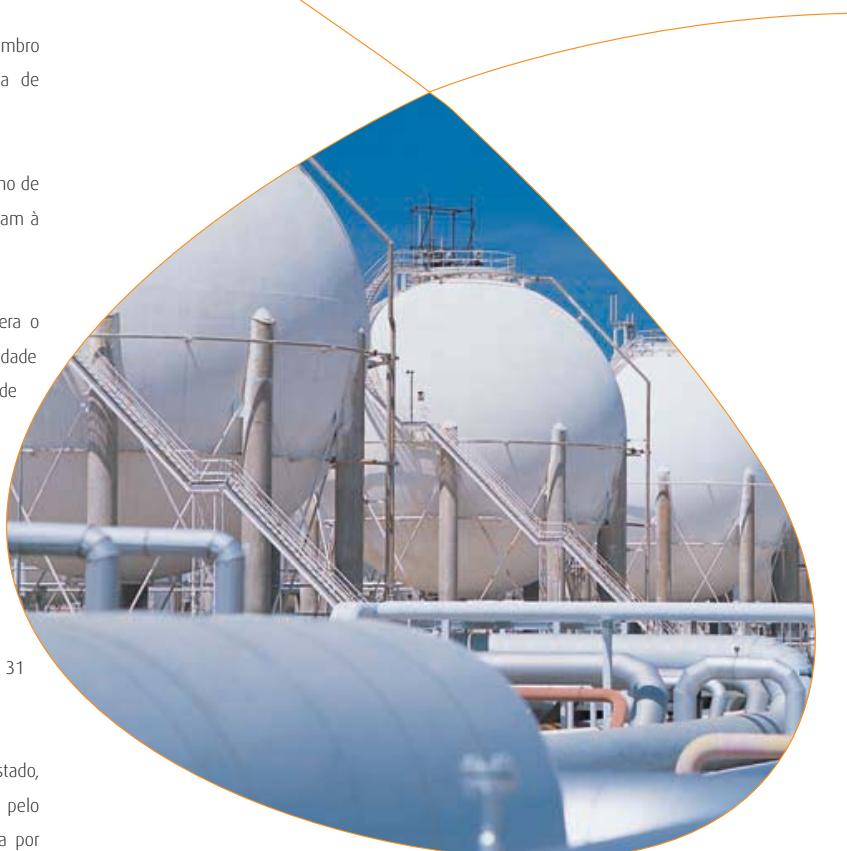
- Reforçou-se a presença no mercado espanhol com a aquisição da BP Enérica o que permitiu a integração de uma base de clientes atractiva e de uma plataforma logística que possibilitou o alargamento da cadeia de valor em Espanha, chegando mais próximo do cliente final.

- Conclusão dos investimentos no Terminal de Gás Natural Liquefeito em Sines e ligação desta infra-estrutura à rede nacional através do gasoduto Sines-Setúbal.

- Concretização da operação de **SWAPS**, processo que envolveu a troca com a Cepsa e a Total Fina Elf de 79 postos em Espanha, por cedência de 78 postos em Portugal, que permitiu concentrar posições nas seis regiões alvo em Espanha.

2004

- O Decreto-Lei n.º 233/2004 de 14 de Dezembro aprovou o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa na Comunidade Europeia, transpondo para a ordem interna a Directiva n.º 2003/87/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Outubro. Alteração pelo Decreto-Lei n.º 243-A/2004 de 31 de Dezembro.
- A Resolução do Conselho de Ministros n.º 171/2004 de 29 de Novembro aprovou o “Programa de Actuação para Reduzir a Dependência de Portugal face ao Petróleo”.
- Acidente no Terminal Petroleiro de Leixões da Petrogal em 31 de Julho de 2004, no decurso de obras de substituição dos **pipelines** que os ligam à Refinaria de Matosinhos.
- Foi aprovado o Decreto-Lei n.º 71/2004 de 25 de Março que altera o Decreto-Lei n.º 10/2001, de 23 de Janeiro, permitindo alargar a capacidade de armazenagem de produtos de petróleo com recurso à constituição de reservas em países comunitários.
- Portaria n.º 517/2004 de 20 de Maio com a definição do regime de constituição e manutenção de reservas de segurança de produtos petrolíferos e fixação da quantidade mínima dessas reservas.
- Entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2004 da liberalização dos combustíveis líquidos aprovada pela Portaria n.º 1423-F/2003 de 31 de Dezembro.
- Aquisição pela Parpública - Participações Públicas, S.G.P.S., S.A. ao Estado, durante o exercício de 2004, de 5.774.401 acções da Galp Energia, pelo que a participação social da Parpública passou a ser representada por 7.015.175 acções, correspondente a 4,2298% do capital da sociedade.



Factos Relevantes do Sector Energético Ocorridos em 2005

1. Aquisição da Ptroval

Em 31 de Janeiro de 2005, a Galp Energia, através da Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A., adquiriu à Total a totalidade do capital social da Empresa Petróleos de Valência, S.A - Ptroval, proprietária do Parque de Armazenagem Terminal de Valência.

2. Alienação da Participação da Portgás

Na sequência do exercício pela EDP - Energias de Portugal, S.A. do direito de opção de compra de ações e suprimentos prevista no "Contrato de Opção de Compra de Ações e de Suprimentos" celebrado em 14 de Novembro de 2003 entre a EDP por um lado, e a Galp Energia, a GDP S.G.P.S. e a GDP Distribuição, por outro, concluiu-se no dia 10 de Janeiro de 2005 a venda à EDP da participação financeira e suprimentos que a Galp Energia detinha indirectamente na Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A., a única concessionária regional de gás natural que a Galp Energia não controlava, representando um encaixe global de 84.974.201,24 euros.

3. Reestruturação do Sector Energético

Na sequência da decisão da Comissão Europeia de 9 de Dezembro de 2004, que considerou incompatível com as regras de mercado a aquisição por parte da EDP e ENI do controlo da GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A., o Governo, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005 de 24 de Outubro, aprovou a Estratégia Nacional para a Energia, a qual definiu as linhas mestras para o desenvolvimento das políticas para o sector, bem como o enquadramento para a reorganização das empresas do sector, no tocante a concessões de activos regulados, abertura do mercado e concorrência.

4. Alterações da Estrutura Accionista da Galp

Em Dezembro de 2005, a Parpública - Participações Públicas, S.G.P.S., S.A. adquiriu ao Estado 13.373.134 ações da Galp Energia, pelo que a participação social da Parpública passou a ser representada por 20.388.309 ações, correspondente a 12,293% do capital da sociedade.

No dia 7 de Dezembro de 2005 a EDP - Energias de Portugal, S.A. anunciou a venda da sua participação social na Galp Energia ao Grupo Américo Amorim.

A EDP - Energias de Portugal, S.A. informou ainda que celebrou, em simultâneo, com a REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. um acordo parassocial que regula as relações accionistas no âmbito da Galp Energia, tendo em vista, entre outras matérias, o entendimento das partes quanto à execução do processo de transferência para a REN dos activos regulados de gás natural (*unbundling*), atribuindo ao Grupo Amorim a opção de compra da participação social detida pela REN na Galp.

5. Acordo entre o Governo e a ENI

No dia 29 de Dezembro de 2005, foi assinado entre os principais accionistas da Galp Energia - Amorim Energia, ENI e REN - um acordo de longo prazo que define os moldes de gestão da empresa até 2010.

O documento prevê a possibilidade de a Caixa Geral de Depósitos vir a entrar neste acordo com uma participação de, pelo menos, 1% no capital da Galp Energia.

O acordo confere à Galp Energia a estabilidade accionista que cria as condições para a implementação de um plano estratégico ambicioso, de acordo com as principais orientações aprovadas por unanimidade na reunião do Conselho de Administração de 20 de Dezembro de 2005.

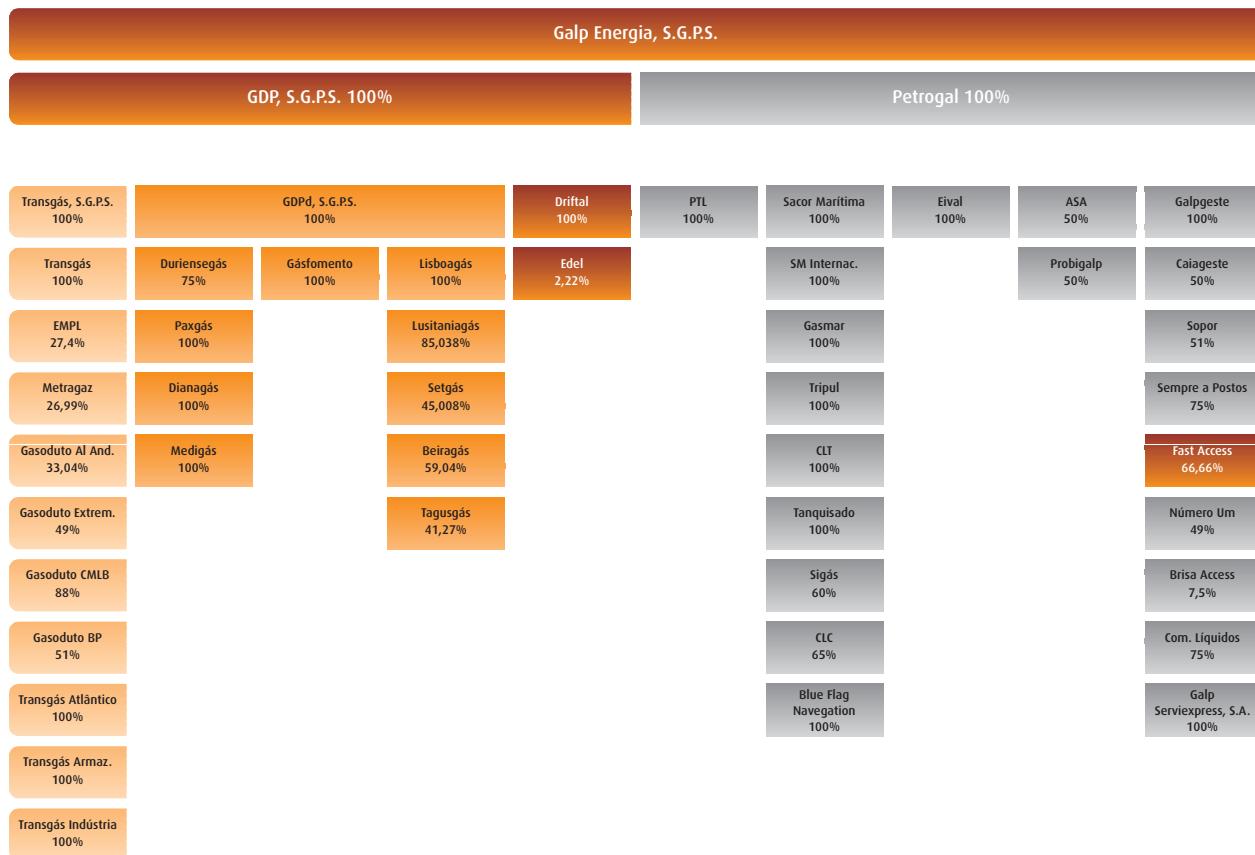
Os principais termos do acordo contemplam:

- A realização de um IPO em 2006, através do qual a Galp Energia colocará em Bolsa parte do capital detido pelo Estado Português;
- A venda à REN dos activos regulados de transporte e armazenamento de gás natural, de acordo com as orientações definidas pelo Governo para o sector energético;
- Um mecanismo de opção que, uma vez concluído o processo de alienação dos activos regulados de gás natural, confere à Amorim Energia o direito de adquirir a participação da REN na Galp Energia;
- No seguimento da aquisição por parte da Amorim Energia da participação da REN e da entrada da Caixa Geral de Depósitos no capital da Galp Energia, os accionistas ENI, Amorim Energia e Caixa Geral de Depósitos deterão, em conjunto, mais de dois terços do capital da empresa.

No âmbito deste acordo, todos os accionistas decidiram manter a actual estrutura de administração e de gestão da empresa.

Estrutura Orgânica e de Negócio

:: Grupo Galp Energia ::



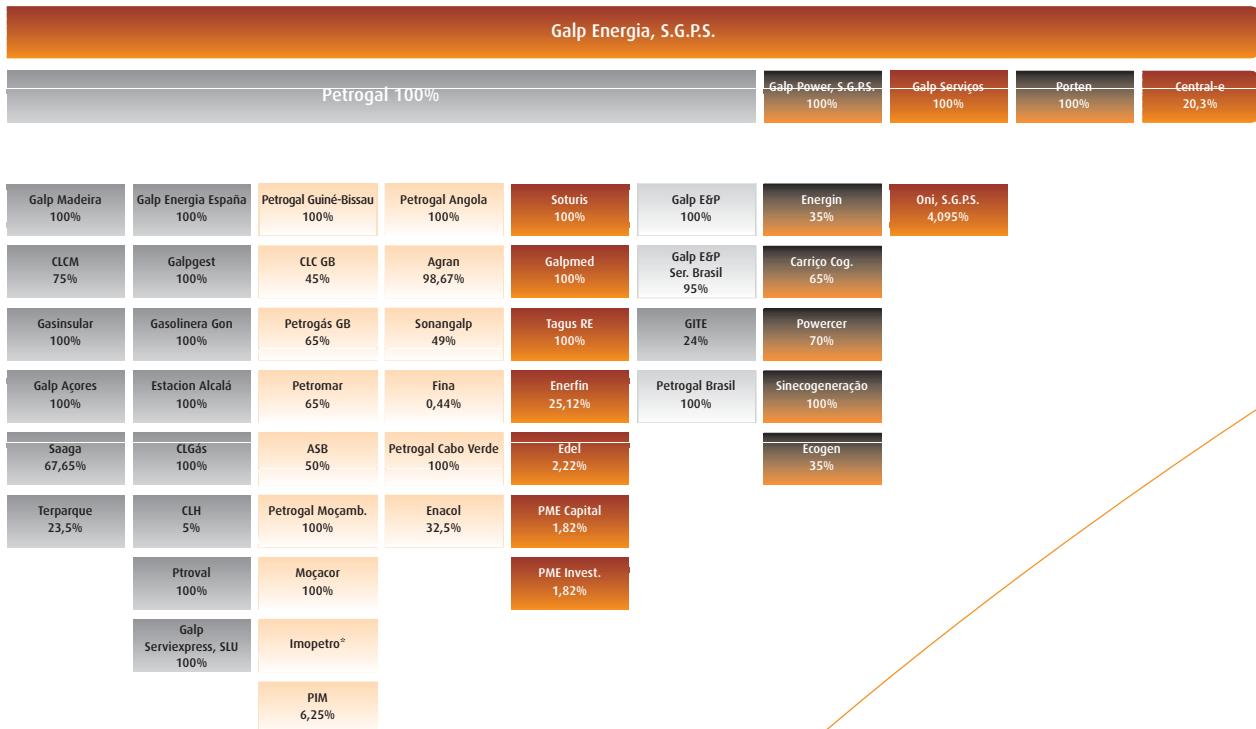
Segmentos de Negócio:

- Exploração e Produção
- Refinaria e Distr. Prod. Petrolíferos
- Aprov. e Transporte de Gás Natural
- Distribuição de Gás Natural
- Electricidade
- Internacional
- Corporate e Outros

* Participação variável em função do número de empresas que operam no mercado Oil & Gas, em Moçambique



:: Grupo Galp Energia ::







relatório de gestão

:: a Galp Energia atingiu no ano de 2005 os melhores resultados de sempre, com 442 milhões de euros de resultados líquidos. Este resultado representa um aumento de 33% face ao ano anterior (+108,9 milhões de euros) e comprova a sustentabilidade da performance económica da Empresa. ::

1. Principais Indicadores

:: 1.1. Indicadores Económicos e Financeiros ::

Indicador	2003	2004(*)	2005
(milhares de euros)			
Volume de negócios	7.413.548	9.258.519	11.126.563
(1) EBITDA	649.191	831.718	906.604
(2) Margem de EBITDA	12,2%	12,0%	10,3%
(3) EBIT	334.510	447.109	529.350
Resultado Líquido	247.446	333.064	441.959
(4) Cash Flow	562.127	717.673	819.213
(5) ROA após impostos	3,7%	5,3%	6,2%
(6) ROE	15,9%	18,8%	21,7%
(7) ROACE	7,9%	10,9%	14,9%
(8) Capital Empregue Médio	3.516.032	3.425.336	3.342.584
(9) Dívida Líquida Média	1.960.162	1.656.079	1.306.902
(10) Capital Próprio Médio	1.555.870	1.769.257	2.035.682
(11) Necessidades de Financiamento	204.092	432.943	308.901
Dívida Líquida / EBITDA	2,9 x	1,7 x	1,3 x
(12) EBITDA / Juros Líquidos	14,2 x	18,5 x	23,1 x
(13) Gearing	52,8%	42,9%	34,7%
(14) Debt to equity	111,9%	75,1%	53,2%
(15) Autonomia Financeira	27,6%	31,3%	35,1%
Investimento	466.319	334.992	333.107

(*) - Alguns indicadores sofreram alterações face ao publicado no Relatório de Gestão de 2004, por via do disposto no Decreto Lei nº 35/2005 (reclassificação de resultados extraordinários para operacionais)

- (1) - Resultados Operacionais + Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo + Provisões + Ajustamentos - Revisões de Amortizações e Ajustamentos
 (2) - EBITDA / Volume de negócios excluindo ISP
 (3) - Resultados Operacionais
 (4) - Resultados Líquidos + Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo + Provisões + Ajustamentos - Revisões de Amortizações e Ajustamentos
 NOTA: Cash Flow calculado na óptica da Demonstração de Resultados
 (5) - EBIT * (1 - taxa de IRC) / Activo Líquido Médio
 (6) - Resultado Líquido / Capital Próprio Médio
 (7) - [Resultado Líquido + Resultados Financeiros s/ equiv. Patrimonial * (1- taxa de IRC)]/ Capital Empregue Médio
 (8) - [Capital Próprio + Dívida Bancária + Suprimentos e Empréstimos Accionistas Líquidos (*) - Disponibilidades] a valores médios
 (9) - (Dívida Líquida ano n-1 + Dívida Líquida ano n) / 2
 (10) - (Capital Próprio ano n-1 + Capital Próprio ano n) / 2
 (11) - Resultado Líquido + Amortização do Exercício + Variação de Imobilizado + Investimento em Fundo de Maneio (inclus suprimentos)
 (12) - Juros Líquidos = Juros pagos (empresas do grupo e associadas + outros) - Juros recebidos (empresas do grupo e associadas + outros)
 (13) - (Dívida Bancária + Suprimentos e Empréstimos Accionistas Líquidos - Disponibilidades) / Capital Empregue com Interesses Minoritários
 (14) - (Dívida Bancária + Suprimentos e Empréstimos Accionistas Líquidos - Disponibilidades) / Capital próprio com Interesses Minoritários
 (15) - Capital Próprio com Interesses Minoritários / Activo Líquido
 (*) - Accionistas Passivo (Empréstimos e Suprimentos) - Imobilizado Financeiro (Empréstimos) - Accionistas Activo (Empréstimos e Suprimentos)

:: 1.2. Principais Indicadores Operacionais ::

Actividade Comercial	2003	2004	2005
Vendas de Petróleo Bruto (milhares de bbl)	1.856	1.707	1.826
Matéria Prima Tratada nas Refinarias (milhões de tons)	13,7	13,6	14,3
Vendas de produtos petrolíferos (1) (milhões de tons)	14,2	14,9	15,2
Vendas Totais Gás Natural (milhões de m ³)	3.443	4.015	4.234
Produção de Energia (Gwh)	726	1.219	1.375
Infra-Estruturas			
Número de postos rodovia ibéricos	1.090	1.094	1.060
Extensão da Rede de Gás Natural (km)	8.742	9.468	10.196
- Transporte	1.405	1.431	1.435
- Distribuição	7.337	8.037	8.761
Pessoas			
Número de Efectivos Galp Energia On Site (2)	5.390	5.806	5.909
Número de Efectivos Galp Energia Off Site (3)	3.482	3.635	3.702

(1) Inclui Espanha, Concorrentes, Exportações

(2) Inclui todas as empresas do Grupo Galp Energia

(3) Exclui Galpgest, Galpogeste e Gesoil

Nota: Valores da Rede de Distribuição GN corrigidos da alienação da Portgás, para efeitos de comparabilidade



1.3. Síntese por Segmento de Negócio

Galp Energia	2004	2005	%
(milhares de euros)			
Volume de Negócios	9.258.519	11.126.563	20%
EBITDA	831.718	906.604	9%
EBIT	447.109	529.350	18%
CAPEX	334.992	333.107	-1%
ROA (1)	7,6%	8,6%	1,0 p.p

(1) - Obtido por EBIT / Activo Total Consolidado sem Inv. Financeiros

Exploração e Produção	2004	2005	%
(milhares de euros)			
Volume de Negócios	42.575	66.638	57%
EBITDA	25.469	46.028	81%
EBIT	-19.343	23.537	-
CAPEX	74.874	82.435	10%
ROA (1)	-5,7%	7,7%	13,4 p.p
Volume Vendas (milhares de bbl)	1.707	1.826	7%

(1) - Obtido por EBIT / Activo Total Consolidado sem Inv. Financeiros

Refinaria e Distribuição de Produtos Petrolíferos	2004	2005	%
(milhares de euros)			
Volume de Negócios	8.380.620	10.019.083	20%
EBITDA	593.943	573.816	-3%
EBIT	345.885	306.028	-12%
CAPEX	162.115	155.255	-4%
ROA (1)	10,5%	9,1%	-1,4 p.p
Matéria Prima Tratada (milhões de tons)	13,6	14,3	5%

Aprovisionamento, Transporte e Venda de Gás Natural	2004	2005	%
(milhares de euros)			
Volume de Negócios	705.144	956.517	36%
EBITDA	146.914	197.636	35%
EBIT	94.251	151.909	61%
CAPEX	31.041	18.191	-41%
ROA (1)	5,9%	9,7%	3,8 p.p
Volume Vendas (milhões de m ³)	4.015	4.234	5%

(1) - Obtido por EBIT / Activo Total Consolidado sem Inv. Financeiros

Distribuição de Gás Natural	2004	2005	%
(milhares de euros)			
Volume de Negócios	196.523	226.066	15%
EBITDA	73.562	83.225	13%
EBIT	39.646	47.233	19%
CAPEX	61.972	70.782	14%
ROA (1)	4,3%	4,9%	0,6 p.p
Volume Vendas (milhões de m ³)	453	478	6%

(1) - Obtido por EBIT / Activo Total Consolidado sem Inv. Financeiros

Power	2004	2005	%
(milhares de euros)			
Volume de Negócios	14.241	24.780	74%
EBITDA	2.791	3.668	31%
EBIT	-93	710	-
CAPEX	3.854	1.233	-68%
ROA (1)	-0,2%	2,0%	2,2 p.p
Produção de Energia (Gwh)	1.219	1.375	13%

(1) - Obtido por EBIT / Activo Total Consolidado sem Inv. Financeiros





segmentos de negócio

:: a Margem Bruta registou um crescimento de 169,5 milhões de euros (11%) para os 1.695 milhões de euros. Para esta evolução foram decisivas as performances de todos os segmentos de negócio da Galp Energia. ::

2. Segmentos de Negócio

2.1. Exploração e Produção

	2004	2005	%
(milhares de euros)			
Volume de Negócios	42.575	66.638	57%
EBITDA	25.469	46.028	+81%
EBIT	-19.343	23.537	-
CAPEX	74.874	82.435	10%
ROA (1)	-5,7%	7,7%	13,4 p.p.
Volume Vendas (milhares de bbl)	1.707	1.826	7%

(1) - Obtido por EBIT / Activo Total Consolidado sem Inv. Financeiros

O segmento de negócio da Exploração e Produção é a representação do Grupo no sector **upstream** da indústria petrolífera. É da competência deste segmento a coordenação, supervisão, estudo e execução de todas as actividades relacionadas com a Prospecção, Pesquisa, Avaliação, Desenvolvimento, Produção e Comércio de Hidrocarbonetos. Esta actuação é complementada pela identificação, análise e promoção de novas oportunidades de desenvolvimento em novos projectos na área da exploração e produção petrolífera.

O negócio da Exploração e Produção atingiu no ano de 2005 um EBITDA de 46 milhões de euros. Este resultado representa uma melhoria de 20,6 milhões de euros (+81%) sobre o ano de 2004 e deve-se essencialmente a dois factores favoráveis:

- Incremento das quantidades vendidas (+119 mil barris; +7%);
- Aumento das cotações internacionais de referência às Vendas - Brent. A cotação Brent média anual foi de 54,5 usd/bbl, tendo ficado 42% (+16 usd/bbl) acima do verificado no ano de 2004. As vendas do E&P foram efectuadas a um valor médio de 45 usd/bbl, contra 31 usd/bbl do ano de 2004.

O negócio do E&P tem vindo a ser consolidado nos últimos anos, através de uma política de investimentos selectiva, orientada para a aquisição de participações em blocos de elevado potencial, preferencialmente em países de língua portuguesa (Angola e Brasil).

O investimento realizado nesta área de negócio ascendeu a 82,4 milhões de euros, representando um crescimento de 10% sobre o ano anterior. A prioridade dos investimentos foi para o Bloco actualmente em produção (Bloco 14), nomeadamente para a conclusão da Fase 1 do projecto de Benguela/Belize/Lobito/Tomboco. Os investimentos incidiram na preparação do arranque do campo Benguela-Belize e na realização das campanhas sísmicas e outros trabalhos de pesquisa.

A plataforma de sondagem e produção Benguela-Belize, situada no Bloco 14 em Angola, foi distinguida com o prémio "Projecto do Ano" pela **Offshore Energy Association**. Este é um dos galardões mais importantes da indústria, a nível mundial.

O portfolio de **upstream** da Galp Energia é constituído por 60 participações distribuídas entre Angola e Brasil. Em Angola, a Galp Energia detém participações em 6 Blocos. No Brasil, a Empresa detém 54 blocos dos quais 30 resultaram da "7ª Rodada", fechada durante o ano de 2005, todos em parceria com a empresa brasileira Petrobras.

Angola:

Bloco	Tipo	Operador	Participação Galp
Bloco 1/82 (Campo Safueiro)	Offshore	AGIP/ENI	10%
Bloco Central de Cabinda	Onshore	Devon	20%
Bloco 14	Deep offshore	Chevron	9%
Bloco 14K	Deep offshore	Chevron	4,5%
Bloco 32	Ultradeep Offshore	Total	5%
Bloco 33	Ultradeep Offshore	Esso	5%



Brasil:

Rodada	Bacia	Bloco	Tipo	Operador	Participação Galp
2	Santos	BM-S-8	Deep offshore	Petrobras	10%
2	Santos	BM-S-11	Deep offshore	Petrobras	10%
3	Santos	BM-S-21	Deep offshore	Petrobras	20%
3	Santos	BM-S-24	Deep offshore	Petrobras	20%
6	Potiguar	BT-POT-28	On shore	Galp Energia	50%
6	Potiguar	BT-POT-29	On shore	Galp Energia	50%
6	Potiguar	BT-POT-32	On shore	Petrobras	50%
6	Potiguar	BT-POP-36	On shore	Galp Energia	50%
6	E. Santo	BT-ES-23	On shore	Galp Energia	50%
7	E. Santo	BT-ES-24	On shore	Petrobras	50%
7	Sergipe-Alagoas	BT-SEAL-13	On shore	Galp Energia	50%
7		BT-ES-28	On shore	Petrobras	50%
7	Potiguar	BT-POT-59	On shore	Galp Energia	50%
7	Potiguar	BT-POT-56	On shore	Petrobras	50%
7	Potiguar	BM-POT-16	Deep offshore	Petrobras	20%
7	E. Santo	BM-ES-31	Deep offshore	Petrobras	20%
7	Potiguar	BM-POT-17	Deep offshore	Petrobras	20%
7	Potiguar	BT-POT-51	On shore	Galp Energia	50%
7	Potiguar	BT-POT-47	On shore	Galp Energia	50%
7	E. Santo	BT-ES-29	On shore	Galp Energia	50%
7	Potiguar	BT-POT-45	On shore	Petrobras	50%

Produção

Angola (Bloco 14)	2003	2004	2005
Quantidades produzidas (bbl)	1.801.780	1.654.957	1.551.300
Reservas Provadas (bbl)	50.600.000	44.300.000	38.100.000

A produção total do Bloco 14 ascendeu a 1.551 mil barris ficando 103,6 mil barris (-6%) abaixo do ano de 2004. Esta redução na produção deve-se em grande parte à alteração da **equity percentage** sobre a produção diária, que teve impacto na produção disponível para todos os operadores.

Ainda no Bloco 14, ocorreram outros factos relevantes:

- Preparação para entrada em produção da fase 1 de Benguela-Belize;
- Aprovação do projecto de engenharia do campo Lândana Tombua, estando previstos os contratos de fabricação para o ano de 2006;
- Estudos de avaliação das descobertas de petróleo nos campos de Gabela e Negage;
- Realização de duas grandes campanhas sísmicas no Bloco 14, para estudo do potencial da zona.

No Bloco 14K foram realizados trabalhos de exploração que confirmaram a existência de petróleo, seguindo-se o estudo de viabilidade económica.

Relativamente ao Bloco 1 está previsto o abandono para o 1º semestre de 2006, depois de ter produzido 6 milhões de barris.

As reservas provadas relativas à participação financeira da Galp Energia ascendem a 38,1 milhões de barris e foram revistas em baixa face ao ano de 2004, em que se cifravam em 44,3 milhões de barris. Esta revisão é explicada, por um lado, pela produção de 2005 e, por outro, pela revisão do volume de reservas resultado do estudo *Kuito Updated Reservoir Development Plan* preparado pelo Operador (Chevron).

Exploração

Os trabalhos de exploração ocorreram nos dois espaços geográficos de interesse. Em Angola, os factos mais relevantes passaram por uma nova descoberta de petróleo no Bloco 32 feita pelo poço denominado "Gengibre-2". Este bloco está localizado a Noroeste de Luanda, a cerca de 180 quilómetros da costa, numa área com uma profundidade de água de 1700 metros. No Bloco 33 completou-se a fase inicial de exploração, tendo-se registado uma descoberta de petróleo que está a ser avaliada do ponto de vista económico-financeiro.

No Brasil, continuaram os trabalhos de exploração nos Blocos resultantes da 2ª e 3ª Rodadas. Enquanto que no Bloco BM-S-8 se deu início aos trabalhos de preparação para a perfuração, no Bloco BM-S-11 registou-se o início da perfuração do 1º poço. Nos restantes Blocos os progressos incidiram sobretudo em estudos prévios de exploração.

Nos Blocos resultantes da "6ª Rodada" deram-se início aos trabalhos sísmicos de campo.

Projectos

Relativamente a novos projectos, o ano de 2005 destaca-se pelo início das diligências no sentido da apresentação de uma proposta para Blocos situados nas águas territoriais exclusivas de Timor e pela participação na "7ª Rodada" no Brasil.

2.2. Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos ::

	2004	2005	%
(milhares de euros)			
Volume de Negócios	8.380.620	10.019.083	20%
EBITDA	593.943	573.816	-3%
EBIT	345.885	306.028	-12%
CAPEX	162.115	155.255	-4%
ROA (1)	10,5%	9,1%	-1,4 p.p
Matéria Prima Tratada (milhões de ton)	13,6	14,3	5%

É da responsabilidade deste segmento assegurar, de forma atempada e sustentada, a cobertura das necessidades do mercado de produtos petrolíferos, seleccionando e aprovisionando as matérias-primas e produtos em vias de fabrico, e usando de forma eficaz e eficiente as infra-estruturas industriais de refinação, de petróleo e de logística. Depois de refinados, os Produtos Acabados são colocados no mercado aos clientes finais, particulares e empresas, pelas unidades comerciais.

O EBITDA gerado pelo segmento de negócio Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos foi de 573,8 milhões de euros e representa 63% do total da Galp Energia. Este resultado ficou 3% abaixo do verificado no ano anterior essencialmente devido aos custos não recorrentes suportados pela Empresa subjacentes à reestruturação do sector energético e aos benefícios pós-emprego. Sem estes custos o EBITDA seria de 613,2 milhões de euros e estaria 3% acima do ano anterior. O EBITDA de 2005 surge ainda penalizado pelo efeito *lag time* nos preços, que reflecte o desfasamento da alteração dos preços de venda face a alterações nos preços de compra. Em termos operacionais, contribuíram favoravelmente para o resultado do ano:

- O aumento dos volumes processados nas refinarias com recordes absolutos mensais;
- A melhoria das margens de refinação internacionais (com máximos históricos alcançados no último trimestre);
- Os níveis de Fiabilidade de 97% em Sines e 96% no Porto;

- O aumento da actividade comercial das unidades comerciais, alavancadas pelo crescimento em Espanha.

O investimento realizado no segmento de Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos ascendeu, no ano de 2005, a 155,2 milhões de euros ficando 4% abaixo do ano anterior. O principal investimento foi canalizado para a reconfiguração da área logística com o arranque da CLCM na Ilha da Madeira e para as Unidades Comerciais no âmbito do crescimento do negócio (postos de abastecimento e lojas) e da Inovação nomeadamente com a aquisição de novas garrafas de GPL "Pluma".

Refinação e Trading

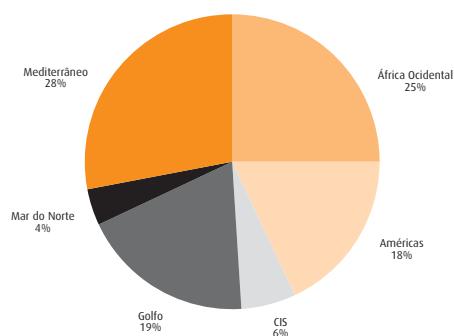
O negócio da Refinação no ano de 2005 ficou marcado pelo recorde de quantidades processadas, num ano em que as margens internacionais foram muito favoráveis. As crescentes exigências do mercado levaram a Empresa a adaptar-se às suas novas necessidades, e centraram-se, essencialmente, na adequação do aparelho refinador à "dieselização" do mercado e na optimização logística. A Refinação é actualmente um negócio voltado para o mercado, atento às necessidades dos clientes e à sua satisfação, e simultaneamente empenhado em bater os padrões de mercado em termos de eficiência.

O negócio da Refinação alcançou resultados históricos no ano de 2005 devido essencialmente a um duplo efeito favorável:

- Melhoria das margens **Benchmark** internacionais por aumento dos diferenciais de qualidade individuais dos produtos face ao crude;
- Aumento das quantidades processadas nas duas refinarias, com máximos históricos de produção mensal.

A política de aprovisionamento de crude continuou a ser a de diversificação das fontes de abastecimento em termos de localização geográfica.

Importação de Crude por Origem



O portofolio de aquisições pautou-se por uma optimização na procura no abastecimento de certas qualidades de ramas, conjugada com uma flexibilidade negocial ao nível do preço, razão pela qual o volume de cargas na modalidade **spot** se situou em cerca de 52%. A quantidade restante foi adquirida em contrato, sendo de salientar o volume (cerca de 18%) aprovacionado na modalidade de **frame agreement**, com negociação de preço carga a carga com o fornecedor. Os contratos a termo ("fixos") corresponderam a 30% do total.

O processamento de Petróleo Bruto e Outras Matérias-Primas atingiu um máximo de 14,3 milhões de toneladas, superando o ano anterior em 5% (cerca de +0,7 milhões de tons). Dando corpo ao posicionamento e orientação para o mercado e para a parceria com as unidades comerciais no sentido de satisfazer as necessidades dos clientes, a produção do ano de 2005 teve um peso significativo ao nível dos destilados médios (essencialmente gasóleo e jets) e do **fuel** (essencialmente bancas). A redução do mercado nacional de gasolinas foi absorvida pelas exportações para os EUA, mercado que se mostrou muito forte durante o ano de 2005.

Este posicionamento foi apoiado pela evolução favorável nos diferenciais das cotações internacionais de alguns produtos, por efeito do desequilíbrio do balanço procura/oferta a nível mundial, como foi o caso da evolução da cotação dos destilados e das gasolinas (esta última também influenciada pela época anormal dos furacões).

No ano de 2005 foram vendidos um total de 15,2 milhões de toneladas de produtos acabados, o que representa um acréscimo de 3% sobre o ano de 2004. As maiores variações registaram-se nas vendas de Bancas Aéreas e Marítimas (+31%) e nas Exportações (+16%).

Balanços de Crude e Produtos Galp Ibéricos	2003	2004	2005
(milhões de tons)			
Refinação			
Crude	12,7	12,7	13,1
Nafta	0,5	0,4	0,3
Outras Matérias-Primas	0,5	0,5	0,8
Produção	13,7	13,6	14,3
Produtos Refinados	12,8	12,7	13,1
Compras de Produtos (*)	1,9	2,1	2,1
Var. existências	-0,5	0,1	0,1
Produtos Disponíveis	14,2	14,9	15,2
Vendas Galp			
Concorrentes	4,4	4,3	4,2
Clientes (**)	7,2	7,5	7,3
Exportações (***)	1,6	2,0	2,3
Bancas	0,9	1,1	1,4
Total	14,2	14,9	15,2

(*) - Inclui Espanha. (**) - Inclui Espanha e Regiões Autónomas. (***) - Exclui Espanha.

Deve ainda referir-se o apoio dado pela Galp Energia ao Plano de Produção Nacional de Biocombustíveis através da celebração de protocolos com potenciais produtores nacionais, colaborando na definição das bases de projecto, tecnologias a adoptar, testes e ensaios laboratoriais, e na optimização das opções logísticas. A Galp Energia preparou as suas instalações, com as adaptações e investimentos necessários, para a recepção, controlo e incorporação de biocombustíveis no sistema logístico, de acordo com a Directiva Europeia, garantindo ao mesmo tempo os seus interesses fundamentais.

A cultura e a prática de melhoria contínua, que vem sendo persistentemente implementada nos últimos anos, tem permitido melhorar a **performance** da actividade de Refinação e atingir níveis adequados de remuneração dos activos. Com este objectivo, a Galp candidatou-se à constituição de um Núcleo de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico "NITEC" na Refinaria do Porto, que consiste na criação de uma equipa com características de permanência, dedicada ao desenvolvimento de competências tecnológicas que possam originar novos produtos, processos ou soluções, ou mesmo a introdução de melhorias significativas nos já existentes. O NITEC da Refinaria do Porto, foi aprovado pela Agência de Inovação - Adi - durante o ano de 2005.

Uma das grandes prioridades do ano de 2005 foi a expansão logística. Com a aquisição e integração da Ptroval na **Supply Chain** da Galp Energia no início do ano, foi possível concretizar as primeiras importações a partir de Espanha. Também com a entrada em funcionamento das instalações da CLCM (Companhia Logística de Combustíveis da Madeira) reforçou-se a capacidade de abastecimento à Ilha da Madeira, em regularidade e permanência.

Relativamente à infra-estrutura "Monoboia", e depois do processo judicial ocorrido em anos anteriores, avançou-se para a instalação de uma nova unidade prevendo-se que comece a operar no 3º trimestre de 2006. Este activo permitirá reduzir os custos logísticos e aumentar a flexibilidade e rentabilidade da Refinaria do Porto no que se refere às descargas de crude.

Em termos ambientais, é de destacar o projecto de licenciamento ambiental das Refinarias, que constitui um grande desafio para os próximos anos no que se refere ao cumprimento dos objectivos de redução de emissões de gases com efeito estufa e ao aumento da eficiência energética. O principal objectivo deste licenciamento, no âmbito da legislação (Decreto-Lei nº 194/2000), é garantir a protecção do ambiente, prevenindo e reduzindo o impacto das actividades de Refinação ao nível dos recursos hídricos, solos e emissões atmosféricas.

Foram atribuídos às Refinarias de Sines e Porto, durante o ano de 2005, os Títulos de Emissão de Gases de Efeito de Estufa (TEGEE) e respectivos montantes de Licenças, para efeitos do Comércio de Licenças de Emissão de CO₂. Nas Refinarias já se encontra implementado um sistema de monitorização e controlo das emissões de CO₂, tendo sido, inclusivé, tomadas algumas medidas no âmbito da sua redução, nomeadamente através de um melhor aproveitamento energético, da alteração das características dos combustíveis consumidos e da redução das perdas por descarga no sistema de segurança.

Na área da Segurança, destaca-se, na Refinaria de Sines, o registo de 1 milhão de horas trabalhadas sem acidentes com baixa, demonstrando-se a importância cada vez maior que este tema têm vindo a assumir na Empresa.

O investimento realizado em 2005 ascendeu a 76,3 milhões de euros e foi maioritariamente canalizado para a área da Refinação, para a conclusão do projecto logístico do Parque do Caniçal, na Madeira (CLCM), para a construção da armazenagem estratégica (CLC) que deverá ficar concluída em 2006 e para o investimento na aquisição da empresa espanhola Ptroval - Petróleos de Valência, SAU.

Nas Refinarias são de destacar, em especial, os projectos de remodelação da armazenagem e expedição de Betumes (Sines), o revamping da Unidade HV (Sines) e a substituição de tubagens e melhoria das condições de segurança do Terminal de Leixões (Porto).

Químicos

O ano de 2005 caracterizou-se por uma menor atractividade das margens de extração de aromáticos relativamente ao ano anterior.

A forte subida do custo médio da matéria-prima Reformado, cuja valorização está directamente relacionada com as cotações da gasolina, não foi acompanhada por cotações mais elevadas dos aromáticos; maiores incrementos de preço dos seus derivados iriam afectar a procura e incentivariam a sua substituição por produtos alternativos.

Apesar do contexto de margens desfavoráveis, foram vendidas 540 mil toneladas representando um aumento de 7% face ao ano anterior. A maior parte das vendas tiveram como destino as exportações (73%).

Retalho

Em Portugal, o negócio do Retalho de combustíveis ficou marcado por um contexto concorrencial mais forte, fruto do crescimento, por compra, de um segundo operador com uma posição de mercado relevante, e pelo aumento da participação dos hipermercados neste negócio.

Neste contexto, assistiu-se à pressão nos preços e à deterioração das margens, num ano em que se registou uma quebra na procura em resultado da recessão económica que a Europa atravessa e a que o país não é alheio. O Mercado Nacional do Retalho de combustíveis líquidos caiu 3% face ao ano anterior sendo a Gasolina o principal produto responsável, com uma quebra de 7%.

Em Espanha, a oferta concentrou-se em torno de três grandes operadores que, em conjunto, detêm mais de 70% de quota de mercado. Ao contrário do que se verificou em Portugal, o mercado Espanhol cresceu +1,3% face ao ano anterior (essencialmente impulsionado pelo gasóleo: +5%). A Galp Energia desenvolve a sua actividade em Espanha em seis regiões - alvo que representa cerca de 65% do mercado total Espanhol.

Em termos Ibéricos, o negócio do Retalho atingiu os 3,2 milhões de m³ vendidos, ficando praticamente em linha com o ano anterior. O comportamento das vendas Galp foi sustentado pelo aumento das vendas médias por posto (3,1 mil m³, +4% do que em 2004) conseguido com uma rede inferior em 34 postos, consequentemente, mais eficiente e optimizada.

Número de Postos	2004	2005	Var.
TOTAL	1.094	1.060	-34
Portugal	860	837	-23
Espanha	234	223	-11

Com impacto favorável nas vendas de combustíveis, a parceria com a SONAE (Campanha "Vice-Versa") é a demonstração clara de uma estratégia de parceria vencedora que trouxe valor para as empresas envolvidas.

No seguimento da filosofia de criação de uma relação de proximidade com o cliente e de oferta de soluções para satisfazer as suas necessidades, a Galp:

- Alargou a sua gama de combustíveis Premium, com o lançamento da Gasolina G-force sem Chumbo, no seguimento da aposta na diversificação de combustíveis iniciada em 2004;



- Deu seguimento à estratégia de desenvolvimento do negócio **non fuel** através da expansão da rede de lojas com a abertura de 12 novas lojas.

Número de Lojas	2004	2005	Var.
M24	86	92	6
Tangerinas	62	68	6
TOTAL	148	160	12

Destaca-se, ainda, a importância dos Centros Midas, que atenderam, durante o ano, mais 10,3 mil clientes que no ano anterior (+44%) e o crescimento do negócio das Lavagens. Em Portugal, fizeram-se, nos postos Galp, 814 mil lavagens, valor que ficou 4% acima do ano anterior. Em Espanha, aproveitando a experiência e as competências desenvolvidas em Portugal, foi lançada a Galp TV.

Os investimentos do Retalho, que ascenderam a 46,2 milhões de euros foram essencialmente canalizados para a optimização da rede de distribuição ibérica, quer na construção de novos postos de abastecimento, em zonas seleccionadas, quer na desactivação de posições consideradas menos rentáveis, e para a expansão do negócio da conveniência (12 novas lojas).

Adicionalmente, procedeu-se à reestruturação das infra-estruturas dos Sistemas de Informação, com o arranque do Programa TIGER (Transformação das Infra-estruturas da Galp Retalho) nas seguintes iniciativas: Sistemas Locais dos Postos, Gestão de Transacções, Sistemas de Back-Office do Negócio e Sistema de Suporte ao Negócio da Conveniência. Este projecto irá dar um contributo fundamental na adequação dos sistemas de informação às necessidades do negócio.

Em 2005, a Galp apostou na redefinição da gestão da rede de distribuição em Portugal e na consolidação e “purificação” da rede em Espanha, redimensionando a estrutura de custos à dimensão real do negócio, de forma a preparar a Empresa para os desafios de um crescimento rentável.

Empresas

O ano de 2005 no negócio comercial das Empresas ficou marcado por uma consistência estratégica assente no crescimento rentável do negócio, na disciplina de custos e na melhoria da gestão da dívida de clientes.

Nesta unidade, as vendas Oil Ibéricas foram de 5,5 milhões de toneladas o que representa um crescimento de 1 milhão de toneladas face ao exercício

transacto, do qual cerca de metade teve origem na aquisição de uma empresa em Espanha. Mas, mesmo excluindo o efeito desta aquisição, os volumes vendidos superaram o ano anterior em 13,5%, suportados por um crescimento de 11,6% em Portugal e 19,5% no mercado espanhol.

Em Portugal, a prioridade do negócio de Wholesale foi a consolidação do mercado nacional e o reforço da relação comercial com os clientes através de celebração de contratos a médio/longo prazo.

O desenvolvimento da actividade em Espanha passou por explorar o potencial de crescimento nos segmentos onde a Galp Empresas já actuava. Depois da aquisição da ex-BP Enertrica (actual Serviexpress Espanha), 2005 foi o ano em que se procedeu à sua reestruturação e integração na cadeia de valor da Galp Energia. O Plano de Reestruturação, lançado no início do ano, torna este activo logístico mais rentável e constitui uma alavanca aos negócios comerciais em Espanha, demonstrado pela quota de mercado de Wholesale, que cresceu para os 5%, tendo atingido no gasóleo os 9%.



Neste negócio, a gestão da relação com o cliente é assegurada pelo CORé (Centro Operacional de Relacionamento) que materializa a aproximação da Empresa ao cliente. Em 2005, registaram-se ganhos de eficácia e eficiência em determinados processos-chave da relação com o cliente como a gestão de encomendas (eOrdering), automatização do cálculo e emissão de bonus, e automatização da emissão de propostas e contratos. O índice de satisfação do cliente externo foi de 87,1% o que representa uma melhoria face ao ano anterior.

O investimento realizado em 2005 foi de 14,8 milhões, sendo de referir, em especial, a expansão do conceito Serviexpress a nível ibérico, o investimento no projecto Distribuidores (envolvendo o reforço das relações comerciais com este segmento de mercado, por via da celebração de contratos de médio prazo), e o investimento inerente à angariação e fornecimento de fuelóleo a dois grandes clientes do sector eléctrico da Região Autónoma da Madeira (EEM - Empresa de Electricidade da Madeira e AIE - Atlantic Islands Electricity).

Por negócios, os destaques do ano foram:

Aviação

No negócio da Aviação salienta-se a capacidade de aproveitar o crescimento do mercado para aumentar as vendas. A estabilização da carteira da Aviação através do reforço do relacionamento com os principais clientes e da renegociação de contratos, bem como a angariação de novos clientes, permitiram aumentar em 3% o número de abastecimentos Galp nos aeroportos e incrementar os volumes vendidos em cerca de 13% (+57,7 mil toneladas). Em termos logísticos manteve-se a orientação no sentido de optimização operacional.

Em Espanha, depois de 2004 ter sido marcado pela entrada nos quatro principais aeroportos espanhóis, 2005 foi o ano em que se começou a capturar o efeito dessa aposta estratégica, com o volume de vendas a atingir as 72 mil toneladas, distribuído por 12 aeroportos.

Marinha

Na Marinha, o ano de 2005 trouxe um novo recorde histórico de vendas, com um total de 851,8 mil toneladas. Os factores-chave desta performance de crescimento de 33% foram o aumento das vendas de fuel bancas para armadores estrangeiros - aproveitando a boa performance das nossas refinarias para um melhor posicionamento no mercado internacional com uma oferta mais competitiva, bem como para armadores de comércio nacionais.

Incrementaram-se os abastecimentos de gasóleo na Galiza para o segmento de mercado pescas, o que possibilitou o aumento dos volumes vendidos em 18,6% face a 2004.

De salientar ainda o início da operação de uma barcaça de casco duplo, o Galp Marine, com 3.000 tdw, para suportar o negócio de bancas. Este activo demonstra o compromisso da Empresa relativamente a aspectos

ambientais e de segurança, na medida em que representa uma antecipação de cerca de três anos relativamente a exigências legais em termos de requisitos de casco duplo.

Extra-Rede

No negócio da Extra-Rede prosseguiu-se a política de consolidação da relação comercial com os principais clientes do segmento de transportes (através de contratos plurianuais e serviços prestados, entre outros) e avançou-se com a implementação do Projecto dos Distribuidores no segmento de Revenda. Os volumes vendidos nestes segmentos em Portugal cresceram mais de 3% e aproximaram-se de 1 milhão de toneladas.

O Projecto dos Distribuidores define um novo modelo de relacionamento comercial e baseia-se em dois conceitos principais: **co-branded** e **Serviexpress**. No retalho independente **co-branded** a proposta de valor assenta na imagem de revendedor de produtos Galp e na utilização de meios de pagamento e de fidelização Galp. No modelo da marca Serviexpress ibérica, através de vendas directas ou dos revendedores, procura-se fazer a cobertura do *last mile* da cadeia de valor através da distribuição de gasóleo ao domicílio para clientes domésticos e pequenas empresas. Em 2005 foram dados passos muito importantes para a concretização deste projecto.

Em Espanha, a actividade do ano foi muito focalizada na reestruturação (redução de custos e optimização comercial e logística) da ex-BP-Enértica, actual Serviexpress, e na integração desta empresa na cadeia de valor da Galp Energia. Num contexto extremamente competitivo, o negócio da Extra-Rede, incluindo a Serviexpress, atingiu um volume de vendas superior a 1,3 milhões de toneladas.

Indústria

Na Indústria Oil a Galp Empresas manteve a liderança no abastecimento à indústria portuguesa por via da celebração de contratos a médio prazo com os principais grupos económicos nacionais e da angariação de novos clientes. Em 2005, os volumes vendidos no Continente e Ilhas cresceram cerca de 11% em relação ao período homólogo.

Em Espanha, a melhoria das condições logísticas permitiu continuar a aposta de crescimento neste mercado. Os volumes vendidos aumentaram 7% face ao ano anterior.



Lubrificantes

Em 2005, em Portugal, as vendas totais de lubrificantes e óleos base neste segmento de negócio aumentaram 13% em relação ao ano anterior, tendo sido lançados novos produtos, muito em linha com o esforço de inovação transversal a toda a Empresa.

A optimização continuada do processo de integração vertical do negócio permitiu a esta unidade ganhos de eficiência operacional nas áreas de Produção e Logística. Num momento em que o preço internacional das matérias-primas usadas no fabrico de lubrificantes atingiu recordes históricos, estes ganhos de eficiência revelaram-se essenciais para o negócio manter uma oferta competitiva de produtos nos diferentes segmentos de mercado e conseguir bons resultados comerciais.



Em Espanha, em ano de reestruturação do negócio, as vendas cresceram cerca de 25%, sendo este aumento suportado, fundamentalmente, pela procura de óleos base.

Empreiteiros

O negócio de Empreiteiros em 2005 caracterizou-se pela estabilidade dos volumes vendidos no mercado ibérico. O crescimento das vendas no mercado nacional permitiu atenuar a quebra de volumes comercializados no país vizinho. Em termos globais, as vendas neste segmento atingiram cerca de 530 mil toneladas.

No âmbito da logística deu-se seguimento ao processo de verticalização do negócio de Betumes o que permitiu capturar ganhos de eficiência operacional, optimizar a gestão dos stocks e melhorar a relação comercial com os clientes.

O negócio de Betumes da Galp Energia passou também a estar certificado em 2005 pela APCER - Associação Portuguesa de Certificação. Esta certificação foi concedida ao sistema de qualidade na gestão da produção, distribuição e comercialização de betumes, cumprindo os requisitos constantes da Norma Portuguesa de Gestão da Qualidade, NP EN ISO 9001:2000. A Certificação obtida pelo negócio de Betumes mostra o compromisso na melhoria contínua dos processos e contribui para o reforço da competitividade do negócio, bem como para elevar dos padrões de qualidade em linha com as melhores práticas internacionais do sector.

GPL

A quota de mercado global do negócio do GPL em Portugal manteve-se alinhada com o ano de 2004, nos 44%. No entanto, em virtude do efeito de substituição do GPL pelo Gás Natural e de factores exógenos adversos, nomeadamente a subida da temperatura média e a recessão económica, houve um decréscimo de vendas de 4% no mercado ibérico.

Em Espanha, as vendas cresceram 16% face a 2004. O negócio teve um enfoque comercial particular no segmento Granel, onde os preços são liberalizados. A aposta neste segmento permitiu combater a erosão das margens no segmento das garrafas, onde o mercado é fortemente regulamentado e dependente da evolução das cotações internacionais. O crescimento no Granel ultrapassou os 40% (cerca de 400 novos clientes).

Em termos logísticos, consolidou-se o abastecimento para Espanha (região da Andaluzia) a partir da estrutura logística criada em Sines, permitindo tornar mais competitiva a operação nesta região do país vizinho.

Continuando a privilegiar a inovação na relação com o cliente, a Galp lançou, em Outubro, a nova garrafa "Pluma", de fabrico 100% nacional, sinónimo de inovação, design e segurança. Apenas em três meses, a fábrica atingiu a capacidade máxima de produção desta garrafa, sendo os enchimentos efectuados just in time.

A garrafa "Pluma" arrecadou um conjunto de prémios, com destaque para o IF Product Design Award 2006 que representa actualmente um símbolo de excelência no design, ostentado pelas empresas e ateliers vencedores como um certificado de qualidade, orientação para a inovação e espírito de competição.

A atribuição do IF Seal of Design Excellence à "Pluma" representa o reconhecimento pelo mais exigente júri internacional da "qualidade do design, capacidade de execução, escolha dos materiais, grau de inovação, respeito pelo ambiente, funcionalidade, ergonomia, percepção de utilização, segurança, valor de marca e marca" deste novo produto Galp.

Já no início de 2006, a "Pluma" viria a receber um terceiro galardão internacional - o prémio especial Best of the Best do Red Dot Design Awards. Criado em 1955 pelo Design Zentrum Nordrhein Westfalen para galardoar os melhores trabalhos de design a nível internacional, o Red Dot Product Design Award teve este ano a sua 51^a edição.



Em 2005, o índice de satisfação agregado dos Clientes de GPL manteve-se em cerca de 80%, um valor significativamente acima do referencial do sector energético, pesem embora as reservas com que se podem comparar índices obtidos com sistemas diferentes. No caso do segmento do gás em garrafa, este índice chegou mesmo a ultrapassar os 81%, quer no Continente, quer nas Regiões Autónomas.

O investimento realizado no negócio do GPL ascendeu a 18 milhões de euros e centrou-se sobretudo no desenvolvimento do Canalizado, no lançamento da nova garrafa "Pluma", na modernização do Parque de Perafita, na instalação do sistema de telemetria em reservatórios instalados nos clientes e na expansão do Propano a Granel em Espanha.

:: 2.3. Aprovisionamento, Transporte e Venda de Gás Natural ::

	2004	2005	%
(milhares de euros)			
Volume de Negócios	705.144	956.517	36%
EBITDA	146.914	197.636	35%
EBIT	94.251	151.909	61%
CAPEX	31.041	18.191	-41%
ROA (1)	5,9%	9,7%	3,8 p.p.
Volume Vendas (milhões de m ³)	4.015	4.234	5%

(1) - Obtido por EBIT / Activo Total Consolidado sem Inv. Financeiros

O Aprovisionamento, Transporte e Venda de Gás Natural é o segmento de negócio que tem a responsabilidade de explorar e rentabilizar os activos de apropriação, transporte, armazenagem e distribuição de Gás Natural em alta pressão. Assim, esta Unidade de Negócio vende aos segmentos Eléctrico, Industrial e Distribuidoras Regionais.

No ano de 2005 o EBITDA deste sector atingiu os 197,6 milhões de euros, tendo superado o ano anterior em 35%, (+50,7 milhões de euros). Este resultado foi obtido essencialmente devido a:

- Aumento nas quantidades vendidas. Em 2005 foram vendidos 4,2 bcm, o que representa um aumento de 0,2 bcm sobre o ano anterior (5%). Este acréscimo foi essencialmente gerado no segmento Eléctrico, tendo para isso contribuído os reduzidos índices de pluviosidade e o início do fornecimento ao 3º Grupo da Central Termoeléctrica do Ribatejo. No segmento industrial, e apesar de recessão económica sentida, os volumes aumentaram 6%.

Num ano em que a actividade industrial se manteve débil, a Indústria de Gás Natural contratou 10 novos clientes e foram renegociados cerca de 60

contratos. A boa **performance** registada nos volumes foi acompanhada pelo esforço de redução de dívida vencida e pela melhoria dos prazos de recebimento. O prazo médio de recebimento registou uma melhoria de cerca de 2 dias relativamente ao ano anterior.

As vendas de Gás Natural aos grandes clientes industriais representaram, em 2005, 35% do volume total do fornecimento nacional. A cogeração, as indústrias de cerâmica e do vidro continuam a ser os sectores de actividade mais importantes deste negócio.

- Melhoria das margens unitárias. O sector do gás natural não ficou imune à escalada das cotações internacionais do crude e dos produtos, de tal forma que o custo de compra do gás natural (cabaz Sonatrach) aumentou 42% face ao ano anterior, reflectindo-se nos preços de venda.

O Aprovisionamento, Transporte e Venda de Gás Natural conta, actualmente, com três fontes distintas de apropionamento:

- Argélia: segundo principal fornecedor da Europa e com o qual a Transgás tem um contrato de longa duração;
- Nigéria: contratos de longa duração para a aquisição de Gás Natural Liquefeito;
- Mercado **spot**, onde a Empresa tem vindo a adquirir carregamentos de Gás Natural Liquefeito pontualmente disponíveis no mercado internacional e oriundos de proveniências várias.

Este segmento de negócio foi estruturado para privilegiar a diversidade do apropionamento de gás natural como forma de evitar situações como as que ocorreram no final de 2005/início de 2006 na Europa, por restrição no abastecimento à Ucrânia. Durante o último exercício, 61% das compras do ano tiveram origem na Argélia e 37% na Nigéria. O restante refere-se a outros contratos e a compras efectuadas no mercado **spot** com o objectivo de aproveitar oportunidades no mercado.

O ano de 2005, neste segmento, foi ainda importante no que se refere à conclusão e ao início de exploração de algumas infra-estruturas de suporte ao negócio. No que respeita ao projecto de Armazenagem Subterrânea de Gás Natural procedeu-se ao enchimento de duas cavernas (correspondentes a 170 milhões de m³ GN) e ao início da lixiviação de uma 3^a caverna, cuja finalização e subsequente enchimento se encontra programado para o quarto trimestre de 2006.

No Terminal de Sines, após a entrada em exploração no ano de 2004, foram descarregados 23 navios duplicando os carregamentos em camiões cisternas - 1059 - para abastecimento às UAG's (810) ou para **Trading** (249). Toda esta operação foi conseguida com elevados níveis de eficiência e disponibilidade da Instalação (99,9%).

Nas infra-estruturas de acesso a clientes, destaque ainda para a finalização dos trabalhos de construção de alguns ramais de ligação a clientes industriais (nomeadamente o ramal industrial de Viana do Castelo para a Portucel), de Unidades Autónomas de Gaseificação (UAG de Portimão e Estrela D' Alva), bem como para as operações de ampliação das Unidades de Enchimento de Gás às frotas da Carris e dos STCP, em Lisboa e Porto respectivamente. Uma palavra, ainda, para o importante projecto de registo de serviços que teve o seu início no ano anterior e que permitiu sanar, neste exercício, a situação de mais 7000 parcelas que não foi possível registar durante o período de construção dos Gasodutos Principais.

De salientar que estudos internos levados a cabo pela Empresa demonstraram a adequação das infra-estruturas existentes à satisfação das actuais necessidades e ao crescimento estimado do mercado nacional até 2009.

Em termos operacionais, a actividade do Aprovisionamento, Transporte e Venda de Gás Natural foi muito enfocada em aspectos relacionados com a segurança e eficácia das operações. Relativamente à segurança, 2005 foi mais um ano sem incidentes e sem qualquer interrupção no abastecimento aos clientes. Adicionalmente, obteve-se a Certificação em Segurança como o culminar de um processo que mobilizou toda a estrutura deste negócio, que vê agora reconhecida pela APCER a adequação do Sistema Integrado de Gestão de Ambiente, Qualidade e Segurança (SIGAQS) às exigências da norma OHSAS 18001/NP4397.

Os estudos realizados e as medidas entretanto implementadas nos diferentes sistemas permitiram alinhar as perdas operacionais de gás natural com o expectável e em linha com as melhores práticas internacionais. Este procedimento foi essencial na preparação da infra-estrutura de transporte para o acesso de terceiros.

A Directiva Comunitária nº 2003/55/CE obriga a que seja mantida uma separação contabilística das actividades comercial e de transporte e, assim, a autonomização da Gestão daquelas actividades, de forma a criar condições efectivas para o livre acesso de terceiros às redes de energia e para permitir a liberalização do mercado de Gás Natural.

Consciente da importância destas disposições para a futura abertura do mercado nacional do Gás Natural, a Galp Energia lançou com muita antecedência um conjunto de acções transversais a todo o negócio, de forma a criar as condições que permitissem a efectiva separação de actividades.

Entre estas acções destacam-se a separação contabilística, com recurso à metodologia CBA - Custo Baseado em Actividades, bem como a preparação de um instrumento fundamental para a gestão do acesso de terceiros às infra-estruturas operadas pela Transgás, o "Código de Rede" - cuja versão "K" foi entregue à ERSE e à DGGE em Agosto último - e, já no final de 2005, a autonomização orgânica e funcional da Unidade de Transporte de gás natural, o embrião da futura empresa de transporte.

Em 2005 investiram-se 18,2 milhões de euros, que foram essencialmente direcionados para a conclusão e colocação em exploração de infra-estruturas de suporte ao negócio, ao nível da armazenagem, transporte e fornecimento de gás natural.

:: 2.4. Distribuição de Gás Natural ::

	2004	2005	%
(milhares de euros)			
Volume de Negócios	196.523	226.066	15%
EBITDA	73.562	83.225	13%
EBIT	39.646	47.233	19%
CAPEX	61.972	70.782	14%
ROA (1)	4,3%	4,9%	0,6 p.p
Volume Vendas (milhões m ³)	453	478	6%

(1) - Obtido por EBIT / Activo Total Consolidado sem Inv. Financeiros

A distribuição de gás natural é o segmento de negócio que concentra a actividade desenvolvida pelas Distribuidoras Regionais e que consiste na condução do Gás Natural pela Rede de Distribuição até aos clientes finais, sejam eles clientes domésticos, não-domésticos ou grandes clientes.

No ano de 2005 registou-se a alienação da Empresa concessionária Portgás que gerou uma mais-valia de 48 milhões de euros.

Este segmento de negócio alcançou um EBITDA recorde de 83,2 milhões de euros, valor que excede em 9,7 milhões de euros (13%) o do ano anterior. Esta evolução é tanto mais notável quanto é certo que ocorreram dois factores adversos que prejudicaram o cash flow operacional do negócio:

- O factor temperatura que, após dois meses frios no início do ano, registou um conjunto de meses secos e quentes nada favoráveis à utilização e consumo de gás natural;

- A recessão económica com impacto sobretudo nos volumes consumidos pelo segmento não-doméstico.

Ainda assim, os volumes de vendas agregados do segmento da Distribuição de gás natural atingiram os 478 milhões de m³ de gás natural e ficaram 6% acima do ano anterior (expurgando a actividade da Portgás para efeitos de comparabilidade). Os principais aumentos registaram-se nos segmentos doméstico (8%) e grandes clientes (5%).

O número de clientes de distribuição de gás natural atingiu os 739 mil, o que representa um incremento na base de clientes de 8% (56 mil clientes) sobre o ano 2004.

Para além da contribuição dos volumes vendidos, o aumento no EBITDA teve ainda a contribuição resultante da melhoria registada ao nível da eficiência de custos. Os custos cash representaram, no ano de 2005, 46% da Margem Bruta, representando uma melhoria de 2 p.p. face ao ano anterior.

É ainda de assinalar a expansão da actividade comercial com a entrada em novas áreas no sul do País (Portimão e Sines).

Os investimentos efectuados no negócio da distribuição de gás natural ascenderam a 70,8 milhões de euros e foram direcionados, essencialmente, para a expansão da rede das distribuidoras para zonas seleccionadas, com base em critérios de criação de valor.

No final de 2005 a infra-estrutura de distribuição de gás natural abarcava uma extensão total de 8.761 km de rede, o que traduz um aumento de 724 km face ao ano anterior (9%), dirigido maioritariamente para a construção de rede secundária e ramais de ligação a clientes. O ritmo de construção de rede tem vindo a abrandar nos últimos anos devido à maior selectividade dos investimentos efectuados.

De salientar o forte contributo da optimização que vem sendo conseguida ao nível da eficiência de custos dos dois processos-chave do negócio: construção de rede e conversão de clientes. Face a 2001, o custo unitário de construção de rede (custo/km) diminuiu 33%, sendo a poupança no custo unitário de conversão de clientes (custo/cliente convertido) de 43%. Estes custos unitários registaram reduções também face a 2004, reflectindo o enfoque dado pelo negócio à redução/racionalização de custos e à eficiência operacional.

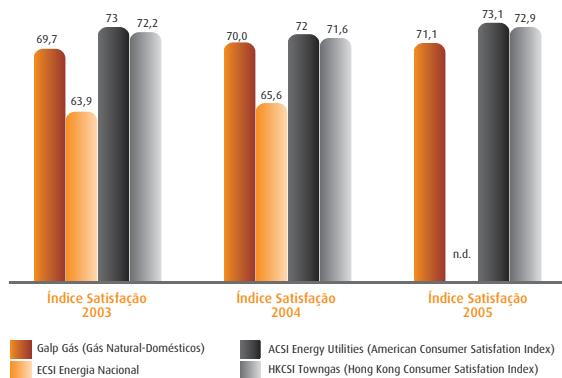


O enfoque na melhoria da qualidade de serviço e a orientação para o Cliente têm sido objectivos de referência para os quais tem sido fundamental a monitorização da Satisfação dos Clientes. Para o efeito, o negócio da distribuição de gás natural tem implementado dois sistemas complementares de avaliação da satisfação dos seus Clientes:

- Inquéritos anuais efectuados por entidades independentes de elevada reputação (ISEGI - Universidade Nova de Lisboa) que avaliam a satisfação dos clientes através de uma metodologia de referência internacional, permitindo a comparabilidade inter-sectorial e internacional.

Comparando com o **benchmarking** internacional de satisfação dos clientes, constata-se uma progressão do Índice de Satisfação de Clientes Domésticos ao longo dos três anos em análise, mantendo-se a distância máxima em 2 pontos em relação aos valores do ACSI - Energy Utilities e do HKCSI Towngas, nos dois últimos anos.

Sistema Anual de Avaliação Satisfação dos Clientes de Gás Natural (escala de 0 a 100)

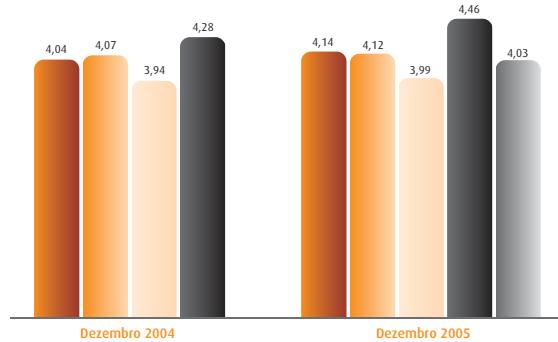


Fonte: Estudo Anual de Satisfação e Lealdade dos Clientes de Gás Natural
ISEGI/Universidade Nova de Lisboa - Março 2006

- Inquéritos diários efectuados através do Contact Center da Galp Energia, a todos os clientes que estabelecem contacto directo com as Distribuidoras de Gás, permitindo aferir e monitorizar a satisfação dos clientes com a qualidade dos serviços prestados e cujos resultados foram incorporados no sistema de avaliação de desempenho dos colaboradores da Unidade de Negócio.

No âmbito destes inquéritos, durante o ano 2005, foram entrevistados cerca de 62 mil clientes de todas as Distribuidoras regionais. Os resultados alcançados são muito positivos, pois os clientes, pelo segundo ano consecutivo, manifestam elevados níveis de satisfação em todos os serviços avaliados.

Sistema Contínuo de Avaliação Satisfação dos Clientes de Gás Natural (escala de 0 a 5) Avaliação Global do Serviço Prestado



Fonte: Relatório Anual do Sistema Contínuo de Avaliação da Satisfação dos Clientes de Gás Natural
Marketing GDP Distribuição - Janeiro 2006

Relativamente a questões relacionadas com Segurança, o ano de 2005 trouxe certificações importantes para duas empresas concessionárias. A Lisboagás confirmou a certificação de Qualidade, Ambiente e Segurança, tendo sido a primeira empresa do Grupo a fazer a transição do seu sistema ambiental para a nova versão da Norma ISO 14001 de 2004. A certificação obtida é uma questão estruturante na lógica dos interesses institucionais e da protecção dos Clientes, cada vez mais exigentes e informados. A Setgás recebeu a renovação da sua certificação em Qualidade em conformidade com a Norma NP EN ISO 9001:2000 relativa ao seu "Sistema de Distribuição de Gás Combustível Canalizado", que detém desde 2001.

2.5. Power ::

Power	2004	2005	%
(milhares de euros)			
Volume de Negócios	14.241	24.780	74%
EBITDA	2.791	3.668	31%
EBIT	-93	710	-
CAPEX	3.854	1.233	-68%
ROA (1)	-0,2%	2,0%	2,2 p.p.
Produção de Energia (Gwh)	1.219	1.375	13%

(1) - Obtido por EBIT / Activo Total Consolidado sem Inv. Financeiros

O segmento de negócio "Power" concentra os interesses do grupo na actividade de produção e comercialização de energia eléctrica e térmica como forma de valorizar a proposta de valor oferecida aos clientes industriais.

Os activos detidos por este segmento de negócio são as três centrais de Cogeração actualmente em exploração - Energin, Carrizo Cogeração e Powercer - com uma potência instalada superior a 80MW e o projecto de Cogeração da Refinaria de Sines, cujo investimento já se iniciou mas com a fase de construção a arrancar no ano de 2006.

O EBITDA deste segmento de negócio atingiu 3,7 milhões de euros, o que evidencia um crescimento de 31% sobre o ano anterior. A melhoria do **cash flow** operacional teve como grande impulsionador os níveis de produção eléctrica e térmica alcançados no ano.

A produção anual de Electricidade foi de 500 Gwh e superou o ano anterior em 25% essencialmente devido aos aumentos da Energin e à entrada em exploração da Powercer. Na produção de Energia Térmica sob a forma de vapor e água quente, o nível de produção alcançado foi de 875 Gwh, superando o ano anterior em 7%, tendo sido a Powercer o grande responsável por este aumento. Para alcançar estes níveis de produção foram absorvidos cerca de 159 milhões de m³ gás natural, consumo que aumentou 23% face a 2004.

O investimento efectuado neste segmento de negócio ascendeu a 1,2 milhões de euros e centrou-se essencialmente no projecto da Cogeração da Refinaria de Sines, o qual, no final do ano, se encontrava em fase final de concurso.

Durante o ano de 2005 a Galp Energia constituiu ainda parcerias importantes com dois Grupos nacionais, líderes nos respectivos sectores de actividade, no sentido de constituir um consórcio nacional sólido e competitivo e apresentar uma proposta no âmbito dos concursos lançados e a lançar pelo Governo para a produção de energia eólica.

:: 2.6. Internacional ::

O esforço de internacionalização do Grupo Galp Energia continuou a ser uma das grandes apostas no ano de 2005, através de uma actuação eficiente, segura e competitiva das empresas participadas que operam nos mercados internacionais de eleição da Empresa, contribuindo para a criação de valor, expansão e afirmação da marca Galp, para a satisfação dos clientes e para o crescimento do volume de negócios e da rentabilidade dos capitais investidos.

A presença da Galp Energia para além da fronteira ibérica e dos interesses de Exploração e Produção no Brasil e Angola tem sido focalizada na distribuição e comercialização de combustíveis líquidos, gás e lubrificantes no mercado Africano, com presenças estáveis e duradouras em Angola, Cabo Verde, Moçambique e Guiné-Bissau.

A forma de internacionalização desenhada pela Galp Energia, que aposta na combinação de cultura, valores e processos com as especificidades locais de cada mercado, tem seguido a forma de constituição de empresas próprias, participadas ou, inclusivé, no estabelecimento de contratos de fornecimento de produtos.

A actividade comercial internacional no ano de 2005 cresceu em todos os segmentos de negócio (Combustíveis Líquidos: +8%; Gás: +8%; Lubrificantes: +26%) com reflexo nos Resultados Líquidos alcançados, que tiveram um crescimento superior a 100% face a 2004 e que anualmente se tornam mais positivos, representativos e interessantes no conjunto das empresas detidas pela Galp Energia com presença em África.

Total Internacional	2004	2005	%
Quantidades Vendidas			
Combustíveis Líquidos (m ³)	218.161	236.272	8%
Gás (tons)	12.104	18.108	8%
Lubrificantes (tons)	1.730	2.182	26%

Angola:

Em termos globais, as vendas em Angola foram de 65,9 mil m³ de combustíveis líquidos, ficando 6% aquém do ano anterior. Esta redução tem origem, essencialmente, no aumento da disponibilidade de produtos nas províncias, o que desincentivou o consumo dos clientes distribuidores da Sonangol em Luanda.

A rede de retalho é constituída por nove postos de abastecimento, todos localizados em Luanda. Em 2005 entraram em exploração dois novos postos que registaram volumes de vendas que os coloca no topo dos melhores postos de abastecimento do país. Em termos logísticos, deram-se início às operações da base logística de combustíveis de Morro Bento, o que possibilita uma maior eficácia na distribuição dos combustíveis e lubrificantes.



Cabo Verde:

As vendas em Cabo Verde aumentaram em todos os negócios, com destaque particular para o dos combustíveis líquidos, que cresceu 14% face a 2004.

Os grandes destaques em Cabo Verde no ano de 2005 vão para o lançamento do projecto "CHIP" - sistema de pagamento electrónico nos postos de abastecimento - e para a assinatura de contratos de fornecimentos com os principais empreiteiros de obras públicas. Em termos de parcerias e protocolos de cooperação, foram estabelecidos acordos com diversas instituições estatais como a Carris, o Serviço Nacional de Protecção Civil e o Corpo de Bombeiros, entre outros.

Moçambique:

As vendas em Moçambique registaram aumentos face a 2004 em todas as linhas de negócio, com destaque para os crescimentos de 13% nos combustíveis líquidos e de 35% nos lubrificantes, que decorrem essencialmente da celebração de importantes contratos de fornecimento no mercado de Wholesale, e para o crescimento de 11% no GPL que levou a um investimento adicional na aquisição de garrafas por forma a fazer face ao crescimento do negócio.

Os grandes destaques do ano de 2005 vão para a abertura do primeiro posto de abastecimento de exploração directa (Posto da Machava). A nível do GPL foi efectuado o primeiro encontro de Revendedores que constou essencialmente em acções de formação.

Guiné-Bissau:

Todas as linhas de negócio registaram crescimentos acentuados face ao ano anterior, devido essencialmente à abertura de um novo posto de abastecimento em Bissau, à campanha de trocas de garrafas de GPL e equipamentos de queima, e à implementação de uma política de fidelização de clientes.

De destacar o facto de a Petromar ter garantido o abastecimento de combustíveis no país, tendo superado a ruptura dos restantes operadores verificada no início do ano.

Em 2005 o investimento foi dirigido sobretudo para a construção do posto de abastecimento de Brá e para o reforço do parque de garrafas de gás de 6 kg.







inovação e marca

:: o ano de 2005 constitui um momento de amadurecimento da marca Galp Energia. Após os anos anteriores em que os objectivos da marca se centravam no rebranding, comunicação e consolidação da nova imagem, 2005 marca a aposta da Galp Energia na diferenciação pela inovação do produto. ::

3. Inovação e Marca

Inovação

A diferenciação dos produtos e serviços pela via da Inovação é essencial num mercado tão maduro e concorrencial como o da Energia.

Em 2005, projectos como a Academia de Inovação - que estimulou a colaboração e o espírito criativo de vários quadros da Galp e lançou a semente para o sistema de gestão de inovação da companhia, o COHITEC, que visou o aproveitamento das redes de conhecimento e inovação das universidades e da COTEC - , ou a nova garrafa de gás "Pluma" - um projecto em consórcio com empresas e Universidades Portuguesas - possibilitaram à Galp Energia atingir objectivos que ultrapassam as fronteiras tradicionais:

- **Academia de Inovação** - Foram seleccionados pelos membros da Comissão Executiva elementos de cada Unidade de Negócio que constituiram a 1ª Academia de Inovação da Galp Energia. O formato e a metodologia aplicado permitiram desenvolver técnicas, ferramentas e atitudes perante a Inovação, num grupo alargado de quadros da Galp Energia.

Foram listadas cerca de 100 ideias de negócio, as quais foram filtradas para efeitos de avaliação. Posteriormente, foi decidido e aprovado pela Comissão Executiva a implementação de três projectos de elevado potencial para áreas tão diversas como a comercialização de gás natural e de combustíveis, os revendedores de GPL, os empreiteiros de gás natural, ou ainda os clientes industriais da Galp Energia. Dado o sucesso da iniciativa, está já prevista a sua reedição em 2006, permitindo assim cumprir outro dos objectivos do projecto, que era o da introdução de um sistema de gestão da Inovação e de uma metodologia sistemática na sua implementação.

- **COHITEC** - Este programa promovido pela COTEC Portugal com a colaboração do Grupo HITEC da Universidade da Carolina do Norte permite associar investigadores e cientistas a alunos do MBA da Universidade Nova, com elementos da Indústria. Assim, os grupos de trabalho terão de validar a viabilidade científica dos seus inventos, bem como a viabilidade económica e real dos potenciais produtos derivados. A Galp Energia participou em dois dos grupos de trabalho, tendo sido importante a sua colaboração na validação da viabilidade dos projectos. O projecto contribuiu para os quadros da Galp Energia envolvidos acumularem conhecimentos de técnicas e produtos de elevado valor científico bem como os conhecimentos transmitidos pelos principais interlocutores das universidades portuguesas.

- **Projecto P3** - Este programa, em colaboração com o Departamento IN+ do Instituto Superior Técnico, a Inteli e a Innovagency, permitiu desenvolver um conjunto de projectos relacionados com as tendências futuras da mobilidade urbana, com consequências tanto ao nível dos automóveis como ao nível das infra-estruturas urbanas, nomeadamente as áreas de serviço. Assim, foi desenhada pela equipa, no âmbito de um dos Mestrados desenvolvidos pelo IST/IN+, uma área de serviço do futuro. Foram também projectados veículos e sistemas urbanos utilizando energias alternativas.

A Galp Energia continuou a privilegiar a inovação na relação com o Cliente, desenvolvendo um conjunto de iniciativas que mostram pro-actividade na procura de novas soluções:



- **Pluma** - A nova garrafa de gás foi lançada no final de 2005, coroando de êxito um trabalho de investigação e desenvolvimento de cerca de dois anos, o qual envolveu parcerias efectivas com as Universidades do Porto e do Minho, em áreas de modelação do processo de fabrico, desenvolvimento de protótipos, testes e selecção de materiais.

A nova 'Pluma' é ainda resultado da colaboração da Galp Energia com empresas com sede ou com unidades de produção em Portugal. A nova garrafa é produzida em Guimarães, numa fábrica de elevada tecnologia, construída de raiz para este projecto, tendo sido criados 29 novos postos de trabalho directos. O investimento do projecto 'Pluma', totalmente realizado em Portugal pelas várias entidades participantes, é superior a 10 milhões de euros.

A "Pluma" constitui uma nova geração de garrafa de gás desenvolvida para ir ao encontro das expectativas dos consumidores - uma garrafa muito mais leve (pesa apenas 7,5 kg em vazio, contra 15 kg da garrafa tradicional em aço), ergonómica, segura e, simultaneamente, com visual atraente.

A concepção da nova garrafa de gás da Galp Energia contempla dois elementos essenciais: um reservatório interior em aço revestido por uma matriz de polipropileno e fibra de vidro que lhe aumenta a resistência em cerca de três vezes, e um invólucro exterior em material plástico de elevada resistência. Este conjunto permite reunir num só produto a segurança e resistência das garrafas tradicionais em aço, com a leveza da nova geração de garrafas, ao qual se alia o design exclusivo e a ergonomia superior ao de qualquer produto concorrente à escala internacional.

- **Gama de Combustíveis Galp GForce** - Os combustíveis topo de gama da Galp Energia mantiveram a tendência crescente de preferência dos automobilistas, quer devido aos ganhos de performance obtidos pelo combustível GForce Gasolina, quer pela redução de consumo proporcionada pelo combustível GForce Diesel. Este desempenho é ainda mais notável devido à forte pressão provocada pelo aumento generalizado dos preços dos combustíveis em 2005, devido à evolução do preço do petróleo.

- **Galp TV** - O canal Galp TV completou o seu segundo ano de emissão em cerca de 100 postos Galp em Portugal e continuou a ser um exemplo citado e seguido por outras empresas que reconheceram as vantagens e a eficácia deste novo canal, presente directamente no ponto de venda.

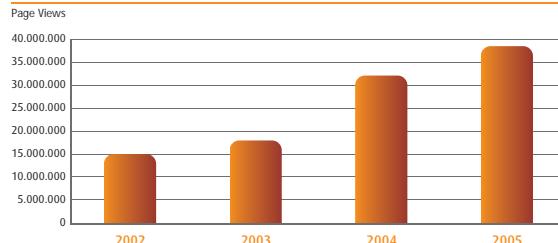
Deram-se os primeiros passos da implantação deste canal em Espanha com a realização de um projecto piloto, tendo a Galp Energia sido a primeira petrolífera em Espanha a disponibilizar um canal deste género. O projecto piloto foi bem sucedido, tendo sido decidida a sua implantação em cerca de 60 áreas de serviço da Galp Energia em Espanha.

- **Rede Wi-Fi** - A Galp Energia foi uma das primeiras petrolíferas a nível europeu a disponibilizar, a partir de Junho de 2005, em 50 dos seus postos, o acesso à Internet em banda larga através de um acesso sem fios com a tecnologia Wi-Fi. A rede de hot-spots Wi-Fi, propriedade da empresa Fastaccess, participada da Galp Energia, está integrada no Programa de promoção da Banda Larga do Governo Português e foi co-financiada pelo POSI (Programa Operacional para a Sociedade de Informação).

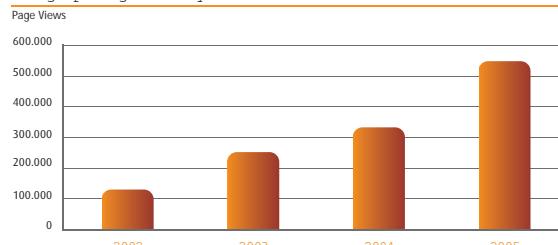
- **Negócio Electrónico B2C (Business to Consumer)** - Em 2005, os canais internet da Galp Energia abertos a todos os consumidores (www.galpenergia.com; www.fastaccess.pt) continuaram o seu crescimento ultrapassando os 55 milhões de páginas vistas e 650.000 utilizadores únicos.

O canal "Futebol Positivo", lançado na altura do Euro2004 no portal galpenergia.com, continuou a ser um dos mais vistos, dando suporte ao patrocínio à Superliga Galp Energia, à Selecção Nacional e ao jogador Luis Figo. Foi lançada uma newsletter mensal da Galp Energia, gratuita, que atingiu em poucos meses vários milhares de registo.

www.galpenergia.com - Page Views 2002-2005



www.galpenergia.com unique IPs 2002-2005



A liderança na área dos automobilistas do portal **fastaccess.pt**, certificada pela Marktest e pelo seu Netpanel, foi reforçada em 2005 com a criação de mais três canais de grande utilidade e interesse para o automobilista: o canal de "Segurança", onde, além de testes on-line do novo código da estrada, se podem encontrar "dicas" para uma condução defensiva e para a manutenção das viaturas, o canal "stand.fastaccess.pt" de classificados automóvel e o canal pilotos Galp.

A inovação de processos em 2005 assentou no desenvolvimento de novos procedimentos dirigidos ao reforço da eficiência operacional da empresa por forma a sustentar uma posição de forte competitividade no mercado:

- **Encomenda electrónica (e-ordering)** - em 2005, no final do primeiro ano de funcionamento pleno do sistema, foram ultrapassados os objectivos previstos de adesão dos clientes empresariais à encomenda electrónica, atingindo cerca de 30% do total de encomendas solicitadas à Galp Energia;
- **E-Learning** - Foi finalizado durante o ano 2005 um programa alargado a 2000 colaboradores de formação on-line relativa à excelência do serviço ao cliente. Com a instalação deste sistema, a Galp Energia inaugurou e consolidou novos processos transversais de formação e informação internas;
- **Galp Net** - Foram lançados vários canais adicionais na Extranet da Galp Energia, um portal de acesso privado aos clientes e parceiros empresariais e institucionais da Galp Energia.

Marca

O ano de 2005 constitui um momento de amadurecimento da marca Galp Energia. Após os anos anteriores em que os objectivos da marca se centravam essencialmente no **rebranding**, comunicação e consolidação da nova imagem, 2005 marca a aposta da Galp Energia na diferenciação pela inovação de produto.

Destacam-se o alargamento da gama G-Force com o lançamento da nova gasolina G-Force de 98 r.o.n., que veio alargar a oferta ao nível dos combustíveis premium da Galp Energia e o lançamento da nova garrafa de gás, "Pluma".

Quanto aos valores associados à marca, "Sólida e de Confiança" destaca-se como o principal vector de associação, sendo também aquele onde a Galp

Energia se distancia mais da sua concorrência. Outro dos valores mais associados à Marca é "Dinâmica e Inovadora", valor este que reflecte todo o empenho e esforço da Galp Energia em apresentar soluções inovadoras e com maior valor percepcionado pelo Cliente.

Ao longo do ano, a Galp Energia recebeu vários reconhecimentos públicos por parte de entidades e organismos oficiais da importância e notoriedade de que a marca se reveste, bem como a afirmação por parte dos consumidores na confiança que sentem na Galp Energia. Destacam-se os seguintes: Marca de Excelência 2005, Marca de Confiança 2005, Certificação da Marca Galp Energia pelo ICEP e prémio de Eficácia da Publicidade.

Prémios de Eficácia da Publicidade

Os prémios de eficácia são os únicos galardões em Portugal que se centram em resultados conseguidos graças à acção da comunicação, seja em notoriedade, vendas ou outro tipo de rentabilidade que responda a um objectivo previamente definido, e situam a eficácia como autêntico fim da actividade publicitária, o retorno do investimento realizado e o seu efeito acelerador de negócio da empresa anunciante.

A Galp Energia, com a sua campanha do Euro 2004 "Será demais pedir a taça", foi a grande vencedora do evento, ganhando o Prémio de Ouro na sua categoria (Eficácia Publicitária, na categoria de produtos grande consumo não alimentar) e o Grande Prémio entre os 24 candidatos das diferentes categorias.

A avaliação foi orientada por critérios de dificuldade, inovação, apresentação, uso de meios, retorno e demonstração.

Com a campanha agora premiada, a Galp Energia cumpriu e ultrapassou todos os objectivos a que se tinha proposto, atingindo o 1º lugar no "Top" de Notoriedade e onde o hino da campanha foi cantado, escrito e falado por quase todos os Portugueses.

Patrocínios

Em 2005, manteve-se uma política de patrocínios bastante sólida e transversal a todas as Unidades de Negócio da empresa, tendo como finalidade aumentar a notoriedade e reconhecimento da marca Galp Energia, contribuir para a preferência dos consumidores e promover a lealdade à marca.



Os principais eixos de actuação na área dos Patrocínios foram os seguintes:

1. Desporto:

- Futebol - Superliga Galp Energia, Lonas 3D, Seleção Nacional, "Affinity Clubes" (camarotes FC Porto, Benfica e Sporting);
- Competição Automóvel - Tiago Monteiro, Team Galp Energia - Carlos Sousa, Rali de Portugal e Grande Prémio do Porto - Historic Festival.

2. Responsabilidade Social, Ambiental e Cultural:

- Vários projectos dos quais se destacam: Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes; Fundação Luís Figo; CADIN; Fundação do Gil; Ajuda de Berço; Acreditar; COTEC e apoios a diversas Corporações de Bombeiros, Fundação Serralves, Museu da Presidência - Exposição Temporária "O Palácio de Belém".

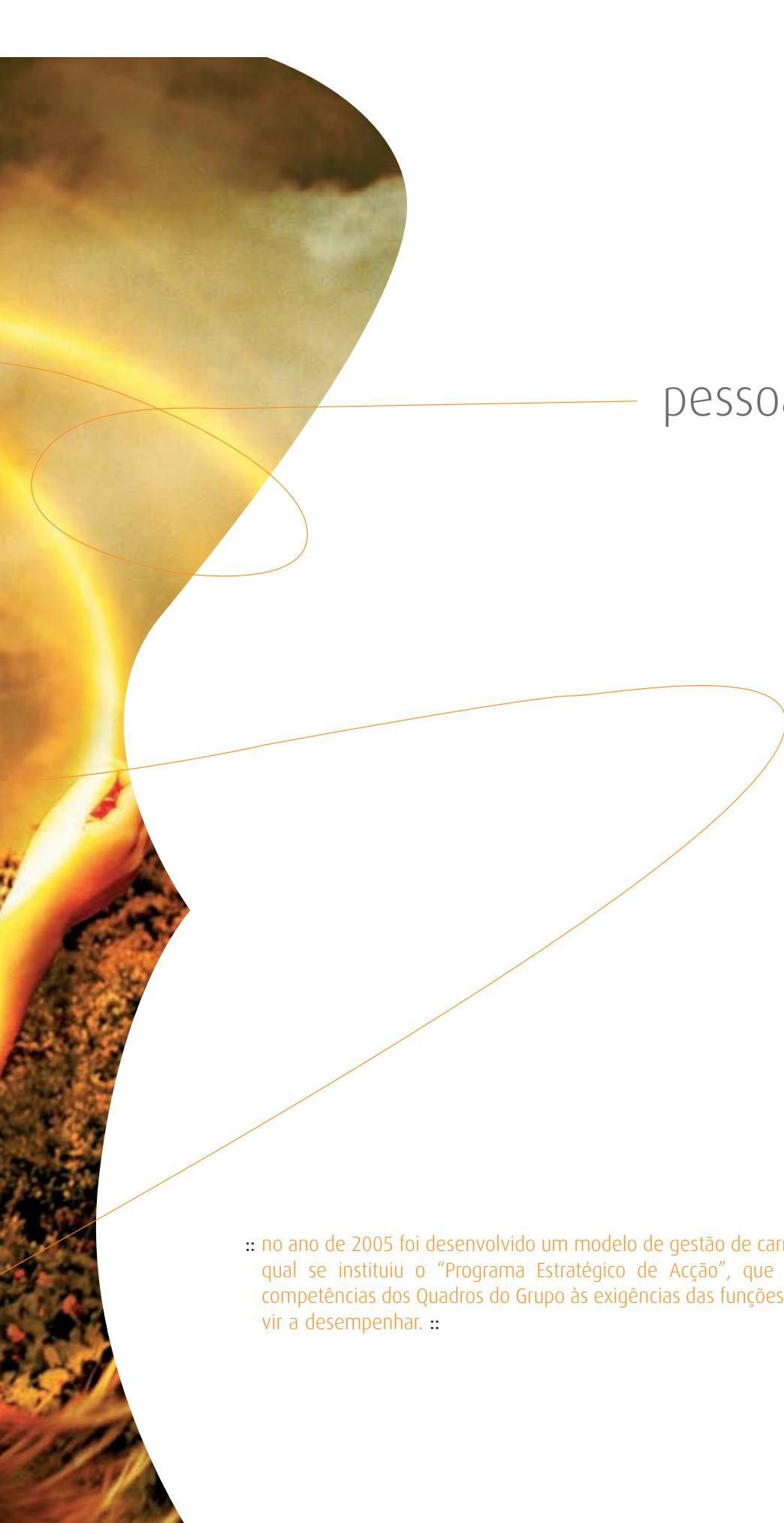
3. Música:

- Festival "Galp Energia ao Vivo' 2005" e Festival "Músicas do Mundo" (Sines)

Os benefícios da associação ao desporto e à música foram a grande projecção e visibilidade da marca, enquanto que os da actuação ao nível do branding social foram a dinamização da imagem de compromisso social e ambiental.







pessoas

:: no ano de 2005 foi desenvolvido um modelo de gestão de carreiras e desempenho, no âmbito do qual se instituiu o "Programa Estratégico de Acção", que visa uma melhor adequação das competências dos Quadros do Grupo às exigências das funções que desempenham ou que podem vir a desempenhar. ::

4. Pessoas

O ano de 2005 ficou marcado pela continuidade da aplicação do Plano Estratégico de Formação da Galp Energia. Os seus grandes eixos são:

- Programa "Valor", desenhado para reforçar as competências em Liderança e Gestão do Desempenho e abrangeu, em dois anos, cerca de 1600 colaboradores;
- Programa "ESEC", orientado para o desenvolvimento de uma cultura de excelência na prestação de serviços ao cliente, abrangeu, também em dois anos, cerca de 4000 trabalhadores.

No âmbito da parceria com o INSEAD, iniciada em 2002, mais 24 quadros da empresa frequentaram o programa "Executivos" destinado a promover o desenvolvimento de competências de gestão.

No ano de 2005 foi desenvolvido um modelo de gestão de carreiras e desempenho, no âmbito do qual se instituiu o "Programa Estratégico de Ação", que visa uma melhor adequação das competências dos Quadros do Grupo às exigências das funções que desempenham ou que podem vir a desempenhar. Com este programa foi possível identificar as áreas de melhoria prioritária ou complementar dos colaboradores envolvidos, a partir das quais se estabeleceram "Planos Individuais de Melhoria" que contemplam as acções de formação e/ou de mobilidade profissional mais adequadas ao desenvolvimento profissional de cada colaborador, conduzindo ao reforço da competitividade da Galp Energia. Este programa abrangeu cerca de 200 Quadros do Grupo e todos os 130 Delegados Comerciais.

Dando continuidade ao processo que, desde 2001, visa avaliar o Clima Organizacional do Grupo, foi analisada a percepção de cerca de 300 quadros sobre o nível actual e o nível desejado de um conjunto de factores directamente relacionados com a satisfação profissional. Os resultados, ligeiramente superiores aos de 2004, apontam para a estabilização do nível de apreciação destes factores.

Privilegiando a mobilidade interna que visa, numa perspectiva de racionalização e valorização de recursos:

- assegurar a resposta atempada às necessidades de recrutamento, de acordo com as exigências do Grupo;
- proporcionar oportunidades de mudança e desenvolvimento profissional aos colaboradores, contribuindo para a sua motivação;

realizaram-se no ano de 2005 concursos internos para preenchimento de vagas, que tiveram um elevado número de candidaturas conduzindo, na prática, a efectivas alterações de funções.

O número de colaboradores do Grupo Galp Energia atingiu no ano de 2005 os 5.909, mais 103 colaboradores face ao ano anterior. Para este aumento contribuíram, fundamentalmente, o aumento dos efectivos da Galpgest relacionado com o aumento da rede de postos de abastecimento em Espanha (41 colaboradores) e a aquisição da Gás Insular (51 efectivos). A idade média dos colaboradores do Grupo (Off site), é de 43 anos enquanto a antiguidade média para o mesmo universo é de 15 anos. No ano de 2005, 34% dos efectivos On site são do sexo feminino (2.009 colaboradoras).

	2004	2005	Var.
Número de Efectivos Galp Energia On Site (1)	5.806	5.909	103
Número de Efectivos Galp Energia Off Site (2)	3.635	3.702	67

(1) - Inclui todas as empresas do Universo Galp Energia que consolidam pelo método integral ou proporcional
(2) - Exclui Galpgeste, Galpgest, Caiageste e Gesoil









ambiente, qualidade
e segurança

:: durante todo o ano de 2005 foi desenvolvido o Programa de Segurança da Galp Energia, com vista a consolidar uma cultura de prevenção e a alcançar a excelência na Gestão da Segurança. ::

5. Ambiente, Qualidade e Segurança

Em 2005, foi dada continuidade aos programas de Ambiente, Qualidade e Segurança (AQS) existentes, tendo como meta alcançar os objectivos de redução da sinistralidade da empresa.

O número de acidentes com baixa, na Galp Energia, sofreu uma redução de cerca de 10%, quer dos acidentes totais quer dos acidentes com baixa. Destaque para a redução de 20% da sinistralidade laboral ocorrida nas operações em Espanha e a tendência de estabilização em Portugal.

Durante todo o ano de 2005 foi desenvolvido o Programa de Segurança da Galp Energia, com vista a consolidar uma cultura de prevenção e a alcançar a excelência na Gestão da Segurança. Este programa abrange toda a actividade ibérica da Galp Energia e tem como principais objectivos:

- Prevenir a sinistralidade;
- Desenvolver a cultura de responsabilidade social;
- Alcançar um desempenho de excelência;
- Tornar a Galp Energia uma empresa de referência a nível europeu no desempenho de segurança.

Neste primeiro ano foi concluída a Fase I deste programa que consistiu:

- Numa avaliação das diversas instalações e serviços da Empresa, na qual foram visitadas 65 instalações da Galp Energia em Portugal e Espanha, em todas as áreas de negócio, e tendo sido entrevistados e contactados mais de 500 trabalhadores;
- Avaliação do desempenho e gestão da segurança, da gestão de integridade dos equipamentos e gestão de mudança nas duas Refinarias da Galp Energia;
- Foi dado início à fase II deste programa, focalizada na gestão da segurança e actuação nas situações identificadas na avaliação como críticas e prioritárias.

Ainda em 2005, seguindo as recomendações da Organização Mundial de Saúde e da União Europeia relativas ao Tabagismo e o dever da Empresa de zelar e de garantir adequadas condições de segurança, higiene e saúde, foi proibido o consumo de tabaco na sede da Empresa, à excepção dos locais criados especificamente para tal. No final do 1º quadrimestre de 2006, esta regra será estendida a todos os edifícios da Galp.

De acordo com o código ISPS (International Ship and Port Facility Security Code) foram elaborados os planos de protecção e obtidos os respectivos certificados para os seguintes terminais:

- Terminal de Granéis Líquidos Petrogal - Porto de Leixões;
- Terminal de Granéis Líquidos, Ponte Cais Nº 22 Petrogal - Porto de Aveiro;
- Terminal de Combustíveis da Petrogal - Porto de Lisboa;
- Terminal de Combustíveis da Tanquisado - Porto de Setúbal.

A Galp Energia dedica grande parte dos seus investimentos de Ambiente, Qualidade e Segurança, ao alinhamento das suas instalações industriais com as Melhores Técnicas Disponíveis ao nível da produção e gestão operacional, prevenindo e reduzindo o impacto da sua actividade ao nível dos recursos hídricos, solos e emissões atmosféricas.

Ao nível da Refinaria, apresentam-se como principais desafios no período de 2006-2008, o cumprimento dos objectivos de redução da emissão de gases com efeito estufa, definidos pelo Protocolo de Quioto, a redução do teor de enxofre dos combustíveis utilizados nas instalações, aumento da eficiência energética e o licenciamento Ambiental das suas instalações, Refinaria do Porto e de Sines.

Em 2005, destaca-se ao nível dos projectos AQS, a preparação do licenciamento ambiental das suas instalações PCIP (Refinarias), antecipando-se a data limite de licenciamento de Outubro de 2007.

O principal objectivo do licenciamento das Refinarias no âmbito da legislação relativa à Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP) é garantir a protecção do ambiente, no seu todo, recorrendo a:

- Medidas de prevenção, reduzindo ao mínimo o impacto global das emissões e dos riscos para o ambiente, nomeadamente por recurso às Melhores Técnicas Disponíveis (MTD) que conduzam à racionalização do consumo e utilização das matérias e da energia;
- Medidas de redução que minimizem a produção de resíduos, efluentes e emissões para atmosfera, ou medidas que promovam a sua valorização e eliminação adequadas;

- Medidas de controlo da poluição e da prevenção de acidentes, a adoptar durante as fases de exploração e de desactivação, de modo a prevenir e/ou a evitar a transferência de poluição entre os diferentes meios físicos, com vista à protecção do ambiente no seu todo.

A implementação das MTDs nas Refinarias tem em consideração os seguintes aspectos:

- Potencial tecnológico para redução de emissões;
- Permitir alcançar objectivos ambientais para uma determinada instalação (refinaria), segundo critérios de eficiência económica;
- Reconhecer as necessidades e restrições ambientais locais.

Na realidade, grande parte das MTD's aplicáveis ao sector da refinação já se encontram implementadas nas Refinarias da Galp Energia e esta é uma das razões da antecipação do pedido de licenciamento.

Com o Licenciamento Ambiental em 2006, prevê-se igualmente a conclusão de todos os projectos contemplados no âmbito do Protocolo de Melhoria Contínua de Desempenho Ambiental, assinado em 1998 pela Petrogal S.A., com os Ministérios da Economia e do Ambiente, estando actualmente a sua conclusão dependente das condições de licenciamento das Refinarias.

Realça-se, igualmente, a particular importância para as Refinarias e as Unidades de Cogeração, do cumprimento da Directiva relativa ao Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE). Este mecanismo é chave para garantir o cumprimento por Portugal dos objectivos de redução da emissão de gases com efeito estufa para o período 2008 a 2012, definidos pelo Protocolo de Quioto.

Em 2005, no âmbito do CELE, destacamos o cumprimento, em todas as instalações da Galp Energia abrangidas por este mecanismo, das metas de emissão, não tendo sido necessária a aquisição adicional de licenças de emissão acima do atribuído pelo Estado Português.

Ao nível da Qualidade de Produtos, a empresa preparou em 2005 a introdução no mercado português dos Biocombustíveis. No primeiro trimestre de 2006 será iniciada a recepção de biodiesel e a sua venda, a nível nacional. Esta medida terá repercussões ao nível das emissões atmosféricas do sector dos transportes e a Empresa visa, assim, contribuir para alcançar os objectivos nacionais ao nível da qualidade do ar, nomeadamente os definidos pelo Protocolo de Quioto.

No âmbito das Qualificações, em 2005, a Galp Energia prosseguiu e consolidou a estratégia do Grupo neste domínio como contribuição para a melhoria contínua do desempenho da Galp Energia. Assim:

- Foram certificados novos Sistemas de Gestão: Negócio de Betumes e Probigalp (Qualidade); Setgás (Ambiente); Transgás e SAAGA (Segurança);
- Foram mantidas as qualificações existentes:

Certificações - Negócio de Lubrificantes, Combustíveis de Aviação, Óleos Base, Galp Químicos, Galp Gás, Inspecção da Refinaria de Sines, Setgás, Gasfomento e SAAGA (Qualidade); Transgás (Ambiente e Qualidade); CLC, Beiragás, Lisboagás, Lusitanagás e Tagusgás (Ambiente, Qualidade e Segurança);

Acreditações - Sistemas da Qualidade dos Laboratórios da Refinaria do Porto, da Refinaria de Sines e Galp de Lubrificantes;

- Foram desenvolvidos novos Sistemas de Gestão de Ambiente, Qualidade e Segurança com vista à obtenção da certificação em 2006: Galp Gás, (Ambiente e Segurança), Setgás (Segurança), Parques de Aveiro e Porto Brandão (AQS).

A Galp Energia estabelece como prioridade a definição de metas e objectivos de curto/médio prazo, de forma a garantir o cumprimento da legislação, a manutenção dos sistemas de gestão já certificados, a preparação dos restantes para a certificação e a adopção progressiva de melhores tecnologias, assumindo como objectivo final a melhoria contínua do desempenho.





responsabilidade social

:: a Responsabilidade Social e os valores que lhe estão subjacentes têm pautado as actividades da Galp Energia nos seus mais variados sectores. A materialização e o alcance de muitos dos objectivos propostos, têm por base esta nova forma de pensar a organização, caminhando, passo a passo, no sentido de uma Responsabilidade Social mais global, conscientes que este é um caminho que se faz caminhando. ::

6. Responsabilidade Social

A Responsabilidade Social e os valores que lhe estão subjacentes têm pautado as actividades da Galp Energia nos seus mais variados sectores. A materialização e o alcance de muitos dos objectivos propostos, têm por base esta nova forma de pensar a organização, caminhando, passo a passo, no sentido de uma Responsabilidade Social mais global, conscientes que este é um caminho que se faz caminhando.

Neste sentido, foi assinada a "Carta de Compromisso das Empresas com os Objectivos do Milénio" das Nações Unidas, comprometendo-se a Galp Energia a divulgar os seus principais objectivos: Erradicar a Extrema Pobreza e a Fome; Alcançar a Educação Primária Universal; Promover a Igualdade de Género e a Autonomia da Mulher; Reduzir a Mortalidade Infantil; Melhorar a Saúde Materna; Combater o VIH-SIDA, a Malária e Outras Doenças; Garantir a Sustentabilidade Ambiental e Promover uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento.

Durante 2005, foi dado particular ênfase à interiorização e disseminação de alguns conceitos e valores básicos associados à Responsabilidade Social e à Ética Empresarial através do envolvimento e participação nos trabalhos das Comissões Técnicas do IPQ - Instituto Português da Qualidade, na elaboração de Normas nacionais neste âmbito.

Os nossos colaboradores:

Quanto aos colaboradores, entendidos como uma das partes interessadas mais significativas da Empresa, continua em desenvolvimento o Programa Vidas Galp. Este Programa tem por base a valorização e o reconhecimento público do contributo de cada um dos colaboradores para a edificação da empresa dos dias de hoje. Esta História que estamos a coligir através do testemunho dos seus intervenientes mais directos, em recolhas de depoimentos, em áudio e em vídeo, está a ser complementada com investigação documental.

Acções de solidariedade geral:

Foi afectada uma verba significativa para apoio às vítimas da tragédia do Sudeste Asiático e para estudos de fenómenos sísmicos em Portugal; continua o protocolo estabelecido com a Fundação Luís Figo, no qual está enquadrado o apoio à Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes; apoiámos o 12º peditório da AMI, assim como a angariação de fundos da Casa de Santo António no apoio a mães adolescentes. Lançámos, através do Clube Galp Energia e da Refinaria do Porto, o Projecto de Solidariedade 2005 para apoio aos sem abrigo, toxicodependentes, idosos e crianças

desfavorecidas. Destacamos ainda apoios a: Corpo Nacional de Escutas; Associação Humanitária Família Feliz; Associação Nacional de Combate à Pobreza; Santa Casa da Misericórdia.

Apoio à infância e a jovens:

Foi assinado o protocolo com o Ministério da Administração Interna de apoio ao programa de acções da Prevenção e Segurança Rodoviária, o qual inclui a divulgação das regras básicas, especialmente junto de crianças e jovens. Foi dada continuidade ao protocolo com o Cadin - Centro de Apoio ao Desenvolvimento Infantil, colaboração que visa a integração de jovens com deficiência em algumas Áreas de Serviço da empresa.

Apoio à Saúde:

Foi assinado um protocolo com o Serviço de Pediatria do IPO (Instituto Português de Oncologia) de Lisboa, para apoiar o plano de aquisição de equipamentos e de melhoria de instalações. Foi dado apoio a crianças em internamento hospitalar através de uma parceria com a "Operação Nariz Vermelho" proporcionando a cerca de 20.000 crianças internadas em unidades hospitalares de todo o país, entretenimento com as visitas dos "Doutores Palhaços"; apoio ao "Grupo Pessoas com Cancro"; estabelecida parceria com a Fundação do Gil no sentido de facilitar a reinserção social de crianças hospitalizadas; o Clube Galp Energia - Núcleo Centro - promoveu uma campanha de solidariedade a favor do pequeno Emanuel "Menino Azul".

Apoio às questões ambientais:

Foi dado apoio à elaboração do Manual de Boas Práticas de Eficiência Energética pelo BCSD Portugal e Universidade de Coimbra, que visa a implementação do desenvolvimento sustentável nas empresas, tendo como objectivo principal divulgar o "estado da arte" das técnicas disponíveis de eficiência energética. Foi dado também apoio à Fundação Serralves para a "Semana Galp Energia do Ambiente" com o objectivo de proporcionar o contacto com a Natureza, introduzir conceitos como a Ecologia, a Zoologia e a Botânica, fomentando o sentido de responsabilidade, o exercício da cidadania e o conhecimento da diversidade de plantas e animais.

Foi ainda assinado o protocolo com a Associação Bandeira Azul para a Europa, para o desenvolvimento do projecto "Energia para Eco-reporter" que irá promover um concurso de um trabalho jornalístico com ênfase na exploração da temática "Eficiência Energética e Mobilidade Sustentável".



A Galp Energia participou ainda no estudo realizado pela Euronatura, cujo tema foi "Alterações Climáticas e Gestão de Empresas: Índice de Resposta 2004" e concedeu apoios à Quercus e ao Instituto de Conservação da Natureza.

Foi também patrocinada a iniciativa sobre Incêndios Florestais, promovida pela COTEC, Associação Empresarial para a Inovação. Ainda neste âmbito, e num âmbito mais alargado de Segurança, foram concedidos donativos às seguintes entidades: Bombeiros Voluntários de Leixões, Leça do Balio, Santiago Cacém, Santo André e Bucelas; Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Faro, Aveiro, Trafaria, Sacavém, Ílhavo, Matosinhos e Leça da Palmeira; Bombeiros Municipais de Faro, C. Voluntários Salvação Aveiro e Legião da Boa Vontade (Porto). Para complementar estes apoios, a Galp Energia esteve ainda ao lado do Revendedor Fargás no apoio à campanha de solidariedade a favor dos Bombeiros Voluntários de Albufeira.







informação
financeira

7. Informação Financeira

7.1. Contas Individuais

	2004	2005	Variação	
			Valor	%
(milhares de euros)				
Resultados Operacionais	-18.149	17.138	35.287	-194%
Resultados Financeiros	346.585	430.238	83.653	24%
Resultados Correntes	328.436	447.376	118.940	36%
Resultados Extraordinários	297	-5.534	-5.831	-1.963%
Resultados antes de Impostos	328.733	441.842	113.109	34%
Imposto apurado	4.331	117	-4.214	-97%
Resultados Líquidos	333.064	441.959	108.895	33%

As participações sociais do Grupo Galp Energia são detidas pela Empresa Galp Energia S.G.P.S., S.A. que, para além desta função, centraliza ainda as funções corporativas do Grupo e atingiu um resultado líquido de 442 milhões de euros que teve origem, essencialmente, nos ganhos líquidos em empresas do Grupo.

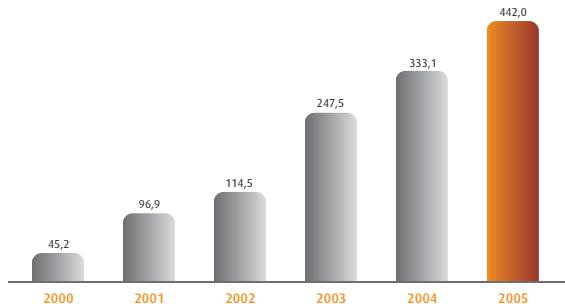
Os Resultados Operacionais da Galp Energia S.G.P.S., S.A. foram de 17,1 milhões de euros e representam uma inversão face ao ano anterior, em que o resultado operacional tinha atingido os -18,1 milhões de euros. A principal razão para esta inversão teve a ver com o redébito dos custos de reestruturação do sector energético às empresas do Grupo.

7.2. Contas Consolidadas

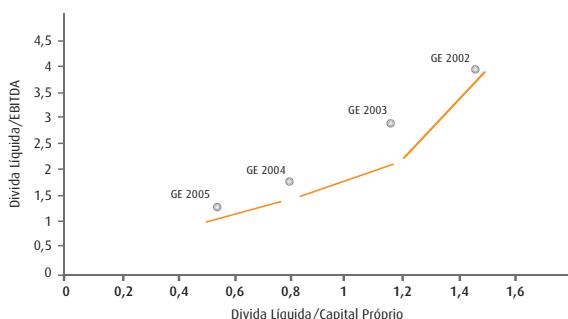
A Galp Energia atingiu no ano de 2005 os melhores resultados de sempre, com 442 milhões de euros de resultados líquidos. Este resultado representa um aumento de 33% face ao ano anterior (+108,9 milhões de euros) e comprova a sustentabilidade da **performance** económica da Empresa.

Resultados Líquidos Consolidados Galp Energia

(milhares de euros)



Os resultados obtidos vêm no seguimento de uma consistência ao nível da melhoria de resultados, mas também de redução de dívida bancária e de aumento do Capital Próprio. Desde o ano de 2002 que a Galp Energia tem vindo a reduzir o **Debt to Equity**, que já se encontra nos 53%, demonstrando a solidez dos seus Capitais Próprios e o reduzido nível de Dívida Bancária que a Empresa apresenta. O valor de Dívida Líquida Bancária ficou em apenas 1,3 vezes o EBITDA gerado no ano.



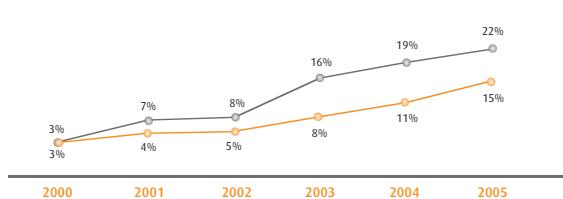
A melhoria dos resultados da Galp Energia em 2005 foi influenciada por factores exógenos, ligados ao comportamento dos mercados internacionais de Oil & Gas e pela alienação da empresa concessionária de Gás Natural, Portgás. Esta tendência de crescimento de resultados acompanhou o que aconteceu com as restantes operadoras mundiais de Oil & Gas.

Os resultados de 2005 encontram-se influenciados por um conjunto de factores não recorrentes, entre os quais se destacam a constituição de provisões para imparidade de activos e para riscos ambientais. Adicionalmente, procedeu-se à consolidação da Empresa de Resseguros do Grupo - Tagus RE.

Ainda assim, a Galp Energia aumentou o nível de remuneração dos Capitais Próprios em 3 p.p. para um ROE de 22%, que apresenta crescimentos anuais sucessivos apreciáveis (quase triplicou face a 2002). O esforço levado a cabo de desinvestimentos e racionalização do Capital Empregue teve, juntamente com a **performance** de resultados, um contributo decisivo para o aumento do ROACE de 4 p.p., ficando nos 15%.

Indicadores de Rentabilidade

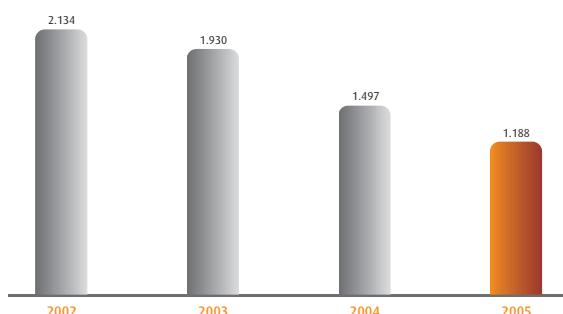
● ROE
● ROACE



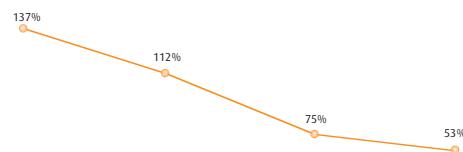
A performance dos resultados de 2005, juntamente com o encaixe obtido com a venda da Portgás, permitiram reduzir a dívida em 309 milhões de euros (-21%). A Galp Energia tem efectuado anualmente sucessivas reduções de dívida bancária, posicionando o valor de 2005 nos 1.188 milhões de euros. Em três anos consecutivos, a dívida bancária quase se reduziu em metade. Como consequência, o **Debt to Equity** situou-se nos 53%, o que representa uma melhoria de 22 p.p. face ao ano anterior. O reduzido nível que este indicador apresenta permite enquadrar a via da alavancagem financeira como suporte ao crescimento da empresa e ao cumprimento do seu plano estratégico.

Dívida Bancária Líquida

(milhões de euros)



Debt to Equity



No que se refere aos resultados do ano de 2005, a evolução das principais rubricas foi a seguinte:

(milhares de euros)	2004	2005	Variação 2004/2005	
			Valor	%
Volume de Negócios	9.258.519	11.126.563	1.868.044	20%
Margem Bruta^a	1.525.172	1.694.715	169.543	11%
FSE's	437.258	524.312	87.054	20%
Custos com Pessoal	255.073	275.997	20.924	8%
Outros Resultados Operacionais	-1.123	12.198	13.321	-
EBITDA	831.718	906.604	74.886	9%
Amortizações, Provisões, Ajustamentos e Reversões	384.609	377.254	-7.355	-2%
EBIT	447.109	529.350	82.241	18%
Resultados Financeiros	-29.781	-30.922	-1.141	4%
Resultados Extraordinários	32.277	69.879	37.602	116%
Interesses Minoritários	4.625	3.113	-1.512	-33%
Resultados Antes de Impostos				
e int. Minoritários	449.605	568.307	118.702	26%
Impostos sobre Rendimento	111.916	123.235	11.319	10%
Resultados Líquidos^{**}	333.064	441.959	108.895	33%

^a Incluindo Prestações de Serviço e Variações da Produção

^{**} Depois de interesses Minoritários

A Margem Bruta registou um crescimento de 169,5 milhões de euros (11%) para os 1.694 milhões de euros. Para esta evolução foram decisivas as performances de todos os segmentos de negócio da Galp Energia, em parte atenuadas pelo efeito desfavorável do lag time nos preços de venda:

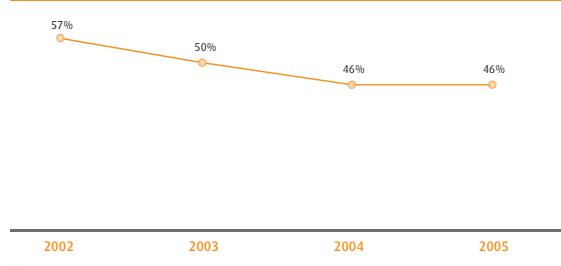
- Exploração e Produção: duplo efeito favorável de maiores volumes vendidos (1,8 milhões de barris vs 1,7 milhões de barris) a melhores preços (+16 usd/bbl);
- Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos: recorde de quantidades processadas nas Refinarias (14,3 milhões de tons) num cenário de cotações internacionais favorável para a actividade de Refinação e forte aumento nas vendas de Fuel e das quantidades exportadas;
- Aprovisionamento e Transporte de Gás Natural: aumento das quantidades vendidas em 5% (+219 milhões de m³ GN) essencialmente no segmento Eléctrico, devido aos reduzidos níveis de hidraulicidade;
- Distribuição de GN: crescimento do volume de vendas de 6%;
- Produção de Energia: aumento generalizado da produção eléctrica e térmica.

Os custos operacionais cash aumentaram 102,5 milhões de euros (+13%) para os 864,2 milhões de euros. Este aumento de custos entre os dois anos está influenciado pela inclusão da Empresa de resseguros Tagus RE no

perímetro de consolidação e pelos custos pagos à EGREP pelo serviço de stockagem estratégica. Sem estes dois factores os custos cash totais seriam de 826,9 milhões de euros e teriam superado o ano anterior em 9%.

O aumento de custos que a Galp Energia apresenta no ano de 2005 não compromete o caminho que se tem vindo a efectuar no sentido da melhoria da eficiência operacional de custos. Apesar do aumento de actividade demonstrado no ano, os custos cash totais (numa base comparável entre anos) mantiveram-se estabilizados face à Margem Bruta.

Custos Operacionais Cash (*) vs Margem Bruta



(*) excluindo Hedging, Fundo de Pensões, Fees EGREP e Tagus RE

Os Fornecimentos e Serviços Externos registaram um aumento de 87 milhões de euros (20%) face ao ano anterior, para os 524,3 milhões de euros. O principal efeito que explica este aumento teve a ver com o cumprimento do Decreto-Lei nº 35/2005, que visa uma convergência dos critérios contabilísticos nacionais para as normas IAS/IFRS, e que levou à consolidação da empresa de resseguros do Grupo (Tagus RE) pela primeira vez na história do Grupo Galp Energia, e a um aumento directo dos fornecimentos e serviços externos de 15 milhões de euros. Também o facto de 2005 ter sido o primeiro ano de funcionamento da EGREP, empresa que concentra a responsabilidade de constituição de reservas estratégicas referentes a cerca de 1 mês de consumo, levou a um aumento directo de custos de 9,6 milhões de euros, mas com uma diminuição equivalente a nível do Capital Empregue da Empresa.

Excluindo estes factores, os Fornecimentos e Serviços Externos teriam aumentado 14% para os 499,6 milhões de euros essencialmente devido a um duplo efeito:

- Aumento dos volumes vendidos que levou ao aumento dos custos variáveis (essencialmente transporte, armazenagem, enchimento e utilização de parques, terminais e oleodutos);

- Pressão sentida em alguns custos relativa à evolução do indexante de referência, nomeadamente no que se refere às cotações do gasóleo.

Os Custos com Pessoal cresceram 20,9 milhões de euros (8%), cifrando-se nos 276 milhões de euros, essencialmente devido ao aumento dos custos com benefícios pós-emprego e ao aumento do número de colaboradores totais, centrado em Espanha e como consequência da aquisição da empresa Gasinsular na Ilha da Madeira, totalizando no seu conjunto 103 colaboradores.

Os outros Resultados Operacionais melhoraram 13,3 milhões de euros, essencialmente relacionados com a diminuição dos custos de Hedging.

Os custos non cash (Amortizações, Provisões, Ajustamentos e Reversões) foram de 377,2 milhões de euros e ficaram 2% abaixo do ano anterior. O aumento de amortizações relacionadas com o Bloco 14 (Campo Kuito) e com a entrada em exploração da empresa CLCM foram mais que compensadas por uma diminuição das provisões, que em 2004 englobavam uma provisão de 31,8 milhões de euros para o bloco 33 em Angola.

Os Resultados Financeiros de 2005 foram negativos em 30,9 milhões de euros, situando-se ao nível do ano anterior. O comportamento desfavorável das diferenças de câmbio líquidas devido à valorização do dólar em 2005 foi atenuada pelos ganhos resultantes dos Resultados das Participações (essencialmente gasodutos internacionais e CLH) e pela redução dos juros e encargos (devido à redução da dívida bancária). Os resultados Extraordinários aumentaram 37,6 milhões de euros para os 69,9 milhões de euros fortemente influenciados pela mais valia registada com a venda da concessão de distribuição de Gás Natural Portgás (48 milhões de euros).

:: 7.3. Análise Financeira ::

Balanço e Estrutura Patrimonial

O Activo Líquido consolidado do Grupo Galp Energia, a 31 de Dezembro de 2005, ascendia a 6.299 milhões de euros, para um montante de Capitais Próprios de 2.184 milhões de euros.

Balanços	2003	2004	2005
(milhões de euros)			
Imobilizações Incorpóreas	507	493	505
Imobilizações Corpóreas	3.282	3.252	3.192
Investimentos Financeiros	224	204	179
Total Imobilizado	4.012	3.949	3.876
Dívidas de Terceiros MLP	40	33	25
Total Activo Fijo	4.052	3.982	3.901
Existências	719	677	766
Dívidas de Terceiros CP	780	873	1.062
Títulos Negociáveis	11	19	16
Dep. Bancários e Caixa	179	215	147
Acrésc. e Diferimentos	328	358	407
Total Activo Circulante	2.017	2.142	2.398
TOTAL ACTIVO	6.069	6.124	6.299
Capital Próprio	1.651	1.887	2.184
Interesses Minoritários	24	27	28
Provisões	274	267	293
Dívidas a Terceiros MLP	1.392	1.125	1.129
Dívidas a Terceiros CP	1.922	1.980	1.817
Acrésc. e Diferimentos	805	838	848
Total Passivo	4.418	4.237	4.115
TOTAL CP + Passivo	6.069	6.124	6.299

O activo consolidado registou um acréscimo de 175 milhões de euros face ao final de 2004. Este acréscimo resultou essencialmente do aumento de 189 milhões de euros das dívidas de terceiros de curto prazo, e tal como no ano anterior, o enfoque deu-se nos clientes, em face do aumento do volume de negócios.

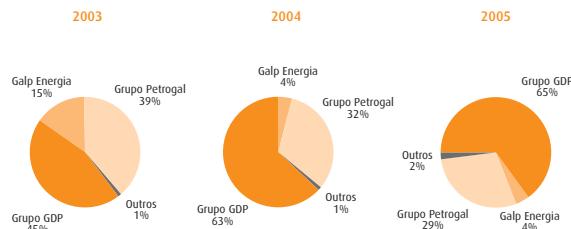
O passivo situou-se nos 4.115 milhões de euros, o que representou uma diminuição de 122 milhões de euros, face ao final de 2004. Este decréscimo foi decisivamente influenciado pela variação negativa de 163 milhões de euros nas Dívidas de Terceiros de CP, nomeadamente da dívida bancária.

O aumento dos capitais próprios ascendeu a 297 milhões de euros.

Política de Financiamento

Os anos de 2002 e 2003 consubstanciavam uma política de financiamento que definia a Galp Energia como veículo preferencial de financiamento de todo o Grupo. Em 2004, com a potencial reestruturação do sector energético que indicava a separação do negócio do gás natural do negócio do petróleo, a GDP passou a assumir o papel de veículo de financiamento do sector de Gás Natural, situação que se manteve no decorrer de 2005. Para 2006 e anos subsequentes, pretende-se retomar a Galp Energia como veículo preferencial de financiamento do Grupo, salvo os financiamentos em Project Finance ou outros estruturados que deverão ser realizados ao nível das empresas participadas.

Distribuição da Dívida Financeira do Grupo



Estrutura da Dívida Consolidada	2003	2004	2005	2005-2004
(milhões de euros)				
Total Dívida CP	748	633	257	-375
Empréstimos Obrigacionistas	150	0	0	0
Empréstimos Bancários	557	631	256	-375
Outros Empréstimos obtidos	41	1	1	0
Total Dívida MLP	1.372	1.098	1.093	-5
Empréstimos Obrigacionistas	310	310	310	0
Empréstimos p/ Títulos Particip.	0	0	0	0
Empréstimos Bancários	1.057	784	780	-4
Outros Empréstimos Obtidos	5	4	3	-1
Total Passivo Remunerado	2.120	1.731	1.350	-381
Disponibilidades	190	234	162	-72
Dívida Líquida	1.930	1.497	1.188	-309

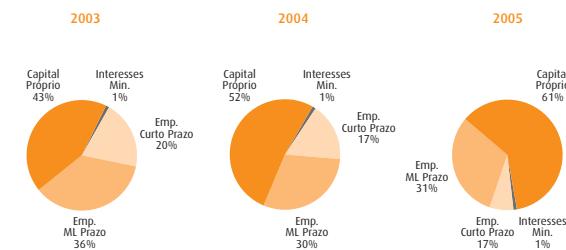
Em termos globais, a dívida da Galp Energia sofreu uma redução de 309 milhões de euros, em face da manutenção de um elevado cash flow operacional.

O custo médio da dívida da Galp Energia em 2005 aumentou face a 2004, situando-se nos 4,2%. Para tal contribuiu a apreciação do dólar face ao euro, e a inversão da política monetária, de expansionista para contracionista, movimento iniciado pela Reserva Federal norte-americana, já em 2004, e seguido pelo Banco Central Europeu no final de 2005, com o aumento da taxa de referência.

Estrutura de Capitais

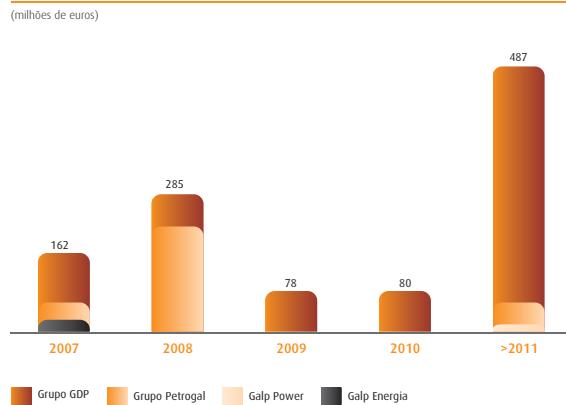
Em 2005, o capital próprio aumentou 16%, enquanto que os empréstimos de curto e médio e longo prazos diminuíram 59% e 0,5%, respectivamente. Alterou-se substancialmente a proporção entre endividamento de curto e médio e longo prazos tal como previsto na política de financiamento.

Estrutura de Capitais



Em 2008 atingir-se-á a maturidade da operação de securitização realizada pela Petrogal, pelo que nesse ano, caso a operação não seja renovada, haverá um reembolso de 210 milhões de euros.

Perfil de Reembolso da Dívida de Médio e Longo Prazo



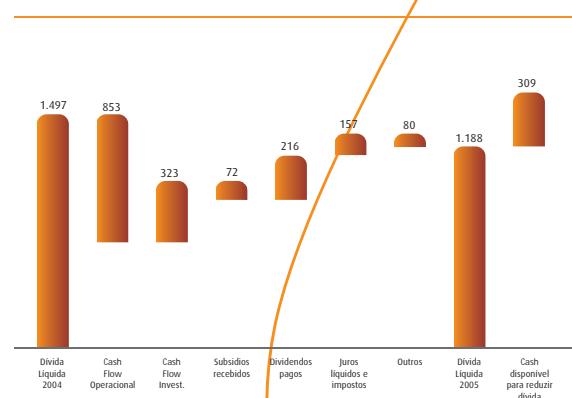
O recebimento de fundos comunitários de apoio ao investimento, no âmbito do POE, atingiu os 44 milhões de euros para o sector do Gás Natural, faltando receber apenas 4 milhões de euros.

A Galp Energia, no âmbito do "Acordo de Accionistas entre o Estado e a Petrocontrol" sobre a compensação a fazer à Petrogal, tem o direito de receber 75 milhões euros do Governo. Este montante destina-se a subsidiar os investimentos efectuados na Petrogal nas Refinarias do Porto e de Sines, relativos à dessulfuração de gasóleo. Em 2005 foi recebida a primeira tranche de 25 milhões de euros.

	Recebidos	Por Receber
(milhões de euros)		
Grupo GDP	44	4
Grupo Petrogal	28	50
Total Galp Energia	72	54

Cash Flow e Financiamento do Investimento

O cash flow liberto pela Galp Energia permitiu reduzir a dívida do Grupo em 309 milhões de euros.



Rácios Financeiros

	2003	2004	2005
EBITDA/Juros Líquidos			
Dívida Liq.º/EBITDA	14,2 x	18,5 x	23,1 x
Gearing	2,9 x	1,7 x	1,3 x
Dívida Liq.º/Cap. Própria com Int. Min.	53%	43%	35%
Autonomia Financeira	112%	75%	53%
	28%	31%	35%

* Inclui suprimentos e empréstimos entre empresas do grupo

Em 2005, a Galp Energia voltou a apresentar melhorias substanciais em termos de rácios financeiros, em face do acréscimo de 9% do EBITDA e de um decréscimo de 12% dos Juros Líquidos. O rácio de Dívida Líquida/Capitais Próprios situou-se em 53%, reflectindo um reforço constante na estrutura de capitais, que permitirá à empresa enfrentar os desafios de desenvolvimento e crescimento que se lhe depõem no futuro.

7.4. Gestão Integrada de Risco

A Galp Energia tem definida uma política de gestão integrada do risco com o objectivo de reduzir a volatilidade dos resultados da Empresa, resultante do comportamento das variáveis exógenas. O risco associado resulta das actividades físicas do negócio e por conseguinte é função do comportamento das variáveis exógenas e da relação entre estas.

Todas as operações de cobertura estão associadas à realidade física dos negócios. Não são permitidas operações de trading no mercado do papel.

A gestão destes riscos é realizada através dos mercados organizados de futuros (NYMEX e IPE) e de operações directas com instituições financeiras internacionais e outras empresas petrolíferas.

Os instrumentos de cobertura que estão a ser utilizados protegem a empresa dos movimentos adversos do mercado, permitindo no entanto tirar partido do risco positivo associado, ou seja, da subida do mercado.

As operações de cobertura são feitas apenas sobre a exposição física subjacente. Estas operações são feitas com **counterparties** com **rating** de **investment grade**.

A implementação desta política está a ser feita com a diferenciação das funções de execução das operações de cobertura, das funções de controlo das mesmas, sendo responsabilidade da Comissão de Gestão de Risco a coordenação destas actividades e a análise do valor do risco com a definição das acções a desenvolver por forma a atingir os objectivos propostos.

Uma vez que as variáveis exógenas não são independentes entre si, as operações de cobertura são efectuadas tendo como objectivo manter a cobertura natural existente no negócio e entre os negócios, bem como reduzir o risco residual remanescente.

O principal risco da Galp Energia encontra-se na margem de refinação.

O Grupo Galp Energia, durante o ano de 2005, continuou a implementação da sua política de gestão da exposição do valor dos **cash flows** ao comportamento das variáveis exógenas que o determinam.

Manteve-se em 2005 a política de alisamento do preço de aquisição do petróleo bruto através do recurso ao mercado de futuros por forma a que o preço de aquisição se aproxime da média das cotações internacionais de cada mês.

Ao nível da dívida, o grupo Galp Energia continuou a utilizar a denominação em USD de parte da sua dívida para gerir a exposição à taxa de câmbio USD/EUR associada ao negócio. Tendo em conta o comportamento das taxas de juro, continuou-se em 2005 a implementação da política de gestão do risco de taxa de juro, com a realização de operações de fixação da taxa de juro que reduzem a exposição dos **cash flows** ao comportamento desta variável. Dado o comportamento do mercado de taxa de juro, foram igualmente privilegiados instrumentos que fixam o custo máximo, permitindo tirar partido das taxas mais baixas de curto prazo.



8. Implementação das Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS)

O Grupo Galp Energia tem obrigações cotadas em Bolsa e estando, em consequência, vinculada às orientações definidas pelo Regulamento (CE) nº 1606/2002 de 19 de Julho.

Por esse facto definiu um plano de implementação das Normas Internacionais de Contabilidade em todas as empresas do Grupo e elaborou o Balanço de Conversão de POC para IAS a 1 de Janeiro de 2004.

Dando cumprimento ao Regulamento (CE) nº 1606/2002 e do Parlamento Europeu e do Conselho, vão ser apresentadas em IAS/IFRS as contas consolidadas da GDP, S.G.P.S., na medida em que esta sociedade tem obrigações cotadas e apresenta contas consolidadas.

Uma vez que estas características não se verificam em nenhuma outra Empresa do Grupo, as contas consolidadas e individuais da Galp Energia e restantes empresas vão ser apresentadas de acordo com os normativos nacionais (POC).

A partir do exercício de 2006, as contas individuais e consolidadas da Galp Energia e de todas as empresas do Grupo serão elaboradas em conformidade com os normativos internacionais (IAS/IFRS).







factos relevantes
após o encerramento
do exercício

9. Factos Relevantes após o Encerramento do Exercício

1. Alterações da Estrutura Accionista

Na sequência do contrato de compra e venda celebrado em 7 de Dezembro de 2005 entre a EDP - Energias de Portugal, S.A. e o Grupo Américo Amorim, a Amorim Energia, B.V. adquiriu, em Janeiro de 2006, à EDP Participações, S.G.P.S., S.A. 23.663.875 acções representativas de 14,268% do capital social da Galp Energia, tendo adquirido ainda a participação detida pela Portgás correspondente a 72.905 acções, passando a ser titular de 23.736.780 acções e 14,312% do capital social da empresa.

Posteriormente, a Amorim Energia, B.V. vendeu à Caixa Geral de Depósitos um número de acções correspondentes a 1% do capital social da Galp Energia.

2. Reestruturação do Sector Energético

Concretizando, no plano normativo, as orientações estratégicas da Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005 de 24 de Outubro, que aprovou a estratégia nacional para a energia, foram publicados, através dos Decretos-Leis n.ºs 29/2006, 30/2006 e 31/2006, todos de 15 de Fevereiro, os princípios gerais relativos à organização e funcionamento do Sistema Eléctrico Nacional (SEN), do Sistema Nacional de Gás Natural (SNGN) e do Sistema Petrolífero Nacional (SPN), transpondo para a ordem jurídica interna os princípios da Directiva n.º 2003/54/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho, que estabelece regras comuns para o mercado interno da electricidade e a Directiva n.º 2003/55/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho, que estabelece regras comuns para o mercado interno de gás natural.

3. Biocombustíveis

Através do Decreto-Lei n.º 62/2006 de 21 de Março, foi transposta para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2003/30/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de Maio, relativa à promoção da utilização de biocombustíveis ou de outros combustíveis renováveis nos transportes.

O Decreto-Lei n.º 66/2006 de 22 de Março veio alterar o Código dos Impostos Especiais de Consumo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 566/99, de 22 de Dezembro, consagrando isenção parcial e total do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) aos biocombustíveis, quando incorporados na gasolina e no gasóleo, utilizados nos transportes.

4. Concurso Público de Atribuição de Licenças para a Produção de Energia Eólica

No dia 1 Março de 2006 o Consórcio Ventinveste, liderado pela Galp Energia, procedeu à entrega de proposta ao Concurso Público Internacional para Atribuição de Capacidade de Injecção de Potência e Pontos de Recepção Associados para Energia Eléctrica Produzida em Centrais Eólicas.

O consórcio propõe-se investir mil milhões de euros e criar 1.250 novos postos de trabalho num diversificado **cluster** industrial e na instalação de nove parques eólicos em sete distritos do país.

A Galp Energia, através da Galp Power, é o principal accionista do agrupamento Ventinveste com uma participação de 34%, seguindo-se a Martifer (31%), a Enersis (3%), a Efasec Energia (2%) e a Repower Portugal, a Repower Systems AG e a fábrica de pás Power Blades, com 1% cada.

5. Reunião da Assembleia Geral da Galp Energia de 29 de Março de 2006

Na Assembleia Geral da Galp Energia, realizada no dia 29 de Março de 2006, foram prestadas informações aos Accionistas acerca das recentes alterações accionistas verificadas na Galp Energia e sobre a celebração de um Acordo Parassocial entre a ENI, a REN, a Amorim Energia e a Caixa Geral de Depósitos, que foi recentemente aprovado incondicionalmente pela Comissão Europeia.

Noutro ponto, foram aprovadas algumas alterações aos estatutos da sociedade, particularmente sobre aspectos formais ligados às competências de aprovação de matérias pelos órgãos sociais, visando o estabelecimento de regras de **governance** estáveis e compatíveis com as melhores práticas de mercado, tendo em atenção a actual fase de preparação para a entrada da Galp Energia em bolsa.

Na reunião, onde participaram pela primeira vez os representantes do Accionista Amorim Energia, os accionistas ratificaram ainda a decisão do Conselho de Administração de proceder à cooptação dos novos administradores não-executivos propostos por aquele accionista, Dr. Manuel Carlos e Eng. Diogo Tavares.



10. Declarações e Menções Obrigatórias

1. Accionistas com participações qualificadas directas e indirectas (Artigo 448.º n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais e Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários)

Accionistas com mais de um terço e menos de metade do capital *		
ENI Portugal Investment, Spa	55.294.432 acções	33,34%
Accionistas com mais de um décimo e menos de um terço do capital social *		
REN	30.350.573 acções	18,3%
Estado Português	29.373.123 acções	17,71%
EDP Participações - S.G.P.S., S.A.	23.663.875 acções	14,27%
Parpública, S.G.P.S., S.A.	20.388.309 acções	12,29%

* a percentagem de capital é um valor arredondado calculado com base no número total de acções (165.850.127)

Durante o exercício de 2005 a Parpública - Participações Públicas S.G.P.S., S.A., adquiriu ao Estado 13.373.134 acções da Galp Energia, pelo que a participação social da Parpública é agora representada por 20.388.309 acções, correspondentes a 12,293% do capital da sociedade.

2. Acções próprias (Artigos 66.º alínea d) e 325.º-A n.º1 do Código das Sociedades Comerciais)

Durante o exercício de 2005 a Galp Energia não adquiriu nem alienou acções próprias. A 31 de Dezembro de 2005, a Galp Energia não era detentora de acções próprias.

3. Posição accionista dos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização (Artigo 447.º n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais)

Os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Galp Energia não são titulares de acções ou obrigações da Sociedade ou de sociedades com as quais aquela esteja em relação de domínio ou de grupo, não se tendo verificado em 2005 quaisquer transacções.

4. Negócios de Administradores com a Sociedade (Artigos 66.º alínea e) e 397.º do Código das Sociedades Comerciais)

Não se registaram em 2005 autorizações a membros do Conselho de Administração da Galp Energia para realização de negócios com a sociedade.

5. Exercício pelos Administradores de outras actividades (Artigo 398.º do Código das Sociedades Comerciais)

Com excepção do Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito até à sua eleição para vogal do Conselho de Administração, ocorrida em 24 de Maio de 2005, nenhum dos restantes administradores exercearam, durante o exercício de 2005, na sociedade ou em sociedades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo, quaisquer funções temporárias ou permanentes ao abrigo de contrato de trabalho, subordinado ou autónomo.

Durante o exercício de 2005 os administradores não exerceram, por conta própria ou alheia, actividade concorrente com a da sociedade.

Nota:

No Conselho de Administração da Galp Energia de 24 de Fevereiro de 2005, foi levantada uma questão sobre o eventual conflito de interesses da presença do Dr. Rui Horta e Costa neste órgão, tendo em consideração o facto de a EDP ter adquirido a Portgás, por via da aquisição de 46,6% do respectivo capital à Galp Energia no passado dia 10 de Janeiro, fundamentando-a no facto de este último Administrador exercer também as mesmas funções na EDP e no facto de esta passar, por via daquela aquisição, a ser concorrente da Galp Energia.



11. Referências Finais

O Presidente do Conselho de Administração deu conhecimento do facto aos Accionistas para, tendo em consideração o disposto nos artigos 398.º, n.º 3 e 4 e 254.º, n.º 2 a 6, do Código das Sociedades Comerciais, tomarem eventualmente alguma iniciativa ao nível da Assembleia Geral sobre o assunto, dentro do prazo legal estabelecido naquelas disposições.

Na reunião do Conselho de Administração da Galp Energia de 28 de Abril de 2005, o Presidente do Conselho de Administração informou que havia apenas recebido resposta por parte do accionista EDP, informando ainda que havia solicitado um parecer jurídico sobre o assunto.

Na reunião do Conselho de Administração da Galp Energia de 19 de Julho de 2005 o assunto da eventual existência de potencial conflito de interesse dos membros do Conselho de Administração, o Presidente do Conselho de Administração informou que havia recebido uma carta do Ministério das Finanças e da Administração Pública, em resposta à que foi enviada, em 29 de Abril p.p., sobre o eventual conflito de interesses. Deste modo deu conhecimento da resposta do Ministério que confirma o entendimento sobre a inexistência de incompatibilidade no exercício de funções de administrador.

6. Prestação de serviços a sociedades do Grupo e posições credores sobre sociedades participadas (Artigo 5.º n.º 4 do Decreto-Lei n.º 495/88 de 30 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 318/94 de 24 de Dezembro).

Ver as Notas 16 (Prestação de serviços a sociedades do Grupo) e 49 (Posições credoras sobre sociedades participadas) do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados das Contas Individuais.

O Conselho de Administração da Galp Energia S.G.P.S., S.A. agradece a colaboração, empenho e confiança dos seus accionistas no acompanhamento da evolução do Grupo Galp Energia, durante o ano de 2005.

Os agradecimentos do Conselho de Administração são extensíveis a todas as entidades que ao longo do ano colaboraram com a Galp, das quais destacamos:

- Tribunal de Contas, a Direcção-Geral do Tesouro e a Inspecção Geral de Finanças ;
- Direcção Geral de Geologia e Energia;
- Instituto do Ambiente.
- Revisor Oficial de Contas e os Auditores Externos ;
- As Instituições Financeiras, que continuaram a apoiar os Projectos da Galp Energia.

Por último, uma palavra especial de agradecimento para os nossos Clientes, Revendedores e Fornecedores pela preferência e confiança que em nós depositaram e a todos os Colaboradores do Grupo, pelo trabalho realizado e pelo empenho sempre demonstrados.

12. Proposta de Aplicação de Resultados

Os Resultados Líquidos da Galp Energia S.G.P.S., S.A., no exercício de 2005 foram de 441.958.609,17 euros.

Galp Energia S.G.P.S., S.A.	
	(euros)
a) Dotação à Reserva Legal (5%)	22.097.930,46
b) Distribuição de Dividendos (€1,34/acção)	222.239.170,18
b) Resultados Transitados	197.621.508,53
Total	441.958.609,17

Lisboa, 12 de Abril de 2006

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo

Vice-Presidentes:

Eng. José António Marques Gonçalves

Eng. Giancarlo Rossi

Vogais:

Dr. Rui Manuel Janes Cartaxo

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Eng. Camillo Gloria

Dr. Angelo Taraborrelli

Dr. Federico Ermoli

Eng. Giorgio Puce

Eng. José Rodrigues Pereira dos Penedos

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

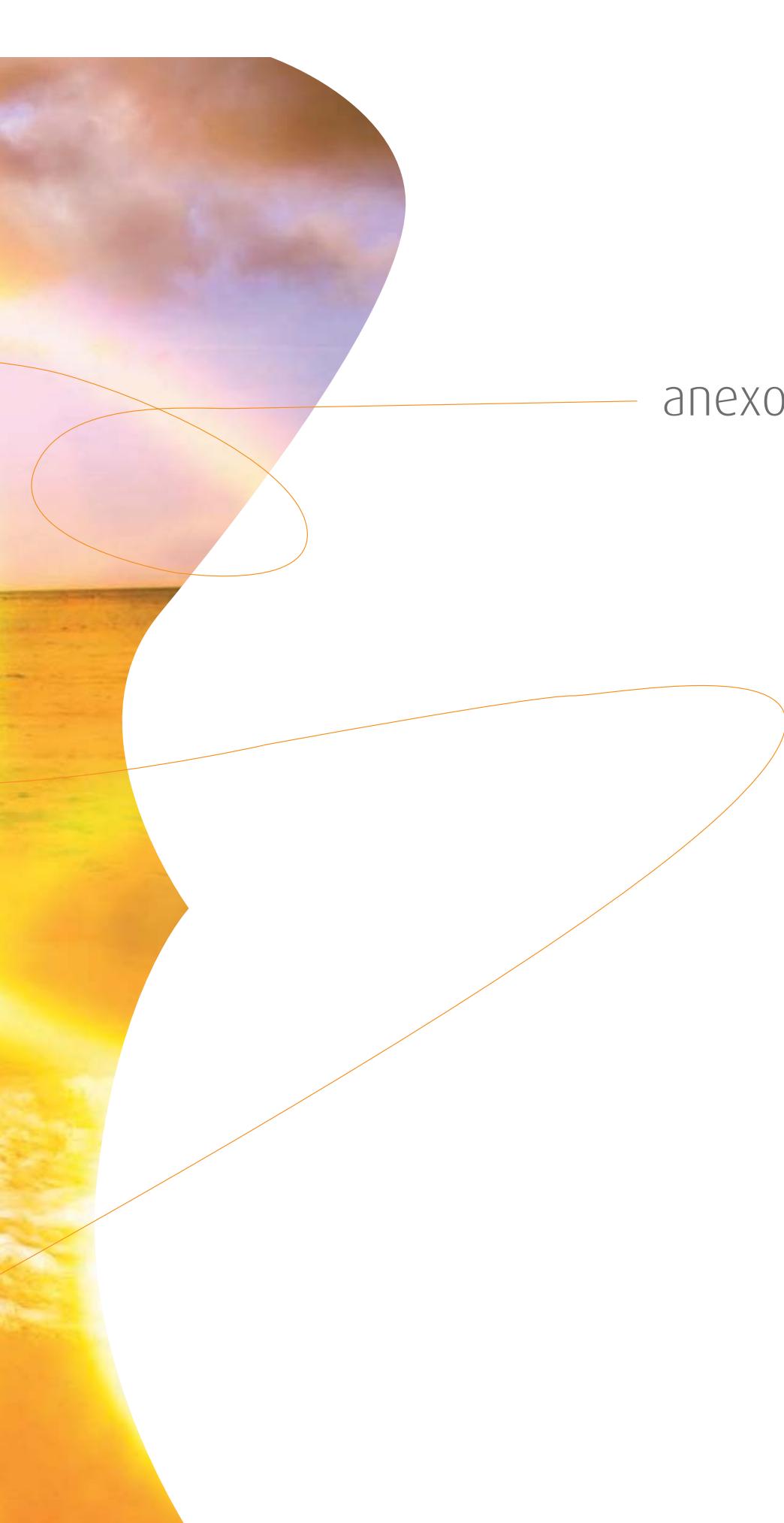
Dr. Manuel Carlos Costa da Silva

Eng. Diogo Mendonça Rodrigues Tavares

Dr. Joaquim Augusto Nunes de Pina Moura





A photograph of a sunset or sunrise over a calm body of water. The sky is filled with warm, orange, and yellow hues, transitioning into a darker blue at the top. A large, bright white circle, possibly the sun or moon, is positioned in the lower-left quadrant, casting a soft glow. The water in the foreground is a lighter shade of orange and yellow, reflecting the sky's colors.

anexos

Relatório sobre o Governo da Sociedade

No seguimento das Recomendações emitidas pela CMVM e dos deveres de informação impostos pelo Regulamento n.º 7/2001 de 20 de Dezembro, alterado pelos Regulamentos n.ºs 11/2003 de 2 de Dezembro e 10/2005 de 18 de Novembro, a Galp Energia tem vindo a implementar um conjunto de melhorias ao nível do *Corporate Governance*.

Apesar de a Galp Energia não ter as suas ações admitidas à negociação em mercado regulamentado, o tratamento desta questão tem sido uma das preocupações da gestão da empresa, pelo que pela quinta vez consecutiva vem o Conselho de Administração divulgar sobre as práticas e estrutura do governo da sociedade.

:: Capítulo I - Divulgação de Informação ::

:: 1. Estrutura Organizacional e Funcional do Grupo ::

A Galp Energia tem assumido um modelo de gestão visando a transparência e eficácia, assente numa clara separação de poderes entre Conselho de Administração, com poderes de supervisão, controlo e acompanhamento de questões de natureza estratégica e relacionamento entre Accionistas e Órgãos Sociais da empresa, e Comissão Executiva, com tarefas operacionais delegadas de gestão corrente das Unidades de Negócio e concentrado no objectivo de criação de valor.

O modelo de gestão assenta em cinco Unidades de Negócio sob a liderança e orientação de cada um dos Administradores Executivos, baseado nos princípios da horizontalidade, flexibilidade, simplicidade, eficiência e delegação de responsabilidade, e visando a criação de valor, captação de sinergias intra e inter Unidades de Negócio.

As Unidades de Negócio da Galp Energia são as seguintes:

- Galp Aprovisionamento, Refinação e Logística, que assegura a aquisição, transformação, armazenagem e fornecimento de petróleo bruto e produtos acabados, aos clientes internos (unidades comerciais) e a alguns clientes externos;
- Galp Transgás, que assegura a aquisição, transporte, armazenagem e fornecimento de GN (clientes internos e grandes clientes externos) e é responsável pelo desenvolvimento das infra-estruturas de regaseificação de GNL (Terminal de GNL de Sines);
- Galp Gás, que assegura a distribuição de gás (Gás Natural e GPL);

- Galp Empresas, que assegura o fornecimento de soluções integradas multi-produto e multi-serviço;
- Galp Retalho, que desenvolve os negócios de combustíveis e *non fuel* através da rede de postos de abastecimento.

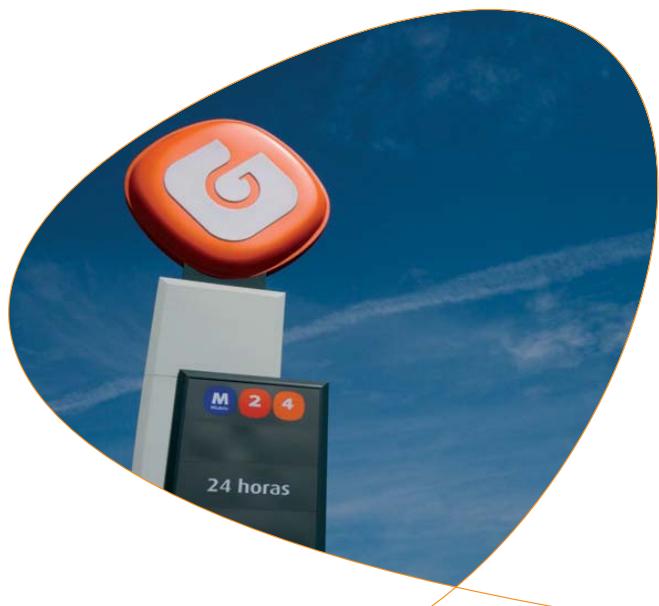
Para além das referidas Unidades de Negócio há a referir a existência de Unidades de Gestão de menor dimensão com o objectivo de lançar e desenvolver novos projectos de negócios.

As principais Unidades de Negócio de menor dimensão são desenvolvidas pela Galp Power, no âmbito da cogeração e energias alternativas, pela Galp Exploração, no domínio da exploração e produção de petróleo, pela Galp Internacional, no âmbito dos mercados internacionais, essencialmente África, e ainda pela Galp Atlântico através da exploração do Terminal de GNL de Sines.

Para além das Unidades de Negócio, existem as seguintes Unidades de Gestão:

- Funções Corporativas;
- Unidade de Serviços.

As Funções Corporativas apoiam o Conselho de Administração e a Comissão Executiva na definição e implementação da estratégia corporativa, na gestão dos recursos corporativos fundamentais, na definição de políticas globais para o Grupo e no desafio à *performance* das Unidades de Negócio.



As competências e atribuições das Funções Corporativas são as seguintes:

Finanças Corporativas - Optimizar a estrutura de financiamento e de capitais do Grupo Galp Energia, garantindo a gestão integrada de riscos e a captura de sinergias na obtenção das necessidades de fundos.

Planeamento e Controlo Corporativos - Desafiar a **performance** dos negócios e assegurar o seu alinhamento com os objectivos estratégicos e garantir uma visão e gestão estratégicas para os seus Sistemas de Informação.

Recursos Humanos Corporativos - Desenvolver e implementar a política de recursos humanos do Grupo, de forma a garantir a satisfação das necessidades estratégicas e operacionais dos negócios, a motivação e o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores.

Marketing Corporativo - Liderar, definir e implementar a estratégia de **Marketing** da Galp Energia com o objectivo de maximização do valor da empresa, de fidelização e satisfação dos clientes, e construção de uma marca forte e consistente com a visão e valores do grupo.

Serviços Jurídicos e Organização - Apoiar a actividade dos Órgãos Sociais da Galp Energia e das empresas do Grupo nas vertentes jurídica e organizacional, zelando pela correcção, divulgação e conservação de toda a informação oficial, de natureza contratual ou societária do Grupo, assegurando às Unidades de Negócios a assessoria e consultoria técnica em todas as matérias do foro jurídico para salvaguardar os interesses e direitos da Galp Energia, e garantindo o desenvolvimento da organização, dos processos, dos sistemas e das plataformas de trabalho e de comunicação, em alinhamento com os valores, a visão, a missão, a estratégia e o modelo de **governance** da Galp Energia, com vista a suportar o crescimento e a valorização dos Negócios.

Ambiente, Qualidade e Segurança Corporativo - Dinamizar a integração das políticas de Ambiente, Qualidade e Segurança na gestão de todas as actividades, produtos e serviços, como um valor intrínseco ao futuro sustentável dos negócios.

Auditória Interna - Avaliar de forma independente e sistemática as actividades do Grupo, proporcionando valor acrescentado através da minimização dos riscos, optimização dos processos de gestão e dos sistemas de controlo interno e de **governance**.

Comunicação Institucional Corporativa - Definir e implementar a estratégia e a política de comunicação institucional corporativa da Galp Energia promovendo a consolidação dos seus objectivos, valores e reputação,

liderando a relação com os órgãos de comunicação social e garantindo o conhecimento e o esclarecimento da opinião pública.

Relações Institucionais - Definir e implementar a estratégia e a política de relações institucionais do Grupo, designadamente, com todas as instituições públicas e privadas directa ou indirectamente implicadas nas suas actividades, incluindo autarquias e entidades empresariais ou comunitárias (associações, fundações ou outras), promovendo os valores, objectivos e reputação da Galp Energia.

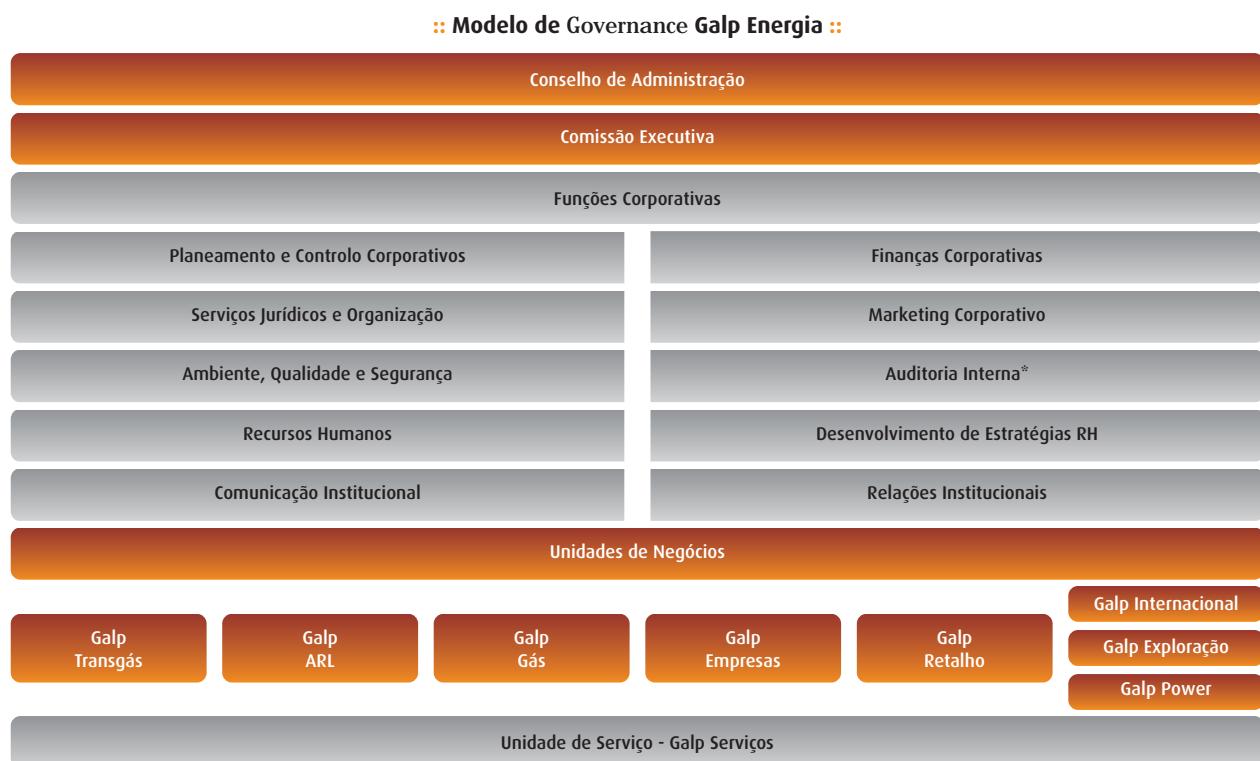
Gabinete de Desenvolvimento de Estratégias de Recursos Humanos - Definir estratégias e respectivos programas e processos, no domínio do recrutamento, retenção de quadros e avaliação de desempenho, definição de perfis de liderança e desenvolvimento de capacidades, planos de desenvolvimento e de formação, políticas de mobilidade no Grupo e ainda no âmbito da comunicação interna.

A Unidade de Serviços constituída pela Galp Serviços apoia as actividades do Grupo, nomeadamente as Unidades de Negócio, nas áreas, entre outras, administrativa, financeira, de seguros, de gestão de recursos humanos, de sistemas de informação e de formação, sendo responsável por assegurar um elevado grau de qualidade, eficiência e economia no cumprimento dos níveis de serviços acordados.

Em 2005 a Comissão Executiva da Galp Energia criou sete Projectos Estratégicos de Enfoque Imediato:

- Projecto Espanha - melhoria de resultados;
- Estratégia Gás Natural face à liberalização;
- Projecto "Simplificação da Estrutura Legal do Grupo";
- Projecto "Cliente Galp";
- Estratégia da Refinação;
- Estratégia para a entrada no Negócio Eléctrico;
- Estratégia da Galp Energia na área de Exploração e Produção Petrolífera.

No organigrama seguinte apresenta-se o modelo de governo da Galp Energia, com a repartição de competências entre os vários órgãos e departamentos da sociedade no quadro do processo de decisão empresarial:



* reporta ao PCA

(Vidé adiante o quadro de repartição de competências entre os membros da Comissão Executiva)

Face ao adiamento do IPO da Galp Energia, não se procedeu à criação do Gabinete do Investidor.

As relações com o Mercado de Capitais das empresas do Grupo com valores mobiliários admitidos à negociação na Euronext Lisbon passaram a ser, desde 20 de Outubro de 2005, asseguradas, pelo representante comum designado, responsável pela Direcção de Finanças Corporativas:

Eng. Pedro Dias
Rua Tomás da Fonseca, Torre C, 1600-209 Lisboa
Tel: 217 241 024
Fax: 210 039 011
Email: pedro.dias@galpenergia.com

2. Sistema de Controlo Interno

O Sistema de Controlo Interno é assegurado por um conjunto de comissões específicas, das quais se destacam as seguintes:

- Comissão de Investimentos

A Comissão de Investimentos analisa e acompanha a implementação da política de investimentos nos negócios, designadamente, quanto a projectos de natureza, montante e risco estrutural, e reporta à Comissão Executiva da Galp Energia.

- Comité de Sistemas de Informação

O Comité de Sistemas de Informação tem como objectivo promover uma visão integrada e a comunicação entre todos os intervenientes em Sistemas de Comunicação, na Galp Energia.



- **Comité de Análise e Avaliação de Funções**

A Comissão de Análise e Avaliação de Funções tem como função assegurar de uma forma coerente e de acordo com critérios uniformes o processo de análise e avaliação de funções, no universo do Grupo Galp Energia, definindo uma estrutura de enquadramento organizacional que suporte o desenvolvimento e aplicação de um conjunto de instrumentos de gestão de recursos humanos.

- **Comité de Pricing**

O Comité de Pricing define a Política e Estratégia de Pricing dos Combustíveis Líquidos em Portugal.

Sistema de Controlo e Gestão de Riscos

A estrutura corporativa da Galp Energia compreende uma Auditoria Interna vocacionada a avaliar de forma independente e sistemática a actividade das Unidades de Negócio, com o objectivo de minimizar os riscos, assegurando a eficácia dos processos de gestão e dos sistemas de controlo internos.

Por outro lado, a Direcção de Finanças Corporativas assegura a implementação da Política de Gestão Integrada de Risco aprovada e garante a gestão integrada do risco da Galp Energia, tendo como principais funções o apoio às Unidades de Negócio e Empresas participadas, no que respeita ao comportamento esperado das variáveis exógenas e disponibilização da respectiva análise histórica.

Na Galp Energia foi criado o Comité de Gestão do Risco com a responsabilidade de definir a forma de implementação da Política de Gestão de Risco, aprovada pelo Conselho de Administração e propor alterações à mesma, e ainda analisar a actividade de **hedging**.

A Galp Energia desenvolveu em 2005 uma política integrada do risco com o objectivo de assegurar uma rentabilidade mínima dos capitais empregues, reduzindo a volatilidade dos **cash flows** da Galp Energia.

Política de Distribuição de Dividendos

A política de dividendos da Galp Energia tem em consideração diversos factores que afectam a sua actividade, nomeadamente, o seu plano de investimentos, estrutura de capitais, liquidez e a capacidade de geração de **cash flow** das suas operações.

Desta forma, a Galp Energia tem tido uma política de dividendos equilibrada e estável que reflecte o seu estado de desenvolvimento e que se enquadra nas práticas de mercado das empresas congénères do sector.

O valor do dividendo por acção, distribuído nos três últimos exercícios, foi o seguinte:

Exercício a que se refere o dividendo	2002	2003	2004
Dividendo por acção (Euros)	0,26	0,56	1,00

3. Utilização de Novas Tecnologias na Divulgação de Informação Financeira ::

A Galp Energia tem vindo progressivamente a adoptar a utilização de novas tecnologias para a difusão de informação considerada relevante sobre a vida da sociedade, através do seu portal (www.galpenergia.com), incluindo informação financeira da sociedade e das principais empresas do Grupo.

A informação disponibilizada por este meio inclui os Relatórios de Gestão e Contas dos últimos três exercícios das Empresas participadas com valores mobiliários admitidos à negociação na Euronext Lisboa (GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A. e Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.), bem como os respectivos Contratos de Sociedade, estrutura accionista e órgãos sociais.

Na **intranet** o portal myGalpenergia continua a ser desenvolvido como plataforma de trabalho para todos os colaboradores, cujo conteúdo é inteiramente alimentado pelas Unidades de Gestão, através do qual são divulgadas informações relevantes.

4. Remunerações ::

Comissão de Remunerações

O Contrato de Sociedade da Galp Energia prevê que as remunerações dos membros dos Órgãos Sociais sejam fixadas por uma comissão de remunerações, constituída por representantes de três accionistas. Estabelece ainda a incompatibilidade entre os cargos de membro do Conselho de Administração e de membro do Conselho Fiscal com o de membro da Comissão de Remunerações.

A Comissão de Remunerações da Galp Energia foi eleita na Assembleia Geral realizada em 24 de Maio de 2005, para o triénio 2005-2007 e é composta pelo Estado Português, como Presidente, representada por Eng. José Isidoro d'Oliveira Carvalho Netto, pela Eni Portugal Investment, Spa, representada pelo Senhor Giancarlo Cepollaro e pela REN - Rede Eléctrica Nacional, representada pelo Eng. Victor Manuel da Costa Antunes Machado Baptista. Nenhum dos membros deste órgão exerce funções no Conselho de Administração da Galp Energia.

Nos termos previstos no Contrato de Sociedade, a remuneração dos administradores pode englobar uma percentagem dos lucros do exercício, até ao limite global de zero vírgula cinco por cento dos mesmos.

Auditores

O Auditor independente da Galp Energia é responsável por expressar a sua opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

O Auditor da Galp Energia é desde 2001 a Deloitte & Associados.

A remuneração anual total do Auditor para as Empresas do Grupo Galp Energia no ano 2005 foi de 825.000 euros, compreendendo serviços de revisão oficial de contas e auditoria, sendo que 26.464 euros, corresponde ao custo com as contas individuais da Galp Energia.

A consultoria fiscal ao Grupo Galp Energia tem sido prestada pela KPMG, desde 31 de Março de 2003.

:: Capítulo II - Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas ::

Nos termos do Artigo 10.º dos Estatutos da Galp Energia, apenas podem participar nas Assembleias Gerais os accionistas com direito de voto, correspondendo um voto a cada 100 acções, podendo os accionistas com menor número de acções agrupar-se de modo a exercer o direito de voto, devendo para o efeito fazer-se representar por um só deles ou por outro accionista.

Para efeitos de participação, têm a qualidade de accionistas, os que tenham acções escrituradas em seu nome, até cinco dias antes da data da reunião de que se trate.

Os accionistas que sejam pessoas colectivas podem fazer-se representar nas reuniões de accionistas por qualquer pessoa, podendo a designação ser feita por qualquer meio escrito. Os accionistas que sejam pessoas singulares apenas podem fazer-se representar por um membro do Conselho de Administração, pelo seu cônjuge, pelos seus parentes na linha recta ou por outros accionistas, podendo a designação ser feita por qualquer meio escrito.

Salvo no que respeita ao Estado, os accionistas que pretendem fazer-se representar devem, até cinco dias antes da assembleia e nos termos da lei, apresentar na sociedade os instrumentos de representação e bem assim as pessoas colectivas indicar quem as representará; o Presidente da Mesa poderá, contudo, admitir a participação na assembleia dos representantes não indicados dentro desse prazo, se verificar que isso não prejudica os trabalhos da Assembleia.

Os Estatutos da Galp Energia não prevêem expressamente o denominado "voto por correspondência".

:: Capítulo III - Regras Societárias ::

O Contrato de Sociedade, disponível na página da Galp Energia na internet, define as principais regras de funcionamento e organização da sociedade.

Encontra-se em curso a elaboração de regras societárias/códigos de conduta, designadamente respeitantes aos órgãos da sociedade, bem como de outros regulamentos internos, destinados a regular expressamente situações de conflito de interesses, sigilo e incompatibilidades.

O Contrato de Sociedade da Galp Energia não prevê restrições à transmissibilidade de acções.

O capital social da Galp Energia encontra-se representado por acções especiais pertencentes ao Estado Português (categoria A) e por acções ordinárias (categoria B), pertencentes aos restantes accionistas.

Segundo o Artigo 4.º dos Estatutos, às acções da categoria A são inerentes os seguintes direitos especiais:

a) direito de, de acordo com o n.º 2 do artigo 391.º do Código das Sociedades Comerciais, aprovar a eleição de três, quatro ou cinco membros do Conselho de Administração, consoante este tenha, respectivamente, um total de onze, treze ou mais membros;





b) direito de que quaisquer deliberações de alteração do contrato de sociedade, quaisquer deliberações que visem autorizar a celebração de contratos de grupo paritário ou de subordinação e, ainda, quaisquer deliberações que, de algum modo, possam pôr em causa o abastecimento do País de petróleo, gás ou produtos derivados dos mesmos não sejam aprovadas, nem em primeira nem em segunda convocação, contra a maioria dos votos que lhes correspondam.

É do conhecimento público a existência de um Acordo Parassocial entre os accionistas Estado Português e Eni Portugal Investments, S.A..

:: Capítulo IV - Órgão de Administração ::

Nos termos estatutários, o órgão de administração da Galp Energia pode ser composto por onze a vinte e um administradores. O actual Conselho de Administração eleito na Assembleia Geral de 23 de Maio de 2002, para um mandato de três anos, é composto por quinze membros.

De acordo com o Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração da Galp Energia representa a sociedade, em juízo e fora dele, activa e passivamente, cabendo-lhe os mais amplos poderes de gerência, assim como deliberar sobre qualquer assunto da administração da sociedade, podendo ainda confessar, desistir ou transigir em quaisquer litígios, bem como comprometer-se em árbitros.

Segundo o Artigo 16.º dos Estatutos da sociedade, o Conselho de Administração reúne pelo menos uma vez por trimestre.

Durante o exercício de 2005 realizaram-se 9 reuniões.

O Conselho de Administração, por deliberação de 30 de Maio de 2005, ao abrigo do Artigo 17.º dos Estatutos da sociedade, constituiu uma Comissão Executiva.

As regras de funcionamento da Comissão Executiva e a delegação de poderes foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião acima referida, o qual definiu ainda as regras de informação e acompanhamento das suas actividades pelo Conselho de Administração.

A Comissão Executiva é composta por sete Administradores, devendo reunir, pelo menos, duas vezes por mês. A Comissão Executiva realizou, em 2005, 43 reuniões.

A Comissão Executiva em reunião de 30 de Maio de 2005 definiu as áreas de administração de que os seus membros ficarão especialmente encarregues, conforme consta do organograma seguinte.

Para além das matérias previstas no Artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho reservou para si um conjunto de matérias e assuntos considerados de maior importância e impacto para a sociedade e para o Grupo, a saber:

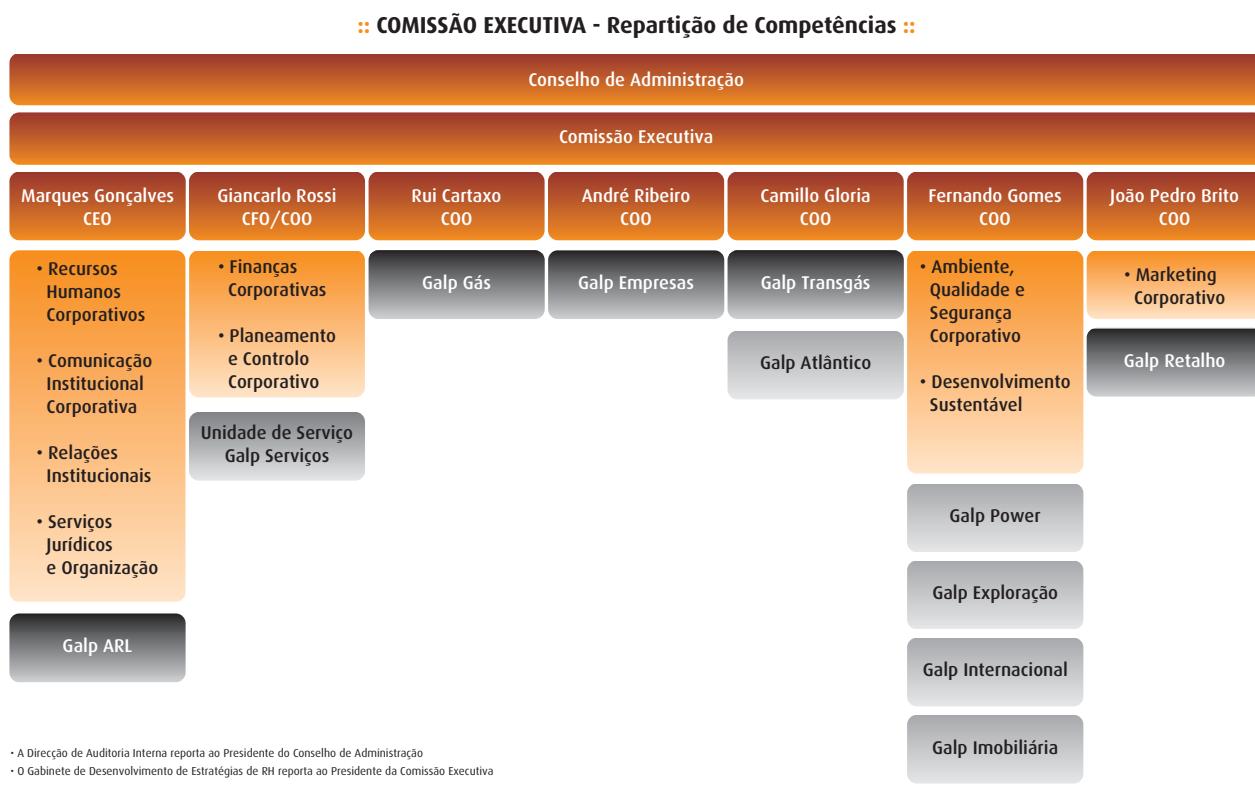
- Definir a estratégia e modelo de negócios;
- Definir o enquadramento organizativo e societário;
- Definir a configuração do **portfolio** de negócios;
- Promover a captura de sinergias entre negócios;
- Aprovar investimentos de elevado montante ou risco;
- Estabelecer objectivos de criação de valor para cada negócio;
- Controlar o cumprimento dos objectivos fixados.

Os membros da Comissão Executiva exercem as suas funções no Grupo em regime de tempo completo e cada um é responsável por determinadas Unidades de Gestão, sem prejuízo da competência própria da Comissão Executiva, exercendo ainda, de forma não remunerada, o cargo de administração noutras sociedades do Grupo.

De harmonia com a política em vigor no Grupo Galp Energia, a remuneração dos colaboradores da Galp Energia inclui todas as remunerações relativas ao exercício de quaisquer funções em sociedades participadas.



No organigrama seguinte apresenta-se a atribuição das principais áreas de responsabilidade aos membros da Comissão Executiva:



A informação das matérias e/ou decisões tomadas pela Comissão Executiva, em particular, sobre matérias de reserva de competência exclusiva da Galp Energia, são regularmente comunicadas ao Presidente do Conselho de Administração, tendo em conta as suas competências e responsabilidades legais e estatutárias, designadamente, na coordenação da actividade do órgão a que preside e na relação com os accionistas e com os restantes órgãos sociais.

O Presidente do Conselho de Administração dá conhecimento a este órgão das deliberações da Comissão Executiva que têm especial importância, bem como submete à apreciação do Conselho as que, pela sua relevância, considere justificarem a confirmação deste órgão.

Em anexo, são indicados os cargos sociais que os membros do Conselho de Administração exercem em sociedades do Grupo e noutras sociedades.

:: Cargos Sociais Desempenhados pelos Membros Executivos do Conselho de Administração em Sociedades do Grupo Galp Energia e outras, à data de 31 de Dezembro de 2005:

:: Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva: José António Marques Gonçalves ::

Sociedades do Grupo:

- Presidente do Conselho de Administração da Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Transgás S.G.P.S., S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Galp Energia España, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Transgás Atlântico - Sociedade Portuguesa de Gás Natural Liquefeito, S.A.
- Membro Conselho Consultivo Petrogal Brasil, Ltda.

:: Vice-Presidente do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva: Giancarlo Rossi ::

Sociedades do Grupo:

- Vogal do Conselho de Administração da Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Transgás S.G.P.S., S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Galp Energia Espanha, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Galp Serviços - Serviços e Consultoria de Apoio à Gestão Empresarial, S.A.

Outras sociedades:

- Presidente do Conselho de Administração da Eni Portugal Investment

:: Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva: Rui Manuel Janes Cartaxo ::

Sociedades do Grupo:

- Vogal do Conselho de Administração de Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Transgás, S.G.P.S., S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Galp Energia Espanha, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da GDP Distribuição, S.G.P.S., S.A.

:: Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva: André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro ::

Sociedades do Grupo:

- Vogal do Conselho de Administração de Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Transgás S.G.P.S., S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Galp Energia Espanha, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Transgás Indústria - Sociedade Portuguesa de Fornecimento de Gás Natural à Indústria, S.A.

:: Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva: Camillo Gloria ::

Sociedades do Grupo:

- Vogal do Conselho de Administração da Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Transgás, S.G.P.S., S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Galp Energia Espanha, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Transgás Atlântico - Sociedade Portuguesa de Gás Natural Liquefeito, S.A. e Presidente da Comissão Executiva da Transgás Atlântico
- Presidente do Conselho de Administração da Transgás Armazenagem - Sociedade Portuguesa de Armazenagem de Gás Natural, S.A.

Outras sociedades:

- Vogal do Conselho de Administração Eni Portugal Investment
- Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva Union Fenosa Gas

:: Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva: Fernando Manuel dos Santos Gomes ::

Sociedades do Grupo:

- Vogal do Conselho de Administração da Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Transgás S.G.P.S., S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Galp Energia Espanha, S.A.
- Presidente do Conselho de Gerência da Galp Exploração e Produção Petrolífera, Lda
- Presidente Conselho de Gerência da Petrogal Angola, Lda.
- Presidente Conselho de Gerência da Petrogal Moçambique, Lda.
- Presidente Conselho de Gerência da Petrogal Guiné-Bissau, Lda
- Membro do Conselho Consultivo da Petrogal Brasil, Lda
- Vogal do Conselho de Administração da Sopor - Sociedade Distribuidora de Combustíveis, S.A.



Outras sociedades:

- Membro Conselho de Fundadores da Fundação Serralves
- Membro do Conselho de Administração da Fundação Portugal África
- Membro do Conselho de Fundadores do CADIN

• **Outras sociedades:**

• **Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva: João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito**

Sociedades do Grupo:

- Vogal do Conselho de Administração da Petróleos de Portugal
- Petrogal, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da GDP - Gás de Portugal,
S.G.P.S., S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Transgás S.G.P.S., S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Galp Energia España, S.A.
- Presidente do Conselho de Gerência da Sempre a Postos
- Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.
- Presidente do Conselho de Administração da Sopor - Sociedade Distribuidora de Combustíveis, S.A.

• **Cargos Sociais Desempenhados pelos Membros não Executivos do Conselho de Administração em Sociedades do Grupo Galp Energia e outras, à data de Dezembro de 2005:**

• **Presidente do Conselho de Administração: Francisco Luís Murteira Nabo**

Outras sociedades:

- Administrador não executivo do BPG - BANCO PORTUGUÊS DE GESTÃO, S.A.
- Administrador não executivo da HOLDOMNIS - Gestão e Investimentos, S.A.
- Administrador não executivo da STDP - Sociedade Transnacional de Desenvolvimento de Participações, S.G.P.S., S.A.
- Administrador não executivo da ORIENTE, S.G.P.S., S.A.
- Administrador não executivo da SAGRES - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

• **Vogal do Conselho de Administração: Angelo Taraborrelli**

Outras sociedades:

- Chief Operating Officer ENI - Refining & Marketing Division

• **Vogal do Conselho de Administração: Federico Ermoli**

Outras sociedades:

- International Asset Management Senior Vice President - Eni Gas&Power Division:
- Member of the Board - TIGAZ, Ungheria
- Member of the Supervisoryboard - GVS - Gasversorgung Sueddeutschland GmbH, Stuttgart
- Member of the Board - Gas Brasiliano GBD, São Paulo, Brasil

• **Vogal do Conselho de Administração: Giorgio Puce**

(Não exerce outros cargos sociais)

• **Vogal do Conselho de Administração: José Rodrigues Pereira dos Penedos**

Outras sociedades:

- Presidente do Conselho de Administração da REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da RENTTELECOM
- Comunicações, S.A.
- Presidente da APE - Associação Portuguesa de Energia
- Presidente da UCTE - Union for the Co-ordination of Transmission of Electricity
- Presidente do Comité Nacional da CIGRÉ - Conseil International des Grands Réseaux Electriques

• **Vogal do Conselho de Administração: Eduardo de Oliveira Fernandes**

Outras sociedades:

- Membro do Conselho de Ambiente da EDP
- Presidente do Conselho Geral da APREN, Energias Renováveis
- Presidente da Assembleia Geral da SPES, Sociedade Portuguesa de Energias Renováveis
- Presidente do Conselho Consultivo da Agência Municipal de Energia e Ambiente, Lisboa e-nova
- Membro da Direcção do Centro Nacional de Cultura



**:: Vogal do Conselho de Administração: Rui Miguel de Oliveira Horta
e Costa ::**

Outras sociedades:

- Administrador da EDP - Energias de Portugal
- Administrador da CPPE - Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade
- Administrador da EDP Participações - S.G.P.S.
- Administrador da EDP Energias do Brasil
- Presidente do Conselho de Administração da EDP Imobiliária
- Administrador da ONI, S.G.P.S.
- Administrador da EDP Estudos e Consultoria
- Administrador da Electricidade de Portugal Internacional, S.G.P.S.
- Administrador da Internel - Serviços de Consultoria Internacional
- Administrador da EDP - Investimentos, Gestão de Participações e Assistência Técnica, Limitada
- Administrador da IBERENERGIA
- Administrador da Energia RE
- Gerente da EDALPRO Imobiliária, Lda
- Presidente do Conselho de Administração da CENTRAL-e - Informação e Comércio Electrónico

**:: Vogal do Conselho de Administração: Joaquim Augusto Nunes de
Pina Moura ::**

Outras sociedades:

- Presidente do Conselho de Administração da Iberdrola Participações, S.G.P.S., S.A.
- Presidente do Conselho de Administração, Iberdrola Portugal - Electricidade e Gás, S.A.
- Presidente do Conselho de Gerência, Iberdrola II - Comercialização de Energia, Unipessoal Lda.







contas consolidadas

balanços consolidados em 31 de dezembro de 2005 e 2004

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Activo	Notas	2005		2004
		Activo Bruto	Amort. e Ajust.	Activo Líquido
IMOBILIZADO:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	25 e 27	35.962	(26.082)	9.880
Despesas de investigação e de desenvolvimento	25 e 27	9.848	(7.346)	2.502
Propriedade industrial e outros direitos	25 e 27	234.449	(104.811)	129.638
Reversão de consumos para gás natural	25 e 27	322.828	(64.289)	258.539
Trespasses	25 e 27	31.361	(16.108)	15.253
Diferenças de consolidação	10, 25 e 27	78.450	(16.162)	62.288
Imobilizações em curso	27	27.047	-	27.047
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	27	100	-	100
		740.045	(234.798)	505.247
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	27	264.449	(11.225)	253.224
Edifícios e outras construções	27	732.150	(402.143)	330.007
Equipamento básico	27	5.064.334	(2.935.054)	2.129.280
Equipamento de transporte	27	27.542	(24.828)	2.714
Ferramentas e utensílios	27	5.368	(4.678)	690
Equipamento administrativo	27	135.902	(117.149)	18.753
Tarifas e vasilhame	27	164.699	(137.944)	26.755
Outras imobilizações corpóreas	27	100.303	(55.808)	44.495
Imobilizações em curso	27	417.145	(33.321)	383.824
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	27	2.310	-	2.310
		6.914.202	(3.722.150)	3.192.052
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas do grupo	2	3.663	-	3.663
Empréstimos a empresas do grupo	2	3.602	(1.871)	1.731
Partes de capital em empresas associadas	3	89.205	-	89.205
Empréstimos a empresas associadas	3	60.050	-	60.050
Títulos e outras aplicações financeiras	27	54.101	(30.434)	23.667
Outros empréstimos concedidos	27	143	-	143
		210.764	(32.305)	178.459
REALIZÁVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO:				
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:				
Clientes - conta corrente		149	-	149
Clientes - títulos a receber		-	-	-
Outros devedores	52	25.304	-	25.304
		25.453	-	25.453
				32.775
CIRCULANTE:				
Existências:				
Matérias - primas, subsidiárias e de consumo	50	186.364	(5.569)	180.795
Produtos e trabalhos em curso	50	327	-	327
Produtos acabados e intermédios	50	392.914	(3)	392.911
Mercadorias	50	187.588	(184)	187.404
Adiantamentos por conta de compras	50	4.828	-	4.828
		772.021	(5.756)	766.265
				676.715
Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
Clientes - conta corrente		876.660	(893)	875.767
Clientes - títulos a receber		5.665	-	5.665
Clientes de cobrança duvidosa		74.298	(57.294)	17.004
Empresas do Grupo		1.424	-	1.424
Empresas associadas	3	105	-	105
Adiantamentos a fornecedores		3.298	-	3.298
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		6.855	-	6.855
Estado e outros entes públicos	51	14.803	-	14.803
Outros devedores	52	140.691	(3.703)	136.988
		1.123.799	(61.890)	1.061.909
				872.528
Títulos negociáveis:				
Outras aplicações de tesouraria	60	16.052	-	16.052
		16.052	-	16.052
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários	60	139.402	-	139.402
Caixa	60	6.923	-	6.923
		146.325	-	146.325
				214.746
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:				
Acréscimos de proveitos	53	97.987	-	97.987
Custos diferidos	53	309.203	-	309.203
		407.190	-	407.190
			(3.913.981)	358.275
Total de amortizações				(142.918)
Total de ajustamentos				
Total do activo		10.355.851	(4.056.899)	6.298.952
				6.123.437

As notas anexas fazem parte integrante do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005.



Capital Próprio, Interesses Minoritários e Passivo	Notas	2005	2004
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	55 e 56	829.251	829.251
Prémios de emissão de acções	55	82.006	82.006
Diferenças de consolidação	10 e 55	81.254	81.254
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	10 e 55	(13.019)	(33.573)
Reservas:			
Reservas legais	55	56.949	40.296
Outras reservas	55	27.977	27.977
Resultados transitados	55	677.637	527.076
Resultado consolidado líquido do exercício	55	441.959	333.064
Total do Capital Próprio		2.184.014	1.887.351
Interesses minoritários	54	27.773	26.880
PROVISÕES:			
Provisões para pensões	46	74.574	77.964
Provisões para seguros de vida e cuidados de saúde	46	124.447	106.452
Provisões para impostos	46	2.948	2.954
Outras provisões	46	91.053	79.179
		293.022	266.549
DÍVIDAS A TERCEIROS - Médio e longo prazo:			
Empréstimos por obrigações	34	309.760	309.760
Dívidas a instituições de crédito	34	780.166	784.304
Fornecedores, conta corrente		16.083	-
Empresas associadas	3	441	-
Empresas participadas e participantes	27	14.338	19.999
Outros empréstimos obtidos	34	2.816	4.078
Fornecedores, títulos a pagar		1.486	1.862
Fornecedores de Imobilizado, conta corrente	47	383	701
Outros credores	52	3.127	4.154
		1.128.600	1.124.858
DÍVIDAS A TERCEIROS - Curto prazo:			
Dívidas a instituições de crédito	34	256.086	631.302
Adiantamentos por conta de vendas	50	330.595	276.512
Fornecedores, conta corrente		459.165	377.152
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		227.464	114.525
Fornecedores, títulos a pagar		2.382	416
Empresas do grupo	2	-	10.000
Empresas associadas	3	34.853	-
Empresas participadas e participantes	27	1.502	49.760
Adiantamentos de clientes		5.954	3.851
Fornecedores de imobilizado, conta corrente		79.080	83.477
Fornecedores de imobilizado - Fact. recep. conferência		7.377	9.576
Estado e outros entes públicos	51	374.118	361.255
Outros empréstimos obtidos	34	1.304	1.304
Outros credores	52	37.619	60.642
		1.817.499	1.979.772
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
Acréscimos de custos	53	104.736	93.633
Proveitos diferidos	53	743.308	744.394
		848.044	838.027
Total do capital próprio, interesses minoritários e do passivo		6.298.952	6.123.437

demonstrações dos resultados consolidados por naturezas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Custos e Perdas	Notas	2005	2004
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			
Mercadorias		2.895.825	2.245.876
Matérias primas e subsidiárias		6.596.857	5.469.952
		9.492.682	7.715.828
Fornecimentos e serviços externos		524.312	437.258
Custos com pessoal:			
Remunerações		178.866	174.326
Encargos sociais:			
Pensões		46.368	34.767
Outros		50.763	45.980
		275.997	255.073
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	27	337.330	318.414
Ajustamentos	27, 32 e 43	35.114	55.985
Provisões	46	19.839	18.512
Impostos		9.085	7.520
Outros custos e perdas operacionais		54.765	61.822
		63.850	69.342
	(A)	10.749.124	8.870.412
Perdas em empresas do grupo e associadas	44	2.205	8.279
Amortizações e ajustamentos de aplicações e investimentos financeiros	44	112	153
Juros e custos similares:			
Relativos a empresas do grupo e associadas	44	325	672
Outros	44	148.970	138.858
		151.612	147.962
	(C)	10.900.736	9.018.374
Custos e perdas extraordinários	45	42.237	30.388
	(E)	10.942.973	9.048.762
Imposto sobre o rendimento do exercício	51	123.235	111.916
Interesses minoritários		3.113	4.625
	(G)	11.069.321	9.165.303
Resultado consolidado líquido do exercício		441.959	333.064
		11.511.280	9.498.367

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados consolidados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.



Proveitos e Ganhos	Notas	2005		2004
Vendas de produtos e mercadorias:				
Mercadorias	36	4.018.912		3.221.625
Produtos	36	6.957.963		5.905.622
Prestações de serviços	36	149.688	11.126.563	131.272
Variação da produção			60.834	(17.519)
Trabalhos para a própria empresa			9.307	9.524
Proveitos suplementares				
Subsídios à exploração		41.701		39.841
Outros proveitos e ganhos operacionais		5.471		1.560
Reversões de amortizações e ajustamentos	27, 32 e 43	19.569	15.029	17.294
			81.770	8.302
				66.997
	(B)		11.278.474	9.317.521
Ganhos em empresas do grupo e associadas	44	50.710		33.738
Rendimento de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras:				
Outros	44	178		156
Outros juros e proveitos similares:				
Relativos a empresas do grupo e associadas	44	2.539		3.791
Outros	44	67.263	120.690	80.496
	(D)		11.399.164	9.435.702
Proveitos e ganhos extraordinários	45	112.116		62.665
	(E)		11.511.280	9.498.367
Resultados operacionais:				
Resultados financeiros:				
Resultados correntes:				
Resultados antes de impostos e de interesses minoritários:				
Resultado consolidado líquido do exercício:				
	(B) - (A)	529.350		447.109
	(D-B) - (C-A)	(30.922)		(29.781)
	(D) - (C)	498.428		417.328
	(F) - (E)	568.307		449.605
	(F) - (G)	441.959		333.064

demonstrações dos fluxos de caixa consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2005	2004
Actividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		12.761.202	8.726.852
Pagamentos a fornecedores		(9.587.224)	(5.163.525)
Pagamentos ao pessoal		(207.929)	(198.167)
Pagamentos/Recebimentos de imposto sobre produtos petrolíferos		(2.382.723)	(2.254.607)
Fluxos gerados pelas operações		583.326	1.110.553
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento	21 e 46	(117.942)	(112.074)
Contribuições para o fundo de pensões		(26.235)	(20.595)
Pagamentos a reformados antecipadamente e pré-reformados		(12.916)	(15.084)
Pagamentos de despesas de seguro com os reformados		(9.158)	(576)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional		229.177	(68.595)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		646.252	893.629
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		11.910	770
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(7.167)	(14.648)
Fluxos das actividades operacionais (1)		650.995	879.751
Actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	3	85.806	8.359
Imobilizações corpóreas		3.788	2.227
Imobilizações incorpóreas		3.304	1.914
Subsídios de investimento	49	71.691	78.486
Juros e proveitos similares		15.850	2.680
Dividendos	27	39.339	37.196
Empréstimos concedidos		7.845	1.874
		227.623	132.736
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(3.835)	(6.848)
Imobilizações corpóreas		(276.060)	(348.284)
Imobilizações incorpóreas		(56.354)	(58.101)
Empréstimos concedidos		(2.714)	(313)
		(338.963)	(413.546)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(111.340)	(280.810)
Actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		290.413	1.045.366
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		263	-
Juros e proveitos similares		2.351	1.208
Letras descontadas		18.771	13.541
		311.798	1.060.115
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(520.490)	(1.364.659)
Juros de empréstimos obtidos		(42.802)	(31.312)
Juros e custos similares		(26.700)	(21.855)
Dividendos/distribuição de resultados	27	(215.938)	(46.941)
Aquisição de acções (quotas) próprias		-	(6)
Reembolso de letras descontadas		(18.192)	(13.325)
Amortizações e juros de contratos de locação financeira		(306)	(423)
Juros de contratos de locação financeira		(4)	(6)
Juros de empréstimos obrigacionistas		(9.246)	(13.979)
Cobertura de prejuízos		(290)	-
		(833.968)	(1.492.506)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(522.170)	(432.391)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)			
Efeito das diferenças de câmbio		17.485	166.550
Caixa e seus equivalentes no início do período	60	4.983	(5.179)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	60	67.894	(103.336)
		90.362	58.035

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.



demonstrações dos resultados consolidados por funções para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2005	2004
Vendas e prestações de serviços	36	11.126.563	9.258.519
Custo das vendas e prestações de serviços		(10.132.584)	(8.334.704)
Resultados brutos		993.979	923.815
Outros proveitos e ganhos operacionais		161.613	122.009
Custos de distribuição		(387.594)	(358.930)
Custos administrativos		(50.595)	(42.379)
Outros custos e perdas operacionais		(194.568)	(166.143)
Resultados operacionais		522.835	478.372
Custo líquido de financiamento		(50.994)	(54.075)
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	44	48.505	25.459
Ganhos (perdas) em outros investimentos	45	47.961	(151)
Resultados correntes		568.307	449.605
Imposto sobre resultados correntes	51	(123.235)	(111.916)
Resultados correntes apóis impostos		445.072	337.689
Resultados extraordinários		-	-
Imposto sobre os resultados extraordinários		-	-
Interesses minoritários		(3.113)	(4.625)
Resultados consolidados líquidos		441.959	333.064
Resultado por acção		2,66 Eur	2,01 Eur

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados consolidados por funções para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

relato financeiro consolidado por segmentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Aprovisionamento, Transporte e Venda de Gás Natural		Distribuição de Gás Natural		Refinação e Distribuição Produtos Petrolíferos	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Margem Bruta	223.035	175.741	128.432	115.316	1.120.169	1.058.043
Vendas	942.808	692.680	216.852	187.135	9.910.806	8.271.374
Inter-segmentais	115.787	77.803	-	-	2.803	3.945
Externas	827.021	614.877	216.852	187.135	9.908.003	8.267.429
CMVMC	(719.773)	(516.939)	(88.712)	(71.714)	(8.852.528)	(7.196.140)
Inter-segmentais	-	-	(84.163)	(66.022)	(84.819)	(3.321)
Externas	(719.773)	(516.939)	(4.549)	(5.692)	(8.767.709)	(7.192.819)
Produção	-	-	292	(105)	61.891	(17.191)
Receitas	17.899	16.603	17.678	18.019	188.016	186.929
Inter-segmentais	3.037	2.806	3.128	2.895	19.662	20.928
Externas	14.862	13.797	14.550	15.124	168.354	166.001
Custos Variáveis	0	0	(30.805)	(28.217)	(310.499)	(270.459)
Inter-segmentais	-	-	(11.397)	(11.412)	-	-
Externos	-	-	(19.408)	(16.805)	(310.499)	(270.459)
Custos Fixos	(43.298)	(45.430)	(32.080)	(31.556)	(423.870)	(380.570)
Despesas de Funcionamento	(29.961)	(30.364)	(8.231)	(7.811)	(198.313)	(176.690)
Inter-segmentais	(11.984)	(12.388)	(495)	(268)	(97.929)	(64.416)
Externas	(17.977)	(17.976)	(7.736)	(7.543)	(100.384)	(112.274)
Encargos c/ Pessoal	(13.337)	(15.066)	(23.849)	(23.745)	(225.557)	(203.880)
Gastos não Desembolsáveis	(45.726)	(52.663)	(35.992)	(33.916)	(267.789)	(248.058)
Amortizações	(45.128)	(46.397)	(35.396)	(33.689)	(232.627)	(220.379)
Provisões, Ajustamentos e reversões	(598)	(6.266)	(596)	(227)	(35.162)	(27.679)
Outros Gastos	-	-	-	-	-	-
Resultados Segmentais	(151.910)	94.251	47.233	39.646	306.027	345.885
Réditos da Empresa não Imputados	-	-	-	-	-	-
Gastos da Empresa não Imputados	-	-	-	-	-	-
Resultados Operacionais	151.910	94.251	47.233	39.646	306.027	345.885
Custos Financeiros	(38.480)	(32.117)	(15.569)	(15.914)	(94.349)	(85.583)
Proveitos Financeiros	52.226	31.334	2.357	5.820	63.634	66.841
Resultados antes de itens extraordinários, impostos e interesses minoritários	165.655	93.468	34.021	29.552	275.312	327.143
Resultados Extraordinários	17.165	19.061	42.118	11.348	2.947	1.430
Imposto sobre o Rendimento	(40.739)	(24.665)	(12.083)	(11.859)	(70.851)	(78.802)
Interesses Minoritários	(1.792)	(1.782)	(3.076)	(2.600)	1.783	(732)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	140.289	86.082	60.980	26.441	209.191	249.039
OUTRAS INFORMAÇÕES						
Activos do Segmento (1)						
Activo circulante	354.369	336.951	94.219	91.486	2.057.370	1.857.519
Activo fixo (2)	1.189.440	1.221.100	872.353	838.703	1.318.209	1.426.418
Investimento Financeiro (3)	103.279	98.278	18.808	41.477	43.717	43.477
Activo médio longo prazo	19.818	26.424	1.602	2.174	4.027	3.749
Activos da Empresa não Imputados	-	-	-	-	-	-
Activos Totais Consolidados	1.666.906	1.682.753	986.982	973.840	3.423.323	3.331.163
Passivos do segmento						
Passivo circulante	635.519	585.300	440.370	606.889	1.709.080	1.704.336
Passivo médio longo prazo	521.108	557.928	313.809	183.687	319.387	267.573
Provisões	9.248	9.007	31.230	29.908	202.030	189.324
Passivos da Empresa não Imputados	-	-	-	-	-	-
Passivos Totais Consolidados	1.165.875	1.152.235	785.409	820.484	2.230.497	2.161.233
Dispêndio em Capital Fixo (4)						

(1) Quantia líquida.

(2) Em Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas.

(3) Pelo Método da Equivalência Patrimonial.

(4) Durante o exercício económico.



Exploração e Produção		Outros		Eliminações		Consolidado	
2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004
65.289	42.352	8.514	4.620	(412)	(2.172)	1.545.027	1.393.900
66.639	42.575	24.942	15.270	(185.172)	(81.787)	10.976.875	9.127.247
66.582	-	-	39	(185.172)	(81.787)	-	-
57	42.575	24.942	15.231	-	-	10.976.875	9.127.247
-	-	(16.428)	(10.650)	184.760	79.615	(9.492.681)	(7.715.828)
-	-	(15.778)	(10.272)	184.760	79.615	-	-
-	-	(650)	(378)	-	-	(9.492.681)	(7.715.828)
(1.350)	(223)	-	-	-	-	60.833	(17.519)
5.424	26	154.974	95.634	(158.253)	(117.720)	225.738	199.491
-	-	132.426	91.091	(158.253)	(117.720)	-	-
5.424	26	22.548	4.543	-	-	225.738	199.491
(16.442)	(14.963)	(14.277)	(1.893)	11.397	11.412	(360.626)	(304.120)
-	-	-	-	11.397	11.412	-	-
(16.442)	(14.963)	(14.277)	(1.893)	-	-	(360.626)	(304.120)
(8.243)	(1.946)	(143.310)	(106.530)	147.268	108.480	(503.533)	(457.552)
(7.683)	(1.723)	(130.617)	(91.846)	147.268	105.954	(227.537)	(202.480)
(904)	(440)	(35.956)	(28.442)	147.268	105.954	-	-
(6.779)	(1.283)	(94.661)	(63.404)	-	-	(227.537)	(202.480)
(560)	(223)	(12.693)	(14.684)	0	2.526	(275.996)	(255.073)
(22.491)	(44.812)	(5.258)	(5.161)	0	0	(377.256)	(384.610)
(19.179)	(12.526)	(5.001)	(5.341)	-	-	(337.330)	(318.332)
(3.312)	(32.286)	(257)	180	-	-	(39.925)	(66.278)
-	-	-	-	-	-	-	-
23.537	(19.343)	643	(13.330)	0	0	529.350	447.109
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
23.537	(19.343)	643	(13.330)	0	0	529.350	447.109
(5.508)	(4.860)	(3.951)	(9.489)	6.250	-	(151.607)	(147.963)
4.857	5.731	3.860	8.456	(6.250)	-	120.685	118.181
22.886	(18.472)	552	(14.363)	0	0	498.427	417.327
7	26	7.642	413	-	-	69.879	32.278
(53)	(3)	491	3.413	-	-	(123.235)	(111.916)
0	0	(28)	489	-	-	(3.113)	(4.625)
22.840	(18.449)	8.657	(10.048)	0	0	441.959	333.064
23.261	108.361	331.482	268.438	(462.961)	(521.144)	2.397.740	2.141.611
284.087	228.066	33.210	30.994	-	-	3.697.299	3.745.281
2.647	670	151.010	19.868	(141.001)	-	178.460	203.770
0	0	6	428	-	-	25.453	32.775
-	-	-	-	-	-	-	-
309.995	337.097	515.708	319.728	(603.962)	(521.144)	6.298.952	6.123.437
22.395	87.489	321.140	354.929	(462.961)	(521.144)	2.665.543	2.817.799
-	18	115.352	115.652	(141.001)	-	1.128.655	1.124.858
39.564	35.167	10.981	3.143	-	-	293.053	266.549
-	-	-	-	-	-	-	-
61.959	122.674	447.473	473.724	(603.962)	(521.144)	4.087.251	4.209.206

anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2005

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

:: Nota Introdutória ::

A Galp Energia, S.G.P.S., S.A. (adiante designada por Galp ou Empresa), foi constituída sobre a forma de sociedade anónima de capitais públicos, através do Decreto-Lei nº 137-A/99, de 22 de Abril de 1999, com a denominação de "Galp - Petróleos e Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.", tendo adoptado, em 13 de Setembro de 2000, a denominação actual - Galp Energia, S.G.P.S., S. A..

A sua sede é em Lisboa e tem como objecto social a gestão de participações sociais de outras sociedades, tendo agrupado, à data da sua constituição, as participações directas do Estado nas seguintes sociedades: Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.; GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A. e Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A..

O capital inicial da Galp, no montante de Euros 411.383.565, foi integralmente realizado em espécie, pela entrega das participações financeiras detidas pelo Estado nas empresas acima mencionadas. Em Setembro de 1999 foi efectuado pelo Estado outro aumento de capital social passando este para Euros 502.164.785.

Através do Decreto-Lei nº 261-A/99, de 7 de Julho, é dado início ao processo de privatização da Galp, com a abertura do capital da Empresa aos restantes accionistas da Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. e da Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.. Para tal foi efectuado novo aumento de capital a eles reservado, essencialmente, em espécie, através da entrega das suas participações nas referidas empresas.

Assim, em 31 de Dezembro de 1999, foi concretizado um aumento do capital social em montante de Euros 327.085.850, subscrito pela Petrocontrol, S.G.P.S., S.A. ("Petrocontrol"), EDP - Electricidade de Portugal, S.A. (actualmente denominada EDP - Energias de Portugal, S.A. ("EDP")), Caixa Geral de Depósitos, S.A., Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. e Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A., passando este para Euros 829.250.635.

Em 13 de Julho de 2000, na sequência dos acordos celebrados em 17 de Janeiro do mesmo ano, as empresas definidas como parceiros estratégicos - ENI Portugal Investment, Spa. ("ENI") e Iberdrola, S.A. ("Iberdrola") - assinaram com o Estado Português os Contratos de Compra e Venda de Ações e Acordos de Parceria Estratégica, adquirindo 11% e 4%, respectivamente, do capital da Galp. Simultaneamente, a Petrocontrol alienou a totalidade da sua participação na Galp, tendo o grupo ENI adquirido 22,34% e a EDP 11%.

Através do Decreto-Lei nº. 124/2003 de 20 de Junho, foi aprovada a terceira fase do processo de privatização da Galp. Na sequência deste decreto, a REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. ("REN") adquiriu 18,3% do capital social da Galp, dos quais 13,5% foram adquiridos à Caixa Geral de Depósitos e os restantes 4,8% ao Estado Português. Adicionalmente a Parpública - Participações Públicas S.G.P.S., S.A. adquiriu 0,75%, 3,48% em 2004 e no decurso do exercício de 2005 adquiriu uma participação adicional de 8,06% do capital social da Galp, ao Estado Português.

A estrutura accionista da Galp após estas operações encontra-se descrita na (Nota 57). No início de 2006 ocorreu uma nova alteração da estrutura accionista da Galp (Nota 57 e 63).



Em 31 de Dezembro de 2005 o Grupo Galp (“Grupo”) é constituído pela Galp e subsidiárias, as quais incluem a Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. (“Petrogal”) e respectivas subsidiárias, a GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A. e respectivas subsidiárias, a Galp Power, S.G.P.S., S.A. e respectivas subsidiárias, a Porten - Portugal Energia, S.A. e a Galp Serviços - Serviços e Consultoria de Apoio à Gestão Empresarial, S.A..

A Petrogal é a única empresa a operar no sector da refinação de petróleos em Portugal e controla maioritariamente a distribuição de produtos refinados de petróleo através da marca GALP.

As empresas subsidiárias que têm actividade de transporte e distribuição de gás natural, nomeadamente a Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A., Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. e Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A., operam com base em contratos de concessão celebrados com o Estado Português, que terminam em 2028 (ou 2034 no caso da Beiragás). Fimdo este prazo, os bens afectos às concessões serão transferidos para o Estado Português e as empresas serão indemnizadas por um montante correspondente ao valor líquido contabilístico daqueles bens.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro, veio aprovar a estratégia nacional para a energia, tendo por fim, entre outros, a autonomização dos activos regulados do sector do gás natural (recepção, transporte e armazenagem), bem como a operacionalização da sua junção à empresa operadora da rede de transporte de electricidade.

As principais medidas no âmbito desta estratégia contemplam a revisão do contrato de concessão com a Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A., a integração, numa empresa, das redes de transporte de electricidade e de gás natural e a separação da actividade de comercialização da de distribuição, tanto no caso da electricidade, como no do gás natural (Nota 64).

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC) para a apresentação de contas consolidadas. As notas cuja numeração é omitida neste anexo não são aplicáveis ao Grupo ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas anexas.

As quantias relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro (Nota 43).

:: 1. Empresas Incluídas na Consolidação ::

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2005 são como segue:

Denominação social	Sede	Proporção do Capital Detido pela Galp Energia nas Empresas do Grupo		
		Directa	Indirecta	Total
Empresa-Mãe:				
Galp Energia, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	-	-	-
Subsidiárias:				
Galp Serviços - Serviços e Consultoria de Apoio à Gestão Empresarial, S.A.	Lisboa	100,00%	-	100,00%
Porten - Portugal Energia, S.A.	Bucelas	100,00%	-	100,00%
Sub-Grupo Petrogal:				
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	Lisboa	100,00%	-	100,00%
Subsidiárias:				
Galp Energia Espanha, S.A. e subsidiárias:	Madrid	-	100,00%	100,00%
Galpgest - Petrogal Estações de Serviço, S.A.	Madrid	-	100,00%	100,00%
Estación de Servicio Alcalá, S.L.	Madrid	-	100,00%	100,00%
Gasolinera Gon S.L.	Huelva	-	100,00%	100,00%
CLG - Compañía Logística del Gas, S.A.	Madrid	-	100,00%	100,00%
Petróleo de València, S.A. Sociedad Unipersonal	València	-	100,00%	100,00%
Galp Serviexpress, S.L.U.	Madrid	-	100,00%	100,00%
Sacor Marítima, S.A. e subsidiárias:	Lisboa	-	100,00%	100,00%
Gasmar - Transportes Marítimos, Lda.	Funchal	-	100,00%	100,00%
Triplu - Soc. de Gestão de Navios, Lda.	Lisboa	-	100,00%	100,00%
S.M. Internacional - Transp. Marítimos, Lda.	Funchal	-	100,00%	100,00%
Probigalp - Ligantes Betuminosos, S.A.	Amarante	-	50,00%	50,00%
Soturis - Sociedade Imobiliária e Turística, S.A.	Lisboa	-	100,00%	100,00%
Sopor - Sociedade Distribuidora de Combustíveis, S.A.	Lisboa	-	51,00%	51,00%
Eival - Sociedade de Empreendimentos, Investimentos e Armazenagem de Gases, S.A.	Lisboa	-	100,00%	100,00%
Galp Exploração e Produção Petrolífera, Lda. e subsidiária:	Funchal	-	100,00%	100,00%
Gite - Galp International Trading Establishment	Liechtenstein	-	24,00%	24,00%
Galp Serviexpress - Serviços de Distribuição e Comercialização de Produtos Petrolíferos, S.A.	Lisboa	-	100,00%	100,00%
Galpgeste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda. e subsidiária:	Lisboa	-	100,00%	100,00%
Caigeste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	Elvas	-	50,00%	50,00%
C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	Aveiras de Cima	-	65,00%	65,00%
C.I.T. - Companhia Logística de Term. Marítimos, Lda.	Matosinhos	-	100,00%	100,00%
Petrogal Brasil, Lda.	Recife	-	100,00%	100,00%
Petrogal Trading Limited	Dublin	-	100,00%	100,00%
Petrogal Moçambique, Lda. e subsidiária:	Maputo	-	100,00%	100,00%
Moçacor - Distribuição de Combustíveis, S.A.	Maputo	-	100,00%	100,00%
Galp Açores - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, Lda. e subsidiária:	Ponta Delgada	-	100,00%	100,00%
Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A.	Ponta Delgada	-	67,65%	67,65%
Galp Madeira - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, Lda. e subsidiárias:	Funchal	-	100,00%	100,00%
CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	Funchal	-	75,00%	75,00%
Gasinsular - Combustíveis do Atlântico, S.A.	Funchal	-	100,00%	100,00%
Galpmed - Mediação Seguros, Sociedade Unipessoal Lda.	Lisboa	-	100,00%	100,00%
Tanquisado - Terminais Marítimos, S.A.	Setúbal	-	100,00%	100,00%
Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E.	Sines	-	60,00%	60,00%
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.	Lisboa	-	75,00%	75,00%
Combustíveis Líquidos, Lda.	Lisboa	-	75,00%	75,00%
Blue Flan Navigation - Transportes Marítimos, Lda.	Funchal	-	100,00%	100,00%
Galp Investment - Fundo	Lisboa	(a)	(a)	(a)
Galp Investment Fund, PLC	Dublin	(a)	(a)	(a)
Fast Access - Operações e Serviços de Informação e Comércio Electrónico, S.A.	Lisboa	-	66,66%	66,66%
Tagus Re, S.A.	Luxembourg	-	100,00%	100,00%
Sub-Grupo GDP:				
GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	100,00%	-	100,00%
Subsidiárias:				
Driftal - Plastificantes de Portugal, S.A.	Lisboa	-	100,00%	100,00%
GDP Distribuição, S.G.P.S., S.A. e subsidiárias:	Lisboa	-	100,00%	100,00%
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.	Viseu	-	59,04%	59,04%
Gásfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S.A.	Lisboa	-	100,00%	100,00%
Dianagás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Évora, S.A.	Bucelas	-	100,00%	100,00%
Paxgás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Beja, S.A.	Bucelas	-	100,00%	100,00%
Medigás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Algarve, S.A.	Bucelas	-	100,00%	100,00%
Duriensegás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Douro, S.A.	Bucelas	-	75,00%	75,00%
Lusitanagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.	Aveiro	-	85,04%	85,04%
Lisboaagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.	Lisboa	-	100,00%	100,00%
Transgás, S.G.P.S., S.A. e subsidiárias:	Bucelas	-	100,00%	100,00%
Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. e subsidiárias:	Bucelas	-	100,00%	100,00%
Gasoduto de Campo Maior - Leiria - Braga, S.A.	Bucelas	-	88,00%	88,00%
Gasoduto Braga - Tuy, S.A.	Bucelas	-	51,00%	51,00%
Transgás Atlântico - Sociedade Portuguesa de Gás Liquefeito, S.A.	Sines	-	100,00%	100,00%
Transgás Armazenagem - Sociedade Portuguesa de Armazenagem de Gás Natural, S.A.	Bucelas	-	100,00%	100,00%
Transgás Indústria - Sociedade Portuguesa de Fornec. de Gás Natural à Indústria, S.A.	Bucelas	-	100,00%	100,00%
Sub-Grupo Galp Power:				
Galp Power, S.G.P.S., S.A. e subsidiárias:	Bucelas	100,00%	-	100,00%
Carriço Cogeração Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A.	Bucelas	-	65,00%	65,00%
Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A.	Bucelas	-	69,97%	69,97%
Sinecogeração - Cogeração da Refinaria de Sines, S.A.	Lisboa	-	100,00%	100,00%

(a) No decurso do exercício de 2003 a Petrogal celebrou uma operação de titularização de contas a receber com o Galp Investment Fund, PLC ("Fundo") no montante máximo de m€uros 210 000 (Nota 34), o qual tem um prazo de maturidade esperada de 5 anos e um prazo de maturidade legal de 7 anos. Para fazer face a este montante o Fundo emitiu m€uros 199.500 de obrigações "Notes A" e m€uros 10.500 de obrigações "Notes B", as quais são remuneradas à taxa Euribor acrescida de 0,5% e 0,95%, respectivamente. As transacções são efectuadas com recurso a um outro veículo com sede em Portugal - Galp Investment - Fundo - o qual procede a compra dos recebíveis e à sua colocação junto do Galp Investment Fund PLC. Dado estes Fundos se configurarem como veículos constituídos unicamente para esta operação e atendendo às disposições contabilísticas no nível das IAS/IFRS, relativamente a este tipo de operações, os activos e passivos dos Fundos, que são constituídos essencialmente pelas contas a receber de clientes da Petrogal e as obrigações emitidas pelo Fundo, respectivamente, consolidados nas demonstrações financeiras do grupo.



Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 o perímetro de consolidação foi alterado face ao exercício precedente conforme segue:

- i) A subsidiária Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. adquiriu em Dezembro de 2005, 33,33% do capital da Fast Access - Operações e Serviços de Informação e Comércio Electrónico, S.A., passando a deter 66,66% do capital desta subsidiária que passou a ser incluída no perímetro de consolidação;
- ii) A subsidiária Galp Energia Espanhola, S.A., adquiriu em Janeiro de 2005, 100% do capital da Petróleos de Valência, S.A. Sociedad Unipersonal cuja a actividade é o depósito, armazenamento e distribuição de produtos petrolíferos e produtos químicos, seus derivados e subprodutos, pelo montante de mEuros 13.937, gerando um **goodwill** no montante de mEuros 7.838 incluído na rubrica de diferenças de consolidação (Nota 10);
- iii) A empresa Galp Madeira - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, Lda., adquiriu em Maio de 2005, 100% do capital da Gasinsular - Combustíveis do Atlântico, S.A. cuja a actividade principal é a distribuição, armazenagem, transporte e comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos base, lubrificantes e outros derivados do petróleo, pelo montante de mEuros 50, gerando um **goodwill** no montante de mEuros 403 incluído na rubrica de diferenças de consolidação (Nota 10);
- iv) No exercício findo em 31 de dezembro de 2005 o grupo alienou 10% da participação no capital da CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A., pelo valor de mEuros 75, não tendo gerado qualquer mais ou menos valia reduzindo assim a sua participação de 85% para 75%. No mesmo exercício foi alienada 100% da participação na Ao Sol - Energias renováveis, Lda pelo montante de mEuros 520 a qual gerou uma menos valia no montante de mEuros 135;
- v) A empresa Tagus Re, S.A. passou a ser incluída no perímetro de consolidação. Até ao exercício de 2004 a empresa foi excluída da consolidação por exercer uma actividade de tal forma diferente que se revelava incompatível com a apresentação de uma imagem verdadeira da situação das empresas incluídas na consolidação (artigo nº4 do artº 4º do D.L. 238/91). No exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, com a introdução do Decreto-lei nº 35/2005, o qual revogou artigo nº4 do artº 4º do D.L. 238/91, a empresa passou a ser incluída na consolidação. Em consequência, foram apropriados resultados transitados relativos a reservas de equalização dos anos anteriores no montante de mEuros 16.227 que se encontram registados na rubrica ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas nos capitais próprios (Nota 55);
- vi) No exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 foram dissolvidas as empresas: (i) Água Solar - Serviços de Energia Solar, S.A. do subgrupo Galp Power, S.G.P.S. e a (ii) Natgás - Companhia Portuguesa de Gás Natural S.A. do subgrupo Trangás S.G.P.S., S.A.;
- vii) No exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, foram integradas através de um processo de fusão por incorporação, com efeitos a 1 de Janeiro de 2005, (i) a subsidiária Serviexpress Distribución S.A., detida pelo grupo a 100%, na Galp Serviexpress, S.L.U., (ii) e a TLG - Transportes Líquidos e Gasosos, Lda. detida pelo grupo a 100%, na Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.;
- ix) Durante o exercício de 2005 a subsidiária Galp Energia Espanhola, S.A., alienou a participação da Galpfer - Distribuição de Lubrificantes, S.L. não tendo gerado qualquer mais ou menos valia.

Com excepção da C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A., da Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E. e da Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda., que foram incluídas pelo método proporcional conforme indicado na Nota 5, todas as restantes empresas acima referidas foram incluídas na consolidação pelo método de integração global, com base no estabelecido na alínea d) do nº.1 do Artigo 1º. do Decreto-Lei 238/91, de 2 de Julho (designação da maioria dos órgãos sociais no caso da GITE) e nos demais casos, com base na alínea a) do nº. 1 do Artigo 1º. do Decreto-Lei nº. 238/91, de 2 de Julho (maioria dos direitos de voto).

:: 2. Empresas Excluídas da Consolidação ::

As empresas excluídas da consolidação, (registadas na rubrica partes de capital em empresas do grupo), as suas sedes sociais, a proporção do capital detido e o respectivo valor contabilístico em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 são como segue:

Empresas do Grupo	Sede Social	% de Participação		Total Activo	Total Passivo	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Valor Contabilístico	
								2005	2004
Petrogal Angola, Lda. e subsidiárias	Luanda	100%	(a), (d) e (e)	5.128	7.653	(1.815)	24	-	314
Petrogal Guiné-Bissau, Lda. e subsidiárias	Guiné-Bissau	100%	(a) e (d)	4.717	2.904	1.813	380	1.813	1.439
Petrogal Cabo Verde, Lda.	São Vicente	100%	(c)	(g)	(g)	(g)	(g)	50	50
Tagus Re, S.A.	Luxemburg	100%	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	-	2.276
Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	Lisboa	50%	(c)	111	102	9	1	4	4
Galp Exploração Serviços do Brasil, Lda.	Brasil	100%	(c), (d) e (f)	2.128	332	1.796	470	1.796	-
								3.663	4.083
menos: provisão para partes de capital em empresas do grupo (Nota 46)								(1.815)	-
								1.848	4.083

- (a) Empresas excluídas da consolidação por existirem restrições ao exercício pela Empresa - Mãe dos seus direitos sobre o património (alínea a) do nº 3 do artº 4º do D.L. 238/91). Em 31 de Dezembro de 2005 estas participações encontram-se registadas pelo método de equivalência patrimonial.
- (b) Até ao exercício findo em 2004 a empresa foi excluída da consolidação por exercer uma actividade de tal forma diferente que se revelava incompatível com a apresentação de uma imagem verdadeira da situação das empresas incluídas na consolidação (artigo nº4 do artº 4º do D.L. 238/91). No exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 com a introdução do Decreto lei nº 35/2005 o qual revogou o artigo nº4 do artº 4º do D.L. 238/91, a empresa passou a ser incluída na consolidação (Nota 1).
- (c) Empresas excluídas da consolidação por serem imateriais para a apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados das operações do Grupo (nº1 do artº 4 do DL 238/91). Em 31 de Dezembro de 2005 estas participações encontram-se registadas pelo método de equivalência patrimonial.
- (d) Demonstrações financeiras provisórias.
- (e) Em 31 de Dezembro de 2005, foi constituída uma provisão na rubrica outras provisões, no montante de m€uros 1.815 na rubrica de outras provisões, para a empresa Petrogal Angola, Lda, a qual apresentava capitais próprios negativos (Nota 46).
- (f) Foi constituída, com data de 5 de Janeiro de 2005, a sociedade Galp Exploração Serviços do Brasil, Lda, com sede social na Cidade do Recife, Brasil, da qual o Grupo participa em 100% do capital Social da mesma, tendo ainda que realizar o capital da sua participada no montante de m€uros 128, que se encontra registado na rubrica outros credores.
- (g) Informação financeira não disponível.

O movimento ocorrido na rubrica de investimentos financeiros - partes de capital em empresas do grupo durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, foi como segue:

		4.083
Saldo Inicial		
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial aos resultados do exercício (Nota 44):		
- Positivos		1.263
- Negativos		(7)
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial relativo a outras variações nos capitais próprios das subsidiárias (Nota 55):		
- Ajustamentos de conversão cambial:		
- Negativos		(329)
- Outras variações nos capitais próprios:		
- Positivos		355
- Negativos		(2.212)
Participação na Tagus Re, S.A. incluída no perímetro de consolidação pelo método integral em 31 de Dezembro de 2005		(2.276)
Reposição do valor de investimentos financeiros por provisões (Nota 46)		1.815
Constituição do Capital Social da empresa Galp Exploração Serviços do Brasil, Lda.		971
Saldo Final		3.663

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 as empresas do grupo tinham as seguintes contas a receber (a título de empréstimos, suprimentos e outras contas a receber) de empresas do grupo excluídas da consolidação:

Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo	2005	2004
Empréstimos a empresas do grupo:		
Petrogal Guiné-Bissau, Lda.	1.871	1.683
Petrogal Angola, Lda.	1.731	1.500
	3.602	3.183
Ajustamentos para contas a receber (Nota 32)	(1.871)	(1.830)
	1.731	1.353



Dívidas de Terceiros - Curto Prazo		2005	2004
Contas a receber de empresas do grupo:			
Petrogal Guiné-Bissau, Lda.		387	1.121
Agran, S.A.R.L. (a)		753	803
Petrogal Angola, Lda.		222	645
Petrogás Guiné-Bissau, Lda. (b)		34	34
Petromar - Sociedade de Abastecimentos Petrolíferos, Lda. (b)		23	23
Petrogal Cabo Verde, Lda.		4	4
Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.		1	1
		1.424	2.631

(a) Subsidiária da Petrogal Angola, Lda.

(b) Subsidiária da Petrogal Guiné-Bissau, Lda.

Os empréstimos a empresas do grupo em 31 de Dezembro de 2005 no montante de mEuros 3.602, não têm plano de reembolso definido e não são remunerados. A administração da empresa entende que os mesmos não serão reembolsados no exercício de 2006, motivo pelo que qual se encontram classificados no médio e longo prazo.

3. Empresas Associadas Incluídas na Consolidação pelo Método de Equivalência Patrimonial

As empresas associadas e participadas do Grupo, suas respectivas sedes e a proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2005, incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, são as seguintes:

Denominação Social	Sede	Proporção do Capital Detido pela Galp Energia nas Empresas do Grupo			Valor Contabilístico	
		Directa	Indirecta	Total	2005	2004
EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd. (d)	Madrid	-	27,40%	27,40%	37.348	28.031
Gasoduto Al-Andaluz, S.A. (d)	Madrid	-	33,04%	33,04%	16.387	16.429
Gasoduto Extremadura, S.A. (d)	Madrid	-	49,00%	49,00%	13.547	12.447
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. (c)	Setúbal	-	45,00%	45,00%	9.219	7.364
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L. (a)	Mindelo (Cabo-Verde)	-	32,50%	32,50%	6.644	5.592
Tagusgás - Empresa Gás do Vale do Tejo, S.A. (i)	Santarém	-	41,27%	41,27%	2.677	2.673
Metragáz, S.A. (d)	Marrocos	-	26,99%	26,99%	1.567	1.399
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda. (j)	Angra do Heroísmo	-	23,50%	23,50%	880	881
Brisa Access, S.A. (a)	Cascais	-	7,50%	7,50%	401	181
Número Um - Reparação de Automóvel, Lda. (a)	Lisboa	-	49,00%	49,00%	348	300
Gasfomento Sur Andalucía, S.A. (b)	Sevilha	-	30,00%	30,00%	95	20
Enerfin - Sociedade de Eficiência Energética, S.A. (a)	Porto	-	25,12%	25,12%	51	142
TIGS - Engenharia e Manutenção, S.A. (b)	Sintra	-	48,70%	48,70%	32	29
Impetro (k)	Moçambique	-	22,22%	22,22%	9	10
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. (g)	Matosinhos	-	-	-	-	12.091
Gasfomento Energia, S.A. (b) (h)	Sevilha	-	22,00%	22,00%	-	10
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A. (f) (h)	Bucelas	-	35,00%	35,00%	-	-
Central E, S.A. (h)	Lisboa	-	20,30%	20,30%	-	-
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A. (f) (h)	Lisboa	-	35,00%	35,00%	-	-
Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda. (e)	Luanda	-	49,00%	49,00%	-	-
CLH - Companhia Logística de Hidrocarbonos, S.A. (l)	Madrid	-	5,00%	5,00%	-	-
Fast Access - Operações e Serviços de Informação e Comércio Electrónico, S.A. (a) (m)	Oeiras	-	66,66%	66,66%	-	-
					89.205	87.599
					(3.534)	(4.192)
					85.671	83.407

menos: provisão para partes de capital em empresas do grupo (Nota 46)

- (a) Participações detidas pela Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.
 (b) Participações detidas pela Gasfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S.A.
 (c) Participação detida pela GDP Distribuição, S.G.P.S., S.A. e pela Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.
 (d) Participação detida pela Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.
 (e) Participação detida pela Petrogal Angola, Lda.
 (f) Participação detida pela Galp Power, S.G.P.S., S.A.
 (g) Participação detida pela GDP Distribuição, S.A. e pela GDP, S.G.P.S., S.A. foi alienada durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005
 (h) Em 31 de Dezembro de 2005, a provisão para partes de capital das empresas associadas que apresentavam capitais próprios negativos, detalha-se conforme segue (Nota 46):

Central E, S.A	2.575
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	673
Gasfomento Energia, S.A.	10
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A.	276
3.534	

- (i) Participação detida pela GDP Distribuição, S.G.P.S., S.A.
 (j) Participação detida pela Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A.
 (k) Participação detida pela Petrogal Moçambique, Lda.
 (l) Participação detida pela Galp Energia Espanha, S.A.. Esta participação encontra-se registada na rubrica de títulos e outras aplicações financeiras.
 (m) A empresa passou a ser incluída na consolidação (Nota 1).

As participações nestas empresas associadas foram incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, com base no estipulado no n.º 13.6 das normas de consolidação de contas estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho.

No decurso do exercício de 2005, o Grupo alienou a participação financeira detida na Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A., pelo montante de mEuros 86.400 (incluindo o reembolso de suprimentos e juros capitalizados montante de mEuros 26.347), gerando assim uma mais-valia no montante de mEuros 47.961 (Nota 45). Assim, no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, o grupo recebeu o montante de mEuros 85.806, líquido de comissões e outros custos, relativamente à alienação de investimentos financeiros.

O movimento ocorrido na rubrica de partes de capital em empresas associadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 foi o seguinte:

Saldo Inicial		87.599
Efeito de aplicação do método de equivalência patrimonial aos resultados do exercício (Nota 44):		
- Positivos	41.864	
- Negativos	(74)	
	<hr/>	41.790
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial relativo a outras variações nos capitais próprios das subsidiárias (Nota 55):		
- Ajustamentos de conversão cambial:		
- Positivos	5.845	
- Negativos	(6)	
	<hr/>	5.839
Dividendos distribuídos:		
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	(2.707)	
Gasoduto Extremadura, S.A.	(2.215)	
Metragáz, S.A.	(234)	
EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd.	(28.038)	
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L.	(709)	
	<hr/>	(33.903)
Reembolso de parte da Prestação acessória realizadas pela Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. na Enerfin - Sociedade de Eficiência Energética, S.A.	(126)	
Aumento de capital na Gasfomento Sur Andalucía, S.A.	87	
Alienação da participação na Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	(12.091)	
Outros movimentos ocorridos	10	
	<hr/>	89.205

O montante mEuros 33.903 de dividendos distribuídos, foram totalmente recebidos no exercício de 2005 (Nota 27).

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o Grupo tinha as seguintes contas a receber relativas a empresas associadas:

		2005	2004
Dívidas de Terceiros - Médio e longo Prazo			
Empréstimos a empresas associadas:			
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.		20.006	22.439
Gasoduto Extremadura, S.A.		14.424	17.534
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.		12.830	12.663
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.		9.085	8.652
Tagusgás - Empresa Gás do Vale do Tejo, S.A.		2.475	848
Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.		744	644
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L.		337	505
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A.		149	144
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. (a)		-	23.638
Fast Access - Operações e Serviços de Informação e Comércio Electrónico, S.A. (b)		-	1.183
	60.050	88.250	
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo			
Contas a receber de empresas associadas:			
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L.		69	72
Gasfomento Energia, S.A.		25	25
Número Um - Reparação de Automóvel, Lda.		11	10
Tagusgás - Empresa Gás do Vale do Tejo, S.A.		-	1.688
EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd.		-	314
Gasfomento Sur, S.A.		-	11
Fast Access - Operações e Serviços de Informação e Comércio Electrónico, S.A. (b)		-	4
	105	2.124	

(a) A participação foi alienada no exercício findo em 31 De Dezembro de 2005

(b) A empresa passou a ser incluída na consolidação (Nota 1)

Os empréstimos a empresas associadas em 31 de Dezembro de 2005 no montante de mEuros 60.050 não têm plano de reembolso definido e são remunerados a taxas de mercado. A administração da empresa entende que os mesmos não serão reembolsados no exercício de 2006, motivo pelo qual se encontram classificados no médio e longo prazo.

Em 31 de Dezembro de 2005, o grupo tinha as seguintes contas a pagar relativas a empresas do grupo, associadas:

Contas a Pagar a Empresas Associadas:	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo
EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd.	34.839	-
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L.	14	-
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda.	-	441
	34.853	441

O montante de mEuros 34.839 registado a curto prazo a pagar à EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd. diz respeito a um empréstimo obtido pela subsidiária Petrogal Trading Limited, sendo remunerado a taxas de juro de mercado.

:: 5. Empresas Consolidadas pelo Método Proporcional ::

As empresas consolidadas pelo método proporcional, suas respectivas sedes, os factos em que se baseia a Administração para utilizar este método de consolidação e a proporção do capital detido, são como segue:

Denominação Social	Sede	Proporção do Capital Detido pela Galp Energia nas Empresas do Grupo		
		Directa	Indirecta	Total
CLC - Companhia Logística de Combustíveis, S.A. (a)	Aveiras	-	65,00%	65,00%
Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda (b)	Elvas	-	50,00%	50,00%
Sigás - Armazenagem de Gás, ACE (c)	Sines	-	60,00%	60,00%

(a) Tendo em consideração que em 1996 foi assinado entre os actuais acionistas um acordo de gestão conjunto desta subsidiária, o qual limita a ação do acionista maioritário, esta foi incluída na consolidação pelo método de integração proporcional por se considerar que esta empresa corresponde a uma entidade conjuntamente controlada (nº 4.3. da Directriz Contabilística nº 24 - Empreendimentos Conjuntos).
 (b) Participação indirecta detida pela Galpgeste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda. Tendo em consideração que se trata de uma participação conjunta, não se verificando um predomínio de um acionista em relação ao outro, esta empresa foi incluída na consolidação pelo método de integração proporcional por se considerar que esta empresa corresponde a uma entidade conjuntamente controlada (nº 4.3. da Directriz Contabilística nº 24 - Empreendimentos Conjuntos).
 (c) Tendo em consideração que esta empresa corresponde a uma entidade conjuntamente controlada, foi incluída na consolidação pelo método de consolidação proporcional (nº 4.3. da Directriz Contabilística nº 24 - Empreendimentos Conjuntos).

:: 7. Número Médio de Pessoal ::

O número médio de pessoas ao serviço das empresas do Grupo, incluídas no perímetro da consolidação pelo método integral e proporcional, durante os exercícios de 2005 e 2004, foi de 5.921 e 5.644, respectivamente, ascendendo a 5.909 em 31 de Dezembro de 2005.

:: 10. Diferenças de Consolidação e Ajustamentos de Partes de Capital ::

i) Diferenças de consolidação incluídas no capital próprio

O saldo desta rubrica foi originado, essencialmente pelo registo, em 1999, dos impostos diferidos relacionados com as empresas do Grupo. Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o saldo desta rubrica apresentava a seguinte composição:

Participações:	Diferenças de Consolidação	
	2005	2004
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. e suas subsidiárias	62.056	62.056
GDP, S.G.P.S., S.A. e suas subsidiárias	19.198	19.198
	81.254	81.254

ii) Ajustamentos de partes de capital incluídos no capital próprio

Em 31 de Dezembro de 2005, o saldo devedor desta rubrica, no montante de mEuros 13.019, inclui os saldos acumulados dos ajustamentos da conversão para Euros das demonstrações financeiras das filiais e associadas expressas em moeda estrangeira e outras variações nos capitais próprios dessas mesmas empresas filiais e associadas.

A evolução dos saldos desta rubrica entre 31 de Dezembro de 2005, encontram-se justificados na Nota 55.



iii) Diferenças de consolidação incluídas no imobilizado incorpóreo

O saldo desta rubrica compreende as diferenças de consolidação apuradas em aquisições de participações financeiras, efectuadas após 1 de Janeiro de 1991, ou à data da primeira consolidação da Galp, conforme segue:

Subsidiárias	Ano de Aquisição	Custo de Aquisição	Proporção dos Capitais Próprios Adquiridos à Data de Aquisição		Diferenças de Consolidação	
			%	Montante	2005	2004
Moçacor - Distribuição de Combustíveis, S.A.	2001	804	100,00%	50	754	829
Número Um - Reparação de Automóvel, Lda.	2002	374	49,00%	64	310	310
Brisa Access, S.A.	2002	4.988	7,50%	73	4.915	4.915
CLH - Companhia Logística de Hidrocarburos S.A.	2002	65.292	5,00%	14.897	50.395	49.411
Combustíveis Líquidos, Lda.	2003	337	75,00%	(70)	407	407
Galpgest - Petrogal Estaciones de Servicio, S.A.	2003	16.290	100,00%	9.494	6.796	6.795
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.	2003	55	0,48%	51	4	4
Lusitanigás - Companhia Gás do Centro, S.A.	2002 e 2003	365	0,871%	207	158	158
Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.	(a)	(a)	(a)	(a)	6.076	6.076
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	(a)	(a)	(a)	(a)	172	172
Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A.	2005	858	67,65%	636	222	-
Gasinsular - Combustíveis do Atlântico, S.A.	2005	50	100,00%	(353)	403	-
Petroleos de Valência, S.A.	2005	13.937	100,00%	6.099	7.838	-
Ao Sol - Energias Renováveis, Lda (b)	2000	115	100,00%	11	-	104
Agua Solar - Serviços de Energia Solar, S.A. (b)	2001	45	90,00%	24	-	21
					78.450	69.202
Menos: amortizações acumuladas					(16.162)	(11.139)
					62.288	58.063

(a) Este montante resulta de ajustamentos efectuados (para efeitos de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Galp) nas demonstrações financeiras originais consolidadas da Petrogal - Petróleos de Portugal, S.A. e GDP S.G.P.S., S.A., pelo reconhecimento da diferença de consolidação no activo correspondente à diferença entre o custo de aquisição desta participação e os respectivos capitais próprios, na data da sua aquisição. Esta diferença de consolidação está a ser amortizada num período de 30 anos (até 2028), o qual corresponde ao período de concessão destas subsidiárias que operam no sector do gás natural.

(b) Estas diferenças de consolidação foram reconhecidas na totalidade em 2005 resultado da alienação da Ao Sol, S.A. e da dissolução da Agua Solar - Serviços de Energia Solar, S.A. (Nota 1).

Estas diferenças de consolidação são amortizadas durante um período de cinco anos, excepto nos casos das empresas do Grupo e associadas que estão dependentes de contratos de concessão, situações em que a amortização é efectuada em quotas constantes até ao final do período de concessão, que termina em 2028 e para o caso da CLH - Companhia Logística de Hidrocarburos, S.A., da Galpgest - Petrogal Estaciones de Servicio, S.A., e da Petroleos de Valência, S.A., cujas diferenças de consolidação estão a ser amortizadas durante o período de vida útil esperada dos bens afectos à sua actividade, ou seja 20, 11 e 20 anos, respectivamente.

iv) Diferenças de consolidação incluídas nos proveitos diferidos

Subsidiária	Ano de Aquisição	Custo de Aquisição	Proporção dos Capitais Próprios Adquiridos à Data de Aquisição		Diferenças de Consolidação
			%	Montante	
Galp Servieexpress, S.L.U.	2004	2.163	100,00%	9.797	7.634
Proveitos reconhecidos em resultados					7.634
Total (Nota 53)					(382)
					7.252

Estas diferenças de consolidação são amortizadas durante um período de vinte anos, com início no exercício de 2005.

:: 15. Consistência de Aplicação dos Critérios Valorimétricos ::

Os principais critérios de valorimetria utilizados pelo Grupo, foram consistentes entre as empresas incluídas na consolidação e são os descritos na Nota 23.

:: 18. Critérios de Contabilização das Participações Financeiras ::

A Galp adopta a seguinte política contabilística para registar, nas suas demonstrações financeiras individuais, os investimentos financeiros em empresas do Grupo e associadas:

- Os investimentos financeiros em empresas do Grupo e associadas, são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido pela diferença para o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial ou à data de aquisição, se posterior;
- Destas diferenças, as respeitantes à primeira aplicação do método de equivalência patrimonial foram registadas no capital próprio na rubrica de diferenças de consolidação (Notas 10 e 55) e as respeitantes à aquisição, foram registadas no imobilizado incorpóreo na rubrica de diferenças de consolidação, quando positivas, e como proveitos diferidos quando negativas, sendo amortizadas, durante o período médio de 5 anos, com excepção da respeitante à CLH - Compañía Logistica de Hidrocarburos, S.A., à Petroleos de Valéncia, S.A., à Galpgest - Petrogal Estaciones de Servicio, S.A. e das respeitantes às empresas abrangidas por contratos de concessão (Nota 10);
- De acordo com o método de equivalência patrimonial as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo e associadas por contrapartida de ganhos e perdas do exercício (Nota 44). Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros;
- Conforme mencionado na Nota 23 q), o efeito acumulado dos ajustamentos de conversão cambial das subsidiárias cujas demonstrações financeiras são expressas em moeda estrangeira é registado na rubrica de capital próprio “Ajustamentos de partes de capital” (Notas 10 e 55);
- Os investimentos financeiros representativos de partes de capital noutras empresas (participações inferiores a 20%), encontram-se registados ao custo de aquisição, ou valor estimado da realização quando mais baixo, com excepção das participações da CLH - Compañía Logistica de Hidrocarburos, S.A. e Brisa Access, S.A., nas quais existe influência significativa, que se encontram registados pelo método de equivalência patrimonial;
- Os empréstimos concedidos a empresas do grupo e associadas são registados pelo seu valor nominal, ou valor estimado de realização quando mais baixo;
- As perdas estimadas na realização e/ou recuperação de investimentos financeiros encontram-se registadas na rubrica provisão para investimentos financeiros (Nota 46).

As subsidiárias da Galp adoptaram, a partir de 1992 e 1993, a política contabilística de registar nas suas respectivas demonstrações financeiras individuais os investimentos financeiros em filiais e associadas, pelo método da equivalência patrimonial, nos termos da Directriz Contabilística n.º 9.

21. Compromissos Financeiros Assumidos e não Incluídos no Balanço Consolidado

Fundo de Pensões

Conforme referido na Nota 23.i), a Petrogal, Sacor Marítima e algumas empresas do Grupo GDP (GDP Distribuição, S.G.P.S., S.A.; Lisboagás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.; Driftal - Plastificantes de Portugal, S.A. e Gásfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S.A.), transferiram para fundos de pensões autónomos ("Fundo de Pensões Petrogal", "Fundo de Pensões Sacor Marítima" e "Fundo de Pensões GDP") as suas responsabilidades pelo pagamento de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Adicionalmente, por decisão da Petrogal, a partir de 1997, inclusive, o Fundo de Pensões Petrogal, passou a cobrir as responsabilidades pelo pagamento dos complementos de reforma para os reformados antecipadamente.

O Fundo de Pensões Petrogal não cobre as responsabilidades da Petrogal com o pagamento de pensões de reforma antecipada, pré-reforma, Segurança Social dos pré-reformados, com o pagamento do seguro social voluntário aos reformados antecipadamente, do prémio de reforma e outros benefícios de reforma tais como cuidados de saúde e seguros de vida. Estas responsabilidades estão cobertas por provisões especificamente criadas para o efeito (Nota 46). Adicionalmente, o Fundo de Pensões GDP não cobre as responsabilidades assumidas pela Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. em reembolsar os complementos de reforma a pagar pela EDP aos seus reformados e pensionistas afectos à Empresa, bem como os complementos de reforma e sobrevivência aos reformados existentes à data da constituição do Fundo. Estas responsabilidades são cobertas através de provisões específicas, incluídas no balanço na rubrica de provisões para pensões (Nota 46).

Durante o exercício de 2005, em virtude da empresa contabilizar as suas responsabilidades de benefícios pós emprego de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade n.º 19, e de forma a se adequar ao exigido pela referida norma, a qual prevê que a taxa usada para descontar as obrigações de benefícios pós-emprego deva ser determinada com referência aos rendimentos do mercado à data do balanço em obrigações de alta qualidade de sociedades, actualizou-se a taxa de desconto de 4,75% para 4,25%. A alteração deste pressuposto actuarial, implicou um acréscimo de, aproximadamente, 4,96% nas responsabilidades por serviços passados com o Plano de Pensões da Petrogal e de 7,63% no Plano de Pensões do Grupo GDP. Adicionalmente, foram também actualizadas as tábuas de mortalidade passando a ser utilizada agora para os activos e pré-reformados a tábuas TV 88/90.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, a Petrogal e as empresas do Grupo GDP efectuaram dotações para os Fundos de Pensões respectivos, nos montantes de mEuros 23.770 e mEuros 2.465, respectivamente, para cobertura parcial das suas responsabilidades.

O valor mínimo das responsabilidades da Petrogal e do Grupo GDP, em 31 de Dezembro de 2005, calculadas de acordo com o método e pressupostos exigidos pelo Instituto de Seguros de Portugal ascende a mEuros 317.773 e mEuros 24.041, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2005, os patrimónios do Fundo de Pensões Petrogal, do Fundo de Pensões Sacor Marítima e Fundo de Pensões GDP, apresentavam a seguinte composição de acordo com o relatório apresentado pela sociedade gestora:

	Petrogal	Sacor Marítima	GDP
Obrigações:			
Obrigações taxa fixa euro	157.325	3.332	8.571
Obrigações taxa variável euro	38.528	754	1.035
Outras obrigações não euro	9.416	-	550
Acções:			
Europeias	37.140	1.341	3.103
Outras acções	13.863	885	3.242
Hedge Funds	5.500	273	-
Derivados	-	4	-
Imobiliário indireto	5.653	241	1.352
Edifício Galp (parte)	22.300	-	-
Numerário	37.832	121	3.500
Total	327.557	6.951	21.353

A evolução do património dos Fundos de Pensões durante o exercício de 2005 foi a seguinte:

	Petrogal	Sacor Marítima	GDP
Saldo Inicial	300.479	6.366	18.467
Dotações para o fundo	23.770	-	2.465
Retorno esperado dos activos	13.699	715	850
Ganhos/(perdas) actuariais	10.298	-	665
Ganhos e perdas actuariais	-	-	-
Pensões pagas no exercício	(20.689)	(130)	(1.094)
Saldo Final	327.557	6.951	21.353

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, as responsabilidades com complementos de reforma para com os reformados e colaboradores no activo da Sacor Marítima, ascendiam a mEuros 6.331 e mEuros 6.011, respectivamente. A diferença entre o valor destas responsabilidades e o valor do fundo não se encontra reflectida nas demonstrações financeiras.

Os pressupostos utilizados para cálculo dos benefícios pós-emprego são os considerados pelos Grupos Petrogal e GDP e pela entidade especializada em estudos actuariais como aqueles que melhor satisfazem os compromissos estabelecidos no plano de pensões, e são os seguintes:

Petrogal	2005	2004
Taxa de rendimento dos activos	4,25%	4,75%
Taxa técnica de juro	4,25%	4,75%
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Tábuas de mortalidade activos e pré-reformados	TV 88/90	TV 73/77
Tábuas de mortalidade reformados	TV 73/77	TV 73/77
Tábuas de invalidez	EVK 80-50%	EVK 80-50%
Idade normal de reforma	65	65
Método	Unidade de crédito projectada	Unidade de crédito projectada
Responsabilidades e respectivas coberturas:		
i) Responsabilidades afectas ao fundo de pensões:		
Activos	49.758	37.320
Pré-reformados	10.456	9.602
Reformados antecipadamente	19.172	22.120
Reformados e pensionistas	264.469	249.288
Total	343.855	318.330
Coberturas afectas ao fundo de pensões:		
Pelo património do fundo de pensões	327.557	300.479
Por acréscimos e diferimentos (Nota 53)	(65.549)	(59.024)
Alteração de pressupostos e metodologia	-	5.649
(Ganhos) e perdas não reconhecidos	81.847	71.226
Total	343.855	318.330
ii) Responsabilidades não afectas ao fundo de pensões:		
Com pré-reformas	21.162	23.770
Com reformas antecipadas	18.235	19.501
Com prémio de reforma	6.491	5.573
Com seguro social voluntário	269	572
Com flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	10.778	9.840
Total	56.935	59.256
Coberturas por provisões (Nota 46):		
Pré-reformas	22.383	25.667
Reformas antecipadas	24.307	25.134
Prémio de reforma	6.309	5.883
Seguro social voluntário	49	412
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	9.634	8.481
Sub-total	62.682	65.577
Alteração de pressupostos e metodologia:		
Pré-reformas	-	924
Reformas antecipadas	-	219
Prémio de reforma	-	250
Seguro social voluntário	-	(19)
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	-	168
Sub-total	-	1.542
(Ganhos) e perdas não reconhecidos:		
Pré-reformas	(1.221)	(2.822)
Reformas antecipadas	(6.072)	(5.851)
Prémio de reforma	182	(560)
Seguro social voluntário	220	180
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	1.144	1.190
Sub-total	(5.747)	(7.863)
Total	56.935	59.256



Grupo GDP	2005	2004
Taxa de rendimento dos activos	4,25%	4,75%
Taxa técnica de juro	4,25%	4,75%
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	3,00%
Tábuas de mortalidade activos e pré-reformados	TV 88/90	TV 73/77
Tábuas de mortalidade reformados	TV 73/77	TV 73/77
Tábuas de invalidez	EVK 80-50%	EVK 80-50%
Idade normal de reforma	65	65
Método	Unidade de crédito projectada	Unidade de crédito projectada

Responsabilidades e respectivas coberturas:

i) Responsabilidades afectas ao fundo de pensões:

Activos	22.192	17.594
Pré-reformados	804	1.078
Pensionistas	9.751	9.419
Total	32.747	28.091
Coberturas afectas ao fundo de pensões:		
Pelo património do fundo de pensões	21.353	18.467
Por provisões (Nota 46)	5.325	5.325
Por acréscimos e diferimentos (Nota 53)	(213)	(73)
Alteração de pressupostos	-	872
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 23.i))	6.282	3.500
Total	32.747	28.091
ii) Responsabilidades não afectas ao fundo de pensões:		
Com activos	311	217
Com reformados	6.776	6.921
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	323	288
Total	7.410	7.427
Coberturas por provisões (Nota 46):		
Com activos	140	87
Com reformados	5.875	6.495
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	299	267
Sub-total	6.314	6.849
Alteração de pressupostos:		
Com activos	-	(1)
Com reformados	-	2
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	-	(3)
Sub-total	-	(2)
(Ganhos) e perdas não reconhecidos:		
Com activos	171	131
Com reformados	901	425
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	24	24
Sub-total	1.096	580
Total	7.410	7.427

Outros	2005	2004
Taxa de rendimento dos activos	4,25%	4,75%
Taxa técnica de juro	4,25%	4,75%
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	3,00%
Tábuas de mortalidade activos e pré-reformados	TV 88/90	TV 73/77
Tábuas de mortalidade reformados	TV 73/77	TV 73/77
Tábuas de invalidez	EVK 80-50%	EVK 80-50%
Idade normal de reforma	65	65
Método	Unidade de crédito projectada	Unidade de crédito projectada

Responsabilidades e Respectivas coberturas:

i) Responsabilidades não afectas ao fundo de pensões:

Responsabilidades totais:	302	249
Coberturas:		
Por provisões	253	213
Alteração de pressupostos:	-	(3)
Ganhos e perdas não reconhecidos:	49	39
Total	302	249

A evolução nas responsabilidades da Petrogal e GDP, com pensões no exercício de 2005 foi como segue:

Petrogal	Afectas ao Fundo de Pensões	Não Afectas ao Fundo de Pensões	Total
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2004	318.330	59.256	377.586
Custo dos serviços correntes	1.955	680	2.635
Custo dos juros	14.547	2.539	17.086
Benefícios pagos no exercício	(20.689)	(13.338)	(34.027)
Pré-reformas e reformas antecipadas iniciadas no ano	-	6.578	6.578
(Ganhos)/Perdas Actuariais do exercício	29.712	1.220	30.932
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2005	343.855	56.936	400.790

CUSTOS DO ANO 2005

Custo dos juros e custo dos serviços correntes	16.502	3.219	19.721
Reformas antecipadas iniciadas no ano	-	3.356	3.356
Amortizações do excesso de "corredor"	8.793	(896)	7.897
Amortização da alteração de pressupostos	5.649	1.542	7.191
Retorno esperado dos activos	(13.699)	-	(13.699)
CUSTOS DO ANO 2005	17.245	7.221	24.466

Grupo GDP	Afectas ao Fundo de Pensões	Não Afectas ao Fundo de Pensões	Total
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2004	28.091	7.427	35.518
Custo dos serviços correntes	965	56	1.021
Custo dos juros	1.308	331	1.639
Benefícios pagos no exercício	(1.094)	(929)	(2.023)
(Ganhos)/Perdas Actuariais do exercício	3.477	525	4.002
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2005	32.747	7.410	40.157

CUSTOS DO ANO 2005

Custo dos juros e custo dos serviços correntes	2.273	387	2.660
Amortização da alteração de pressupostos	872	(2)	870
Amortizações do excesso de "corredor"	30	9	39
Retorno esperado dos activos	(850)	-	(850)
CUSTOS DO ANO 2005	2.325	394	2.719

Outros

	Não Afectas ao Fundo de Pensões
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2004	249
Custo dos serviços correntes	31
Custo dos juros	12
(Ganhos)/Perdas Actuariais do exercício	10
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2005	302

CUSTOS DO ANO 2005

Custo dos juros e custo dos serviços correntes	43
Amortização da alteração de pressupostos	(3)
Amortização do excesso de "corredor"	1
CUSTOS DO ANO 2005	41

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros, líquido do retorno esperado dos activos, no montante total de mEuros 7.875, foi registado na rubrica de custos com o pessoal.

Na Petrogal, o acréscimo das responsabilidades com pré-reformas e reformas antecipadas iniciadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 no montante de mEuros 6.578 teve como contrapartida: (i) a transferência do montante de mEuros 3.222 da provisão para reestruturação já reconhecida como custo em exercícios anteriores (Nota 46) e (ii) a rubrica de custos com o pessoal no montante de mEuros 3.356.



As perdas e ganhos actuariais pelo acréscimo/redução das responsabilidades com pensões, resultantes da actualização dos pressupostos financeiros e demográficos, reportadas a 1 de Janeiro de 2001, no montante de mEuros 42.230 e mEuros 162, respectivamente, foram registadas no passivo nas rubricas de provisões respectivas - custo dos serviços passados não reconhecidos, por contrapartida de provisões para pensões - responsabilidades foi reconhecido como custo em resultados extraordinários num período de cinco anos (2001 a 2005). No exercício de 2005, o Grupo reconheceu custos e proveitos nas rubricas de custos e proveitos extraordinários relativo à amortização daqueles montantes, o valor de mEuros 8.063 e mEuros 5, respectivamente (Nota 45).

Derivado do excesso de "corredor" apurado a 31 de Dezembro de 2004, foi registado o montante de mEuros 7.937 na rubrica de custos com o pessoal, correspondente à amortização do exercício de 2005.

Em 31 de Dezembro de 2002, foi autorizado pelo ISP, a constituição do Fundo de Pensões da Galp Energia de contribuição definida. Durante o exercício de 2003, a Galp Energia, S.G.P.S., S.A., criou um Fundo de Pensões de contribuição definida para os seus colaboradores e possibilitou a adesão a este fundo de empregados de outras empresas do Grupo. A Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A., a GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A., a Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. e a Galp eNova S.A. (em 17 de Dezembro de 2003, a Galp Serviços - Serviços de Consultoria de Apoio à Gestão Empresarial, S.A. incorporou esta empresa por fusão), como associadas deste Fundo, deram a possibilidade aos seus colaboradores de optarem entre este novo plano de pensões de contribuição definida e o existente plano de benefícios definidos. Foi assim reconhecido, durante o exercício de 2005, um custo na rubrica de custos com o pessoal no montante de mEuros 650 relativo às contribuições do ano das empresas associadas do Fundo de Pensões de contribuição definida da Galp Energia, a favor dos seus empregados, em contrapartida de entrega à sociedade gestora deste fundo.

Como mencionado na Nota 23.i), os ganhos e perdas actuariais, são registados nas demonstrações financeiras só na parte em que ultrapassam os limites definidos no "corredor" de 10%, e são amortizados, a partir do exercício subsequente em que apurados, conforme a seguir descrito.

De seguida apresenta-se por plano de benefícios um quadro discriminativo das responsabilidades incluídas no mecanismo do "corredor" e o intervalo máximo (10%) do mesmo.

Benefícios	(Ganhos) e Perdas não Reconhecidos	Intervalo de "Corredor" (10%)	Excesso para o Intervalo de "Corredor"	Valor a Reconhecer em 2006
Grupo Petrogal				
Complemento de reforma (Fundo)	81.847	34.385	47.462	11.087
Pré-reformas	(1.221)	2.116	-	-
Reformas antecipadas	(6.072)	1.823	(4.249)	(993)
Prémio de reforma	182	649	-	-
Seguro social voluntário	220	27	193	45
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	1.144	1.078	66	15
Sub-Total	76.099	40.078	43.471	10.154
Grupo GDP				
Complemento de reforma (Fundo)	6.282	3.275	3.076	580
Complemento de reforma (não coberto pelo Fundo)	1.072	709	364	56
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	24	32	-	-
Sub-Total	7.378	4.016	3.440	636
Outros				
Complemento de reforma (não coberto pelo Fundo)	49	30	23	1
Sub-Total	49	30	23	1
Total	83.526	44.124	46.935	10.791

Na Petrogal, as responsabilidades com todos os benefícios de reforma atribuídos excedem o intervalo máximo do "corredor" de 10%, no montante líquido de mEuros 43.471. Estes montantes serão reconhecidos como custos e/ou proveitos em exercícios futuros em função do tempo de serviço futuro médio esperado dos empregados abrangidos nestes planos que à data de 31 de Dezembro de 2005 é de 4,28 anos. Desta forma e no exercício de 2006 serão reconhecidos como custos, líquido de proveitos o montante de mEuros 10.154 resultante da amortização do excesso de "corredor".

No Grupo GDP, as responsabilidades com complementos de reforma (cobertas e não cobertas pelo fundo) excedem o intervalo máximo do "corredor" de 10%, no montante líquido de mEuros 3.440. Estes montantes serão reconhecidos como custos em exercícios futuros em função do tempo de serviço futuro médio esperado dos empregados abrangidos neste planos, que é de 5,12 anos para a Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., 24,08 anos para a Gásfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S.A. e 11,74 anos para a GDP Distribuição, S.G.P.S., S.A.. Desta forma, no exercício de 2006 serão registados como custos, líquidos de proveitos, o montante de mEuros 636, resultante da amortização do excesso de "corredor".

Nas restantes empresas as responsabilidades com complementos de reforma (cobertas e não cobertas pelo fundo) excedem o intervalo máximo do "corredor" de 10%, no montante líquido de mEuros 23. Estes montantes serão reconhecidos como custos em exercícios futuros em função do tempo de serviço futuro médio esperado dos empregados abrangidos neste planos, que é de 16,94 anos para a Galp Energia, S.G.P.S., S.A. e 13,77 anos para a Galp Serviços - Serviços e Consultoria de Apoio à Gestão Empresarial, S.A.. Desta forma, no exercício de 2006 serão registados como custos, líquidos de proveitos, o montante de mEuros 1, resultante da amortização do excesso de "corredor".

Instrumentos Financeiros - Derivados

Existem contratos de derivados financeiros destinados a cobrir a exposição do risco de negócios, nomeadamente **commodities** e cambiais ao nível do Grupo Petrogal e de taxa de juro ao nível do Grupo GDP.

Os instrumentos financeiros derivados em carteira, em 31 de Dezembro de 2005, apresentam as seguintes características:

Instrumento de Cobertura	Taxa de Juro	Valor Nominal	Maturidade	Justo Valor de Derivados em mEuros
Swap de Taxa de Juro	Paga entre 5.1375% e 5.14% recebe Libor USD 6m	mUSD 100.000	2011	(1.312)
Swaps de Taxa de Juro	Paga Euribor 12m + 103 pb recebe 4,77%	mEUR 5.611	2006	31
Swaps de Taxa de Juro	Paga entre 3,37% e 6,2425% recebe entre Euribor 3m e 6m e spread entre 0 pb e 175 pb	mEUR 78.927	2006 a 2010	(1.855)
Swap com cap com Knock out	Paga Euribor 12m com Cap 3,49% com knock-out 5,25% recebe Euribor 3m	mEUR 7.482	2010	1
Swaps de Taxa de Juro com cap.	Paga Cap entre 3,25% e 4% e Floor entre 0% e 2,5% + entre 23,5pb e 60,5pb recebe entre Euribor 3m e 6m	mEUR 175.000	2008 a 2009	(2.146)
Collar	Paga Cap 3,25% e Floor 1,75% + 23,5pb recebe Euribor 6m	mEUR 20.000	2010	52
Collar	Paga Cap 4% e Floor 2,5% + 45pb de prémio recebe Euribor 6m	mEUR 15.000	2008	(193)
Total				(5.421)

Tipo de Derivado	Características	Maturidade	Justo Valor de Derivados em mEuros
Opções sobre Commodities	Margem de Refinaria	2006	404
Swaps sobre Commodities	Compra Brent Vende Brent	2006 e 2007	(123)
Total			281



O justo valor dos instrumentos financeiros derivados foi determinado por entidades bancárias tendo por base modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites. O justo valor determinado em 31 de Dezembro de 2005 não indica perda ou ganho futuro, uma vez que este poderá ser reversível.

Contudo, a Empresa segue o princípio do custo histórico, razão pela qual não procedeu ao reconhecimento destes derivados ao justo valor.

Outros

Os compromissos financeiros assumidos pelo Sub-Grupo Petrogal e não incluídos no balanço em 31 de Dezembro de 2005 são:

- mEuros 5.415 relacionados com encomendas não satisfeitas de imobilizações corpóreas;
- mEuros 4.661 relacionados com letras a receber descontadas no sistema bancário e não vencidas;
- mEuros 327.557 e mEuros 6.331 de responsabilidades cobertas pelo Fundo de Pensões Petrogal e Sacor Marítima respectivamente;
- mEuros 76.099 e mEuros 86.026 de responsabilidades com o Plano de pensões e com cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo de contribuição definida (Nota 46), respectivamente, não registados nas demonstrações financeiras por estarem dentro dos limites do "corredor" de 10% (Nota 23.i) e 23.j)) ou por corresponderem a excesso de "corredor" ainda não reconhecido na demonstração de resultados;
- No âmbito da legislação comunitária, a Petrogal tem vindo a desenvolver um Projecto de Reconfiguração Ambiental e Processual do Sistema de Refinação Nacional - Auto Oil - com vista a cumprir, por um lado, as especificações de combustíveis, nomeadamente gasolinhas e gasóleos, e por outro adequar o desempenho ambiental das Refinarias de acordo com a legislação prevista. Nesta data estima-se o montante de mEuros 250.000 o valor necessário para as alterações introduzidas e a introduzir, dependendo o valor final da concretização de algumas especificações ainda em discussão a nível europeu. Até ao final de 2005 despenderam-se neste projecto aproximadamente mEuros 146.000, estimando-se despender até à sua conclusão (em 2009), dependente das considerações anteriores, o montante de mEuros 104.000.

Consciente das suas responsabilidades para com o meio envolvente, a Petrogal, decidiu em Setembro de 1998 comprometer-se publicamente na protecção ambiental através da assinatura de um Protocolo de Melhoria Contínua de Desempenho Ambiental com o Ministério da Economia e com o Ministério do Ambiente.

Este protocolo teve por objecto o estabelecimento de uma vasto conjunto de acções de protecção ambiental - Programa de Acções Ambientais - que permitiriam à empresa a prossecução da sua Política e Objectivos Estratégicos de Ambiente.

No final de 2005, a empresa deu por concluídas a totalidade das acções que aquele protocolo contemplava, à excepção das acções que correspondem à implementação de alterações processuais a executar no âmbito da adequação das refinarias às condições estabelecidas no âmbito de Diplomas Legais (PCIP, GIC's), no período 2007/2008.

A Petrogal, antecipando o limite definido legalmente de Outubro de 2007 para obtenção do licenciamento das suas refinarias, prevê para 2006 que seja estabelecido pelas Entidades Competentes as referidas condições de licenciamento e que consequentemente sejam definidas as alterações processuais a implementar. No entanto, estão identificados e salvaguardados os eventuais investimentos que serão necessários executar, correspondendo a um valor total previsto de cerca de mEuros 60.000, podendo este montante variar de acordo com as opções processuais adoptadas nas Refinarias.

Acresce ainda referir, que a empresa em 2005 deu continuidade ao programa de requalificação da sua rede de postos de abastecimento, garantindo a sua adequação aos requisitos legais e cumprindo o estabelecido no Protocolo de Melhoria Contínua de Desempenho Ambiental da Petrogal. Em 2005, este programa correspondeu a um montante de investimento total de mEuros 515, aplicados em projectos elegíveis como capitalizáveis em imobilizado. Prevê-se para 2006 intervenções no valor de mEuros 873.

Os compromissos financeiros assumidos pelo Sub-Grupo GDP e não incluídos no balanço em 31 de Dezembro de 2005 são:

- mEuros 21.353 de responsabilidades cobertas pelo Fundo de Pensões GDP;
- mEuros 7.378 e mEuros 4.231 de responsabilidades com o plano de pensões, cuidados de saúde, seguros de vida e benefício mínimo de contribuição definida (Nota 46), respectivamente, por estarem dentro dos limites do “corredor” de 10% (Nota 23 i) e 23 j)) ou por corresponderem a excesso de “corredor” ainda não reconhecido na demonstração de resultados;
- mEuros 7.780 relativo a responsabilidades contratuais com fornecedores, nomeadamente, no âmbito da construção da instalação de armazenagem subterrânea, gasodutos e demais infra-estruturas e equipamentos necessários à implementação da rede de transporte de gás natural da Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A., cujo detalhe é como segue:

Descrição	Valor do Contrato	Realizado	Por realizar
Construção e Instalação - armazenagem subterrânea	89.540	83.651	5.888
Serviços/Expropriações	2.945	1.962	983
Construção e equipamento de ramais industriais	2.194	1.293	902
Unidades Autónomas de Gás	7	-	7
	94.686	86.906	7.780

:: 22. Garantias Prestadas ::

Em 31 de Dezembro de 2005 as responsabilidades do Sub Grupo GDP por garantias prestadas ascendiam a mEuros 67.493 e 192.500 milhares de dólares americanos, das quais as mais significativas são:

- Garantias prestadas ao Estado Português nos montantes de mEuros 10.734 mEuros 329, por um sindicato bancário liderado pela Caixa Geral de Depósitos para a celebração do contrato de concessão do serviço público de importação, transporte e fornecimento de gás natural;
- Garantias no montante de mEuros 7.751 constituídas a favor do Tribunal Tributário de 1^a Instância de Lisboa - 5^o juízo - 1^a secção, destinada a servir de caução ao pagamento exigido pela Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito de processos judiciais relativos às taxas de ocupação de subsolos (conforme referido na Nota 59);
- Garantias no montante de mEuros 20.442 prestadas ao Estado Português pelas obrigações e deveres emergentes do Contrato de Concessão de exploração das redes de distribuição regional de gás natural da Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Lusaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. e Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A., Dianagás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Évora, S.A. e Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A;
- Garantias prestadas à Câmaras Municipais no montante de mEuros 6.522, por “licença de ocupação de via pública” com tubagens de gás existentes no subsolo, às taxas de ocupação do subsolo, (conforme referido na Nota 59);
- Garantia bancária no montante de mEuros 19.952 (Nota 59) a favor do tribunal da câmara de lisboa, 2^o vara - 1^a secção;
- Garantias de fiança relativamente a 27,4% (participação financeira da Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.) dos seguintes créditos concedidos à EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd:

	Tipo	Total de Créditos mUSD	Parte Transgás mUSD
BEI	Bancária	450.000	124.000
ICO	Fiança	200.000	54.800
Banco Santander	Fiança	50.000	13.700
		700.000	192.500



Como quantia de um empréstimo contraído pela Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A. foi constituída uma hipoteca a favor do BES Investimento e do BES, incidindo sobre o direito de superfície de uma parcela de terreno no Conselho de Pombal, adquirida por esta subsidiária pelo período de 15 anos, até ao montante máximo de mEuros 28.237.

Em 31 de Dezembro de 2005, as garantias bancárias prestadas pela Petrogal ascendiam a mEuros 39.423. Adicionalmente, a Empresa emitiu cartas de conforto perante terceiros a favor de empresas do grupo e associadas no montante de mEuros 401.152.

Em virtude do investimento realizado pela C.L.C. ter sido efectuado essencialmente através de **project finance**, o Consórcio Bancário que a financia, tinha assumido responsabilidades com uma garantia bancária prestada ao Banco Europeu de Investimento no montante de mEuros 32.075 correspondendo mEuros 32.043 à parte de capital, e o remanescente no montante de mEuros 32 a juros vencidos e não liquidados.

Para garantir o financiamento intercalar no montante de mEuros 1.000 e respectivos encargos, destinado ao financiamento do projecto dos novos tanques para a armazenagem estratégica, a C.L.C. assumiu responsabilidades, através da assinatura duma livrança comercial sem data de vencimento. Esta livrança comercial será anulada logo que o contrato de financiamento de médio longo prazo, para financiar aquele projecto, seja assinado, o que se prevê vir a ocorrer durante o primeiro trimestre de 2006.

A Galp Energia, S.G.P.S., S.A. tem em vigor uma garantia bancária com o Banco Comercial Português no montante de mEuros 2.394.

23. Bases de Apresentação e Principais Critérios Valorimétricos Utilizados

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 1), mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Princípios de consolidação

Com excepção das subsidiárias mencionadas na Nota 5, as quais foram integradas pelo método proporcional, a consolidação das empresas subsidiárias referidas na Nota 1, efectuou-se pelo método de integração global. As transacções e saldos significativos entre as empresas foram eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado no passivo na rubrica interesses minoritários. As diferenças de consolidação foram tratadas como se indica na Nota 10.

Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas incluem nas diferentes rubricas de despesas de instalação, de investigação e desenvolvimento, de propriedade industrial e outros direitos, reconversão de consumos para gás natural, trespasses e diferenças de consolidação, essencialmente:

- Despesas incorridas com estudos e projectos de desenvolvimento informático, despesas de organização, campanhas publicitárias institucionais de lançamento de gás natural, despesas de arranque (nomeadamente das refinarias) e de reestruturação e reorganização (Nota 25), as quais são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período variável entre três a seis anos;
- Prémios de exclusividade pagos a revendedores de produtos GALP e encargos com direitos de superfície e concessões, os quais são amortizados, pelo método das quotas constantes, durante o período de duração dos respectivos contratos (o qual varia entre dez e vinte anos);
- Diferenças de consolidação relativas à diferença entre o valor de aquisição de participações financeiras e o valor patrimonial equivalente das empresas adquiridas, as quais são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de cinco anos, excepto para as empresas do Grupo e associadas que estão dependentes de contratos de concessão, situações em que o período de amortização corresponde ao prazo de concessão, que termina em 2028, e nos casos da CLH - Compañía Logistica de Hidrocarburos S.A., da Galpgest - Petrogal Estaciones de Servicio, S.A. e da Petróleos de Valéncia, S.A. que estão a ser amortizados durante o período de vida útil esperada dos bens afectos à sua actividade, ou seja, 20, 11 e 20 anos, respectivamente;
- Despesas relacionadas com direitos de passagem de gás e com a reconversão de consumos para gás natural, referentes a acções para penetração do gás natural no mercado, nomeadamente acções de comercialização e marketing que se consubstanciem na renovação, alteração ou adaptação de instalações e equipamentos de queima. Estas despesas estão a ser amortizadas no prazo que decorre desde a entrada em exploração até ao final de período de concessão, e que corresponde ao período de utilidade esperada;
- Despesas relacionadas com trespasses de estações de serviço são amortizadas por um período de 20 anos, excepto quando se trata de estações de serviço arrendadas ou de direitos de superfície que, nestes casos, são amortizados pelo período do respectivo contrato (Nota 25). Os restantes trespasses são amortizados durante um período variável entre três e seis anos.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1996 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 41). As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição ou construção. O custo de aquisição/construção inclui o preço de factura, despesas de transporte e montagem, encargos financeiros e diferenças de câmbio em empréstimos bancários, suportados durante o período de construção, e os custos indirectos que lhe sejam atribuíveis durante o período de construção (alínea n) abaixo).

As amortizações são calculadas, sobre o valor de custo ou de reavaliação, pelo método das quotas constantes, aplicado anualmente a partir do exercício de entrada em funcionamento dos bens, utilizando de entre as taxas permitidas pela legislação fiscal em vigor, as que permitam a reintegração do imobilizado, durante a sua vida útil estimada, tendo em conta, nos casos em que tal é aplicável, e limitativa ao período de concessão.

As taxas de amortização anuais médias utilizadas podem resumir-se como segue:

	Taxas	
Terrenos e recursos naturais - servidões	2,20%	- 3,13%
Edifícios e outras construções	2,00%	- 10,00%
Equipamento básico	2,20%	- 12,50%
Equipamento de transporte	16,67%	- 25,00%
Ferramentas e utensílios	12,50%	- 25,00%
Equipamento administrativo	5,00%	- 33,33%
Taras e vasilhame	7,14%	- 33,33%
Outras imobilizações corpóreas	10,00%	- 33,33%

As infra-estruturas afectas ao gás natural encontram-se a ser amortizadas, pela Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. e restantes distribuidoras de gás natural, por um período de 45 anos.

Nos exercícios de 1998 a 2002 a Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. e a Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. (esta última até 2000) aplicaram as taxas correspondentes a 50% das taxas máximas determinadas pelo número de anos de vida útil esperada do equipamento básico afecto ao gasoduto, devido ao facto de este estar a ser utilizado abaixo da sua capacidade normal.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são registados como custos no exercício em que são incorridos. As reparações relativas à substituição de partes de equipamentos ou outros activos imobilizados, são registadas como imobilizações corpóreas e amortizadas às taxas correspondentes à vida útil residual das respectivas imobilizações.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza plurianual e de carácter recorrente, essencialmente relacionados com as refinarias, são reconhecidos numa base de acréscimo no período compreendido entre duas reparações, sendo a parte correspondente a cada exercício registada na demonstração de resultados respectiva por contrapartida da rubrica acréscimos de custos (Nota 53).

Actividade de exploração e produção petrolífera

As imobilizações corpóreas relacionadas com a actividade de exploração e produção petrolífera encontram-se registadas ao custo de aquisição e correspondem, essencialmente a:

- i) custos incorridos com a exploração e desenvolvimento da área de exploração ("campo"), adicionados dos custos de estrutura e financeiros incorridos até à data do início da produção, os quais são capitalizados em imobilizado em curso. Quando o campo inicia a sua produção, estes custos são transferidos de imobilizado em curso para imobilizado fixo, naquela data, e são amortizados de acordo com o coeficiente calculado pela proporção de volume de produção verificado em cada período de amortização sobre o volume de reservas provadas desenvolvidas (**proved developed reserves**) no final desse período, adicionadas da produção do período. Assim, os custos incorridos, desta natureza afectos a campos que ainda se encontram na fase de exploração e desenvolvimento, encontram-se classificados em imobilizado em curso;
- ii) custos de aquisição da licença de exploração e produção petrolífera (bónus de assinatura) os quais são amortizados em quotas constantes durante o período remanescente da licença após início da produção;
- iii) todos os custos incorridos na fase de exploração de campos petrolíferos sem sucesso, são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de exploração e/ou desenvolvimento.

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade registada no passivo e os juros, incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 23 b), são registados como custos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

d) Investimentos financeiros

O Grupo segue a política contabilística de registar os seus investimentos financeiros em empresas associadas como se indica na Nota 18.

e) Existências

As existências encontram-se valorizadas de acordo com os seguintes critérios:

i) Matérias-primas e subsidiárias

Petróleo bruto - ao custo de aquisição, utilizando-se o LIFO (últimas entradas, primeiras saídas), aplicado a uma família única, a qual inclui a totalidade das ramas, como método de custeio das saídas. O custo de aquisição inclui o preço da factura, despesas de transporte e seguro.

Outras matérias-primas (excluindo materiais gerais) - ao custo de aquisição utilizando-se o LIFO, aplicado a famílias de produtos, constituídas tendo em consideração as características das diversas matérias, como método de custeio das saídas. O custo de aquisição inclui o preço da factura, despesas de transporte e seguro.

Materiais gerais - encontram-se valorizados ao custo de aquisição, que inclui o preço de factura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio das saídas.

ii) Produtos e trabalhos em curso

Encontram-se valorizados pelo custo de produção, incluindo materiais, fornecimentos e serviços externos e gastos gerais.

iii) Produtos acabados e intermédios

Produtos derivados do petróleo - as entradas de produtos acabados e intermédios são valorizadas com base no custo de produção, o qual é constituído pelos consumos de matérias - primas e outras, pelos encargos com mão-de-obra directa e pelos gastos gerais de fábrica. No caso de produtos adquiridos a terceiros, estes são valorizados ao custo de aquisição, o qual inclui o preço da factura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se o LIFO aplicado a famílias de produtos, constituídas tendo em consideração as características das mesmas como método de custeio das saídas.

O Grupo Petrogal inclui na rubrica de produtos acabados e intermédios o Imposto sobre Produtos Petrolíferos (ISP) relativo à introdução ao consumo dos produtos acabados já despachados sujeitos àquele imposto, o qual se encontra valorizado ao custo de aquisição, utilizando-se o FIFO (primeiras entradas, primeiras saídas), como método de custeio das saídas.

Outros produtos acabados e intermédios - encontram-se valorizados ao custo de produção, incluindo matérias-primas, custos industriais variáveis e fixos, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio de saídas.

iv) Mercadorias

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição que inclui o preço da factura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se o LIFO para o gás natural e o custo médio ponderado para os derivados de petróleo e restantes mercadorias como método de custeio das saídas.

No caso da Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A., o custo de aquisição também engloba, para a sua determinação, os gastos suportados até à fronteira portuguesa, nomeadamente o transporte e direitos de passagem pelo território de Marrocos.

Como anteriormente referido o Grupo Petrogal inclui igualmente o ISP na rubrica de existências relativo a mercadorias já despachadas sujeitas àquele imposto.

As matérias-primas e subsidiárias e mercadorias em trânsito, por não se encontrarem disponíveis para consumo ou venda, encontram-se segregadas das restantes existências e são valorizadas ao custo de aquisição específico.

As diferenças entre o valor por que se encontravam registadas as existências, em 31 de Dezembro de 2005, conforme acima mencionado, e o respectivo valor estimado de realização ou de mercado, quando mais baixo, foram reconhecidas na demonstração dos resultados consolidados do exercício e encontram-se registadas na rubrica de ajustamentos ao valor das existências (Nota 32).

f) Títulos negociáveis

Os títulos negociáveis encontram-se registados ao mais baixo do custo de aquisição ou de mercado.

g) Especialização de exercícios

O Grupo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual as receitas e as despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Nota 53).

h) Subsídios atribuídos para o financiamento de imobilizações corpóreas e incorpóreas

Os subsídios atribuídos ao Grupo, a fundo perdido, para financiamento de imobilizações corpóreas e incorpóreas (reversões para gás natural) são registados no passivo, como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados proporcionalmente às amortizações respectivas das imobilizações subsidiadas.

i) Plano de pensões

A Petrogal, a Sacor Marítima e algumas empresas do Grupo GDP (GDP Distribuição, S.G.P.S., S.A., Lisboagás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Driftal - Plastificantes de Portugal, S.A. e Gasfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S.A.) assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice e invalidez e pensões de sobrevivência, de reforma antecipada e pré-reforma (a situação de reforma antecipada foi assumida apenas pela Petrogal). Estas prestações, com exceção das pensões de reforma antecipada e pré-reforma, consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador. As pensões de reforma antecipada e as de pré-reforma, correspondem essencialmente ao valor do vencimento do empregado. Incluem-se, nestes compromissos, quando aplicáveis, o pagamento da Segurança Social dos pré-reformados, o seguro social voluntário relativo aos reformados antecipadamente e o prémio de reforma a atribuir na data de passagem à reforma.

Para cobrir estas responsabilidades a Petrogal, a Sacor Marítima e as empresas do Grupo GDP, constituíram fundos de pensões autónomos geridos por entidades externas (“Fundo de Pensões Petrogal”, “Fundo de Pensões Sacor Marítima” e “Fundo de Pensões GDP”), para financiar as responsabilidades pelos complementos de reforma por velhice e invalidez e pensões de sobrevivência, para os empregados no activo e reformados e, no caso da Petrogal, também para os reformados antecipadamente e pré-reformados (Nota 21). Contudo, o Fundo de Pensões Petrogal não cobre as responsabilidades com pensões de reforma antecipada, pré-reforma, Segurança Social dos pré-reformados e com o pagamento do seguro social voluntário e prémio de reforma. Estas responsabilidades são cobertas através de provisões específicas, incluídas no balanço na rubrica de provisões para pensões (Notas 21 e 46).

Adicionalmente, o Fundo de Pensões GDP não cobre as responsabilidades assumidas pela Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. em reembolsar os complementos de reforma a pagar pela EDP aos seus reformados e pensionistas afectos à Empresa, bem como os complementos de reforma e sobrevivência aos reformados existentes à data da constituição do Fundo. Estas responsabilidades são cobertas através de provisões específicas, incluídas no balanço na rubrica de provisões para pensões (Notas 21 e 46).

No final de cada período contabilístico, as empresas acima mencionadas, obtêm estudos actuariais e comparam o montante das suas responsabilidades com o valor de mercado do fundo e com o saldo das provisões constituídas, de forma a determinar o montante das provisões adicionais a registar.

Até 31 de Dezembro de 2000, a diferença entre as responsabilidades e o valor de mercado do fundo de pensões e provisões específicas resultante do custo com serviços correntes, custo dos juros e ganhos e perdas actuariais, era reconhecida como ganhos ou perdas na demonstração de resultados do exercício respectivo.

A partir de 1 de Janeiro de 2001, os ganhos e perdas actuariais apurados num exercício, e para cada plano de benefícios concedido, resultantes dos ajustamentos nos pressupostos actuariais, ajustamentos de experiência ou no esquema de benefícios, apenas são contabilizados se o líquido acumulado destes ganhos e perdas actuariais não reconhecidos (Desvio Total) no final do período exceder em valor absoluto o maior de: 10% do total das responsabilidades ou de 10% do valor de mercado do fundo, sendo este reconhecido em resultados a partir do exercício subsequente em que apurado, em quotas constantes, de acordo com o número médio esperado dos anos de trabalho dos empregados participantes nesse plano de benefícios. Esta política de contabilização está de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade n.º 19.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pelo Grupo Petrogal para apuramento destas responsabilidades são:

- Complemento de pensões de reforma, invalidez e orfandade;
- Pré-reformas;
- Reformas antecipadas;
- Prémio de reforma;
- Seguro social voluntário;
- Regime especial de flexibilização da idade da reforma ao abrigo do Decreto-lei 9/99;
- Benefício mínimo plano contribuição definida.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pelo Grupo GDP para apuramento destas responsabilidades são:

- Complemento de pensões de reforma, invalidez e orfandade;
- Regime especial de flexibilização da idade da reforma ao abrigo do Decreto-lei 9/99.

Por seu lado, as perdas e ganhos actuariais, pelo acréscimo/redução das responsabilidades, com pensões, resultantes da actualização dos pressupostos financeiros e demográficos (Nota 21), reportadas a 1 de Janeiro de 2001, no montante de mEuros 42.230 e mEuros 162, respectivamente, foram registadas no passivo nas rubricas de provisões para pensões - responsabilidades por contrapartida da rubrica de provisões para pensões - custo dos serviços passados não reconhecidos. Este saldo tem sido reconhecido em resultados na rubrica de custos extraordinários e proveitos extraordinários durante um período de cinco anos, em quotas constantes, com início no exercício de 2001.

Em 31 de Dezembro de 2002, foi autorizado pelo ISP, a constituição do Fundo de Pensões da Galp Energia de contribuição definida. O Grupo, deu a possibilidade a algumas subsidiárias, como associadas deste Fundo, dos seus colaboradores optarem por este novo plano de contribuição definida e o plano existente de benefícios definidos, pagando o Grupo nestas situações, um valor definido anualmente, correspondente a uma percentagem do salário de cada empregado, o qual é reconhecido como custo desse exercício.

j) Outros benefícios de reforma - cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo do plano de contribuição definida (invalidez e sobrevivência)

Os encargos a suportar pelo Grupo com a prestação de cuidados de saúde, seguros de vida e benefício mínimo do plano de contribuição definida (invalidez e sobrevivência), são reconhecidos como custos durante o período em que os empregados que auferem estes benefícios de reforma prestem serviços às respectivas empresas, encontrando-se estas responsabilidades reflectidas no balanço na rubrica de provisões para seguros de vida, cuidados de saúde e benefício mínimo de contribuição definida (Nota 46). Os pagamentos efectuados aos beneficiários no decurso de cada exercício são registados como uma redução desta provisão.

No final de cada período contabilístico, o Grupo obtém os estudos actuariais e compara o montante das suas responsabilidades com o saldo das provisões constituídas, de forma a determinar o montante das provisões adicionais a registar (Nota 46).

Até 31 de Dezembro de 2000, a diferença entre as responsabilidades e o montante das provisões específicas, resultante do custo com serviços correntes, custo dos juros e ganhos e perdas actuariais, era reconhecido em resultados no exercício respectivo. A partir de 1 de Janeiro de 2001, o procedimento adoptado é idêntico ao mencionado na alínea 23.i) acima.

Os ganhos e perdas actuariais pelo acréscimo/redução das responsabilidades, resultantes da actualização dos pressupostos financeiros e demográficos reportados a 1 de Janeiro de 2001, foram registados no passivo nas rubricas de provisões para seguro de vida e cuidados de saúde - responsabilidades por contrapartida da conta de provisões para seguro de vida e cuidados de saúde - custo dos serviços passados não reconhecidos. Este saldo tem sido reconhecido em resultados na rubrica de custos extraordinários durante um período de cinco anos, com início no exercício de 2001.

k) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços, com excepção dos saldos em moeda estrangeira cobertos por contratos de compra de moeda a prazo, **forwards**, os quais foram convertidos às taxas de câmbio contratadas.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos, respectivamente, na demonstração de resultados consolidados do exercício.

Para as fixações de câmbio a prazo (**forwards**) a Petrogal difere as diferenças de câmbio apuradas entre a taxa de câmbio **spot** no início do contrato e a taxa contratada, pelo período de vigência do referido contrato, imputando na demonstração dos resultados consolidados do exercício a parte que lhe corresponde.

l) Imposto sobre Produtos Petrolíferos ("ISP") incluído nas vendas e custo das vendas

Na sequência de uma interpretação da Comissão de Normalização Contabilística sobre a Directriz Contabilística nº 22, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as empresas do Grupo Petrogal passaram a incluir no custo das vendas o Imposto sobre Produtos Petrolíferos ("ISP"), em virtude deste passar a ser considerado como custo de compra dos produtos sujeitos ao mesmo.

m) Vendas de gás natural

O preço de venda do gás natural é convencionado pelo Governo através da fixação de preços efectuada pela Direcção Geral de Geologia e Energia. O preço de venda do gás natural é fixado trimestralmente, de acordo com a fórmula prevista no contrato de concessão. Com excepção da Lusitaniagás, as leituras, facturação e respectivas cobranças relacionadas com a actividade de distribuição do gás são feitas por empresas do Grupo EDP - Energias de Portugal e pelas empresas do Grupo Galp, consoante se trate de pequenos ou grandes clientes, respectivamente.

As vendas de gás são mensalmente registadas na rubrica de acréscimos de proveitos com base na facturação esperada e corrigidas em resultados no período em que é efectuada a leitura.

n) Encargos financeiros

Os encargos financeiros, resultantes de empréstimos contraídos para financiar os investimentos em imobilizações, são imputados a imobilizações em curso, na proporção dos custos totais incorridos naqueles investimentos, líquidos de recebimentos de subsídios ao investimento, até à entrada em funcionamento dos mesmos (Nota 28), sendo os restantes reconhecidos como custos na demonstração de resultados consolidados do exercício (Nota 44).

Os encargos financeiros incluídos nas imobilizações corpóreas são amortizados de acordo com o período de vida útil dos bens respectivos.

o) Capitalização de custos de estrutura

As empresas do Grupo GDP, por estarem na fase de construção das infra-estruturas do gás natural e lançamento daquele produto, procederam à capitalização dos custos de estrutura até ao início de entrada em operação daquelas infra-estruturas. Estes custos encontram-se registados, consoante as empresas, nas rubricas de imobilizações e custos diferidos sendo amortizados pelo período de vida útil das infra-estruturas.

p) Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura (Nota 51).

q) Conversão de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira

As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros das demonstrações financeiras de empresas participadas, expressas em moeda estrangeira foram incluídas no capital próprio na rubrica de "Ajustamentos em partes de capital em filiais e associadas". A conversão daquelas demonstrações financeiras é efectuada considerando as seguintes taxas de câmbio:

- i) taxa de câmbio vigente à data do balanço para converter todos os activos e passivos;
- ii) taxa de câmbio média do exercício para converter as rubricas da demonstração de resultados; e
- iii) taxa de câmbio histórica para converter as restantes rubricas de capital próprio.

r) Ajustamentos de dívidas a receber

As contas a receber são relevadas ao seu valor líquido de realização, o qual é determinado tendo em consideração os ajustamentos de valor necessários para os critérios de cobrança duvidosa constituídos com base na avaliação das perdas estimadas à data do balanço (Nota 32).

s) Instrumentos financeiros derivados

Na gestão do risco da taxa de juro, da taxa de câmbio, do preço das matérias-primas e da margem de refinação inerentes à sua actividade o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados (Nota 21). Estes instrumentos financeiros não se encontram mensurados pelo seu justo valor, sendo o montante de reconhecimento dependente da sua natureza e objectivo de contratação, sendo apenas divulgado (Nota 21) o seu justo valor no Anexo ao Balanço e à Demonstração de resultados consolidados.

t) Licenças de emissão de CO₂

As emissões de CO₂ realizadas pelas instalações industriais do Grupo e as "licenças de emissão CO₂" que lhe foram atribuídas no âmbito do Plano Nacional de Atribuição de Licenças CO₂, não dão origem a qualquer reconhecimento patrimonial, desde que: (i) não se estime como provável a existência de custos a incorrer pelo Grupo com a aquisição de licenças de emissão no mercado, situação em que é reconhecida uma provisão ou (ii) as mesmas não sejam alienadas em caso de excedente das mesmas, situação em que é reconhecido um proveito (Nota 62).

:: 24. Cotações Utilizadas para Conversão em Euros ::

As demonstrações financeiras da Galp International Trading Establishment, da Petrogal Trading Limited, da EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd., da Petrogal Angola (expressas em Dólares dos Estados Unidos da América) e subsidiária (expressas em Kwanzas), da Petrogal Brasil (expressas em Reais), da Enacol, S.A.R.L. (expressas em Escudos de Cabo Verde), da Metragaz, S.A. (expressas em Dirhams de Marrocos), da Petrogal Guiné-Bissau e subsidiárias (expressas em Francos CFA), e da Petrogal Moçambique e subsidiária (expressas em Meticais) foram convertidas para Euros através da utilização das seguintes taxas de câmbio:

Divisa	Taxa de Câmbio	
	2005	2004
Vigente no Final do Ano:		
Dólares dos Estados Unidos da América	1,18	1,36
Reais do Brasil	2,74	3,61
Escudos de Cabo Verde	110,27	110,27
Dirhams de Marrocos	10,95	11,20
Francos CFA	655,96	655,96
Meticais de Moçambique	27.972,20	25.356,46

Divisa	Taxa de Câmbio	
	2005	2004
Média do Exercício:		
Dólares dos Estados Unidos da América	1,24	1,24
Reais do Brasil	3,04	3,66
Escudos de Cabo Verde	110,27	110,27
Dirhams de Marrocos	11,03	11,03
Francos CFA	655,96	655,96
Meticais de Moçambique	28.298,31	27.247,60

25. Despesas de Instalação, de Investigação e Desenvolvimento, de Propriedade Industrial e Outros Direitos, de Reversão de Consumos para Gás Natural, Trespasse e Diferenças de Consolidação ::

O Grupo tem vindo a registar nestas rubricas as seguintes naturezas de custo que em 31 de Dezembro de 2005, apresentavam os seguintes saldos:

	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Ajustamentos Acumuladas	Valor Líquido
Despesas de instalação:				
Despesas constituição e aumento de capital	1.302	(617)	-	685
Custos de reestruturação e reorganização	885	(885)	-	-
Protótipos e desenvolvimento de imagem para postos novos	18	(12)	-	6
Estudos económicos de lançamento e desenvolvimento de gás natural	21.961	(18.939)	-	3.022
Estudos e projectos	7.433	(2.812)	-	4.621
Sistema informação gestão	778	(709)	-	69
Sistema de segurança	1.344	(1.245)	-	99
Certificação Sistema de Qualidade	125	(125)	-	-
Cartografia	727	(131)	-	596
Outros	1.389	(607)	-	782
	35.962	(26.082)	-	9.880
Despesas de investigação e de desenvolvimento:				
Desenvolvimento de programas	1.347	(247)	-	1.100
Serviços de gestão integrada	2	(2)	-	-
Despesas promoção e marketing institucional de lançamento de gás natural	3.495	(3.495)	-	-
Estudos energéticos	881	(881)	-	-
Estudos	1.176	(790)	-	386
Certificações	247	(230)	-	17
Comparticipações	2.188	(1.258)	-	930
Outros	512	(443)	-	69
	9.848	(7.346)	-	2.502
Propriedade industrial e outros direitos:				
Direitos de superfície e concessões	107.656	(39.214)	-	68.442
Prémios de exclusividade pagos a revendedores de produtos GALP	54.520	(30.851)	(1.992)	21.677
Licenças de utilização de tecnologia	14.435	(11.225)	-	3.210
Direitos e licenciamentos	13.341	(10.499)	-	2.842
Cessão de direitos - Contratos de fornecimento de gás	256	(38)	-	218
Patentes	2	(2)	-	-
Licenças de utilização	371	(313)	-	58
Direitos contratuais de venda	4.102	(1.328)	-	2.774
Direitos de passagem	32.465	(7.864)	-	24.601
Comparticipações	1.695	(354)	-	1.341
Outros produtos e licenciamentos	5.606	(1.131)	-	4.475
	234.449	(102.819)	(1.992)	129.638
Reversão de consumos para gás natural:				
Marketing e Comunicação	303	(36)	-	267
Reversão consumos para gás natural-domésticos	60.964	(11.549)	-	49.415
Reversão consumos para gás natural-industrial	4.537	(827)	-	3.710
Reversão consumos para gás natural-terciário	1.201	(212)	-	989
Reversão consumos para gás natural	246.367	(46.075)	-	200.292
Reversão da central eléctrica do Carregado	9.045	(5.541)	-	3.504
Sistemas de informação	3	(3)	-	-
Outros	408	(46)	-	362
	322.828	(64.289)	-	258.539
Trespasse e diferenças de consolidação:				
Diferenças na aquisição partes capital (Nota 10)	78.450	(16.162)	-	62.288
Trespasse de estações de serviços	26.199	(12.738)	-	13.461
Outros	5.162	(3.370)	-	1.792
	109.811	(32.270)	-	77.541
	712.898	(232.806)	(1.992)	478.100

Os trespasse de estações de serviço no montante de mEuros 13.461, líquido de amortizações acumuladas, dizem essencialmente respeito, aos trespasse do imobilizado incorpóreo das estações de serviço adquiridas pela subsidiária Galp Energia España, S.A. no decurso do exercício de 2003, os quais são amortizados por um período de 20 anos, excepto se se tratarem de estações de serviço arrendadas ou direitos de superfície, os quais são amortizados pelo período do respectivo contrato.

27. Movimento no Activo Imobilizado ::

i) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

Durante o exercício de 2005, o movimento ocorrido nas rubricas de imobilizações incorpóreas e corpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

Activo Bruto	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações/ Abates	Transfer. e Regularizações	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	37.447	817	(2.502)	200	35.962
Despesas de investigação e de desenvolvimento	7.771	446	(6)	1.637	9.848
Propriedade industrial e outros direitos	230.002	8.271	(18.279)	14.455	234.449
Reconversão de consumos para gás natural	294.847	896	-	27.085	322.828
Trespasse	30.323	1.019	(127)	146	31.361
Diferenças de consolidação (Nota 10)	69.202	9.755	(430)	(77)	78.450
Imobilizações em curso	29.934	43.595	-	(46.482)	27.047
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	284	-	(184)	-	100
	699.810	64.799	(21.528)	(3.036)	740.045

Activo Bruto	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações/ Abates	Transfer. e Regularizações	Saldo Final
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	262.325	985	(871)	2.010	264.449
Edifícios e outras construções	680.929	21.096	(19.269)	49.394	732.150
Equipamento básico	4.915.688	26.511	(68.738)	190.873	5.064.334
Equipamento de transporte	32.297	901	(5.850)	194	27.542
Ferramentas e utensílios	4.960	448	(189)	149	5.368
Equipamento administrativo	121.639	4.031	(2.419)	12.651	135.902
Taras e vasilhame	159.996	457	(1.831)	6.077	164.699
Outras imobilizações corpóreas	81.132	3.552	(2.247)	17.866	100.303
Imobilizações em curso	471.835	230.254	(264)	(284.680)	417.145
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	4.271	161	(1)	(2.121)	2.310
	6.735.072	288.396	(101.679)	(7.587)	6.914.202
	7.434.882	353.195	(123.207)	(10.623)	7.654.247

Amortizações Acumuladas e Ajustamentos	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações/ Abates	Transfer. e Regularizações	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	22.521	5.895	(2.335)	1	26.082
Despesas de investigação e de desenvolvimento	5.986	1.366	(6)	-	7.346
Propriedade industrial e outros direitos	101.027	20.558	(15.892)	(882)	104.811
Reconversão de consumos para gás natural	51.943	12.313	-	33	64.289
Trespasse	14.204	1.916	(12)	-	16.108
Diferenças consolidação (Nota 10)	11.139	5.512	(430)	(59)	16.162
-	-	-	-	-	-
	206.820	47.560	(18.675)	(907)	234.798
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	10.824	1.863	-	(1.462)	11.225
Edifícios e outras construções	368.811	44.186	(9.348)	(1.506)	402.143
Equipamento básico	2.754.411	244.875	(63.257)	(975)	2.935.054
Equipamento de transporte	27.801	2.559	(5.532)	-	24.828
Ferramentas e utensílios	4.525	336	(181)	(2)	4.678
Equipamento administrativo	103.389	15.935	(2.175)	-	117.149
Taras e vasilhame	131.028	9.368	(1.878)	(574)	137.944
Outras imobilizações corpóreas	50.139	7.111	(1.442)	-	55.808
Imobilizações em curso	31.853	1.468	-	-	33.321
	3.482.782	327.701	(83.813)	(4.519)	3.722.150
	3.689.602	375.261	(102.488)	(5.426)	3.956.948



Os aumentos verificados nas rubricas de imobilizações incorpóreas e corpóreas, no montante de mEuros 353.195 respeitam essencialmente a:

- mEuros 29.312 de saldos iniciais das empresas que no decurso de 2005 foram incorporadas no perímetro de consolidação (Nota 1):
 - i) mEuros 23.762 - Petróleos de Valência, S.A. Sociedad Unipersonal;
 - ii) mEuros 1.982 - Gasinsular - Combustíveis do Atlântico, S.A.;
 - iii) mEuros 3.568 - Fast Access - Operações e Serviços de Informação e Comércio Electrónico, S.A..
- mEuros 35.921 relativos à Unidade de Negócio do Retalho essencialmente em remodelação dos postos, lojas de conveniência, expansão de actividade e desenvolvimento do sistema de informação;
- As Refinarias de Sines e Porto efectuaram investimentos totais no montante de mEuros 31.816 dos quais mEuros 9.891 são relativos a projectos de Conformidade, mEuros 7.239 relativos ao projecto de armazenagem e expedição de betumes, mEuros 2.443 relativos a substituição de tubagens e mEuros 2.308 relativos a revamping de unidades;
- A Unidade de GPL (Gás) realizou investimentos no montante de mEuros 13.560 em modernização de enchimento de garrafas nomeadamente para adaptação de redes, requalificação e aquisição de novas garrafas com o projecto do parque de Sines;
- mEuros 9.755 relativo a diferenças de consolidação correspondem a diferença entre o custo de aquisição e os capitais próprios das empresas: (i) mEuros 7.838 da Petróleos de Valência, S.A. Sociedad Unipersonal; (ii) mEuros 987 da CLH - Companhia Logística de Hidrocarbonos, S.A.; (iii) mEuros 222 da Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A.; (iv) mEuros 403 da Gasinsular - Combustíveis do Atlântico, S.A.; (v) mEuros 305 Natgás - Companhia Portuguesa de Gás Natural S.A.;
- Construção do Centro Logístico de Combustíveis e da infra-estrutura de armazenagem e portuária na Madeira, no montante de mEuros 15.876;
- Custos de exploração e desenvolvimento da actividade de exploração de petróleo bruto em Angola no Bloco 14, no montante de mEuros 66.122 e nos Blocos 32 e 33 nos montantes de mEuros 8.902 e mEuros 299, respectivamente;
- mEuros 63.122 relativos à construção de infra-estruturas (redes, ramais, lotes, armazenagem subterrânea e outras infra-estruturas) de gás natural;
- mEuros 27.478 relativo a investimentos na comparticipação em redes partilhadas e reconversão de consumos para gás natural.

Durante o exercício de 2005 deu-se o início da actividade do centro Logístico de Combustíveis da Madeira, pelo que foi transferido de imobilizado em curso para imobilizado fixo o montante de mEuros 67.962, o qual se encontra evidenciado na coluna de transferências e regularizações.

O saldo da coluna de transferência e regularizações no movimento do activo bruto no montante de mEuros 10.623 inclui o montante de mEuros 7.422 que corresponde a: (i) regularização de especializações e de adiantamentos em investimentos mEuros 3.661; (ii) bens reclassificados para as rubricas de custos do exercício no montante de mEuros 2.951 e (iii) notas de crédito no âmbito de comparticipações recebidas por redes partilhadas e construção de redes industriais no montante de mEuros 810.

No decurso do exercício de 2005 foram abatidos bens de natureza incorpórea e corpórea, os quais se encontravam na sua maioria totalmente amortizados, como consequência da actualização do cadastro de imobilizado levada a cabo neste exercício pela Petrogal.

Durante o exercício de 2005 e de acordo com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 35/2005, as provisões para imparidade do valor do activo, passaram a ser apresentadas e reconhecidas em conformidade com aquele decreto como ajustamentos ao valor dos imobilizados com excepção da Galp Energia España que se encontram registadas no passivo (Nota 46). Desta forma os saldos iniciais de amortizações e ajustamentos acumulados incluem o montante de mEuros 39.977 relativos a ajustamentos ao valor dos activos imobilizados (Nota 43).



Em 31 de Dezembro de 2005, o saldo de amortizações e ajustamentos acumulados incluem o montante de mEuros 53.332 relativo a ajustamentos ao valor dos activos imobilizados, os quais dizem respeito a:

- i) mEuros 33.321 para fazer face ao abate de bens patrimoniais relacionados com o Bloco 33 em Angola;
- ii) mEuros 9.634 para fazer face à imparidade de postos de abastecimento;
- iii) mEuros 4.553 para fazer face à imparidade do parque de Aveiro;
- iv) mEuros 3.585 correspondente à menos valia prevista na alienação do parque de Sacavém;
- v) mEuros 1.614 para fazer face à descontaminação do software do Paycard;
- vi) mEuros 625 para fazer face a remodelação de postos.

A diferença entre o total do aumento das amortizações acumuladas, ajustamentos e o custo com amortizações registado na demonstração dos resultados consolidados no montante de mEuros 37.961, correspondente às amortizações das diferenças de consolidação registadas em custos financeiros, no montante de mEuros 5.512 (Nota 44), dos saldos iniciais das empresas que incorporaram no corrente exercício o perímetro de consolidação pelo método integral (Nota 1) no montante de mEuros 13.969 e ao reforço do exercício dos ajustamentos ao valor dos activos imobilizados no montante de mEuros 18.480.

Os aumentos e diminuições de ajustamentos ao valor dos activos imobilizados encontram-se incluídos no montante de amortizações acumuladas e ajustamentos nas rubricas de “reforços” e “transferências e regularizações”, respectivamente e dizem respeito a:

	Reforços	Transferências e Regularizações	
		Reduções	Utilização Directa
Bloco 33 em Angola	1.468	-	-
Imparidade postos de abastecimento	9.634	-	-
Parque de Aveiro	4.553	-	-
Parque de Sacavém	587	-	-
Software Paycard	1.614	-	-
Remodelação de postos de abastecimento	624	-	-
Desactivação de PA's - DL 246/92	-	(667)	-
Activos não desincorporados	-	(1.462)	-
Abate bens construção de postos (Lojas M24)	-	(161)	(1.304)
Abate de bens em postos de abastecimento	-	(998)	(534)
	18.480	(3.288)	(1.838)

Adicionalmente, encontra-se incluído na coluna de “transferências e regularizações” o montante de mEuros 250 relativo a reversões de amortizações, o qual foi registado na rubrica de reversões de amortizações e ajustamentos da demonstração de resultados consolidada.

Em 31 de Dezembro de 2005, os activos imobilizados afectos à actividade de exploração de petróleo bruto e respectivas amortizações acumuladas são como segue:

Imobilizações Corpóreas:	Valores Brutos	Amortizações Acumuladas	Ajustamentos	Valores Líquidos
Custos de exploração e desenvolvimento relativos a áreas já em produção	147.256	(75.600)	-	71.656
Bônus de assinatura de áreas já em produção	993	(229)	-	764
Imobilizado em curso	211.662	-	(33.321)	178.341
	359.911	(75.829)	(33.321)	250.761

Os custos de exploração e de desenvolvimento e os bónus de assinatura relativos a áreas já em produção, encontram-se classificados na rubrica de equipamento básico.

Em 31 de Dezembro de 2005, a Petrogal apresenta um ajustamento ao valor bruto do imobilizado em curso por imparidade no montante de mEuros 33.321, correspondente aos custos totais incorridos (incluindo bónus de assinatura) no Bloco 33 em Angola, devido às escassas perspectivas de uma futura descoberta comercial, conhecidas com base em estudos realizados em 2005 (Nota 43).

Em 31 de Dezembro de 2005, o Grupo Galp possuía imobilizações corpóreas e incorpóreas implantadas em propriedade alheia, em poder de terceiros e reversíveis, sendo as mais significativas detalhadas como segue:

	Imobilizado Corpóreo (Valores Brutos)	Imobilizado Incorpóreo (Valores Brutos)
Implantada em propriedade alheia		
Em poder de terceiros	2.161.642	77.330
Imobilizações no estrangeiro	612.275	107.368
Instalações e Redes de Gás Natural/Propano	147.105	14
Reversíveis a favor de terceiros (equipamentos localizados em postos de abastecimento)	377.729	-
Rede de distribuição de gás natural	181.439	46.061
Rede primária	-	-
Contadores de Gás Natural/Propano	33.880	-
Serviços	42.735	-
	5.182	-
	3.561.987	230.773

A repartição das imobilizações em curso, corpóreas e incorpóreas (incluindo adiantamentos), em 31 de Dezembro de 2005, por projecto é como se segue:

Bloco A-IMI & Bloco 14 - Congo e Angola	142.208
Armazenagem subterrânea de gás natural (Nota 21)	83.651
Pesquisa de petróleo nos blocos 32 e 33 em Angola (inclui bónus de assinatura)	69.454
Construção de ramais industriais, UAG's	24.548
Renovação e expansão da rede de postos de abastecimento	18.612
Investimentos industriais afectos às Refinarias	15.463
Construção de infra-estruturas de redes e reconversões de gás natural	14.661
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Sintra	5.985
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Cascais	5.944
Leixões - Tubagens na Refinaria do Porto	4.566
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Oeiras	3.795
Monobóia - Instalação e peças de Reserva	3.389
Estudos e licenciamentos - Refinaria do Porto	2.615
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Lisboa	1.981
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho da Amadora	1.948
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Loures	1.548
Comparticipação em redes partilhadas e Reconversão para Gás Natural	1.470
Utilidades - rede eléctrica 10 kv - Refinaria de Sines	1.402
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Odivelas	1.323
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Vila Franca de Xira	1.241
Central Eólica em Sines	1.233
Outros Projectos	39.565
	446.602



ii) Investimentos financeiros

Títulos e outras aplicações financeiras

Os títulos e outras aplicações financeiras, em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, tinham a seguinte composição:

Títulos e Outras Aplicações Financeiras:	2005		2004	
	% de Participação	Valor	% de Participação	Valor
Títulos negociáveis e investimentos em imóveis (a)	-	18.179	-	18.297
ONI S.G.P.S., S.A. (c)	4,10%	19.865	4,10%	19.865
CLH - Companhia Logística de Hidrocarbonos, S.A. (b)	5,00%	14.838	5,00%	13.252
PME Capital - Sociedade Portuguesa de Capital de Risco, S.A.	1,82%	499	1,82%	499
PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S.A.	1,82%	499	1,82%	499
Agene - Agência para a Energia, S.A.	10,98%	114	10,98%	114
Omegás	5,00%	35	5,00%	35
Ambelis - Agência para a Modernização Económica de Lisboa, S.A.	2,00%	20	2,00%	20
Clube Financeiro Vigo	-	19	-	19
Cooperativa de Consumo do Pessoal da Petrogal, CRL	0,07%	7	0,07%	6
OEINERGE - Agência Municipal Energia e Ambiente de Oeiras	1,45%	1	1,45%	1
Outros		25		27
		54.101		52.634
Amortizações acumuladas		(10.335)		(10.223)
Ajustamentos para outras aplicações financeiras (Nota 32)		(20.099)		(20.069)
		23.667		22.342

(a) Imóveis adquiridos essencialmente em anos anteriores e não afectos à actividade principal do Grupo. As correspondentes amortizações acumuladas ascendiam, em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a mEuros 10.335 e mEuros 10.223, respectivamente. Adicionalmente este montante encontra-se líquido de ajustamentos ao valor do activo no montante de mEuros 30.

(b) Investimento financeiro registado pelo método de equivalência patrimonial.

(c) Em 31 de Dezembro de 2005, o Grupo tem registado um ajustamento para títulos e outras aplicações financeiras no montante de mEuros 19.865 (Nota 32) relativamente a esta participação financeira.

O movimento da rubrica de títulos e outras aplicações financeiras, no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, foi como segue:

Saldo Inicial	52.634
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial aos resultados do exercício (Nota 44):	
Positivos	7.022
Dividendos distribuídos:	
CLH - Companhia Logística de Hidrocarbonos, S.A.	(5.436)
Outros	(119)
	54.101

Em 31 de Dezembro de 2005 o Grupo tinha as seguintes contas a receber relativas a empresas participadas e participantes:

Empréstimos concedidos:	
Cooperativa de Habitação Petrogal	53
Agene - Agência para a Energia, S.A.	90
	143

Em 31 de Dezembro de 2005 o Grupo tinha as seguintes contas a pagar relativas a empresas participadas e participantes:

	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo
Enagás, S.A.	1.435	6.760
E.E.M. - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. (a)	-	792
ENI Portugal Investment, S.p.a.	-	3.457
Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.	-	1.721
Finerge - Gestão de Projectos Energéticos, S.A. (b)	-	420
AIE - Atlantic Island Electricity (Madeira) Produção, Transporte e Distribuição de Energia, S.A. (a)	-	396
Procomlog - Combustíveis e Logística, Lda (a)	-	792
Outros	67	-
	1.502	14.338

(a) Accionista da CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.
 (b) Accionista da Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A.

Durante o exercício de 2005, foram pagos dividendos a accionistas exteriores ao grupo nos montantes de mEuros 1.693, mEuros 318, e mEuros 213.927 por subsidiárias da GDP, S.G.P.S., S.A., da Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. e pela Galp Energia respectivamente. Do montante de mEuros 213.927 pagos pela Galp Energia, mEuros 48.077 respeitam a dividendos atribuídos em 2004 relativos ao exercício de 2003 e mEuros 165.850 a dividendos relativos ao exercício de 2004 (Nota 55).

Do montante total de dividendos recebidos em 2005 de mEuros, 39.339, mEuros 33.903 (Nota 3) e mEuros 5.436, são referentes a Empresas Associadas e a títulos e outras aplicações financeiras, respectivamente.

O montante a pagar à Enagás, S.A. no total de mEuros 8.195 diz respeito a suprimentos obtidos pelas subsidiárias Gasoduto Braga - Tuy, S.A. e Gasoduto de Campo Maior - Leiria - Braga, S.A. nos montantes de mEuros 2.160 e mEuros 6.035, respectivamente, os quais vencem juros a taxas de mercado, encontrando-se classificado a curto prazo o montante de mEuros 1.435, correspondente, aos reembolsos a efectuar no exercício 2006.

O montante de mEuros 3.457 registado a médio e longo prazo a pagar à ENI Portugal Investment, S.p.A. diz respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária Lusitanigás - Companhia de Gás do Centro, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não possuem prazo de reembolso definido.

O montante a pagar, no médio e longo prazo, à Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A. no total de mEuros 1.721, diz respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A., os quais vencem juros a taxas de mercado.

:: 28. Custos Financeiros Capitalizados ::

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 o Grupo procedeu à capitalização na rubrica de imobilizações em curso de encargos financeiros, no montante de mEuros 1.897 (Nota 44), incorridos com empréstimos para financiamento de imobilizado durante o seu período de construção.



32. Ajustamentos aos Valores de Activos Circulantes

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro 2005 ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de ajustamentos ao activo circulante:

	Saldo Inicial	Aumentos	Redução	Transferências e Regularizações	Saldo Final
Investimentos financeiros:					
Empréstimos a empresas do grupo (Nota 2)	1.830	41	-	-	1.871
Outras aplicações financeiras (Nota 27)	20.069	-	-	-	20.069
	21.899	41	-	-	21.940
Existências:					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6.733	2.123	(3.287)	-	5.569
Produtos acabados e intermédios	1.311	-	(1.308)	-	3
Mercadorias	416	73	(305)	-	184
	8.460	2.196	(4.900)	-	5.756
Dívidas de terceiros:					
Clientes de cobrança duvidosa	59.365	15.668	(16.688)	(159)	58.186
Outros devedores (Nota 52)	3.514	847	(658)	-	3.703
	62.879	16.515	(17.346)	(159)	61.889
	93.238	18.752	(22.246)	(159)	89.585

Constituição/aumento de provisões:

A coluna de aumentos no montante de mEuros 18.752 inclui o montante de mEuros 2.077 de saldos iniciais das empresas que foram incorporadas no perímetro de consolidação (Nota 1), cujo detalhe é como segue:

- mEuros 2.009 relativo à Gasinsular - Combustíveis do Atlântico, S.A.;
- mEuros 68 relativo à Fast Access - Operações e Serviços de Informação e Comércio Electrónico, S.A..

Desta forma, as constituições/aumentos verificadas no montante de mEuros 16.675 foram registados como segue:

- mEuros 16.634, relacionados com ajustamentos para cobranças duvidosas depreciação de existências, foi registado na rubrica de ajustamentos da demonstração dos resultados consolidados;
- mEuros 41 (Nota 2) referentes a actualização cambial em 31 de Dezembro de 2005, do empréstimo concedido à subsidiária Petrogal Guiné-Bissau, Lda., foi registado na rubrica de custos e perdas financeiras.

Redução de ajustamentos:

A redução de ajustamentos no montante de mEuros 22.246, compõe-se como segue:

Rubrica	Utilização pelo Método directo	Redução
Ajustamentos para dívidas de terceiros	(10.613)	(6.733)
Ajustamentos para depreciação de existências	(3)	(4.897)
	(10.616)	(11.630)

O montante de mEuros 11.630, referente à redução de ajustamentos, teve como contrapartida: (i) a rubrica de reversões de amortizações e ajustamentos no montante de mEuros 11.491 e (ii) a rubrica de provisões no montante de mEuros 139.

O montante de utilizações directas efectuadas dos ajustamentos para dívidas de terceiros, inclui (i) mEuros 1.625 referente à anulação de dívidas com acção judicial e (ii) mEuros 6.860 pelo abate da dívidas da empresa Corama - Combustíveis da Madeira, Lda.

Ajustamentos para outras aplicações financeiras:

O montante mEuros 20.069 registado na rubrica de ajustamentos para outras aplicações financeiras inclui o montante mEuros 19.865 do ajustamento relativo à participação que o Grupo detém na ONI, S.G.P.S., S.A. (Nota 27).

33. Dívidas a Terceiros a mais de Cinco Anos

Em 31 de Dezembro de 2005, as dívidas a terceiros a mais de cinco anos ascendiam a mEuros 29.928 e mEuros 458.381, registadas nas rubricas de empréstimos por obrigações e empréstimos bancários de longo prazo, respectivamente (Nota 34).

34. Empréstimos

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o detalhe dos empréstimos obtidos era como segue:

	2005		2004	
	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo
Empréstimos bancários:				
Empréstimos internos	99.045	119.178	192.489	65.854
Empréstimos externos	84.776	644.988	254.155	718.450
Descobertos bancários (Nota 60)	72.015	-	176.058	-
Linhos de crédito renováveis	250	16.000	8.600	-
	256.086	780.166	631.302	784.304
Outros empréstimos obtidos:				
IAPMEI	1.304	2.816	1.304	4.078
	1.304	2.816	1.304	4.078
Empréstimos por obrigações:				
Emissão de 1997 - GDP, S.G.P.S., S.A.	-	49.880	-	49.880
Emissão de 1998 - Lisboagás, S.A.	-	49.880	-	49.880
Emissão de 2003 - Galp Investment Fund	-	210.000	-	210.000
	-	309.760	-	309.760
	257.390	1.092.742	632.606	1.098.142

Em 31 de Dezembro de 2005, os empréstimos bancários e obrigações classificados no médio e longo prazo, têm o seguinte plano de reembolso previsto:

2007	162.120
2008	285.324
2009	78.242
2010	79.599
2011 e seguintes (Nota 33)	487.457
	1.092.742



Empréstimos bancários

Os encargos financeiros, relativos a juros de empréstimos vencidos e não pagos até 31 de Dezembro de 2005, encontram-se registados no balanço na rubrica de acréscimos de custos (Nota 53).

Os empréstimos externos no montante de mEuros 729.764 são essencialmente referentes ao empréstimo do Banco Europeu de Investimento (BEI), cuja totalidade está coberta por garantias prestadas por um sindicato bancário, existindo direito de regresso em caso de incumprimento.

Como garantia de um empréstimo contraído pela Carrizo Cogeração - Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A., no montante de mEuros 15.403 em 31 de Dezembro de 2005, foi constituída uma hipoteca a favor do BES Investimento e do BES, incidente sobre o direito de superfície de uma parcela de terreno no concelho de Pombal, adquirido pela empresa pelo período de 15 anos, até ao montante máximo de mEuros 28.237.

Os empréstimos bancários externos expressos em moeda estrangeira em 31 de Dezembro de 2005, correspondem a 79.085 mEuros e eram representados pelas seguintes divisas (em milhares):

	2005		2004	
	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo
Dólares Americanos	50.105	41.105	104.847	82.210
Meticais de Moçambique	-	49.485.263	-	40.550.212

Empréstimos por obrigações

i) Emissão de 1997 - GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.

Em 25 de Junho de 1997 a GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A. procedeu à emissão de Obrigações no montante de mEuros 49.880, ao par, destinadas a subscrição privada, as quais foram integralmente subscritas e realizadas.

O reembolso do empréstimo será efectuado ao valor nominal e de uma só vez, no final do prazo de emissão que é de dez anos.

Poderá, no entanto, ser efectuado o reembolso antecipado do empréstimo por iniciativa do emitente (Call Option), total ou parcialmente. No caso do reembolso parcial este será feito por redução ao valor nominal, em qualquer data de pagamento de juros a partir do 6º cupão. Neste caso, haverá lugar a um prémio de reembolso sobre o valor nominal reembolso antecipadamente.

Deixando o Estado Português de deter, directa ou indirectamente, a maioria do capital social da GDP e/ou no caso da GDP deixar de deter, directa ou indirectamente, alguma participação de domínio que, à data de emissão do empréstimo, detenha no capital social das empresas do seu Grupo que tenham por objecto social a distribuição de gás canalizado, os obrigacionistas poderão exigir o reembolso antecipado das obrigações.

Este empréstimo vence juros semestral e postecipadamente, a uma taxa indexada à taxa "Euribor a 6 meses", adicionada de 0,075%, arredondada para o 1/16 de ponto percentual igual ou imediatamente superior.

Esta Emissão foi liderada pelo Banco Millennium BCP Investimentos (ex-CISF) e Banco Português de Investimento, tendo a sua colocação sido garantida por um Sindicato Bancário constituído pelas seguintes Instituições Bancárias:

Instituições Financeiras	Montante	%
Millennium BCP Investimentos (ex-CISF)	13.592	27,25
Banco Português de Investimento	13.592	27,25
Banco Chemical Finance	4.988	10,00
Caixa Geral de Depósitos	4.988	10,00
Banco Finantia	3.492	7,00
Deutsche Bank de Investimento	3.492	7,00
Millennium BCP (ex-Mello)	1.995	4,00
Caixa Geral de Depósitos (ex-BNU)	1.247	2,50
Banco Santander de Negócios	1.247	2,50
Banco Bilbao Vizcaya	1.247	2,50
	49.880	100,00

ii) Emissão de 1998 - Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.

Em 12 de Agosto de 1998 a Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. procedeu à emissão de Obrigações no montante de mEuros 49.880, ao par, destinadas a subscrição privada, as quais foram integralmente subscritas e realizadas.

O reembolso do empréstimo será efectuado ao par, em cinco prestações anuais de igual montante, à data de vencimentos do 22º, 24º, 26º, 28º e 30º cupões.

Poderá, no entanto, ser efectuado o reembolso antecipado, ao par, de parte ou da totalidade do capital em dívida, por opção do emitente (Call Option), a partir da data de vencimento do 10º cupão, inclusive, e nas respectivas datas de pagamento de juros.

Os obrigacionistas poderão também exigir o reembolso antecipado do empréstimo ou do valor remanescente do capital em dívida, ao par, nas datas de vencimentos do 20º, 22º, 24º, 26º e 28º cupões.

Deixando o Estado Português de deter, directa ou indirectamente, a maioria do capital social da GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A. ou deixando a GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A. de deter uma posição majoritária directa no capital da Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., os obrigacionistas poderão exigir o reembolso antecipado do presente empréstimo.

O pagamento de juros será feito semestral e postecipadamente, com base numa taxa correspondente à taxa "Euribor a 6 meses", em vigor no penúltimo dia útil anterior ao início de cada período de contagem, acrescida de 0,08%.

A tomada firme da emissão foi assegurada por um Sindicato Bancário composto pelas seguintes Instituições Financeiras:

Instituições Financeiras	Montante	%
Banco Espírito Santo Investimento	13.517	27,10
Banco Português de Investimento	13.567	27,20
Millennium BCP (ex-CISF)	13.567	27,20
Caixa Geral de Depósitos (ex-BNU)	7.482	15,00
BMI	1.247	2,50
Banco Bilbao Vizcaya	500	1,00
	49.880	100,00

iii) Emissão 2003 - Galp Investment Fund

No decurso de 2003 a Petrogal celebrou uma operação de titularização de contas a receber com o Galp Investment Fund, PLC no montante de mEuros 210.000, a qual tem um prazo de maturidade esperada de 5 anos e um prazo de maturidade legal de 7 anos. Para fazer face a este montante o Fundo emitiu mEuros 199.500 de obrigações "Notes A" e mEuros 10.500 de obrigações "Notes B", as quais são remuneradas à Euribor acrescida de 0,5% e 0,95%, respectivamente. Com esta operação, e relativamente ao presente exercício, a Petrogal incorreu em custos financeiros no montante de mEuros 6.097 (Nota 44).

:: 36. Vendas e Prestações de Serviços por Actividade e Mercados Geográficos ::

As vendas e prestações de serviços realizadas nos exercícios de 2005 e 2004 distribuíram-se da seguinte forma:

Instituições Financeiras	2005	2004
Vendas:		
Mercado interno	7.485.440	6.315.320
Mercado externo	3.491.435	2.811.927
	10.976.875	9.127.247
Prestações de Serviços:		
Mercado interno	113.772	117.139
Mercado externo	35.916	14.133
	149.688	131.272

As vendas de combustíveis incluem o valor de Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP).

Os resultados por segmentos realizados no exercício de 2005 encontram-se apresentadas em anexo.

:: 38. Imposto Sobre o Rendimento ::

As informações relativas ao imposto sobre o rendimento do exercício, encontram-se na Nota 51.

:: 39. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais ::

As remunerações atribuídas nos exercícios de 2005 e 2004 aos órgãos sociais das empresas do Grupo ascenderam a mEuros 3.756 e mEuros 3.698, respectivamente.

:: 41. Reavaliações de Imobilizações Corpóreas ::

As empresas incluídas na consolidação procederam em anos anteriores, à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável nomeadamente:

- Decreto-Lei 126/77, de 2 de Abril;
- Decreto-Lei 430/78, de 27 de Setembro;
- Decreto-Lei 219/82, de 2 de Junho;
- Decreto-Lei 399-G/84, de 28 de Dezembro;
- Decreto-Lei 118-B/86, de 27 de Maio;
- Decreto-Lei 111/88, de 2 de Abril;

- Decreto-Lei 49/91, de 25 de Janeiro;
- Decreto-Lei 264/92, de 24 de Novembro;
- Decreto-Lei 264/92, de 14 de Fevereiro, no âmbito do Decreto-Lei 132/95, de 6 de Junho;
- Decreto-Lei 31/98, de 11 de Fevereiro.

Em 1995, o Grupo GDP procedeu à realização de duas avaliações independentes do imobilizado da Empresa, tendo em vista a sua reavaliação nos termos do Decreto-Lei nº 22/92, de 14 de Fevereiro e teve efeitos fiscais aplicáveis ao Decreto-Lei subjacente.

43. Contas não Comparáveis com o Exercício Anterior

As quantias relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 (exercício imediatamente anterior), incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro.

Como consequência, algumas rubricas dos balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 e da demonstração dos resultados consolidados por naturezas para os exercícios findos nessas datas não são directamente comparáveis entre si. As principais diferenças resultantes da reexpressão acima referida foram como segue:

Balanço consolidado

Reclassificação da rubrica do passivo provisões - outras provisões do montante de mEuros 39.977 para as seguintes rubricas do activo.

Rubrica	Natureza	Montante (mEuros)
Imobilizado incorpóreo:		
Propriedade industrial e Outros direitos	Desactivação de postos de abastecimento - DL 246/92	607
		Sub-total
		607
Imobilizado corpóreo:		
Terrenos e recursos naturais	Parque de Sacavém	1.425
	Outros	1.462
		Sub-total
		2.887
Edifícios e outras construções	Parque de Sacavém	555
	Abate de bens em postos de abastecimento e abate de construção de postos	1.474
	Desactivação de postos de abastecimento - DL 246/92	32
		Sub-total
		2.061
Equipamento básico	Parque de Sacavém	964
	Abate de bens em postos de abastecimento	949
	Desactivação de postos de abastecimento - DL 246/92	28
		Sub-total
		1.941
Ferramentas e utensílios	Abate de bens em postos de abastecimento	2
		Sub-total
		2
Equipamento administrativo	Parque de Sacavém	54
	Abate de bens em postos de abastecimento	572
		Sub-total
		626
Imobilizado em curso	Bloco 33 em Angola	31.853
		Sub-total
		39.370
		Total
		39.977



Demonstração de resultados consolidados por naturezas

Reclassificação da rubrica de custos de provisões do exercício para ajustamentos do exercício montante de mEuros 55.985, do qual o montante de mEuros 38.515 relativo ao reforço do ano das situações acima referidas e mEuros 17.470 relativo a ajustamentos de contas a receber e depreciação de existências.

Reclassificação da rubrica proveitos extraordinários para a rubrica de reversões de amortizações e ajustamentos no montante de mEuros 8.302 relativo a ajustamentos de contas a receber, depreciação de existências, e empréstimos de financiamento.

44. Demonstração Consolidada dos Resultados Financeiros

Os resultados financeiros consolidados, em 2005 e 2004, têm a seguinte composição:

	2005	2004
Custos e perdas:		
Juros suportados - empresas do grupo e associadas	325	672
Juros suportados - outros juros	46.060	50.963
Perdas em empresas do grupo e associadas	2.205	8.279
Amortizações de diferenças de aquisição em partes de capital (Nota 27)	5.512	4.569
Remuneração de títulos de participação	-	-
Amortizações de investimentos em imóveis (Nota 27)	112	153
Diferenças de câmbio desfavoráveis	79.312	66.015
Descontos de pronto pagamento concedidos	1.508	986
Comissões relativas a garantias bancárias	-	-
Outros custos e perdas financeiras	16.578	16.325
	<hr/> 151.612	<hr/> 147.962
Resultados financeiros	<hr/> (30.922)	<hr/> (29.781)
	<hr/> 120.690	<hr/> 118.181
Proveitos e ganhos:		
Juros obtidos - empresas do grupo e associadas	2.539	3.791
Juros obtidos - outros	4.542	2.962
Ganhos em empresas do grupo e associadas	50.710	33.738
Rendimentos de imóveis	-	121
Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras	178	156
Diferenças de câmbio favoráveis	59.510	74.035
Descontos de pronto pagamento obtidos	87	510
Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	-	-
Outros juros e proveitos similares	-	-
Outros proveitos e ganhos financeiros	3.124	2.868
	<hr/> 120.690	<hr/> 118.181

O montante de mEuros 46.060 de juros suportados - outros juros encontra-se deduzido do montante de mEuros 1.897 referente aos juros capitalizados durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 (Nota 28) e inclui, custos com a operação de titularização de contas a receber no montante de mEuros 6.097 (Nota 34) e juros de mora de 2005 relativos à provisão para processos judiciais relacionados com as taxas de ocupação de subsolos no montante mEuros 301 (Nota 46).

A rubrica de outros custos e perdas financeiros no montante de mEuros 16.578 inclui essencialmente o montante de: (i) mEuros 4.657 e mEuros 949 referente a comissões de garantias bancárias da subsidiária Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. e Transgás Atlântico - Sociedade Portuguesa de Gás Natural Liquefeito, S.A., respectivamente e (ii) mEuros 5.537 relativos aos encargos com serviços bancários.

O montante de mEuros 3.124 registado na rubrica de outros proveitos e ganhos financeiros inclui o montante de mEuros 1.389 referente a redébitos efectuados pela subsidiária Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. à associada EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd. derivado de custos com comissões de garantia suportados por conta desta.

As perdas e ganhos em empresas do grupo e associadas, em 2005 e 2004, têm a seguinte composição:

	2005	2004
Perdas:		
Central E, S.A. (b) (c)	599	576
Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. (a)	588	-
Ao Sol - Energias Renováveis, Lda (d)	370	-
Petrogal Moçambique, Lda.	353	-
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A. (a) (c)	103	309
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A. (b) (c)	79	107
Gasfomento Sur Andalucía, S.A. (b)	41	-
Fast Access - Operações e Serviços de Informação Comércio Electrónico, S.A. (b)	34	348
Gasfomento Energia, S.A. (b) (c)	19	3
Númera Um - Reparação de Automóveis, Lda. (a)	11	10
Petrogal Guiné-Bissau, Lda. (a)	7	960
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda. (b)	1	-
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	-	3.657
GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.	-	1.046
Petrogal Angola, Lda.	-	743
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	-	221
EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd.	-	170
CLC - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	-	129
	2.205	8.279
Ganhos:		
EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd. (b)	31.543	16.921
CLH - Compañía Logística de Hidrocarburos, S.A. (b)	7.022	5.148
Gasoduto Extremadura, S.A. (b)	3.315	2.461
Gasoduto Al-Andaluz, S.A. (b)	2.664	3.008
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. (b)	1.855	1.444
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, SARL (a) (b)	1.766	-
Galp Exploração Serviços do Brasil, Lda. (b)	470	-
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A. (c)	458	-
Petrogal Angola, Lda. (a) (b)	412	-
Petrogal Guiné-Bissau, Lda. (b)	380	51
Metragaz, S.A. (b)	371	234
Brisa Access, S.A. (a) (b)	220	46
Medigás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Algarve, S.A. (a)	77	-
Númera Um - Reparação de Automóveis, Lda. (b)	59	14
Enerfin - Sociedade de Eficiência Energética, S.A. (b)	36	146
Gasfomento Sur Andalucía, S.A. (a)	30	2
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A. (a) (c)	15	-
Galp Serviexpress - Serviços de Distribuição e Comercialização de Produtos Petrolíferos, S.A. (b)	10	-
TIGS - Engenharia e Manutenção, S.A. (b)	3	5
Tagusgás - Empresa Gás do Vale do Tejo, S.A. (b)	3	-
Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A. (a)	1	1
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. (d)	-	3.780
Galp Power, S.G.P.S., S.A.	-	363
Fast Access - Operações e Serviços de Informação Comércio Electrónico, S.A.	-	114
	50.710	33.738

(a) Os ganhos e perdas relativas a estas empresas, resultam do registo pela empresa durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 das diferenças entre os resultados apropriados estimados e finais relativos ao exercício de 2004.

(b) Os ganhos e perdas relativos a estas empresas, correspondem à apropriação dos resultados do exercício pelo método da equivalência patrimonial e ainda os efeitos resultantes da apropriação pelo Grupo de outras variações ocorridas nos capitais próprios destas subsidiárias e associadas.

(c) Estas subsidiárias apresentam capitais próprios negativos tendo o montante de m€uros 791 sido reconhecido por contrapartida da rubrica provisões - outras provisões (Notas 46).

	2005	2004
Central E, S.A.	599	576
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	103	309
Fast Access - Operações e Serviços de Informação Comércio Electrónico, S.A.	-	348
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A.	79	107
Gasfomento Energia, S.A.	10	-
	791	1.340

(d) Participações alienadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.



O total de perdas em empresas do grupo e associadas no montante de mEuros 2.205 foi registado por contrapartida de: (i) mEuros 7 da rubrica de partes de capital em empresas do grupo (Nota 2); (ii) mEuros 74 da rubrica de partes de capital em empresas associadas (Nota 3); (iii) mEuros 791 da rubrica de provisões - outras provisões - partes de capital (Nota 46) e (iv) mEuros 1.333 por contrapartida de outras rubricas.

O total de ganhos em empresas do grupo e associadas no montante de mEuros 50.710, foi registado por contrapartida de: (i) mEuros 1.263 da rubrica de partes de capital em empresas do grupo (Nota 2); (ii) mEuros 41.864 da rubrica de partes de capital em empresas associadas (Nota 3); mEuros 473 da rubrica de provisões - outras provisões - partes de capital (Nota 46), (iv) mEuros 7.022 por contrapartida da rubrica de títulos e outras participações financeiras (Nota 27) e mEuros 88 por contrapartida de outras rubricas.

45. Demonstrações Consolidadas dos Resultados Extraordinários

Os resultados extraordinários consolidados, em 2005 e 2004, têm a seguinte composição:

	2005	2004
Custos e perdas:		
Donativos	2.360	1.836
Dívidas incobráveis	472	170
Perdas em existências	321	126
Perdas em imobilizações	10.154	7.750
Multas e penalidades	2.149	4.244
Aumentos de amortizações e provisões	9	149
Correcções relativas a exercícios anteriores	6.430	1.299
Provisão para reestruturação (Nota 46)	8.068	-
Benefícios de reforma	9.051	9.028
Outros custos e perdas extraordinários	3.223	5.786
	<hr/> 42.237	<hr/> 30.388
Resultados extraordinários	69.879	32.277
	<hr/> 112.116	<hr/> 62.665
Proveitos e ganhos:		
Restituição de impostos	7	94
Recuperação de dívidas	-	2
Ganhos em existências	319	19
Ganhos em imobilizações	50.892	3.893
Benefícios de penalidades contratuais	172	50
Reduções de provisões (Nota 46)	6.883	16.318
Correcções relativas a exercícios anteriores	908	1.384
Amortização de subsídios ao investimento (Nota 49)	30.835	32.563
Benefícios de reforma (Nota 46)	298	319
Outros proveitos e ganhos extraordinários	21.802	8.023
	<hr/> 112.116	<hr/> 62.665

A rubrica de custos e perdas - benefícios de reforma, no montante de mEuros 9.051, inclui a amortização relativa ao acréscimo de responsabilidades com a actualização de pressupostos utilizados nos estudos actuariais reportados a 1 de Janeiro de 2001, do qual o montante de mEuros 8.063 relativo a planos com pensões (Nota 21) e mEuros 988 relativo aos cuidados de saúde e seguros de vida (Nota 46).

A rubrica de outros custos e perdas extraordinárias no exercício findo em 2005, inclui, essencialmente: (i) o montante de mEuros 1.330 relativo a provisão criada na subsidiária Galpgest - Petrogal Estações de Serviço, S.A para fazer face a perdas com cartões e (ii) mEuros 246 relativos ao reconhecimento no exercício dos custos capitalizados relacionados com encargos anteriores à exploração.

A rubrica de proveitos e ganhos em imobilizações no montante de mEuros 50.892, inclui o montante de mEuros 47.961 relativo à mais valia realizada com a alienação da participação na Portgás - Soc. de produção de Gás, S.A. efectuada no decorrer do exercício de 2005, à empresa EDP - Energias de Portugal, S.A. (Nota 3).

A rubrica de proveitos e ganhos - benefícios de reforma, no montante de mEuros 298, inclui a amortização da alteração de pressupostos relativa a planos de pensões, no montante de mEuros 5 (Nota 21) e a amortização relativa à alteração de pressupostos de responsabilidades com cuidados de saúde e seguro de vida no montante de mEuros 293 (Nota 46).

A rubrica de outros proveitos e ganhos extraordinários no montante de mEuros 21.720 corresponde essencialmente a: (i) mEuros 8.959 referente a excesso de estimativa de impostos e (ii) mEuros 10.778 relativo à Indemnização por parte do seguro relativo ao acidente ocorrido em Julho de 2004 no terminal de Leixões.

:: 46. Movimento nas Provisões ::

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, o movimento nas provisões constituídas pelo Grupo foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Aumentos	Redução	Transferências e Regularizações	Saldo Final
Provisões para benefícios de reforma					
Provisões para pensões (Nota 21):					
Com reformas antecipadas	25.134	3.494	(4.325)	4	24.307
Com pré-reformas	25.667	1.795	(8.301)	3.222	22.383
Cobertas pelo Fundo de Pensões	5.325	19.623	(26.148)	6.525	5.325
Pensões Benefícios de Reforma	6.708	409	(1.019)	30	6.128
Regime especial de flexibilização da idade de reforma	8.835	1.241	(3)	-	10.073
Com prémios de reforma	5.883	720	(294)	-	6.309
Com seguro social voluntário	412	78	(441)	-	49
	77.964	27.360	(40.531)	9.781	74.574
Outros benefícios de reforma:					
Cuidados de saúde	105.297	25.395	(9.418)	121	121.395
Seguro de vida	1.155	446	(100)	(15)	1.486
Benefício mínimo plano contribuição definida	-	1.566	-	-	1.566
	106.452	27.407	(9.518)	106	124.447
Outras provisões:					
Provisões para impostos	2.954	426	(432)	-	2.948
Processos judiciais em curso	21.556	923	(1.143)	-	21.336
Partes de capital	4.192	2.606	(1.449)	-	5.349
Reestruturação	12.662	8.068	(4.155)	(3.222)	13.353
Outras provisões	27.730	8.145	(4.389)	(252)	31.234
Imparidade de activos (Espanha)	13.039	11.534	(5.107)	315	19.781
	82.133	31.702	(16.675)	(3.159)	94.001
	266.549	86.469	(66.724)	6.728	293.022

Constituição/aumento de provisões:

A coluna de aumentos no montante de mEuros 86.469 inclui o montante de mEuros 294 de saldos iniciais da empresa Petróleos de Valência, S.A. Sociedad Unipersonal que no decurso de 2005 foi incorporada no perímetro de consolidação (Nota 1).

Desta forma, as constituições/aumentos verificadas no montante de mEuros 86.175 foram registados como segue:

- i) mEuros 19.839, relacionados com outras provisões, foi registado na rubrica de provisões da demonstração dos resultados consolidados;
- ii) mEuros 45.718, foi registado na rubrica de custos com pessoal da demonstração dos resultados consolidados;
- iii) mEuros 17.119, foi registado na rubrica de custos e perdas extraordinários: do qual o montante de mEuros 8.068 por reforço de provisão para custos de reestruturação do Grupo (Nota 45), mEuros 9.051 foi registado na rubrica de outros custos e perdas extraordinários - benefícios de reforma (Nota 45);
- iv) mEuros 1.604, por contrapartida da rubrica de custos e perdas financeiras:
 - mEuros 791 (Nota 44) relativos à apropriação dos resultados negativos de empresas associadas e ao registo durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 das diferenças entre os resultados apropriados estimados e finais relativos ao exercício de 2004;



- mEuros 512 referentes a actualização cambial em 31 de Dezembro de 2005, da provisão destinada a cobrir os custos de abandono das instalações de exploração situados no Bloco 1 e 14;
 - mEuros 301 (Nota 44) registados na rubrica de custos financeiros da demonstração dos resultados consolidados, estão relacionados com os juros de mora de 2005, relativos à provisão para processos judiciais com taxas de ocupação de subsolo.
- v) mEuros 1.815 relacionados com provisões para partes de capital, foram registados na rubrica de ajustamentos de partes de capital em afiliais e associadas e são essencialmente relativos a variações cambiais da subsidiária Petrogal Angola, Lda. (Nota 2);
- vi) mEuros 80 por contrapartida de outras rubricas.

Aumentos de outras provisões:

O total de aumentos de outras provisões, no montante de mEuros 8.145 refere-se essencialmente a:

- i) mEuros 2.500 pela constituição de provisão para a descontaminação de solos da Refinaria de Sines;
- ii) mEuros 1.000 constituição de provisão para indemnização a uma empresa do sector;
- iii) mEuros 1.141 reforço da provisão para custos de abandono das instalações de exploração no Bloco 1, dos quais mEuros 1.081 é referente ao reforço da provisão e mEuros 60 é referente a actualização cambial das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2005. Esta provisão destina-se a cobrir a totalidade dos custos a suportar pela Empresa no final da vida útil de produção daquela área petrolífera;
- iv) mEuros 1.178 referentes ao reforço da provisão para custos de abandono do Bloco 14 que é estimada através da aplicação à estimativa dos custos totais de abandono, do coeficiente calculado pela proporção do volume de produção verificada em cada período de amortização, sobre o volume de reservas provadas desenvolvidas no final desse período adicionadas da produção do período. Do montante mEuros 1.178, mEuros 726 corresponde ao reforço da provisão e mEuros 452 é referente a actualização cambial das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2005;
- v) mEuros 450 corresponde aos custos originados pelos resíduos sólidos da Refinaria de Sines;
- vi) mEuros 735 corresponde à provisão estimada para levantamento de postos;
- vii) mEuros 100 pela constituição da provisão para descontaminação de solos do aeroporto Sá Carneiro.

Aumentos de provisões - imparidades de activos:

O total de aumentos de provisões para imparidades de activos, no montante de mEuros 8.369, refere-se a perdas por imparidade de activos na rede de postos de abastecimento de Espanha;

Transferências:

O montante de mEuros 6.728 referente a transferências diz essencialmente respeito à transferência da Provisões - benefícios de reforma para a rubrica Custos diferidos - Benefícios de reforma no montante de mEuros 6.525.

O montante de mEuros 3.222 diz respeito à transferência da provisão para reestruturação para a provisão para pré-reformas, correspondente às responsabilidades com o pagamento de pré-reformas para os empregados no activo abrangidos no processo de reorganização do Grupo Galp Energia e no redimensionamento do pessoal (Nota 21).

Redução de provisões:

A redução de provisões no montante de mEuros 66.724, compõe-se como segue:

Rubrica	Utilização pelo Método Directo	Redução
Provisões para benefícios de reforma	(49.751)	(298)
Provisões para impostos	(432)	-
Processos judiciais em curso	(308)	(835)
Partes de capital	(976)	(473)
Reestruturação	(4.155)	-
Outras provisões	(3.287)	(1.102)
Imparidade de activos	(161)	(4.946)
	(59.070)	(7.654)

O montante de mEuros 7.654, referente à redução de provisões, teve como contrapartida: (i) a rubrica de proveitos extraordinários - redução de provisões no montante de mEuros 6.883 (Nota 45); (ii) a rubrica de proveitos extraordinários - benefícios de reforma no montante de mEuros 298 (Nota 45) e (iii) a rubrica de proveitos financeiros - ganhos em empresas do grupo, no montante de mEuros 473 (Nota 44).

A redução de provisões para benefícios de reforma, no montante de mEuros 298 (Nota 45), refere-se à amortização do valor da alteração de pressupostos (Nota 23 j)).

As utilizações de provisões para benefícios de reforma no montante de mEuros 49.751, respeitam, essencialmente, às dotações efectuadas para o Fundo de Pensões e a benefícios pagos, nos montantes de mEuros 26.235 e mEuros 14.267, respectivamente (Nota 21), às quais acrescem os montantes de mEuros 8.735, mEuros 508 e mEuros 6 relativos ao sub-Grupo Petrogal e sub-Grupo GDP e outras empresas, respectivamente, de benefícios pagos por responsabilidades não afectas ao Fundo de Pensões, nomeadamente os cuidados de saúde e seguro de vida.

O montante de mEuros 4.155 de utilizações directas da provisão para reestruturação, inclui os montantes de mEuros 249 e mEuros 3.906 de pagamentos de indemnizações por rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo, efectuadas no Grupo GDP e Grupo Petrogal, respectivamente.

Provisões para partes de capital

A provisão relativa a partes de capital destina-se à cobertura dos capitais próprios negativos em empresas excluídas da consolidação e associadas, como segue:

Empresas excluídas da consolidação (nota 2):	
Petrogal Angola, S.A.	1.815
Empresas Associadas (Nota 3):	
Central E, S.A.	2.575
Energin - Sociedade de produção de electricidade e calor, S.A.	673
Gasfomento Energia, S.A.	10
Ecogen - Serviços de energia descentralizada, S.A.	276
	5.349

Provisões - outras provisões:

Em 31 de Dezembro de 2005, o saldo da rubrica provisões - outras provisões por riscos e encargos diversos no montante de mEuros 31.234 refere-se essencialmente a:

- i) mEuros 7.300 para fazer face aos custos associados com descontaminação de solos de algumas instalações ocupadas pela empresa onde já se tomou a decisão de descontaminação por obrigatoriedade legal;
- ii) mEuros 5.835 referente à provisão constituída para juros reconhecidos em proveitos até ao ano de 2003 no âmbito do contrato celebrado de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas de telecomunicações, para fazer face à possibilidade de extinção do contrato actual (Nota 52);
- iii) mEuros 5.632 para fazer face a custos de abandono das instalações de exploração situadas nos Blocos 1 e 14. Esta provisão destina-se a cobrir a totalidade dos custos a suportar pela Galp Exploração no final da vida útil de produção daquelas áreas petrolíferas. A provisão para custos de abandono do Bloco 14 é estimada através da aplicação à estimativa dos custos totais de abandono, do coeficiente calculado pela proporção do volume de produção verificada em cada período de amortização, sobre o volume de reservas provadas desenvolvidas no final desse período adicionadas da produção do período;
- iv) mEuros 3.737 para fazer face a custos com descargas de efluentes da Refinaria de Sines (Nota 62);
- v) mEuros 3.677 para fazer face a correções à matéria colectável em sede de IRC (Nota 51);
- vi) Euros 1.344 referente a provisão constituída para fazer face a perdas estimadas nos meios de pagamento da rede de Espanha;
- vii) mEuros 1.000 provisão constituída para fazer face à indemnização a pagar à empresa do sector.

Provisões para outros riscos e encargos - Imparidades de activos:

Em 31 de Dezembro de 2005, o saldo da rubrica provisões para imparidades de activos no montante de mEuros 19.781 destina-se a fazer face a perdas potenciais nos postos de abastecimento em Espanha.

Provisões para processos judiciais em curso:

O montante de mEuros 21.336, relativo a provisões para processos judiciais em curso, inclui o montante de mEuros 9.566, relativo a processos por taxas de ocupação do subsolo (Nota 59).

Provisões para reestruturação:

O montante mEuros 13.353 registado na rubrica de provisão para reestruturação, enquadra-se no esforço que tem sido levado a cabo pelo Grupo no sentido de melhorar a sua performance e apresentação de custos operacionais e manter a sua competitividade. Este processo, iniciado já em anos anteriores, passa não só por uma redução dos custos operacionais a curto prazo, como uma optimização das estruturas organizativas, melhorias dos sistemas, processos e práticas e a racionalização dos activos operacionais. Em 31 de Dezembro de 2005, este plano de reestruturação encontra-se aprovado e devidamente definido pelo Conselho de Administração das respectivas Empresas do Grupo.

Provisões para benefícios de reforma:

Conforme mencionado na Nota 21, a Petrogal apresenta nas rubricas de provisões para pensões o valor actual das suas responsabilidades por serviços passados com o pagamento de pensões de reforma antecipada, pré-reforma, Segurança Social dos pré-reformados, com o pagamento do seguro social voluntário aos reformados antecipadamente e do prémio de reforma não cobertas pelo Fundo de Pensões Petrogal. Adicionalmente, as empresas do Grupo GDP, apresentam nas rubricas de provisões para pensões, as responsabilidades assumidas pela Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. em reembolsar os complementos de reforma a pagar pela EDP aos seus reformados e pensionistas afectos à Empresa, bem como os complementos de reforma e sobrevivência aos reformados existentes à data da constituição do Fundo, os quais não se encontram cobertos pelo Fundo de Pensões GDP.

A determinação do montante destas responsabilidades actuariais, foi efectuada com base em estudos actuariais preparados por entidade especializada, nos quais foram utilizados os pressupostos e método indicado na Nota 21.

Conforme referido na Nota 23.j), o Grupo tem registado em 31 de Dezembro de 2005, uma provisão destinada à cobertura das suas responsabilidades com cuidados de saúde, seguro de vida por serviços passados dos activos e responsabilidades totais da restante população e com o benefício mínimo do plano de contribuição definida. O valor actual das responsabilidades por serviços passados e pressupostos actuariais utilizados no seu cálculo, são os seguintes:

Petrogal	Cuidados de Saúde		Seguro de Vida		Benefício Mínimo Plano CD 2005
	2005	2004	2005	2004	
Taxa técnica de juro	4,25%	4,75%	4,25%	4,75%	4,25%
Taxa de crescimento dos custos	4,00%	4,00%	3,00%	4,00%	3,00%
Tábuas de mortalidade activos e pré-reformados	TV 88/90	TV 73/77	TV 88/90	TV 73/77	TV 88/90
Tábuas de mortalidade reformados	TV 73/77	TV 73/77	TV 73/77	TV 73/77	TV 73/77
Tábuas de invalidez	EVK 80-50%	EVK 80-50%	EVK 80-50%	EVK 80-50%	EVK 80-50%
Idade normal de reforma	65	65	65	65	65
Método					
Responsabilidades e respectivas coberturas:					
i) Cuidados de saúde:					
Responsabilidades totais:					
Coberturas:					
Por provisões			113.251		97.886
Alteração de pressupostos e metodologia (Nota 23.j))			-		903
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 23.i))			85.126		75.181
			198.377		173.970
ii) Seguro de vida:					
Responsabilidades totais:					
Coberturas:					
Por provisões			1.208		990
Alteração de pressupostos e metodologia (Nota 23.j))			-		(15)
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 23.i))			1.075		937
			2.283		1.912
iii) Benefício mínimo plano CD:					
Responsabilidades totais:					
Coberturas:					
Por provisões			855		-
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 23.i))			(175)		-
			680		-
Total					
			680		-



GDP	Cuidados de Saúde		Seguro de Vida		Benefício Mínimo Plano CD
	2005	2004	2005	2004	2005
Taxa técnica de juro	4,25%	4,75%	4,25%	4,75%	4,25%
Taxa de crescimento dos salários	4,00%	4,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Tábuia de mortalidade activos e pré-reformados	TV 88/90	TV 73/77	TV 88/90	TV 73/77	TV 88/90
Tábuia de mortalidade reformados	TV 73/77	TV 73/77	TV 73/77	TV 73/77	TV 73/77
Tábuia de invalidez	EVK 80-50%	EVK 80-50%	EVK 80-50%	EVK 80-50%	EVK 80-50%
Idade normal de reforma	65	65	70	70	65
Método					
	2005		2004		
	Unidade de Crédito Projectada		Unidade de Crédito Projectada		
Responsabilidades e respectivas coberturas:					
i) Cuidados de saúde:					
Responsabilidades totais:		12.073		11.587	
Coberturas:					
Por provisões		7.903		7.259	
Alteração de pressupostos e metodologia (Nota 23 j)) (Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 23 i))		-		(278)	
		4.170		4.606	
		12.073		11.587	
ii) Seguro de vida:					
Responsabilidades totais:		320		217	
Coberturas:					
Por provisões		208		127	
Alteração de pressupostos e metodologia (Nota 23 j)) (Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 23 i))		-		46	
		112		44	
		320		217	
iii) Benefício mínimo plano CD:					
Responsabilidades totais:		152		-	
Coberturas:					
Por provisões		203		-	
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 23 i))		(51)		-	
Total		152		-	

	Cuidados de Saúde		Seguro de Vida		Benefício Mínimo Plano CD
	2005	2004	2005	2004	2005
Outros					
Taxa técnica de juro	4,25%	4,75%	4,25%	4,75%	4,25%
Taxa de crescimento dos salários	4,00%	4,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Tábuas de mortalidade activos e pré-reformados	TV 88/90	TV 73/77	TV 88/90	TV 73/77	TV 88/90
Tábuas de mortalidade reformados	TV 73/77	TV 73/77	TV 73/77	TV 73/77	TV 73/77
Tábuas de invalidez	EVK 80-50%	EVK 80-50%	EVK 80-50%	EVK 80-50%	EVK 80-50%
Idade normal de reforma	65	65	70	70	65
			2005	2004	
Método			Unidade de Crédito Projectada	Unidade de Crédito Projectada	
Responsabilidades e respectivas coberturas:					
i) Cuidados de saúde:					
Responsabilidades totais:			357	368	
Coberturas:					
Por provisões			241	152	
Alteração de pressupostos e metodologia (Nota 23 j))			-	33	
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 23 i))			116	183	
			357	368	
ii) Seguro de vida:					
Responsabilidades totais:			117	68	
Coberturas:					
Por provisões			70	38	
Alteração de pressupostos e metodologia (Nota 23 j))			-	6	
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 23 i))			47	24	
			117	68	
iii) Benefício mínimo plano CD:					
Responsabilidades totais:			450	-	
Coberturas:					
Por provisões			508	-	
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 23 i))			(58)	-	
Total			450	-	

A evolução nas responsabilidades da Petrogal, das empresas do Grupo GDP e outras empresas do Grupo, com os cuidados de saúde e seguro de vida no exercício de 2005 foi como segue:

Petrogal	Cuidados de Saúde	Seguro de Vida	Benefício Mínimo Plano CD	Total
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2004	173.970	1.912	-	175.882
Custo dos serviços correntes	2.170	59	820	3.049
Custo dos juros	8.048	88	35	8.171
Benefícios pagos no exercício	(8.653)	(82)	-	(8.735)
(Ganhos)/Perdas Actuariais do exercício	22.842	306	(175)	22.973
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2005	198.377	2.283	680	201.340
CUSTOS DO ANO 2005				
Custo dos juros e custo dos serviços correntes	10.218	147	855	11.220
Amortização do excesso de "corredor"	12.898	167	-	13.065
Amortização da alteração de pressupostos	903	(15)	-	888
	24.019	299	855	25.173

Grupo GDP	Cuidados de Saúde	Seguro de Vida	Benefício Mínimo Plano CD	Total
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2004	11.587	216	-	11.803
Custo dos serviços correntes	199	22	194	415
Custo dos juros	532	10	9	551
Benefícios pagos no exercício	(506)	(2)	-	(508)
(Ganhos)/Perdas Actuariais do exercício	261	74	(51)	284
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2005	12.073	320	151	12.545

CUSTOS DO ANO 2005

Custo dos juros e custo dos serviços correntes	731	32	203	966
Amortização do excesso de "corredor"	697	6	-	703
Amortização da alteração de pressupostos	(278)	46	-	(232)
1.150	84	203	1.437	

Outros	Cuidados de Saúde	Seguro de Vida	Benefício Mínimo Plano CD	Total
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2004	368	68	-	436
Custo dos serviços correntes	37	23	490	550
Custo dos juros	17	3	18	38
Benefícios pagos no exercício	(6)	-	-	(6)
(Ganhos)/Perdas Actuariais do exercício	(59)	23	(58)	(94)
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2005	357	116	450	924

CUSTOS DO ANO 2005				
Custo dos juros e custo dos serviços correntes	54	26	508	588
Amortização do excesso de "corredor"	8	1	-	9
Amortização da alteração de pressupostos	33	6	-	39
96	34	508	636	

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros, no montante total de mEuros 12.774, foram registados pelas empresas acima mencionadas na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de custos com o pessoal.

O acréscimo de responsabilidades no montante de mEuros 4.549 e a redução de responsabilidades no montante de mEuros 1.743, resultante da actualização dos pressupostos financeiros e demográficos em 2001, foi reconhecido nas demonstrações financeiras como mencionado no ponto 23.j). No exercício de 2005, foram reconhecidos nas rubricas de custos e proveitos extraordinários, os montantes de mEuros 988 e mEuros 293, respectivamente (Nota 45) pela amortização parcial destes montantes.

Como mencionado no ponto 23 j), os ganhos e perdas actuariais, são registados nas demonstrações financeiras só na parte que ultrapassa os limites definidos no "corredor", as quais são amortizadas a partir do exercício subsequente em que são apuradas conforme abaixo descrito.

Derivado do excesso de "corredor" apurado em 31 de Dezembro de 2005, foi registado como custo na rubrica de custos com pessoal o montante de mEuros 13.777 pela sua amortização neste exercício.

De seguida apresenta-se por plano de benefícios um quadro discriminativo das responsabilidades incluídas no mecanismo do "corredor" e o intervalo da mesma.

Benefícios	(Ganhos) e Perdas não Reconhecidos	Intervalo de "Corredor" (10%)	Excesso para o Intervalo de "Corredor"	Valor a Reconhecer em 2006
Grupo Petrogal				
Cuidados de saúde	85.124	19.838	65.286	15.254
Seguro de vida	1.076	228	848	198
Benefício mínimo plano CD	(175)	68	(107)	(5)
	86.025	20.134	66.027	15.447
Grupo GDP				
Cuidados de saúde	4.170	1.207	3.063	585
Seguro de vida	112	32	81	13
Benefício mínimo plano CD	(51)	15	(36)	(2)
	4.231	1.254	3.108	596
Outros				
Cuidados de saúde	116	36	81	4
Seguro de vida	47	12	35	1
Benefício mínimo plano CD	(58)	75	(4)	-
	105	123	112	5
	90.362	21.511	69.247	16.048

Os excessos de "corredor" apurados, no montante total de mEuros 69.247 relativo às responsabilidades com os cuidados de saúde, seguro de vida e o benefício mínimo do plano de contribuição definida, serão reconhecidos como custos nos exercícios futuros em função do tempo de serviço futuro médio esperado dos empregados abrangidos nestes planos (Petrogal 4,28; Gásfomento 24,08; Lisboagás 5,12; Beiragás 26,80; Galp Energia 26,94 para o seguro de vida, 21,68 para o seguro de saúde; Galp Power 25,96; Galp Serviços 29,98; GDP Distribuição 14,53; Lusitâniagas 27,65; Petrogal Exploração 32,44; Transgás 22,48 e Transgás Atlântico 30,98). Deste modo será registado como custo, líquido de proveitos, o montante de mEuros 16.048, resultante da amortização do excesso de "corredor".

47. Locação Financeira

Conforme indicado na Nota 23.c) o Grupo regista pelo método financeiro os contratos de locação financeira. Em 31 de Dezembro de 2005, o Grupo mantinha responsabilidades, como locatária, relativas a rendas não vencidas no montante de mEuros 878, dos quais mEuros 383 têm vencimento a médio e longo prazo.

49. Subsídios ao Investimento

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o detalhe dos montantes dos subsídios ao investimento recebidos e por receber era o seguinte:

Programa	GDP	Petrogal	Outros	2005	2004
Regen					
Valor recebido	79.361	-	-	79.361	79.361
	79.361	-	-	79.361	79.361
Programa Energia					
Valor recebido	163.530	-	-	163.530	163.126
	163.530	-	-	163.530	163.126
Interreg II					
Valor recebido	143.069	-	-	143.069	129.091
Por receber	-	-	-	-	13.999
	143.069	-	-	143.069	143.090
Trans-Energy					
Valor recebido	90.490	-	-	90.490	90.439
Por receber	1.128	-	-	1.128	3.969
	91.618	-	-	91.618	94.408
Protede					
Valor recebido	19.708	-	-	19.708	19.708
	19.708	-	-	19.708	19.708
Programa Operacional Economia					
Valor recebido	231.889	-	300	232.189	202.871
Por receber	2.864	-	-	2.864	11.363
	234.753	-	300	235.053	214.234
Dessulfuração de Sines					
Valor recebido	-	13.203	-	13.203	-
Por receber	-	26.310	-	26.310	39.513
	-	39.513	-	39.513	39.513
Dessulfuração do Porto					
Valor recebido	-	11.797	-	11.797	-
Por receber	-	23.510	-	23.510	35.307
	-	35.307	-	35.307	35.307
Outros					
Valor recebido	-	9.592	-	9.592	6.652
	-	9.592	-	9.592	6.652
Total	732.039	84.412	300	816.751	795.399

Durante o exercício de 2005 foram recebidos subsídios ao investimento no montante de mEuros 71.691.

Estes subsídios encontram-se a ser reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados, de acordo com o período de vida útil das imobilizações respectivas, tendo no exercício de 2005 sido reconhecido o montante mEuros 30.835 (Nota 45) do qual o montante de mEuros 8.664 (Nota 53) relativo aos projectos de dessulfuração da Refinaria de Sines e do Porto.

Do montante de mEuros 53.812 de subsídios por receber, que se encontra registado na rubrica de outros devedores, o montante de mEuros 49.820 respeita a subsídios a receber do Estado Português pela dessulfuração das Refinarias de Sines e do Porto (Nota 52) e mEuros 3.992 relativos a programas de incentivos a expansão da rede de gás Natural (Nota 52).

:: 50. Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo, Produtos Acabados e Intermédios e Mercadorias ::

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, estas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	2005	2004
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:		
Petróleo bruto	68.791	91.835
Outras matérias-primas	33.244	25.231
Matérias-primas em trânsito	84.329	86.420
	<hr/>	<hr/>
Ajustamentos ao valor das existências (Nota 32)	186.364 (5.569)	203.486 (6.733)
	<hr/>	<hr/>
	180.795	196.753
	<hr/>	<hr/>
Produtos acabados e intermédios:		
Produtos acabados	247.992	237.190
Produtos intermédios	128.395	109.534
Produtos acabados em trânsito	16.527	721
	<hr/>	<hr/>
Ajustamentos ao valor das existências (Nota 32)	392.914 (3)	347.445 (1.311)
	<hr/>	<hr/>
	392.911	346.134
	<hr/>	<hr/>
Produtos e trabalhos em curso		
Mercadorias		
Ajustamentos ao valor das existências (Nota 32)	327 187.588 (184)	45 134.196 (416)
	<hr/>	<hr/>
Adiantamentos por conta de compras		
	187.404 4.828	133.780 3
	<hr/>	<hr/>
	766.265	676.715
	<hr/>	<hr/>

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de mercadorias, no montante de mEuros 187.588, corresponde essencialmente ao gás natural que se encontra no gasoduto, e a existências da subsidiária Galp Energia Espanha, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2005, os valores relativos a existências à consignação (incluindo ISP), essencialmente do produto acabado, ascendiam a mEuros 22.621.

Em 31 de Dezembro de 2005, as responsabilidades do Grupo perante concorrentes por reservas estratégicas, que só poderão ser satisfeitas através da entrega de produtos, ascendiam a mEuros 330.595 e encontram-se registadas na rubrica adiantamentos por conta de vendas.

Em Novembro de 2004, a Petrogal em conjunto com a Petrogal Trading Limited celebraram um contrato de compra, venda e permuta de crude por produtos acabados para constituição de reservas estratégicas, com a Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, EPE (EGREP) ao abrigo do previsto no Decreto-Lei nº 339-D/2001, de Dezembro.

No âmbito do contrato celebrado em 2004, o crude adquirido pela EREP encontra-se armazenado nas instalações da Petrogal de uma forma não segregada e deverá permanecer armazenado de modo a que a EREP o possa auditar, sempre que entender, em termos da quantidade e qualidade respectivas.

De acordo com o referido contrato, a Petrogal obriga-se a permitir o crude vendido por produtos acabados quando a EREP o exigir, recebendo por tal permuta um valor representativo da margem de refinação à data da permuta.

51. Estado e Outros Entes Públcos ::

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os saldos com estas entidades eram como segue:

	Saldos Devedores		Saldos Credores	
	2005	2004	2005	2004
Imposto sobre o valor acrescentado	12.999	12.099	139.405	134.085
ISP - Imposto sobre os produtos petrolíferos	-	-	172.230	170.525
IRS/IRC - Retenções na fonte	-	-	6.643	4.147
Contribuições para a Segurança social	6	-	4.112	3.918
IRC	1.667	456	51.638	48.514
Outros	131	144	90	66
	14.803	12.699	374.118	361.255

O montante de ISP - Imposto sobre os Produtos Petrolíferos a pagar refere-se, essencialmente, ao valor deste imposto relativo aos produtos despachados durante o mês de Dezembro.

O imposto sobre o rendimento no exercício de 2005 incluído na demonstração dos resultados consolidados, tem a seguinte composição:

	Estimativa Imposto	Impostos Diferidos	Total
Sub Grupo Petrogal	87.386	(16.482)	70.904
Sub Grupo GDP	52.190	575	52.765
Outras	(320)	(114)	(434)
Total	139.256	(16.021)	123.235

A Galp Energia, e algumas das suas subsidiárias, a partir de 31 de Dezembro de 2001, passaram a ser tributadas através do regime especial de tributação de grupos de sociedades ("RETGS"), sendo o resultado tributável apurado na Galp. Contudo, a estimativa de impostos sobre o rendimento da Galp e suas subsidiárias são registadas com base nos seus resultados tributáveis.

As seguintes situações podem afectar os impostos sobre os lucros a pagar no futuro:

- De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a segurança social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001) excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Verificou-se durante o exercício de 2001, a ocorrência de uma inspecção por parte das autoridades fiscais às declarações fiscais da Petrogal dos exercícios de 1997 a 1999, cujas propostas de correcção às declarações fiscais apresentadas pela Petrogal se encontram resumidas no ponto ii) abaixo. Adicionalmente, no decurso do exercício de 2004, as declarações fiscais da Petrogal dos exercícios de 2000 a 2002 foram objecto de uma inspecção por parte das autoridades fiscais, cujas propostas de correcção encontram-se resumidas no ponto iii) abaixo. As declarações fiscais das empresas do Grupo relativas aos exercícios de 2002 a 2005 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. A Administração da Galp considera que, as correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais às declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005. A Segurança Social pode ser revista ao longo de um prazo de dez anos até 31 de Dezembro de 2000, inclusive e cinco anos a partir de 2001;

ii) Conforme mencionado no ponto i) acima, ocorreu durante o exercício de 2001, uma inspecção das autoridades fiscais às declarações de IRC dos exercícios de 1997, 1998 e 1999 da qual resultaram propostas de correcção à matéria colectável comunicada pela Petrogal nos montantes de mEuros 68, mEuros 429 e mEuros 3.361, respectivamente. Por não concordar com as mesmas, a Petrogal apresentou reclamações graciosas para os exercícios de 1998 e 1999, contestando as correcções proferidas pelas autoridades fiscais, sendo convicção da Administração da Petrogal que os fundamentos apresentados naquelas reclamações são válidos e que a razão assiste à Petrogal. Em consequência, as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005, não incluem qualquer provisão para fazer face a estas contingências;

iii) Conforme mencionado no ponto i) acima, ocorreu durante o exercício de 2004, uma inspecção das autoridades fiscais às declarações de IRC dos exercícios de 2000, 2001 e 2002 da qual resultaram propostas de correcção à matéria colectável comunicada pela Petrogal nos montantes de mEuros 740, mEuros 10.806 e mEuros 2.479, respectivamente, e que até à presente data originaram liquidações adicionais de IRC no montante de mEuros 11.865 (do qual mEuros 8.371 liquidados em Janeiro de 2006), que se encontram totalmente pagas. Todavia, até à presente data, a Petrogal continua a aguardar a emissão de outras liquidações referentes às correcções supracitadas. Nessa medida, e atendendo ao princípio da prudência, a Petrogal procedeu à constituição de uma provisão para fazer face às referidas liquidações no montante de mEuros 3.677 (Nota 46). Adicionalmente, no decurso do exercício de 2005 a Petrogal constituiu um acréscimo de custos no montante de mEuros 1.261 relativo a juros compensatórios. Por discordar parcialmente das liquidações às quais estava sujeita, a Petrogal irá apresentar reclamações graciosas relativamente às mesmas;

iv) Como consequência da não aceitação como custo, para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), de uma parte (40%) das amortizações resultantes de reavaliações efectuadas pela Petrogal, a matéria colectável de 2005 e de exercícios futuros será aumentada em mEuros 4.243 e mEuros 15.029, respectivamente. Contudo, o efeito fiscal resultante foi já objecto de registo contabilístico através do registo de impostos diferidos conforme mencionado no ponto vii) abaixo;

v) Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, a Petrogal efectuou uma dotação para o Fundo de Pensões no montante de mEuros 23.770. De acordo com a legislação fiscal em vigor, quando o valor da dotação efectuada para o fundo de pensões, reflectido numa conta de resultados do exercício ou por via de uma variação patrimonial negativa, acrescida às demais realizações de utilidade social, cumprir, nesse exercício, com os limites/condições do Código do IRC, não se deverá efectuar qualquer correcção ao lucro tributável.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, a Petrogal incluiu, para efeitos dos limites/condições do Código do IRC, o montante de mEuros 17.245 referente à parte correspondente da dotação acima referida que foi reconhecida em custos do exercício de 2005, da qual resultou um acréscimo na matéria colectável no montante de mEuros 11.388;

vi) De acordo com a legislação fiscal em vigor, os ganhos e perdas resultantes da apropriação de resultados de empresas participadas pelo método da equivalência patrimonial não são considerados proveitos ou custos, respectivamente, para efeitos de tributação em sede de IRC, no exercício em que são reconhecidos contabilisticamente, sendo tributados os dividendos no exercício em que são atribuídos. Em conformidade com a Directriz Contabilística nº 28, não foram registados impostos diferidos passivos relacionados com lucros não distribuídos pelas subsidiárias;

vii) O imposto sobre o rendimento (IRC) contabilizado como custo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 encontra-se corrigido pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, de acordo com a Directriz Contabilística n.º 28. Em 31 de Dezembro de 2005, existiam diferenças temporárias que deram origem a impostos diferidos activos e passivos registados pelo Grupo como segue:

	Sub Grupo GDP	Sub Grupo Petrogal	Outros	Total
Impostos diferidos activos:				
Relativos a exercícios anteriores:				
Por provisões, ajustamentos e estimativas de custos constituídas em exercícios anteriores mas não aceites como custo fiscal naqueles exercícios	8.816	84.532	(18)	93.330
Por prejuízos fiscais reportáveis de exercícios anteriores	880	4.506	(1)	5.385
Por alteração de taxas de amortização dos direitos de transporte do gás natural	1.272	-	-	1.272
Outros	-	3.304	69	3.373
Sub-total	10.968	92.342	50	103.360
Relativos ao exercício:				
Por provisões, ajustamentos e estimativas de custos constituídas no exercício, líquidas das utilizações e reduções no exercício de 2005	154	10.159	169	10.482
Por prejuízos fiscais reportáveis, líquidos de utilização no ano	-	3.060	-	3.060
Por correção de impostos diferidos de exercícios anteriores	(1)	-	15	14
Outros	(978)	1.780	90	892
	(825)	14.999	274	14.448
Total de impostos diferidos activos (Nota 53)	10.143	107.341	324	117.808
Impostos diferidos passivos:				
Relativos a exercícios anteriores:				
Por reavaliação de imobilizações corpóreas	1.921	5.391	-	7.312
Por mais - valias obtidas em exercícios anteriores e não tributadas	1.113	-	-	1.113
Pelo diferimento de acordo com o mecanismo do "corredor" da dotação de 2002 não reconhecida em resultados	-	5.500	-	5.500
Pelo acréscimo de responsabilidades relativas ao fundo de pensões	-	(439)	-	(439)
Outros	-	1.397	1	1.398
Sub-total	3.034	11.849	1	14.884
Relativos ao exercício:				
Pela amortização no exercício de imobilizações corpóreas reavaliadas	(220)	(1.167)	(1)	(1.388)
Outros	(30)	(157)	-	(187)
	(250)	(1.324)	(1)	(1.575)
Total de impostos diferidos passivos (Nota 53)	2.784	10.525	-	13.309

52. Outros Devedores e Credores

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	2005		2004	
	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo
Outros devedores:				
Estado Português (Nota 49)	49.820	-	74.820	-
Grupo EDP - Energias de Portugal, S.A.	25.002	-	20.542	-
Meios de pagamento	11.547	-	8.527	-
Empresas do grupo e associadas	6.833	-	8.831	-
Contrato de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas de telecomunicações	7.162	21.485	7.162	28.677
Empréstimo à Sonangol no âmbito do contrato de produção do bloco 14	4.856	-	4.227	-
Subsídios a receber (Nota 49)	3.992	-	29.360	-
Imposto s/ produtos Petrolíferos	3.236	-	-	-
Pessoal	2.868	-	4.075	66
Fundo pensões recuperação desembolso	2.060	-	1.191	-
Conselho Petrobrás	1.847	-	-	-
Fundo Regional de Abastecimento dos Açores	1.220	-	912	-
Judi Serviços	998	-	999	-
Saldos devedores de fornecedores	784	-	4.316	-
Organismos públicos	715	-	435	-
Agência tributária de Espanha	675	-	-	-
Depósitos de garantia e cauções	277	-	341	458
Empréstimos a clientes	-	2.890	-	2.344
Promoção cruzada dos pontos Galp com Sonae	-	-	2.357	-
A.C.Cymbron, Lda. - Entrega para aquisição de acções	-	-	858	-
Outros	16.799	929	17.929	788
	140.691	25.304	186.882	32.303
Ajustamento para devedores duvidosos (Nota 32)	(3.703)	-	(3.514)	-
	136.988	25.304	183.368	32.303
Outros Credores:				
Depósitos de cauções e garantias recebidas	13.779	699	13.116	1.989
Indemnização devida à EDP	3.500	-	3.500	-
Pessoal	1.493	-	4.170	-
Saldos credores de clientes	1.415	-	6.822	-
Contas a pagar aos parceiros do Bloco 14 de Angola	996	-	-	-
Credores por subscrições não liberadas	551	-	196	-
Contas a pagar aos parceiros do Bloco 1 de Angola	487	-	-	-
Aquisições de acções da Sacor Marítima, S.A.	398	-	408	-
Retenções de garantias	122	-	211	-
Adiantamentos por conta de reservas estratégicas	-	-	15.000	-
Outros	14.878	2.428	17.219	2.165
	37.619	3.127	60.642	4.154

No âmbito do "Acordo de Accionistas entre o Estado e a Petrocontrol sobre a compensação a fazer à Petrogal" datado de 21 de Dezembro de 1998, a Petrogal em 31 de Dezembro de 2005 tem ainda direito a receber mEuros 49.820 do Ministério da Economia. Este montante destina-se a subsidiar os investimentos efectuados pela Petrogal nas Refinarias do Porto e Sines, relativos à dessulfuração de gasóleo. A contrapartida desta conta a receber, foi registada na rubrica de proveitos diferidos - subsídios para investimentos em imobilizado (Nota 53).

O valor a receber da EDP no montante de mEuros 25.002, inclui mEuros 17.984 correspondente ao exercício do direito potestativo de opção de venda de 217.055 acções da Oni S.G.P.S., S.A., no exercício de 2003, no montante de mEuros 14.964 acrescido do montante de mEuros 3.020 relativos a juros. Esta conta a receber inclui ainda o montante de mEuros 7.018 respeitante ao saldo líquido dos créditos relativos a cobranças de electricidade efectuadas pelo Grupo GDP por conta da EDP e cobranças de gás efectuadas pela EDP por conta do Grupo GDP.

A rubrica de meios de pagamento no montante de mEuros 11.547 diz respeito a valores a receber por vendas efectuadas através de cartões visa/multibanco, que à data de 31 de Dezembro de 2005 se encontravam pendentes de recebimento.



O montante de mEuros 6.833 registado no activo relativo a empresas do grupo e associadas refere-se a empresas que não foram consolidadas pelo método de integração global, incluindo essencialmente contas a receber da EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd e Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A. nos montantes de mEuros 3.567 e mEuros 1.574, respectivamente.

O montante registado no activo referente aos contratos de Cessão de Direitos de Utilização de Infra-estruturas de Telecomunicações, celebrado em 1 de Julho de 1999 por um período de 20 anos, encontra-se a ser recebido em prestações iguais anuais e sucessivas no valor unitário de mEuros 7.162 até 31 de Julho de 2009, sendo cada uma das prestações acrescida de juros à taxa de mercado. Os proveitos decorrentes deste contrato de cessão de direitos de utilização, encontram-se diferidos na rubrica de proveitos diferidos e são reconhecidos em resultados pelo método das quotas constantes durante o período dos contratos, que terminam em 1 de Junho de 2019. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, foram reconhecidos proveitos no montante de mEuros 497 (do qual o montante de mEuros 149 é relativo a juros). No decorrer deste exercício e do anterior a subsidiária Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. não reconheceu proveitos e foi constituída uma provisão no montante de mEuros 5.835 (Nota 46) relativo a juros reconhecidos em proveitos em anos anteriores. O saldo dos proveitos diferidos, em 31 de Dezembro de 2005, por reconhecer em exercícios futuros é de mEuros 71.992 (Nota 53).

O empréstimo à Sonangol no montante de mEuros 4.856 é baseado no acordo contratual estabelecido entre todas as entidades que compõem a Joint Venture do Bloco 14. Este empréstimo encontra-se a ser amortizado através da apropriação pela Galp Exploração de parte da produção petrolífera no Bloco 14 correspondente à Sonangol.

O montante de mEuros 3.992 registado na rubrica de subsídios a receber refere-se a recebimentos de subsídios referentes a programas de incentivo à expansão da rede de gás natural.

A rubrica de outros devedores - fundo de pensões - recuperação de desembolso no montante de mEuros 2.060 diz respeito aos valores a receber do BPI Pensões pelos montantes de pensões processados em Dezembro e ainda não reembolsados.

O montante de mEuros 1.847 referente ao Consórcio Petrobrás diz respeito à participação nas despesas desta entidade nos Blocos em que a Petrogal Brasil é operadora.

A conta a receber do Fundo Regional de Abastecimento dos Açores, corresponde à compensação a receber pela Galp Açores no âmbito dos acordos estabelecidos com aquela entidade tendo em vista a venda de combustíveis por um determinado preço definido pelo Governo Autónomo daquela região.

O montante de mEuros 13.779, registado no passivo na rubrica de depósitos de cauções e garantias recebidas, inclui mEuros 11.964 referente à responsabilidade da Petrogal em 31 de Dezembro de 2005, por cauções recebidas pela cedência de garrafas de gás.

O montante de mEuros 3.500, registado na rubrica de outros credores, diz respeito à indemnização acordada em 1988/89 entre a EDP e a PGP - Petroquímica e Gás de Portugal (antecessora da GDP), caso se viesse a concretizar em momento ulterior a alienação dos terrenos de Cabo Ruivo, entretanto cedidos pela EDP à PGP. Estes terrenos, alienados em exercícios anteriores, integravam o património da Cabo Ruivo - Sociedade de Gestão de Instalação de Equipamentos, S.A., tendo a Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. assumido esta responsabilidade devido à fusão por incorporação com a empresa Cabo Ruivo ocorrida no exercício de 2003 com efeitos a 1 de Janeiro de 2003.

A rubrica de credores por subscrições não liberadas no montante de mEuros 551, corresponde, em 31 de Dezembro de 2005, à participação de capital subscrita pela Petrogal e não realizada na Galp Serviexpress - Serviços de Distribuição e Comercialização de Produtos Petrolíferos, S.A., Petrogal Angola, Lda, Fast Access - Operações e Serviços de Informação e Comércio Electrónico, S.A, Petrogal Trading Limited nos montantes de mEuros 197, mEuros 1, mEuros 220 e mEuros 127, respectivamente. O remanescente, no valor de mEuros 6, deve-se à participação de capital subscrito pela Galp Serviços e não realizada na Galp Exploração Serviços do Brasil, Lda..

O montante de mEuros 14.756 na rubrica de outros credores inclui mEuros 5.013 relativo ao valor de venda das fracções do Bairro da Bobadela, cujas escrituras ainda não foram celebradas.

O montante de mEuros 2.428 na rubrica de outros credores a médio e longo prazo inclui o montante de mEuros 1.486 referente a letras a pagar.

53. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os saldos destas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	2005	2004
Acréscimos de proveitos:		
Estimativa de vendas de gás realizadas e não facturadas	73.618	53.872
Prestações de serviços e proveitos suplementares a facturar	10.991	4.561
Juros a receber	5.629	7.668
Venda de produtos acabados a facturar na rede de postos de abastecimento	4.010	3.951
Petróleo bruto Bloco 14 vendido e não facturado	-	2.956
Swap Petróleo bruto Bloco 14	1.486	-
Rappel a receber sobre compras efectuadas em 2004	1.446	1.299
Outros acréscimos de proveitos	807	1.614
	97.987	75.921
Custos diferidos:		
Impostos diferidos activos (Nota 51)	117.808	103.360
Despesas relativas a contratos de concessão de áreas de serviço	59.960	62.599
Benefícios de reforma (Nota 21)	65.762	59.097
Custos capitalizados relacionados com encargos anteriores à produção (Nota 23.o)	40.165	37.792
Juros, diferenças de câmbio desfavoráveis e outros encargos financeiros	4.704	4.612
Custos com catalizadores	4.615	3.846
Prémios de mercado papel pagos antecipadamente	416	3.314
Encargos com rendas pagas antecipadamente	1.617	1.592
Custos com pessoal	3	1.066
Custos plurianuais - manutenção de equipamento	-	806
Seguros pagos antecipadamente	5.401	635
Outros custos diferidos	8.752	3.635
	309.203	282.354
Acréscimos de custos:		
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos com pessoal	24.353	25.364
Custos com pessoal - prémio de produtividade	11.042	17.565
Impostos diferidos passivos (Nota 51)	13.309	14.884
Fornecimentos e serviços externos	13.908	8.319
Grandes reparações - Refinaria do Porto	5.078	5.523
Grandes reparações - Refinaria de Sines	7.255	4.740
Grandes reparações - Tanques	1.025	1.864
Juros vencidos e não liquidados	2.983	3.970
Descontos, bónus e rappel relacionados com vendas	6.539	3.129
Custos e perdas financeiras	2.247	2.297
Responsabilidades com brindes no âmbito do cartão Fast Galp	5.675	1.238
Estimativa de Imposto sobre o Rendimento do Petróleo - Bloco 14	-	361
Swap petróleo bruto Bloco 14	1.825	-
Encargos com compras e vendas	-	183
Seguros a liquidar	543	153
Remunerações a liquidar	1.220	52
Comissões Galp Frot	10	13
Outros acréscimos de custos	7.724	3.978
	104.736	93.633
Proveitos diferidos:		
Subsídios para investimento em imobilizado	644.262	653.719
Cedência capacidade de fibra óptica (Nota 52)	71.992	72.340
Contrapartidas recebidas de clientes	9.467	8.779
Diferenças de aquisição de partes de capital (Nota 10)	7.252	7.634
Benefícios de reforma		
Cuidados de saúde		
Prestações de serviços recebidas antecipadamente	5.702	315
Benefícios médicos		
Outros proveitos diferidos	4.633	1.607
	743.308	744.394

A rubrica de acréscimos de proveitos - vendas ainda não facturadas refere-se essencialmente à facturação de consumo de gás natural a emitir a clientes no mês seguinte.

Do montante de mEuros 5.629 registado na rubrica de acréscimos de proveitos - juros a receber, o montante de mEuros 5.439 corresponde a juros de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas a debitar a E3G-Telecomunicações S.A..

A rubrica de acréscimos de proveitos - venda de produtos acabados a facturar na rede de postos de abastecimento, no montante de mEuros 4.010 diz respeito a consumos efectuados no exercício de 2005 através do cartão Galp Frotá e apenas facturados em 2006.

Os montantes indicados em acréscimos de proveitos e em acréscimos de custos referentes aos **swaps** sobre **commodities**, destinam-se a cobrir transacções realizadas no mês de Dezembro de 2005, mas cujo fluxo monetário apenas se realiza no mês de Janeiro de 2006. Estas operações foram realizadas com a intenção de fazer um "alisamento" do preço do Brent, para as transacções de venda do bloco 14 durante o exercício económico de 2006, e uma vez que se trata de **swaps** indexados ao preço mensal do Brent, gera fluxos financeiros reais mensais, existindo a necessidade do reconhecimento do custo/proveito, no mês a que a operação de cobertura respeita.

As despesas registadas em custos diferidos relativas a contratos de concessão de áreas de serviço são reconhecidas como custo durante o respectivo período de concessão, o qual varia entre 20 e 25 anos.

Do montante de mEuros 40.165 registado na rubrica de custos diferidos - custos capitalizados com encargos anteriores à produção, mEuros 13.558 refere-se às despesas incorridas pela subsidiária Petrogal Brasil na actividade de pesquisa e produção petrolífera, a qual se encontra em fase pré-operativa, e mEuros 26.604 refere-se às empresas do Grupo GDP que até ao início de entrada em operação, procederam à capitalização dos custos de estrutura (Nota 23.o)).

O montante de mEuros 4.704 registado na rubrica custos diferidos - juros, diferenças de câmbio desfavoráveis e outros encargos financeiros, inclui mEuros 1.087 de encargos iniciais da operação de titularização de contas a receber levada a cabo durante o exercício de 2003, os quais são reconhecidos na demonstração de resultados durante o período da operação.

O montante de mEuros 416 registado na rubrica de custos diferidos - prémios de mercado de papel (OTC) pagos antecipadamente, refere-se aos prémios de opções de **commodities** pagos em 2005, mas que se destinam a cobrir transacções de 2006.

Os montantes registados em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, em acréscimos de custos, na rubrica de fornecimentos e serviços externos, correspondem à especialização naqueles exercícios de diversos custos para os quais em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o Grupo não dispunha ainda das respectivas facturas.

Conforme referido na Nota 23.b), a Petrogal regista os encargos com reparações e manutenção de natureza plurianual e de carácter recorrente numa base de acréscimo no período compreendido entre duas reparações, sendo a parte correspondente a cada exercício registada na demonstração de resultados respectiva por contrapartida da rubrica de acréscimos de custos. Assim, a Petrogal durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 registou, como custo na demonstração de resultados do exercício, os montantes de mEuros 9.636 e mEuros 9.280 relativos àquelas estimativas de custos com grandes reparações nas Refinarias de Sines e Porto.

O montante de mEuros 5.675 registado na rubrica de acréscimos de custos refere-se às responsabilidades da Petrogal face aos pontos emitidos a não rebatidos até 2005, referentes ao Cartão Fast Galp, e que se prevê que venham a ser trocados por prémios nos exercícios seguintes.

Conforme referido na Nota 52, a Petrogal registou em 1998, o montante de mEuros 74.820 do subsídio a receber do Estado Português, relativo aos investimentos efectuados para a dessulfuração de gasóleo, nas Refinarias de Sines (cujo início de actividade ocorreu em 1997) e Porto (cujo início de actividade ocorreu em 1998). Em consequência, a Petrogal reconheceu em 2005, proveitos no montante de mEuros 8.664 (Nota 49), referente aos projectos de hidrodessulfurização de combustíveis nas referidas Refinarias, ascendendo a rubrica de proveitos diferidos - subsídios para investimento em imobilizado, em 31 de Dezembro de 2005 a mEuros 23.497.

O montante de mEuros 9.467 registado na rubrica de proveitos diferidos corresponde às comparticipações de clientes recebidas pelo Grupo para a construção de ramais dedicados de gás natural e encontram-se a ser reconhecidos em proveitos durante o período de concessão.

:: 54. Interesses Minoritários ::

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o detalhe dos interesses minoritários incluídos no Passivo, refere-se às seguintes empresas subsidiárias:

		2005	2004
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.	8.819	6.937	
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.	5.000	4.523	
Gasoduto Campo Maior - Leiria - Braga, S.A.	4.566	4.435	
Gasoduto Braga - Tuy, S.A.	3.360	3.392	
Sopor - Sociedade Distribuidora de Combustíveis, S.A.	3.030	3.080	
Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A.	1.817	2.377	
Duriensegás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Douro, S.A.	1.217	696	
Probigalp - Líquidos Betumícos, S.A.	914	877	
Carriço Cogeração Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A.	349	(52)	
Fast Access - Operações e Serviços de Informação e Comércio Electrónico, S.A.	165	-	
Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A.	97	12	
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.	48	418	
GITE - Galp International Trading Establishment	44	38	
CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A. (a)	(1.605)	75	
Combustíveis Líquidos, Lda.	(48)	(52)	
Natgás - Companhia Portuguesa de Gás natural, S.A.	-	80	
Galpfer - Distribución de Lubrificantes, S.L.	-	45	
Água Solar, S.A.	-	(1)	
	27.773	26.880	

(a) Em 31 de Dezembro de 2005 esta subsidiária apresenta capitais próprios negativos. O Conselho de Administração desta subsidiária efectuou uma proposta de realização de prestações suplementares, acompanhada do reembolso de suprimentos no montante de m€uros 6.800 a ser efectuado pela totalidade dos acionistas na proporção do capital detido. Deste modo, o Grupo apenas reconheceu as perdas acumuladas na proporção do capital detido naquela subsidiária, motivo pelo qual os interesses minoritários apresentam um saldo devedor.

:: 55. Variação nas Contas de Capital Próprio ::

O movimento ocorrido nas contas de capital próprio, durante o exercício de 2005, foi como segue:

	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Distribuição de Resultados	Saldo Final
Capital	829.251	-	-	-	829.251
Prémios de emissão de acções	82.006	-	-	-	82.006
Diferenças de consolidação (Nota 10)	81.254	-	-	-	81.254
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	(33.573)	24.139	(3.585)	-	(13.019)
Reservas legais	40.296	-	-	16.653	56.949
Outras reservas	27.977	-	-	-	27.977
Resultados transitados	527.076	-	-	150.561	677.637
Resultado líquido consolidado do exercício	333.064	441.959	-	(333.064)	441.959
	1.887.351	466.098	(3.585)	(165.850)	2.184.014

Por decisão da Assembleia Geral datada de 24 de Maio de 2005, a aplicação dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, foi como segue:

Distribuição resultados aos acionistas (Nota 27)	165.850
Reservas legais	16.653
Resultados transitados	150.561
Resultado líquido consolidado do exercício	333.064



Reservas legais

De acordo com a legislação vigente, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja os 20% do capital social. A reserva legal e o prémio de emissão de obrigações não podem ser distribuídos aos accionistas, podendo contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas

O saldo inicial desta rubrica e os movimentos ocorridos no exercício de 2005, correspondem, essencialmente à variação entre exercícios dos saldos acumulados dos ajustamentos de conversão cambial de demonstrações financeiras de subsidiárias que se encontram expressas em moeda estrangeira e foi como segue:

Ajustamento de Partes de Capital em Filiais e Associadas:	Variação	Aumentos	Diminuições
Diferenças de câmbio:			
Petrogal Mocambique, Lda.	(917)	-	(917)
Petrogal Trading Limited	754	754	-
Petrogal Brasil, Lda.	796	796	-
Petrogal Angola, Lda.	(329)	a) -	(329)
EMPL, LTD.	5.813	b) 5.813	-
Metragaz, S.A.	32	b) 32	-
	6.149	7.395	(1.246)
Outras variações dos capitais próprios:			
Subsidiárias da Galp Exploração e Produção Petrolífera, Lda.	163	163	-
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L.	(6)	-	(6)
Petrogal Angola, Lda.	(2.212)	a) -	(2.212)
Tagus Re, S.A.	16.227	c) 16.227	-
Galp Exploração Serviços do Brasil, Lda	355	a) 355	-
Outros	(122)	-	(122)
	14.405	16.745	(2.340)
	20.554	24.140	(3.586)

a) Empresas do grupo excluídas da consolidação (Nota 2)

b) Empresas associadas (Nota 3)

c) Este montante resulta da integração pela primeira vez da empresa no perímetro da consolidação da Galp Energia.

56. Composição do Capital

Em 31 de Dezembro de 2005, o capital da Empresa era composto por 165.850.127 acções com o valor nominal de cinco Euros cada, sendo 8.000.000 de acções da categoria A e as restantes 157.850.127 acções da categoria B. As acções de categoria A estão associados alguns direitos especiais, nomeadamente:

- i) Aprovar a eleição de três, quatro ou cinco membros do conselho de Administração, consoante este tenha, respectivamente, um total de onze, treze, ou mais membros;
- ii) O direito de que determinadas deliberações não sejam aprovadas, contra a maioria dos votos que lhe correspondam.

:: 57. Detentores do Capital ::

O capital da Empresa em 31 de Dezembro de 2005, encontrava-se totalmente subscrito e realizado e era detido pelas seguintes entidades:

ENI Portugal Investment, S.p.a.	33,34%
Estado Português	17,72%
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	18,30%
EDP - Energias de Portugal, S.A.	14,27%
Parpública - Participações Públicas, S.G.P.S., S.A.	12,29%
Iberdrola, S.A.	4,00%
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	0,04%
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	0,04%
	100,00%

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, o accionista Parpública - Participações Públicas, S.G.P.S., S.A., adquiriu do accionista Estado, 13.373.134 acções da Galp Energia, passando a deter 20.388.309 acções representativas de 12,29% do capital social (Nota introdutória).

:: 58. Reservas Petrolíferas ::

Em 31 de Dezembro de 2005, as reservas provadas e desenvolvidas de petróleo bruto afectas à actividade de exploração petrolífera, encontram-se localizadas em Angola e ascendem, na quota parte do Grupo, a 6.997 milhares de barris.

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 a produção afecta ao Grupo foi de 1.551 milhares de barris.

:: 59. Responsabilidades Contingentes ::

Em 31 de Dezembro de 2005 o Grupo tinha as seguintes responsabilidades contingentes:

- i) Em 31 de Dezembro de 2005, o Grupo tinha uma responsabilidade contingente relacionado com um processo judicial em curso, relativamente ao processo de reprivatização da Driftal - Plastificantes de Portugal, S.A. envolvendo um pedido de indemnização de mEuros 19.952. O Conselho de Administração desta subsidiária, suportado por opinião do advogado, considera que decorrente deste processo, não resultará qualquer encargo para o Grupo, pelo que não foi constituída qualquer provisão para o referido efeito, encontrando-se contudo prestada nesta data uma garantia bancária naquele montante (Nota 22);
- ii) A Câmara Municipal de Lisboa exige pagamentos à subsidiária Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. de mEuros 1.891 de 1994/95, de mEuros 1.016 de 1996, de mEuros 1.044 de 1997, mEuros 1.069 de 1998, mEuros 1.093 de 1999, mEuros 1.145 Euros de 2001, mEuros 1.189 Euros de 2002, mEuros 1.238 de 2003 e mEuros 1.288 de 2004 mEuros 1.319 de 2005 respeitantes à "licença de ocupação de via pública" com tubagens de gás existentes no subsolo;
- iii) A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira exige o pagamentos à subsidiária Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. de mEuros 104 de 1994/95 mEuros 71 de 2002, mEuros 77 de 2003 e mEuros 216 de 2005, respeitantes, às taxas de ocupação do subsolo dos respectivos anos;
- iv) A Câmara Municipal de Oeiras exige pagamentos à subsidiária Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. de mEuros 23 de 1998 e mEuros 26 de 2001, respeitantes às taxas de ocupação do subsolo nos respectivos anos;



v) A Câmara Municipal de Sintra exige pagamentos à subsidiária Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. de mEuros 10, mEuros de 553 de 1999, mEuros 276 de 2000, mEuros 469 de 2002, mEuros 490 de 2003, mEuros 545 de 2004 e mEuros 607 de 2005, respeitantes a taxa de ocupação de subsolo dos respectivos anos;

vi) A Câmara Municipal de Cascais exige pagamento à subsidiária Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. de mEuros 403, respeitantes à taxa de ocupação do subsolo de 2001.

A Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., com base em pareceres jurídicos, decidiu impugnar judicialmente os pagamentos exigidos pelas Câmaras, junto do Tribunal Administrativo Fiscal, tendo os pedidos de suspensão da execução sido deferidos, encontrando-se a execução suspensa até o trânsito em julgado de decisão a proferir.

O Conselho de Administração da Empresa considera que, decorrente destes processos, a Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. apenas irá incorrer em encargos até ao montante máximo de mEuros 9.566 (Nota 46).

:: 60. Detalhe de Caixa e seus Equivalentes ::

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	2005	2004
Caixa	6.923	16.245
Depósitos à ordem	119.628	147.644
Depósitos a prazo	19.774	50.857
Títulos negociáveis	1.235	6.492
Outras aplicações de tesouraria	14.817	12.855
	162.377	234.093
Descobertos bancários (Nota 34)	(72.015)	(176.058)
Total de caixa e seus equivalentes	90.362	58.035

O saldo de caixa e seus equivalentes no início do período apresenta uma diferença de mEuros 9.859 em relação ao saldo em 31 de Dezembro de 2004, que resulta da entrada no perímetro de consolidação da Tagus RE, S.A., Gasinsular - Combustíveis do Atlântico, S.A. e da Fast Access - Operações e Serviços de Informação e Comércio Electrónico, S.A. (Nota 1).

A rubrica de outras aplicações de tesouraria dizem essencialmente respeito a diversas aplicações de excedentes de tesouraria do diversas Empresas do grupo, do Gasoduto de Campo Maior - Leiria - Braga, S.A., Galpgeste - Gestão de áreas de serviço, Lda., C.I.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A., Gasoduto Braga-Tuy, S.A., Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A., Galp Exploração e Produção Petrolífera, Lda., Petrogal Brasil, e Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A., mEuros 6.620, mEuros 2.800, mEuros 1.950, mEuros 1.000, mEuros 1.000, mEuros 800, mEuros 642, e 5 mEuros, respectivamente.

:: 61. Activos Contingentes ::

Na sequência da venda realizada no exercício contabilístico de 1999 de 40% do capital social da OPTEP S.G.P.S., S.A., representada por 440.000 acções com valor nominal por acção de 5 Euros, foi estabelecido contratualmente o preço base de venda de mEuros 189.544 tendo sido atribuído um valor de mEuros 74.818 ao segmento da 093X e um valor de mEuros 114.726 ao segmento E3G/Edinet.

A venda celebrada por parte da GDP, S.G.P.S., S.A. e Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. à EDP, foi estabelecida com o condicionalismo de caso a OPTEP S.G.P.S., S.A. a 093X ou qualquer entidade directa ou indirectamente controlada ou participada pela EDP viesse a vender ou por qualquer modo alienar a terceiros uma participação equivalente a 5% da Optimus, ou seja, 450.000 acções de valor nominal de 5 Euros cada, no prazo de três anos a contar da assinatura do acordo (24 de Junho de 1999), a diferença entre o valor de mEuros 74.818 e o valor dessa alienação seria repartida entre as partes no seguinte modo:

mEuros por Cada 220.000 Acções	EDP	Grupo GDP
Entre 37.409 e 42.397	0%	100%
Entre 42.397 e 52.373	25%	75%
Mais de 52.373	75%	25%

Este acordo foi objecto de um aditamento em 28 de Setembro de 2000 entre as partes: GDP S.G.P.S., S.A., Transgás, S.G.P.S., S.A., Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. e EDP, tendo sido prorrogado o prazo de repartição da eventual mais - valia obtida com a venda futura das acções da Optimus até 31 de Dezembro de 2003.

Em 22 de Março de 2002, a EDP anunciou a venda, da participação detida na OPTEP S.G.P.S., S.A. empresa que detém 25,49% do capital da Optimus, à Thorn Finance, S.A. O preço de venda foi estipulado em mEuros 315.000, o que significa que a Thorn Finance valorizou a Optimus em mEuros 1.235.779, portanto, acima do valor estipulado entre a EDP, GDP S.G.P.S., S.A. e Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A., que foi de mEuros 748.197. Assim, haverá lugar a um **upside** para as empresas do Grupo GDP, a pagar pela EDP, no montante de mEuros 30.253, a repartir em partes iguais entre GDP S.G.P.S., S.A. e a Transgás, S.G.P.S., S.A.

Uma vez que a EDP não deu o seu acordo a estas expectativas do Grupo GDP, não foi efectuado o registo contabilístico desta conta a receber.

:: 62. Informação sobre Matérias Ambientais ::

À actividade de Refinação, apresentam-se como principais desafios, o cumprimento dos objectivos de redução de emissão de gases com efeitos de estufa para o período compreendido entre 2008 e 2012, definido pelo Protocolo de Quioto, a redução do teor de enxofre dos combustíveis utilizados nas instalações e o aumento da eficiência energética.

O Decreto-Lei n.º 233/2004, de 14 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pelo 243-A/2004, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 230/2005, de 29 de Dezembro, estabelece o regime do comércio de emissões de gases com efeito de estufa (Diploma CELE), e aplica-se às emissões provenientes das actividades industriais constantes no anexo I do mesmo, na quais estão incluídas instalações do Grupo Galp Energia.

As instalações abrangidas pelo Comércio de Emissões no primeiro triénio 2005 a 2008 - são a Refinaria de Sines e a Refinaria do Porto ambas respeitantes à Petrogal e as instalações de Cogeração respeitantes às empresas Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A e Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A, do grupo Galp Power.

Pelo Despacho conjunto 686-E/2005 de 13 de Setembro de 2005, foi aprovada a lista de instalações existentes participantes no comércio de emissões e a respectiva atribuição inicial de licenças de emissão para o período 2005/2008.



Assim foram atribuídas às instalações das empresas anualmente, as seguintes licenças:

Empresa	Instalações	Licenças Ton/CO ₂ Atribuídas
Petrogal	Refinaria de Sines Refinaria do Porto	2.313.908 951.969
	Sub-total Grupo Petrogal	3.265.877
Carriço Cogeração Powercer	Cogeração Cogeração	139.284 38.498
	Sub-total Grupo Galp Power	177.782
	Total Grupo Galp Energia	3.443.659

No ano 2005, foram emitidas as seguintes quantidades de gases com efeito de estufa (Ton/CO₂) pelas instalações supra mencionadas:

Empresa	Instalações	Gases Emitidos Durante 2005	Licenças Ton/CO ₂ em carteira
Petrogal	Refinaria de Sines Refinaria do Porto	2.063.718 945.319	2.313.908 951.969
	Sub-total Grupo Petrogal	3.009.037	3.265.877
Powercer Carriço Cogeração	Cogeração Cogeração	38.809 112.556	38.498 139.284
	Sub-total Grupo Galp Power	151.365	177.782
	Total Grupo Galp Energia	3.160.402	3.443.659

Nota: Valores pro-forma de Gases CO₂ emitidos, sujeitos a auditorias ambientais

O Grupo Galp Energia entendeu não reflectir nas suas demonstrações financeiras o reconhecimento de uma eventual valorização ou desvalorização das mesmas licenças, por se entender não existir ainda um mercado regulado que permita o registo e reconhecimento apropriado de tais desafios.

Contudo, caso venha a ocorrer uma insuficiência de licenças serão constituídas as provisões adequadas, caso tal se revele o mais apropriado. Conforme supra indicado, em 31 de Dezembro de 2005 apenas no caso das instalações da Powercer, as licenças atribuídas revelam-se inferiores ao volume de gases emitidos, por um montante considerado não significativo e que pudesse vir a ter efeito nas demonstrações financeiras àquela data. Em 31 de Dezembro de 2005, as licenças atribuídas ao Grupo revelam-se superiores ao volume de gases emitidos, por conseguinte não foram constituídas provisões no exercício.

No decurso do exercício anterior, a Petrogal foi notificada da liquidação de taxas previstas no Regime Geral de Efluentes de Stº André (RGESA), relativas a descargas de efluentes da Refinaria de Sines, no montante de mEuros 1.263. Adicionalmente, a Petrogal foi notificada da liquidação de taxas agravadas relativamente a descargas que aquele mesmo Regulamento considera "proibidas", no montante de aproximadamente mEuros 25.000. O Conselho de Administração da Petrogal, suportado em pareceres técnicos e jurídicos, discorda dos critérios de classificação das referidas descargas, bem como a licitude das mesmas, por considerar que as normas que lhe dão origem estão feridas de constitucionalidade. Nestes termos, encontra-se a decorrer uma contestação judicial referente àquela liquidação e os custos subsequentes, tendo sido constituída no decurso de 2004 uma provisão no montante de mEuros 3.737 (Nota 46), a qual se matém reconhecida à data do balanço, valor que considera manter-se adequado face à regulamentação anterior ao RGESA.

:: 63. Eventos Subsequentes ::

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, a Amorim Energia B.V. celebrou um contrato para compra de acções da Galp Energia, S.G.P.S., S.A., detidas pela EDP - Energias de Portugal, S.A., representativas de 14,27% do capital, assegurando na mesma operação uma opção de compra de 18,3% do capital detido pela REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.

Adicionalmente, em Janeiro de 2006 a Amorim Energia B.V., adquiriu à Portgás - Sociedade de Produção de Gás, S.A., a sua participação, no capital social da Empresa, representativa de 0,04%.

Desta forma os detentores do capital (Nota 57) em 31 de Dezembro de 2005, não se encontram corrigidos pelos efeitos das operações acima referidas, uma vez que o registo da venda das acções entre as entidades supra referidas, apenas ocorreu, no final do mês de Janeiro de 2006.

:: 64. Operações em Descontinuação ::

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro, veio aprovar a estratégia nacional para a energia, tendo por fim, entre outros, a autonomização dos activos regulados do sector do gás natural (recepção, transporte e armazenagem), bem como a operacionalização da sua junção à empresa operadora da rede de transporte de electricidade.

Na estratégia nacional para a energia, vem o Conselho de Ministros preconizar como medidas a adoptar, no âmbito do enquadramento estrutural da concorrência nos sectores da electricidade e do gás, entre outras:

- i) A revisão do contrato de concessão com a Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A., nomeadamente a venda de parte activos e passivos desta empresa através do destaque das actividades de transporte e armazenagem e, bem assim, a venda da Transgás Atlântico, S.A., operadora do terminal de gás natural liquefeito e a consequente revisão do contrato de subconcessão entre a Transgás, S.A. e a Transgás Atlântico, S.A.;
- ii) A integração, numa empresa, das redes de transporte de electricidade e de gás natural, das actuais instalações de armazenagem e do terminal de gás liquefeito, garantindo a separação jurídica entre as actividades destas duas fileiras de energia; e
- iii) A separação da actividade de comercialização da de distribuição, tanto no caso da electricidade, como no do gás natural.

O Grupo Galp Energia estima à data de 31 de Dezembro de 2005 que os activos e passivos não correntes afectos às actividades a destacar sejam os que a seguir se discriminam em termos gerais, estando em negociação a discriminação dos bens a destacar, bem como, de activos e passivos correntes. Assim, os valores que a seguir se apresentam são estimativas.

		(mEuros)
Activos líquidos:		
Imobilizado		
Imobilizado corpóreo	830.000	
Investimentos financeiros	83.000	
Realizável a médio e longo prazo	20.000	
	933.000	
Passivo:		
Passivo - médio e longo prazo		
Provisões	9.000	
Empréstimos	309.000	
	318.000	
Acréscimos e diferimentos		
Subsídios ao investimento	264.000	
	264.000	

Durante o ano de 2006 é expectável que ocorra a venda deste segmento de negócio, não estando todavia acordado o preço e a modalidade de venda nem concluído o processo de negociação.

:: O Técnico de Contas ::

- Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

:: O Conselho de Administração ::

- Dr. Francisco Luis Murtêteira Nabo
- Eng. José António Marques Gonçalves
- Eng. Giancarlo Rossi
- Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
- Dr. Rui Manuel Janes Cartaxo
- Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito
- Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes
- Eng. Camillo Gloria
- Eng. Diogo Mendonça Rodrigues Tavares
- Dr. Manuel Carlos Costa da Silva
- Dr. Federico Ermoli
- Dr. Angelo Mario Taraborrelli
- Eng. Giorgio Puce
- Eng. José Rodrigues Pereira dos Penedos
- Dr. Joaquim Augusto Nunes Pina Moura







contas individuais

balanços em 31 de dezembro de 2005 e 2004

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Activo	Notas	2005			2004
		Activo Bruto	Amort. e Ajust.	Activo Líquido	Activo Líquido
IMOBILIZADO:					
Imobilizações incorpóreas: Propriedade industrial e outros direitos	8 e 10	3	(2)	1	2
		3	(2)	1	2
Imobilizações corpóreas: Equipamento de transporte Equipamento administrativo Outras imobilizações corpóreas	10 e 15 10 10	452 535 87	(429) (481) (43)	23 54 44	175 76 54
		1.074	(953)	121	305
Investimentos financeiros: Partes de capital em empresas do grupo Empréstimos a empresas do grupo Partes de capital em empresas associadas Títulos e outras aplicações financeiras Outros empréstimos concedidos	10 e 16 10 e 16 16 10 e 16 10	2.224.139 18.013 - 115 90	- - - - -	2.224.139 18.013 - 115 90	1.928.674 20.095 - 115 90
		2.242.357	-	2.242.357	1.948.974
CIRCULANTE					
Dividas de terceiros - Curto prazo: Clientes, conta corrente Empresas do grupo Adiantamentos a fornecedores Estado e outros entes públicos Outros devedores	16 16 16 28 49	49.478 156.662 11 30 18.651	- - - - -	49.478 156.662 11 30 18.651	3.237 269.040 11 26 18.717
		224.832	-	224.832	291.031
Depósitos bancários e caixa Depósitos bancários Caixa	51 51	996 9 1.005	- - -	996 9 1.005	867 8 875
		1.369	-	1.369	1.382
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:				(955)	
Acréscimos de Proveitos Custos diferidos	50 50	787 582	- -	787 582	1.207 175
		1.369	-	1.369	1.382
Total de amortizações					
Total de ajustamentos					
Total do activo		2.470.640	(955)	2.469.685	2.242.569

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2005.



Capital Próprio e Passivo	Notas	2005	2004
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	36 e 40	829.251	829.251
Prémios de emissão de ações	40	82.006	82.006
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	40	68.235	47.681
Reservas:			
Reservas legais	40	56.949	40.296
Reservas livres	40	27.977	27.977
Resultados transitados	40	677.637	527.076
Resultado líquido do exercício	40	441.959	333.064
Total do capital próprio		2.184.014	1.887.351
PASSIVO:			
PROVISÕES:			
Provisões para pensões	34	688	187
Provisões para seguro de vida e cuidados de saúde	34	298	182
Outras provisões	34	2.575	3.597
		3.561	3.966
DÍVIDAS A TERCEIROS - Médio e longo prazo:			
Dívidas a instituições de crédito	48	26.252	45.474
		26.252	45.474
DÍVIDAS A TERCEIROS - Curto prazo:			
Dívidas a instituições de crédito	48	26.324	28.959
Fornecedores, conta corrente		6.222	3.234
Fornecedores - facturas em recepção e conferência		-	34
Empresas do grupo	16	168.164	226.770
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	15	21	109
Estado e outros entes públicos	28	47.616	40.526
Outros credores	49	91	169
		248.438	299.801
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
Acréscimos de custos	50	7.420	5.977
Total do capital próprio e do passivo		2.469.685	2.242.569

demonstrações dos resultados por naturezas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Custos e Perdas	Notas	2005	2004
Fornecimentos e serviços externos		32.969	33.891
Custos com pessoal:			
Remunerações		9.261	9.100
Encargos Sociais:			
Pensões	34	801	286
Outros		2.624	2.277
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	12.686	11.663
Outros impostos indirectos		239	250
Outros custos e perdas operacionais		302	213
	(A)	541	463
Perdas em empresas do grupo e associadas	45	1.411	6.975
Juros e custos similares:			
Relativos a empresas do grupo	45	3.244	2.447
Outros	45	15.339	9.353
	(C)	19.994	18.775
66.367	65.237		
Custos e perdas extraordinários	46	5.869	980
	(E)		
72.236	66.217		
Imposto sobre o rendimento do exercício	6	(117)	(4.331)
	(G)		
72.119	61.886		
Resultado líquido do exercício		441.959	333.064
		514.078	394.950

As notas anexas fazem parte da demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.



Proveitos e Ganhos	Notas	2005	2004
Prestações de serviços	16	20.159	19.503
Proveitos suplementares	16	43.352	8.810
		63.511	28.313
(B)			
Ganhos em empresas do grupo e associadas	45	446.150	350.617
Outros juros e proveitos similares:			
Relativos a empresas do grupo	45	3.270	5.243
Outros	45	812	9.500
		450.232	365.360
(D)			
Proveitos e ganhos extraordinários	46	335	1.277
(F)		514.078	394.950
Resultados operacionais	(B) - (A)	17.138	(18.149)
Resultados financeiros	(D-B) - (C-A)	430.238	346.585
Resultados correntes	(D) - (C)	447.376	328.436
Resultados extraordinários	(F) - (E)	(5.534)	297
Resultados antes de impostos	(F) - (G)	441.842	328.733
Resultado líquido do exercício		441.959	333.064

demonstrações dos resultados por funções para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2005	2004
Prestações de serviços	16	20.159 (20.159)	19.503 (19.503)
Custo das prestações de serviços		-	-
Resultados brutos			
Outros proveitos e ganhos operacionais		39.192	10.906
Custos de distribuição		-	-
Custos administrativos		(8.361) (26.694)	(8.117) (19.830)
Outros custos e perdas operacionais			
Resultados operacionais		4.137	(17.041)
Custo/Ganho líquido de financiamento		(7.034)	2.132
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	45	444.739	343.642
Ganhos (perdas) em outros investimentos		-	-
Resultados não usuais ou não frequentes		-	-
Resultados correntes		441.842	328.733
Imposto sobre resultados correntes	6	117	4.331
Resultados correntes após impostos		441.959	333.064
Resultados extraordinários		-	-
Imposto sobre os resultados extraordinários		-	-
Resultados líquidos		441.959	333.064
Resultado por acção		2,66	2,01

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por funções para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.



demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2005	2004
Actividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		28.801	66.434
Pagamentos a fornecedores		(37.960)	(22.826)
Pagamentos ao pessoal		(11.264)	(10.947)
Fluxos gerados pelas operações		(20.424)	32.661
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		2.048	(64.246)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional		(1.329)	(1.754)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		(19.704)	(33.339)
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(94)	(41)
Fluxos das actividades operacionais (1)		(94)	(41)
Fluxos das actividades operacionais (1)		(19.799)	(33.380)
Actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Dividendos	10	264.059	-
Juros e proveitos similares		2.868	3.367
Empréstimos concedidos		197.109	871.221
		464.037	874.588
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	10	(4.765)	(1.368)
Empréstimos concedidos		(165.877)	(603.350)
		(170.642)	(604.718)
Fluxos das actividades de investimento (2)		293.394	269.870
Actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		277.150	450.287
		277.150	450.287
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(316.451)	(625.131)
Juros e custos similares		(11.001)	(7.284)
Dividendos/distribuição de resultados	40	(213.928)	(44.923)
Empréstimos concedidos		-	-
		(541.379)	(677.338)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(264.229)	(227.051)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		9.366	9.439
Efeito das diferenças de câmbio		(3.086)	(30)
Caixa e seus equivalentes no início do período	51	(5.347)	(14.756)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	51	933	(5.347)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2005

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

:: 1. Nota Introdutória ::

A Galp Energia, S.G.P.S., S.A. (adiante designada por Galp ou Empresa), foi constituída sobre a forma de sociedade anónima de capitais públicos, através do Decreto-Lei nº 137-A/99, de 22 de Abril de 1999, com a denominação de "Galp - Petróleos e Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.", tendo adoptado, em 13 de Setembro de 2000, a denominação actual - Galp Energia, S.G.P.S., S.A..

A sua sede é em Lisboa e tem como objecto social a gestão de participações sociais de outras sociedades, tendo agrupado, à data da sua constituição, as participações directas do Estado nas seguintes sociedades: Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A., GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A. e Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A..

O capital inicial da Galp, no montante de 411.383.565 Euros foi integralmente realizado em espécie, pela entrega das participações financeiras detidas pelo Estado nas empresas acima mencionadas. Em Setembro de 1999 foi efectuado pelo Estado outro aumento de capital social passando este para 502.164.785 Euros.

Através do Decreto-Lei nº 261-A/99, de 7 de Julho, é dado início ao processo de privatização da Galp com a abertura do capital da Empresa aos restantes accionistas da Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. e da Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.. Para tal foi efectuado novo aumento de capital a eles reservado, essencialmente, em espécie, através da entrega das suas participações nas referidas empresas.

Assim, em 31 de Dezembro de 1999, foi concretizado um aumento do capital social no montante de 327.085.850 Euros, subscrito pela Petrocontrol, S.G.P.S., S.A. ("Petrocontrol"), EDP - Electricidade de Portugal, S.A. (actualmente denominada EDP - Energias de Portugal, S.A. ("EDP")), Caixa Geral de Depósitos, S.A., Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. e Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A., passando este para 829.250.635 Euros.

Em 13 de Julho de 2000, na sequência dos acordos celebrados em 17 de Janeiro do mesmo ano, as empresas definidas como parceiros estratégicos - ENI Portugal Investment, Spa. ("ENI") e Iberdrola, S.A. ("Iberdrola") - assinaram com o Estado Português os Contratos de Compra e Venda de Ações e Acordos de Parceria Estratégica, adquirindo 11% e 4%, respectivamente, do capital da Galp. Simultaneamente, a Petrocontrol alienou a totalidade da sua participação na Galp, tendo o grupo ENI adquirido 22,34% e a EDP 11%.

Através do Decreto Lei nº. 124/2003 de 20 de Junho, foi aprovada a terceira fase do processo de privatização da Galp. Na sequência deste decreto, a REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. ("REN") adquiriu 18,3% do capital social da Galp, dos quais 13,5% foram adquiridos à Caixa Geral de Depósitos e os restantes 4,8% ao Estado Português. Adicionalmente a Parpública - Participações Públicas, S.G.P.S., S.A. adquiriu 0,75%, em 2003, 3,48% em 2004 e no decurso do exercício de 2005 adquiriu uma participação adicional de 8,06% do capital social da Galp ao Estado Português. A estrutura accionista da Galp após estas operações encontra-se descrita na Nota 37.

No início do exercício de 2006 ocorreu uma nova alteração da estrutura accionista da Empresa (Nota 53).

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.



:: 2. Contas não Comparáveis com o Exercício Anterior ::

As quantias relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro.

:: 3. Bases de Apresentação e Principais Critérios Valorimétricos ::

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Estas demonstrações financeiras reflectem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, o que está de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, estas demonstrações financeiras não incluem o efeito da consolidação integral ao nível de activos, passivos, proveitos e custos, as quais reflectem, relativamente às contas individuais, as seguintes diferenças:

	Aumentos/(Diminuições)
Total do activo líquido	3.829.267
Total do Passivo (excluindo interesses minoritários)	3.801.494
Total do capital próprio	-
Resultado líquido do exercício	-
Proveitos totais	10.997.202

Na Nota 16 é apresentada informação financeira relativa às empresas do Grupo e associadas.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são constituídas por licenças de utilização de software, sendo amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de três anos (Nota 8).

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5 a 8
Outras imobilizações corpóreas	8

c) Locação financeira

Os activos immobilizados adquiridos, mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, foram contabilizadas pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado na rubrica de imobilizações corpóreas, a correspondente responsabilidade no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 3 b), são registados em custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, os quais correspondem ao valor atribuído para efeitos de realização em espécie do capital (Nota Introdutória), o qual foi acrescido ou reduzido pela diferença para o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas.

Destas diferenças, as respeitantes à primeira aplicação do método de equivalência patrimonial foram registadas no capital próprio na rubrica ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40).

De acordo com o método da equivalência patrimonial as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo e associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício (Nota 45). Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Conforme mencionado na alínea h) abaixo o efeito acumulado dos ajustamentos de conversão cambial das demonstrações de subsidiárias que são expressas em moeda estrangeira é registado na rubrica ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas, do capital próprio.

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital noutras empresas (participações inferiores a 20%), encontram-se registados ao custo de aquisição na rubrica títulos e outras aplicações financeiras.

Os empréstimos concedidos a empresas do grupo e associadas são registados pelo seu valor nominal.

As perdas estimadas na realização e/ou recuperação de investimentos financeiros, encontram-se registadas na rubrica de provisões para outros riscos e encargos (Nota 34).

e) Especialização de exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Nota 50).

f) Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura (Nota 6).



g) Cuidados de saúde, seguro de vida, benefícios de reforma e benefício mínimo plano CD

Os encargos a suportar pela Empresa com a prestação de cuidados de saúde, seguros de vida e com benefícios de reforma relativos a ex-empregados GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A. são reconhecidos como custos durante o período em que os empregados que auferem estes benefícios de reforma prestem serviços à Empresa, encontrando-se estas responsabilidades reflectidas no balanço na rubrica de provisões para riscos e encargos (Nota 34). Os pagamentos aos beneficiários efectuados no decurso de cada exercício são registados como uma redução destas provisões.

Quando este procedimento é adoptado pela primeira vez, o custo das responsabilidades por serviços passados deverá ser amortizado numa base sistemática de acordo com o número médio esperado dos anos de trabalho dos empregados participantes no plano a partir do início da contabilização dos benefícios. Este procedimento está de acordo com a Norma Internacional de contabilidade N.º19.

No final de cada período contabilístico, a Empresa obtém um estudo actuarial e compara o montante das suas responsabilidades com o saldo das provisões constituídas, de forma a determinar o montante das provisões adicionais a registar.

Os ganhos e perdas actariais apurados num exercício, e para cada plano de benefícios concedido, resultantes dos ajustamentos nos pressupostos actariais, ajustamentos de experiência ou no esquema de benefícios, apenas são contabilizados, se o líquido acumulado destes ganhos e perdas actariais (Desvio Total) no final do período exceder em valor absoluto mais de 10% do total das responsabilidades, sendo este reconhecido em resultados a partir do exercício subsequente em que é apurado, em quotas constantes, de acordo com o número médio esperado dos anos de trabalho dos empregados participantes nesse plano de benefícios. Esta política de contabilização está de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade n.º 19.

O custo das responsabilidades por serviços passados, resultante da primeira contabilização destes benefícios no montante de 94 mEuros (Nota 34), foi registado no passivo nas rubricas de provisões para benefícios de reforma - responsabilidades por contrapartida da conta de provisões para benefícios de reforma - custo dos serviços passados não reconhecidos. Estes saldos serão reconhecidos em resultados na rubrica de custos extraordinários de acordo com o número médio esperado dos anos de trabalho dos empregados participantes no plano, quotas constantes, com início no exercício de 2002.

Em 31 de Dezembro de 2005, a provisão constituída reflecte apenas as responsabilidades com os ex-empregados da GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A., integrados nos quadros da Empresa.

h) Conversão de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira

As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros das demonstrações financeiras de empresas participadas, expressas em moeda estrangeira foram incluídas no capital próprio na rubrica de ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas. A conversão daquelas demonstrações financeiras é efectuada considerando as seguintes taxas de câmbio:

- i) Taxa de câmbio vigente à data do balanço para converter todos os activos e passivos;
- ii) Taxa de câmbio média do exercício para converter as rubricas da demonstração dos resultados;
- iii) Taxa de câmbio histórica para converter as restantes rubricas de capital próprio.

:: 6. Imposto sobre o Rendimento ::

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001). Deste modo, as declarações fiscais da Empresa referentes aos anos de 2002 a 2005 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as correcções resultantes de eventuais revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

A Empresa e algumas das suas subsidiárias, são tributadas através do regime especial de tributação de grupo de sociedades, sendo o resultado fiscal apurado na Empresa. Contudo, as estimativas de imposto sobre o rendimento da Empresa e suas subsidiárias são registadas com base nos seus resultados fiscais, que no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 representa uma conta a pagar e a receber dessas empresas nos montantes de 8.140 mEuros (Nota 16) e 112.106 mEuros (Nota 16), respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2005 existiam diferenças temporárias que deram origem a impostos diferidos registados pela Empresa, como segue:

Impostos diferidos activos

Relativos a exercícios anteriores:

Por provisões constituidas no exercício de 2003 não aceites como custo fiscal, líquidas das utilizações e reduções de provisões de exercícios anteriores (Nota 50).

101
101

Relativos ao exercício :

Por provisões constituidas no exercício não aceites como custo fiscal, líquidas das utilizações e reduções de provisões no exercício de 2005

170
170

Total de impostos diferidos activos (Nota 50)

271

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração de resultados por naturezas, tem o seguinte detalhe:

Estimativa de imposto corrente (Nota 28)
Impostos diferidos activos

53
(170)
(117)

De acordo com a legislação fiscal em vigor, os ganhos e perdas resultantes da apropriação de resultados de empresas do grupo e associadas pelo método da equivalência patrimonial não são considerados proveitos ou custos, respectivamente, para efeitos de tributação em sede de IRC, no exercício em que são reconhecidos contabilisticamente. Em conformidade com a Directriz Contabilística nº 28, não foram registados impostos diferidos passivos relacionados com lucros não distribuídos pelas subsidiárias. Assim, em 31 de Dezembro de 2005, a Empresa apresenta uma estimativa de imposto corrente a pagar no montante de 53 mEuros, quando o resultado contabilístico antes de impostos no exercício findo naquela data ascende a 441.842 mEuros.

:: 7. Número Médio de Pessoal ::

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa durante os exercícios de 2005 e 2004 foi de 130 e 107, respectivamente, ascendendo a 150 em 31 de Dezembro de 2005.

:: 8. Propriedade Industrial e Outros Direitos ::

Em 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica apresentava os seguintes saldos:

	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Propriedade industrial e outros direitos:			
Software e licenças	3	(2)	1
	3	(2)	1



10. Movimento no Activo Imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, o movimento ocorrido nas rubricas de imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Activo Bruto	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações/Diminuições	Abates	Equivalência Patrimonial	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas:						
Propriedade industrial e outros direitos	238	-	-	(235)	-	3
	238	-	-	(235)	-	3
Imobilizações corpóreas:						
Equipamento de transporte	1.180	-	(587)	(141)	-	452
Equipamento administrativo	490	45	-	-	-	535
Outras imobilizações corpóreas	87	-	-	-	-	87
	1.757	45	(587)	(141)	-	1.074
Investimentos financeiros:						
Partes de capital empresas do grupo	1.928.674	4.765	-	-	290.700	2.224.139
Empréstimos a empresas do grupo	20.095	3.014	(5.096)	-	-	18.013
Titulos e outras aplicações financeiras	115	-	-	-	-	115
Outros empréstimos concedidos	90	-	-	-	-	90
	1.948.974	7.779	(5.096)	-	290.700	2.242.357
	1.950.969	7.824	(5.683)	(376)	290.700	2.243.434

Amortizações Acumuladas e Ajustamentos	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Abates	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas (Nota 8)					
Propriedade industrial e outros direitos	236	1	-	(235)	2
	236	1	-	(235)	2
Imobilizações corpóreas:					
Equipamento de transporte	1.005	99	(546)	(129)	429
Equipamento administrativo	414	67	-	-	481
Outras imobilizações corpóreas	33	10	-	-	43
	1.452	176	(546)	(129)	953
	1.688	177	(546)	(364)	955

O aumento verificado na rubrica empréstimos a empresas do grupo, no montante de 3.014 mEuros, refere-se a empréstimos concedidos à Galp Power, S.G.P.S., S.A..

A diminuição ocorrida nas rubricas de empréstimos a empresas do grupo no total de 5.096 mEuros, diz respeito a: (i) à amortização de suprimentos concedidos por parte da Galp Power, S.G.P.S., S.A. no montante de 3.954 mEuros; (ii) reembolsos de empréstimos concedidos por parte da Porten - Portugal Energia, S.A., no montante de 1.142 mEuros.

O movimento ocorrido durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, na rubrica de partes de capital em empresas do grupo, tem a seguinte composição:

Saldo inicial	1.928.674
Cobertura de prejuízos:	
Porten-Portugal Energia, S.A.	812
Galp Power, S.G.P.S., S.A.	3.954
	4.766
Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial aos resultados de exercício (Nota 45):	
Positivos	446.150
Negativos	(812)
	445.338
Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial relativo a outras variações nos capitais próprios das subsidiárias (Nota 40):	
Outras variações nos capitais próprios	16.227
Ajustamentos de conversão cambial	4.327
	20.554
Dividendos recebidos:	
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	(166.394)
Galp Serviços, S.A.	(4.651)
	(171.045)
Redução de provisões por via da cobertura de prejuízos efectuada na Galp Power, S.G.P.S., S.A. (Nota 34)	(1.621)
Variação patrimonial negativa da Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. por via das gratificações atribuídas a trabalhadores (Nota 46)	(2.527)
	(4.148)
Saldo Final	2.224.139

Adicionalmente, no decurso do exercício de 2005 a Empresa recebeu o montante de 93.014 mEuros, respeitante a dividendos atribuídos em 2004 relativos ao exercício de 2003 da subsidiária Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A., que se encontravam por receber em 31 de Dezembro de 2004.

:: 15. Locação Financeira ::

As imobilizações corpóreas adquiridas através de contratos de locação financeira e aluguer de longa duração incluídas no balanço são as seguintes:

Rubricas	Activo Bruto	Amortizações Acumuladas	Activo Líquido
Equipamento transporte (ALD)	452	429	23
	452	429	23

Em 31 de Dezembro de 2005, a Empresa mantinha responsabilidades como locatária no montante de 21 mEuros.



16. Empresas do Grupo

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas, tinham a seguinte composição:

	Sede Social	31 de Dezembro de 2005				2005		2004	
		Total Activo	Total Passivo	Capitais Próprios	Resultado Líquido	%	Valor	%	Valor
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. (a)	Lisboa	3.036.403	1.587.882	1.448.521	225.134	100,00%	1.448.372	100,00%	1.377.473
GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A. (b)	Lisboa	863.341	98.723	764.618	219.516	100,00%	769.535	100,00%	544.146
Galp Serviços, S.A.	Lisboa	18.157	14.453	3.704	1.471	100,00%	3.704	100,00%	6.867
Galp Power, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	21.233	19.711	1.522	(812)	100,00%	1.522	100,00%	-
Porten - Portugal Energia, S.A.	Bucelas	1.116	110	1.006	6	100,00%	1.006	-	189
							2.224.139		1.928.674
Central E, S.A. (c)	Lisboa	1.018	13.705	(12.687)	(2.773)	20,30%	-	20,30%	-
							-		-

(a) Para efeitos de aplicação do método de equivalência patrimonial, no exercício de 2005 os capitais próprios são corrigidos do efeito das participações minoritárias destas empresas em outras subsidiárias do Grupo Galp.

(b) Para efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial, os capitais próprios desta subsidiária encontram-se corrigidos do efeito do trespasso decorrente da entrega de uma participação financeira na Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A., efectuada em 1999, aquando da constituição da Galp Energia S.G.P.S., S.A. (Nota introdutória). Em consequência desta regularização, o trespasso encontra-se a ser amortizado durante o período de concessão atribuído àquela subsidiária para a provisão e transporte de gás natural.

(c) Esta empresa apresenta em 31 de Dezembro de 2005, capitais próprios negativos pelo que por efeito da aplicação de método da equivalência patrimonial encontra-se constituída uma provisão no montante de m€uros 2.575 (Nota 34).

A composição de títulos e outras aplicações financeiras em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 é como se segue:

	Sede Social	2005		2004	
		%	Valor	%	Valor
Adene - Agência para a Energia, S.A.	Lisboa	10,98%	114	10,98%	114
OEINERGÉ - Ag. Munic. En. e Amb. de Oeiras	Oeiras	1,45%	1	1,45%	1
			115		115

Os saldos activos e passivos, em 31 de Dezembro de 2005, com as principais empresas do grupo são os seguintes:

Saldos Activos	Clientes Conta-Corrente	Empresas do Grupo	Empréstimos a Empresas do Grupo (Nota 10)	Outros Devedores (Nota 49)	Acréscimos de Proveitos (Nota 50)
Beiragás, S.A.	26	-	-	-	12
CLC - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	-	-	-	-	6
CLT - Companhia Logística de Terminais Marítimos, Lda.	-	15	-	-	-
Dianágás, S.A.	-	45	-	-	-
Eival - Soc. Emp. Inv. Ar. Gases, S.A.	-	36	-	-	-
Galp Açores, S.A.	-	-	-	-	9
Galp Exploração e Produção Petrolífera, Lda.	57	-	-	-	29
Galp Madeira, S.A.	-	-	-	-	6
Galp Power, S.G.P.S., S.A.	89	-	18.013	-	63
Galp Serviços, S.A.	65	2.074	-	-	29
Galpgeste, Lda.	-	535	-	-	7
Gasinsular, S.A.	-	2.387	-	-	21
GDP - Distribuição, S.G.P.S., S.A.	2.556	20	-	-	47
GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.	8.202	47	-	-	7
LisboaGás, S.A.	80	6.812	-	-	16
Lusitanágás, S.A.	18	-	-	-	8
Galp Energia Espanha, S.A.	67	15	-	191	-
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	37.828	107.105	-	-	358
Sempre a Postos, Lda.	-	-	-	-	9
Setgás - Soc. Prod. Distribuição de Gás, S.A.	15	-	-	-	8
Soturis, S.A.	-	150	-	-	-
Tagus RE, S.A.	39	-	-	-	-
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	15	-	-	-	5
Tanquisado - Terminais Marítimos, S.A.	-	247	-	-	-
Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.	152	34.796	-	-	37
Transgás Atlântico, S.A.	-	2.063	-	-	6
Transgás Industria, S.A.	36	137	-	-	-
Sacor Marítima, S.A.	-	-	-	-	6
Outras empresas do grupo	187	178	-	-	98
	49.432	156.662	18.013	191	787

Saldos Passivos	Empresas do Grupo	Fornecedores Conta-Corrente	Acréscimos de Custos
CLT - Comp. Logística Term. Marítimos, Lda.	(901)	-	-
Driftal, S.A.	(180)	-	-
Eival - Soc. Emp. Inv. Ar. Gases, S.A.	(13)	(5)	-
Galp Açores, S.A.	(15.000)	-	(44)
Galp Madeira, S.A.	(16.000)	-	(165)
Galp Power, S.G.P.S., S.A.	(652)	-	-
Galp Serviços, S.A.	(9)	(941)	(2)
Galpgeste, Lda.	(12)	-	-
Gasflemento, S.A.	(141)	-	-
GDP - Distribuição, S.G.P.S., S.A.	(887)	-	(3)
GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.	(21.257)	(36)	(24)
Lisboagás, S.A.	-	(22)	(16)
Medigás, S.A.	(88)	-	-
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	(1.549)	(574)	(319)
Porten Portugal Energia, S.A.	(624)	-	-
Sacor Marítima, S.A.	(53.700)	-	(279)
Soturis, S.A.	(1.774)	-	(1)
Tanquisado - Terminais Marítimos, S.A.	(4.024)	-	(25)
Sinecogeração-Cogeração da Refinaria de Sines, S.A.	(144)	-	-
Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.	(48.085)	(40)	(34)
Transgás Armazenágem, S.A.	(6)	-	-
Transgás Atlântico, S.A.	(2.615)	-	-
Transgás Industrial, S.A.	(4)	-	-
Transgás S.G.P.S., S.A.	(494)	-	(5)
Outras empresas do grupo	(5)	(35)	-
	(168.164)	(1.653)	(917)

Os empréstimos a empresas do grupo no montante de 18.013 mEuros concedidos à Galp Power, S.G.P.S., S.A., vence juros à taxa Euribor a 6 meses acrescido de um spread de 3% e não tem prazo de reembolso definido.

Os saldos activos e passivos com empresas do grupo têm a seguinte composição:

	Activos	Passivos
Regime especial de tributação de grupos de sociedades	112.106	8.140
Empréstimos concedidos e obtidos:		
CLT - Companhia Logística de Terminais Marítimos, Lda.	-	900
Galp Açores, S.A.	-	15.000
Galp Madeira, S.A.	-	16.000
Galp Serviços, S.A.	1.500	-
Gasinsular, S.A.	2.387	-
GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.	-	21.000
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	40.000	-
Soturis, S.A.	-	1.750
Tanquisado - Terminais Marítimos, S.A.	-	4.000
Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.	-	47.674
Sacor Marítima, S.A.	-	53.700
	43.887	160.024
Outros	669	-
	156.662	168.164

Os empréstimos obtidos e concedidos de e a empresas do grupo no total de 160.024 mEuros e 43.887 mEuros, respectivamente, vencem juros a taxas de mercado.



As rubricas do activo e passivo relativas a empresas do grupo, incluem montantes a receber e pagar, em consequência da adopção do regime especial de tributação de grupos de sociedades na esfera da Galp (Nota 6), como se segue:

Empresas do Grupo	Activos	Passivos
Relativo a exercícios anteriores:		
Driftal, S.A.	8	151
GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.	43	247
GDP - Distribuição, S.G.P.S., S.A.	18	479
Galp Power, S.G.P.S., S.A.	-	1
Medigás, S.A.	-	61
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	-	106
Soturis, S.A.	-	21
Eival - Soc. de Empreend., Inv. e Arm. de Gases, S.A.	13	-
Transgás Atlântico, S.A.	20	2.610
Outras Empresas	1	14
	103	3.690
Relativo ao exercício de 2005 (Nota 28):		
CLT, Lda.	15	1
Dianagás, S.A.	45	-
Driftal, S.A.	-	28
Eival - Soc. de Empreend., Inv. e Arm. de Gases, S.A.	22	-
Galp Power, S.G.P.S., S.A.	-	653
Galp Serviços, S.A.	571	9
Galpgeste, S.A.	535	12
Gásfomento	-	141
GDP - Distribuição, S.G.P.S., S.A.	-	408
GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.	1	10
LisboaGás, S.A.	6.812	-
Medigás, S.A.	-	26
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	66.625	1.444
Porten - Portugal Energia, S.A.	-	622
Sincoenergá - Cogeração da Refinaria de Sines, S.A.	-	144
Soturis, S.A.	150	4
Tanquísado - Terminais Marítimos, S.A.	243	24
Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.	34.796	411
Transgás Armazenagém, S.A.	8	6
Transgás Atlântico, S.A.	2.043	4
Transgás Industria, S.A.	137	4
Transgás S.G.P.S., S.A.	-	493
Outras Empresas	-	6
	112.003	4.450
	112.106	8.140

As transacções efectuadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 com as empresas do grupo, foram as seguintes:

Transacções	Fornecimentos e Serviços	Juros Suportados (Nota 45)	Prestações de Serviços	Proveitos Suplementares	Juros Obtidos (Nota 45)
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	5.634	1.395	13.885	34.544	515
Galp Serviços, S.A.	4.781	40	-	385	-
Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.	454	-	2.150	69	151
Lisboagás, S.A.	280	-	-	327	25
GDP - Distribuição, S.G.P.S., S.A.	42	-	2.909	307	-
Lusitanigás - Comp Gás do Centro, S.A.	23	-	-	31	-
Galp Exploração e Produção Petrolífera, Lda.	25	-	-	278	1.465
Galp Power, S.G.P.S., S.A.	27	-	-	491	941
Setgás - Soc. Prod. Distribuição de Gás, S.A.	-	-	-	28	-
Soturis, S.A.	-	20	-	76	-
Beiragás - Comp. Gás das Beiras, S.A.	6	-	-	120	-
Galp Energia Espanha, S.A.	28	-	-	-	-
CLC - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	-	-	-	21	-
CLT - Comp. Logística Term. Marítimos, Lda.	-	15	-	4	-
Galp Açores, S.A.	-	46	-	19	-
Galp Madeira, S.A.	-	173	-	11	58
Galpgeste, Lda.	273	-	-	9	-
Gasinsular S.A.	-	-	-	-	39
GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.	-	365	920	6.161	41
Saco Marítima, S.A.	-	1.081	-	14	-
Sempre a Postos, Lda.	-	-	-	27	-
Petrogal Trading Limited	-	-	-	70	-
Porten - Portugal Energia, S.A.	-	-	-	-	35
Tagus RE, S.A.	-	76	-	55	-
Transgás Atlântico, S.A.	-	-	-	12	-
Transgás Indústria, S.A.	-	8	295	9	-
Transgás S.G.P.S., S.A.	5	-	-	-	-
Tanquísado - Terminais Marítimos, S.A.	-	25	-	7	-
Outras Empresas do Grupo Galp Energia	25	-	-	190	-
	11.603	3.244	20.159	43.265	3.270

As prestações de serviço no montante de 20.159 mEuros, respeitam essencialmente ao redébito dos custos de estrutura e de pessoal qualificado que se encontra ao serviço da Empresa, no âmbito da prestação de serviços às empresas do grupo.

A rubrica de proveitos suplementares corresponde ao redébito dos montantes incorridos pela Empresa no decurso do exercício por serviços de consultoria estratégica, desenvolvimento de imagem, marketing e publicidade e operações de cobertura de risco.

:: 25. Dívidas Activas e Passivas com o Pessoal ::

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a Empresa tinha as seguintes dívidas activas e passivas relacionadas com o pessoal:

	2005	2004
Dívidas activas (Nota 49)	196	450
Dívidas passivas (Nota 49)	(65)	(85)



28. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, não existiam dívidas em situação de mora como o Estado e outros entes públicos.

Os saldos com estas entidades apresentavam a seguinte composição:

	2005	2004
Saldos Activos		
Imposto sobre valor acrescentado a recuperar	-	13
IRC a recuperar	30	13
	<hr/>	<hr/>
	30	26
Saldos Passivos		
IRC - estimativa de imposto	43.408	40.055
Imposto sobre valor acrescentado a pagar	3.939	268
Retenção imposto	153	123
Instituições de previdência	116	80
	<hr/>	<hr/>
	47.616	40.526
Saldo Final	(47.586)	(40.500)
	<hr/>	<hr/>

A rubrica passiva relativa a IRC - estimativa de imposto em 31 de Dezembro de 2005, tem o seguinte detalhe:

IRC Relativo	À Empresa (Nota 6)	A Subsidiárias (Nota 16)		Total
		A Receber	A Pagar	
IRC - estimativa de imposto	(53)	2.494	(112.003)	(109.562)
IRC - retenções efectuadas por terceiros	19	1.956	-	1.975
IRC - pagamentos por conta	64.179	-	-	64.179
Total	64.145	4.450	(112.003)	(43.408)

32. Garantias Bancárias

Em 31 de Dezembro de 2005, está em vigor uma garantia com o Banco Comercial Português no montante de 2.394 mEuros.

34. Movimento Ocorrido nas Provisões

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

Rubrica	Saldo Inicial	Aumentos	Redução	Saldo Final
Provisões para pensões (a)	187	504	(3)	688
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	187	504	(3)	688
Outros benefícios de reforma - cuidados de saúde e seguro de vida (Nota 3. g)	182	121	(5)	298
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	182	121	(5)	298
Outras provisões (Nota 16)	3.597	599	(1.621)	2.575
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	3.597	599	(1.621)	2.575
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	3.966	1.224	(1.629)	3.561

(a) Esta provisão inclui o benefício mínimo do plano de contribuição definida (invalidez e sobrevivência).

Do montante de 1.224 mEuros referente à constituição/aumento de provisões;

i) O montante de 625 mEuros relacionado com provisões para pensões e provisão para cuidados de saúde foi registado por contrapartida da rubrica de custos com o pessoal da demonstração dos resultados no montante de 588 mEuros e por contrapartida da rubrica de custos extraordinários no montante de 37 mEuros (Nota 46);

ii) 599 mEuros (Nota 45), por contrapartida da rubrica de custos e perdas financeiras para fazer face aos capitais próprios negativos de filiais e associadas.

Foi ainda registado na rubrica de custos com pessoal o montante de 213 mEuros relativo à contribuição efectuada pela Empresa no exercício de 2005 para o plano de reformas de contribuição definida.

O montante de 1.629 mEuros referente à redução de provisões teve como contrapartida a rubrica de partes de capital em empresas do grupo no montante de 1.621 mEuros (Nota 10), a rubrica de proveitos extraordinários - outros no montante de 3 mEuros (Nota 46) e uma utilização pelo método directo no montante de 5 mEuros.

A rubrica de outras provisões existente em 31 de Dezembro de 2005 refere-se às responsabilidades da Empresa, pelos prejuízos acumulados na sua subsidiária Central E, S.A. no montante de 2.575 mEuros (Nota 16).

Os pressupostos financeiros e demográficos utilizados nos estudos actuariais utilizados para cálculo das suas responsabilidades com o plano médico, seguros de vida e reserva são os seguintes:

	2005	2004
Taxa técnica de juro	4,25%	4,75%
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	3,00%
Tábuas de mortalidade activos e pré-reformados	TV 88/90	TV 73/77
Tábuas de mortalidade reformados	TV 73/77	TV 73/77
Idade normal de reforma	65	65
Método		
	Unidade de Crédito Projectada	Unidade de Crédito Projectada
Responsabilidades e Respectivas coberturas:		
i) Plano Médico		
Responsabilidades Totais:	357	368
Coberturas:		
Por Provisões	241	152
Alteração de Pressupostos e Metodologia (Nota 3.g))	-	33
Ganhos e perdas não reconhecidos (Nota 3.g))	116	183
	357	368
ii) Seguro de Vida		
Responsabilidades Totais:	101	53
Coberturas:		
Por Provisões	57	30
Alteração de Pressupostos e Metodologia (Nota 3.g))	-	5
Ganhos e perdas não reconhecidos (Nota 3.g))	44	18
	101	53
iii) Benefícios de Reforma		
Responsabilidades Totais:	279	230
Coberturas:		
Por Provisões	225	187
Alteração de Pressupostos e Metodologia (Nota 3.g))	-	(3)
Ganhos e perdas não reconhecidos (Nota 3.g))	54	46
	279	230
iv) Benefício Mínimo Plano CD		
Responsabilidades Totais:	417	-
Coberturas:		
Por Provisões	463	-
Ganhos e perdas não reconhecidos (Nota 3.g))	(46)	-
	417	-



A evolução nas responsabilidades da Empresa com seguros de vida, cuidados de saúde e pensões, contabilizados no exercício de 2005, foi como segue:

	Plano Médico	Seguro de Vida	Benefícios de Reforma	Benefício Mínimo CD	Total
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2004	368	53	230	-	651
Custo dos serviços correntes	36	19	29	446	530
Custo dos juros	17	2	11	17	47
(Ganhos)/Perdas Actuariais do exercício	(59)	27	9	(46)	(69)
Liquidações, Cortes e Transferências	(5)	(0)	-	-	(5)
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2005	357	101	279	417	1.154
<hr/>					
CUSTOS DO ANO 2005					
Custo dos juros e custo dos serviços correntes	54	21	40	463	578
Mecanismo do "corredor"	8	1	1	-	10
Amortização da alteração de pressupostos	32	5	(3)	-	34
	94	27	38	463	622

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros, a amortização do excesso do "corredor" apurado em 31 de Dezembro de 2004 (mecanismo do "corredor") no montante total de mEuros 588, foi registado pela Empresa na demonstração de resultados do exercício na rubrica de custos com o pessoal.

Derivado do acréscimo de responsabilidades relativos ao início da contabilização destes benefícios no montante de 94 mEuros, que foi reconhecido nas demonstrações financeiras com explicado na Nota 3 g), no exercício de 2005 a Empresa reconheceu como custos e proveitos, na rubrica de resultados extraordinários, o montante de 34 mEuros e 3 mEuros, respectivamente, relativo à amortização do exercício.

Como mencionado no ponto 3.g), os ganhos e perdas actuariais, são registados nas demonstrações financeiras pela totalidade do desvio acumulado - não reconhecido. A parte que ultrapassa os limites definidos no "corredor" de 10%, será amortizada, a partir do exercício subsequente em que apurado, conforme a seguir descrito.

Benefícios	Ganhos e Perdas não Reconhecidos	Intervalo de "Corredor" (10%)	Excesso para o Intervalo de "Corredor"	Valor a Reconhecer em 2006
Plano médico	116	36	80	4
Seguro de vida	44	10	34	1
Reserva	54	28	26	2
Benefício Mínimo CD	(46)	42	(4)	-

A totalidade de ganhos e perdas não reconhecidos, se superiores em valor absoluto ao intervalo de "corredor" (10% do valor das responsabilidades) serão custo do ano seguinte em função do tempo de serviço futuro médio esperado dos empregados abrangidos neste planos, que são de 21,68, de 26,94 e de 22,18 anos para os seguros de saúde e vida e para o benefício mínimo plano CD, respectivamente, e de 16,94 anos para os ex-empregados GDP, S.G.P.S.. Deste modo sabemos já que no ano de 2006 haverá a contabilizar um custo de 6,3 mEuros derivado da amortização do excesso de "corredor" agora apurado.

36. Composição do Capital

Em 31 de Dezembro de 2005, o capital da Empresa era composto por 165.850.127 acções com o valor nominal de cinco Euros cada, sendo 8.000.000 de acções da categoria A e as restantes 157.850.127 acções da categoria B. Às acções de categoria A estão associados alguns direitos especiais, nomeadamente:

- (i) Aprovar a eleição de três, quatro ou cinco membros do Conselho de Administração, consoante este tenha, respectivamente, um total de onze, treze, ou mais membros;
- (ii) O direito de que determinadas deliberações não sejam aprovadas, contra a maioria dos votos que lhe correspondam.

:: 37. Detentores do Capital ::

O capital, em 31 de Dezembro de 2005, encontrava-se totalmente subscrito e realizado e era detido pelas seguintes entidades:

Estado Português		17,72%
ENI Portugal Investment, S.P.A.		33,34%
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.		18,30%
EDP - Electricidade de Portugal, S.A.		14,27%
Iberdrola, S.A.		4,00%
Parpública - Participações Públicas, S.G.P.S., S.A.		12,29%
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.		0,04%
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.		0,04%
		100,00%
		100,00%

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, o accionista Parpública - Participações Públicas, S.G.P.S., S.A., adquiriu do accionista Estado, 13.373.134 acções da Galp Energia, passando a deter 20.388.309 acções que representam 12,29% do capital da Sociedade (Nota introdutória).

:: 40. Variação nas Rubricas de Capital Próprio ::

A variação ocorrida nas rubricas de capital próprio durante o exercício de 2005 foi como segue:

	Saldo Inicial	Aumentos	Aplicação de Resultados	Saldo Final
Capital	829.251	-	-	829.251
Prémios de emissão de acções (quotas)	82.006	-	-	82.006
Ajustamento de partes capital em filiais e associadas (Nota 10)	47.681	20.554	-	68.235
Reserva legal	40.296	-	16.653	56.949
Reservas livres	27.977	-	-	27.977
Resultados transitados	527.076	-	150.561	677.637
Resultado líquido do exercício	333.064	441.959	(333.064)	441.959
	1.887.351	462.513	(165.850)	2.184.014

Por decisão da Assembleia Geral datada de 24 de Maio de 2005, a aplicação dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, foi como segue:

Reservas legais	16.653
Resultados transitados	150.561
Dividendos	165.850
Resultados líquido do exercício	333.064

Adicionalmente, no decurso do exercício de 2005, foi liquidado o montante de 48.078 mEuros relativo ao remanescente dos dividendos atribuídos em 2004, relativos ao exercício de 2003, que no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, encontravam-se ainda por liquidar.

Reservas legais

De acordo com a legislação vigente, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja os 20% do capital social. A reserva legal e o prémio de emissão de obrigações não podem ser distribuídos aos accionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.



Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas

O saldo inicial desta rubrica de ajustamentos de partes de capital comprehende essencialmente o efeito dos ajustamentos efectuados directamente aos capitais próprios pelas subsidiárias Petróleos de Portugal - Petrogal S.A. e GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A. aquando do registo pela primeira vez dos impostos diferidos, no montante de 78.830 mEuros. Adicionalmente, o saldo inicial desta rubrica e os movimentos ocorridos no exercício de 2005, correspondem à variação entre exercícios dos saldos acumulados dos ajustamentos de conversão cambial das demonstrações financeiras de subsidiárias que se encontram expressas em moeda estrangeira e a outras variações nos capitais próprios das subsidiárias.

43. Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos órgãos sociais da Empresa no exercício de 2005 e 2004, ascenderam a 2.334 mEuros e a 2.336 mEuros, respectivamente.

45. Demonstração dos Resultados Financeiros

Os resultados financeiros nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 têm a seguinte composição:

	2005	2004
Custos e perdas:		
Juros suportados - empréstimos bancários	3.970	4.716
Juros suportados - juros de mora	-	3
Juros suportados - empresas do grupo e associadas (Nota 16)	3.244	2.447
Juros suportados - outros juros	37	32
Perdas em empresas do grupo e associadas	1.411	6.975
Diferenças de câmbio desfavoráveis	10.857	4.289
Outros custos e perdas financeiros	475	313
	19.994	18.775
Resultados financeiros	430.238	346.585
	450.232	365.360
Proveitos e ganhos:		
Juros obtidos - empresas do grupo e associadas (Nota 16)	3.270	5.243
Juros obtidos - outros	33	44
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	446.150	350.617
Diferenças de câmbio favoráveis	777	8.888
Descontos de pronto pagamento obtidos	2	458
Outros proveitos e ganhos financeiros	-	110
	450.232	365.360

As perdas e ganhos em empresas do grupo e associadas em 2005, têm a seguinte composição:

	Perdas	Ganhos
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	-	225.129
GDP S.G.P.S., S.A.	-	219.544
Galp Serviços - Serviços e Consultoria de Apoio à Gestão Empresarial, S.A.	-	1.471
Galp Power, S.G.P.S., S.A.	812	-
Porten Portugal Energia, S.A.	-	6
Central E, S.A.	599	-
	1.411	446.150

O total de perdas em empresas do grupo no montante de 1.411 mEuros foi registado por contrapartida na rubrica de investimentos financeiros no montante de 812 mEuros (Nota 10) e da rubrica de outras provisões no montante de 599 mEuros (Nota 34).

Os ganhos, no montante de 446.150 mEuros (Nota 10), foram registados como um aumento do valor dos investimentos financeiros, tal como descrito na Nota 3.d).

:: 46. Demonstração dos Resultados Extraordinários ::

Os resultados extraordinários nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 têm a seguinte composição:

	2005	2004
Custos e perdas:		
Donativos	792	702
Perdas em imobilizações	3	249
Aumento amortizações	-	7
Correcções relativas a exercícios anteriores	2.476	3
Gratificações atribuídas a empregados por subsidiárias (Nota 10)	2.527	-
Benefícios de reforma (Nota 34)	37	19
Outros custos e perdas extraordinárias	34	-
	<hr/> 5.869	<hr/> 980
Resultados extraordinários	<hr/> (5.534)	<hr/> 297
	<hr/> 335	<hr/> 1.277
Proveitos e ganhos:		
Ganhos em imobilizações	128	3
Correcções relativas a exercícios anteriores	-	-
Benefícios de reforma (Nota 34)	3	3
Outros proveitos e ganhos extraordinários	204	1.271
	<hr/> 335	<hr/> 1.277

O montante de 2.527 mEuros, registado na rubrica de custos extraordinários, corresponde a gratificações atribuídas a empregados, em consequência da aplicação de resultados do exercício de 2004, pela empresa Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. e registado como diminuição da participação daquela empresa.

O montante de 2.476 mEuros diz respeito remunerações de pessoal cedido de anos anteriores, cujo débito a Empresa teve conhecimento no presente exercício.

:: 48. Empréstimos ::

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005		2004	
	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo
Dívidas a instituições de crédito				
Empréstimos externos	26.252	26.252	22.737	45.474
Descobertos bancários (Nota 51)	72	-	6.222	-
	<hr/> 26.324	<hr/> 26.252	<hr/> 28.959	<hr/> 45.474

Em 31 de Dezembro de 2005 os empréstimos externos encontravam-se expressos em Dólares dos Estados Unidos, ascendendo a 61.940 mUSD, sendo 30.970 mUSD exigíveis a médio e longo prazo. Estes empréstimos são remunerados à taxa de juro variável LIBOR (London Inter-bank Offer Rate) a 6 meses em USD, acrescida de um spread de 2,35% com "cap" de 5,35%.

No decurso do exercício de 2005 a Empresa procedeu à amortização em 2 tranches no valor de 30.969 mUSD, nas quais foram reconhecidas diferenças de câmbio desfavoráveis no montante de 3.086 mEuros.

O montante de 26.252 mEuros, registado a médio e longo prazo será reembolsado em 2 tranches semestrais, com início em Junho de 2007.



49. Outros Devedores e Credores ::

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	2005	2004
Outros devedores		
Pessoal (Nota 25)	196	450
EDP - Energias de Portugal, S.A.	17.984	17.984
Cauções	213	213
Empresas do grupo e associadas (Nota 16)	191	-
Outros	67	70
	<hr/> 18.651	<hr/> 18.717
Outros Credores		
Pessoal (Nota 25)	65	85
Empresas do grupo e associadas	-	57
Outros	26	27
	<hr/> 91	<hr/> 169

O valor a receber da EDP no montante de 17.984 mEuros corresponde ao exercício do direito potestativo de opção de venda de 217.055 acções da Oni S.G.P.S., S.A., exercido em 2003, no montante de 14.964 mEuros acrescido do montante de 3.020 mEuros relativos a juros.

50. Acréscimos e Diferimentos ::

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 estas rubricas apresentavam o seguinte detalhe:

	2005	2004
Acréscimos de proveitos (Nota 16):		
Juros a receber	75	353
Outros acréscimos de proveitos	712	854
	<hr/> 787	<hr/> 1.207
Custos diferidos:		
Impostos diferidos activos (Nota 6)	271	101
Outros custos diferidos	311	74
	<hr/> 582	<hr/> 175
Acréscimos de custos:		
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos	1.319	1.163
Bónus de desempenho	835	1.449
Encargos com pessoal cedido	3.748	2.325
Juros a liquidar	691	717
Fornecimentos e serviços externos obtidos	827	220
Outros acréscimos de custos	-	103
	<hr/> 7.420	<hr/> 5.977

51. Detalhe de Caixa e seus Equivalentes ::

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	2005	2004
Caixa	9	8
Depósitos à ordem	996	867
Descobertos bancários (Nota 48)	(72)	(6.222)
	<hr/> 933	<hr/> (5.347)

:: 52. Instrumentos Financeiros Derivados ::

A Empresa encontra-se exposta ao risco das taxas de juro no curto prazo e no médio e longo prazo, relativamente às taxas de juro variáveis, nomeadamente à taxa de juro a 6 meses LIBOR (London Inter-bank Offer Rate), contratada nos empréstimos bancários externos (Nota 48).

No âmbito da sua estratégia de gestão de risco de taxa de juro, que tem por objectivo a redução dos encargos financeiros e a redução da exposição dos **cash flows** da dívida das flutuações de mercado, a Empresa contratou um instrumento financeiro derivado de taxa de juro (**Interest Rate Swap**), o qual é detalhado como segue:

Tipo de Derivado	Taxa de Juro	Valor Nominal	Maturidade	Justo Valor de Derivados em mEuros
IR Swap	Paga 5.1375% Recebe Libor USD 6m	mUSD 20.000	02-11-2011	(282)

Nota: Justo valor em parêntesis indica perda para a empresa.

O justo valor, com referência a 31 de Dezembro de 2005, foi determinado por avaliação externa. O justo valor determinado a 31 de Dezembro de 2005 não indica perda ou ganho futuro, visto que poderá ser reversível.

O justo valor dos derivados negociados em mercados líquidos, é baseado na sua cotação estimada por instituições financeiras especializadas, sendo calculado de acordo com o valor presente dos **cash flows** futuros estimados.

Como a empresa segue o princípio do custo histórico, não procedeu ao reconhecimento destes instrumentos financeiros derivados ao justo valor em 31 de Dezembro de 2005.

:: 53. Eventos Subsquentes ::

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, a Amorim Energia B.V. celebrou um contrato para compra de acções da Galp Energia, S.G.P.S., S.A., detidas pela EDP - Energias de Portugal, S.A., representativas de 14,27% do capital, assegurando na mesma operação uma opção de compra de 18,3% do capital detido pela REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A..

Adicionalmente, em Janeiro de 2006 a Amorim Energia B.V., adquiriu à Portgás - Sociedade de Produção de Gás, S.A., a sua participação, no capital social da Empresa, representativa de 0,04%.

Desta forma os detentores do capital (Nota 37) em 31 de Dezembro de 2005, não se encontram corrigidos pelos efeitos das operações acima referidas, uma vez que o registo da venda das acções entre as entidades supra referidas, apenas ocorreu, no final do mês de Janeiro de 2006.

:: O Técnico de Contas ::

- Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

:: O Conselho de Administração ::

- Dr. Francisco Luis Murteira Nabo
- Eng. José António Marques Gonçalves
- Eng. Giancarlo Rossi
- Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
- Dr. Rui Manuel Janes Cartaxo
- Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito
- Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes
- Eng. Camillo Gloria
- Eng. Diogo Mendonça Rodrigues Tavares
- Dr. Manuel Carlos Costa da Silva
- Dr. Federico Ermoli
- Dr. Angelo Mario Taraborrelli
- Eng. Giorgio Puce
- Eng. José Rodrigues Pereira dos Penedos
- Dr. Joaquim Augusto Nunes Pina Moura



relatório e parecer de fiscalização

Em cumprimento da lei e dos estatutos o Fiscal Único da sociedade "GALP ENERGIA, S.G.P.S., SA.", no desempenho das funções que lhe estão cometidas, vem apresentar o seu relatório e parecer sobre o Relatório de Gestão subscrito pelo Conselho de Administração e os documentos de prestação das contas, que compreendem o Balanço Analítico, as Demonstrações de Resultados por Naturezas e Funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os seus Anexos, referentes a 31 de Dezembro de 2005, incluindo toda a informação consolidada do Grupo GALP.

O Fiscal Único acompanhou a gestão e a actividade da empresa e manteve os contactos mínimos necessários com a Comissão Executiva e com a GALP SERVIÇOS, tendo obtido todas as informações solicitadas, que considerou indispensáveis ao desempenho das suas funções.

Mensalmente procedeu à análise de toda a informação financeira, e verificou o conteúdo das actas do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, necessária à compreensão do processo de decisão.

Analisou os resultados, a evolução da situação financeira, as vendas, os custos e os investimentos, enquadradas na óptica dos diferentes negócios. Houve a preocupação permanente de proceder à verificação do controlo orçamental e avaliar a rendibilidade das participadas.

Obtiveram-se informações sobre as sociedades mais importantes que compõem o portfólio do Grupo e das relações que mantêm com a GALP ENERGIA.

Manteve-se uma atitude de diálogo com os revisores oficiais de contas das empresas do Grupo e com os auditores externos da GALP ENERGIA.

O Relatório de Gestão divulga informação relevante e de interesse indispensável para a compreensão da evolução das actividades exercidas.

A exposição apresenta os aspectos nucleares da gestão nas diferentes áreas de negócio, que possibilita a divulgação dos acontecimentos mais relevantes ocorridos no ano de 2005.

Entende o Fiscal Único realçar os seguintes aspectos essenciais de enquadramento:

- a) Reestruturação do sector energético e as suas implicações na GALP ENERGIA;
- b) Aprovação do Plano Estratégico;
- c) Preparação da oferta pública de parte do capital social a efectuar em Bolsa (IPO);
- d) Preparação da separação das actividades gaz (unbundling).

Merecem particular ênfase as seguintes decisões:

- Reorganização orgânica do Grupo e reestruturação;
- Reforço de capacidade de produção, visando a diminuição da dependência no apropriação futuro;
- Maior presença nas energias alternativas, alargando a diversificação da oferta de produtos.

Congratula-se o Fiscal Único com os resultados apurados no exercício de 2005, sendo de salientar o máximo histórico das quantidades processadas nas Refinarias e o contexto externo favorável das margens de refinação.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e com os princípios nele estabelecidos, não obstante já estarem implementados na empresa os registos contabilísticos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

A opção tomada é juridicamente lícita, mas o próximo IPO e a prevista dispersão de capital em Bolsa irá determinar a obrigatoriedade da sua adopção, com reflexos sensíveis nos resultados. A obrigatoriedade de não adopção do critério LIFO na valorimetria de saída dos stocks de matérias primas, estabelecido nas IAS, será geradora, entre outras, dessas consequências.

O Relatório de Gestão apresenta a explicação sobre a evolução dos custos de funcionamento e dos factores que os determinaram.

Merecem destaque a alteração da taxa de desconto no cálculo actuarial das responsabilidades com pensões nas principais filiais, bem como a utilização de nova tábuas de mortalidade para os activos e pré reformados, ajustada à esperança de vida actual, que justificaram o agravamento dos custos com pessoal. Manteve-se a tábuas de mortalidade anterior para os reformados.

A adopção do "método de corredor", cujo mérito é evitar o enviesamento dos resultados determinada pelas flutuações do valor actuarial das responsabilidades, justifica que não estejam reflectidas no balanço responsabilidades importantes, as quais são descritas no número 21 do Anexo.

O Fiscal Único apreciou os ajustamentos das imparidades dos valores activos e as provisões para reestruturação e outras responsabilidades que a Comissão Executiva reconheceu existirem.

O número 62 do Anexo apresenta informação sobre matérias ambientais, designadamente as que se referem às emissões de gases e licenças obtidas.

O Relatório de Gestão não indica expressamente a evolução previsível da sociedade, como estipula a alínea c) do Código das Sociedades Comerciais, ainda que do seu texto se retirem algumas indicações relativas ao futuro.

No desempenho das nossas funções não detectámos qualquer violação das normas legais e estatutárias, nem tomámos conhecimento de factos subsequentes ocorridos após o fim do exercício que afectem a nossa opinião.

PARECER

Nos termos expostos, somos de parecer que:

- O Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2005 satisfazem globalmente os requisitos exigidos pelo Código das Sociedades Comerciais;
- Os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração reúnem condições de aprovação;
- Seja aprovada a aplicação de resultados proposta no Relatório de Gestão.

Por último, o Fiscal Único pretende manifestar um agradecimento, à Comissão Executiva e aos serviços da GALP SERVIÇOS com quem contactámos pela colaboração recebida, e cujo profissionalismo e empenhamento facilitaram o desempenho das suas funções.

Lisboa, 19 de Abril de 2006

O FISCAL ÚNICO

Dr. Pedro Manuel da Silva Leandro
em representação de Pedro Leandro e António Belém, SROC Nº 96



certificação legal das contas consolidadas

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da "GALP ENERGIA, S.G.P.S., S.A." as quais compreendem o Balanço consolidado em 31/12/2005, (que evidencia um total de 6.298.952 mil euros e um total de capital próprio de 2.184.014 mil euros, incluindo um resultado líquido de 441.959 mil euros), as Demonstrações consolidadas dos Resultados por naturezas e por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditória da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- A verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração utilizadas na sua preparação;
- A verificação das operações de consolidação;
- A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da "GALP ENERGIA, S.G.P.S., S.A." em 31/12/2005, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 19 de Abril de 2006

Dr. Pedro Manuel da Silva Leandro
em representação de Pedro Leandro e António Belém, SROC Nº 96

certificação legal das contas

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da "GALP ENERGIA, S.G.P.S., S.A." as quais compreendem o Balanço em 31/12/2005, (que evidencia um total de 2.469.685 mil euros e um total de capital próprio de 2.184.014 mil euros, incluindo um resultado líquido de 441.959 mil euros), as Demonstrações dos Resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração utilizadas na sua preparação;
- A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da "GALP ENERGIA, S.G.P.S., S.A." em 31/12/2005, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 19 de Abril de 2006

Dr. Pedro Manuel da Silva Leandro
em representação de Pedro Leandro e António Belém, SROC Nº 96



relatório de auditoria

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas e individuais anexas da Galp Energia, S.G.P.S., S.A. (“Empresa”), as quais compreendem os Balanços consolidado e individual em 31 de Dezembro de 2005 que evidenciam um total de 6.298.952.000 Euros e 2.469.685.000 Euros, respectivamente e capitais próprios de 2.184.014.000 Euros, incluindo um resultado líquido de 441.959.000 Euros, as Demonstrações consolidadas e individuais dos resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e individual das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

ÂMBITO

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada e individual da Galp Energia, S.G.P.S., S.A., em 31 de Dezembro de 2005, bem como o resultado consolidado e individual das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 12 de Abril de 2006

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.

Representada por António Marques Dias

Edição

Galp Energia, S.G.P.S., S.A.
Direcção de Comunicação
Rua Tomás da Fonseca, Torre C
1600-209 Lisboa
Telefone: 217 242 500
Fax: 217 242 965
www.galpenergia.com

Design e Concepção



Fotografias

Manuel Aguiar, Paulo Aguiar e Pedro Ferreira



www.galpenergia.com